



Imprensa e opinião pública
no Brasil Império

Luciano da Silva Moreira

Imagem da capa: Goya y Lucientes, Francisco de. *La lectura, o Los políticos* (1820-1823). Disponível em: <<http://www.museodelprado.es>> Acesso em 04 JUN. 2011.

Luciano da Silva Moreira

**IMPrensa e Opinião Pública no Brasil Império:
Minas Gerais e São Paulo
(1826-1842)**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Profa. Dra. Regina Horta Duarte

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2011



Tese defendida pelo aluno **Luciano da Silva Moreira** em **4 de julho de 2011** e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Profa. Dra. **Regina Horta Duarte** – Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. **Luiz Carlos Villalta**
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. **Andréa Lisly Gonçalves**
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. **Edna Maria Resende**
Arquivo Histórico Municipal de Barbacena

Profa. Dra. **Iara Lis Schiavinatto**
Universidade de Campinas

Para minha família,
pelo amor incondicional.

Agradecimentos

No man is an island, entire of itself
John Donne

Homem algum é uma ilha, por isso, a despeito das considerações de psicólogos e lingüistas, utilizo a primeira pessoa do plural nesta tese. Isto é a evidência de que este trabalho não é fruto de esforço puramente individual, mas da interação que ultrapassa os limites da academia. Parte dessa interação pode ser vista nestes agradecimentos.

A professora Regina Horta Duarte, há dez anos, deu crédito às minhas tímidas propostas de estudar alguns jornais oitocentistas. Desde então, seus ensinamentos, que envolvem rigor, erudição e ternura, têm alicerçado minha carreira acadêmica.

Luiz Carlos Villalta, amigo, exerceu papel determinante em minha formação, apontando perspectivas e caminhos a serem trilhados.

Devo minha gratidão à professora Andréa Lisly Gonçalves, por seus comentários, sugestões e críticas no mestrado e na qualificação do doutorado. Sua contribuição foi decisiva para o alargamento teórico-metodológico desta pesquisa.

As colegas do grupo de estudos oitocentistas, Viviane Penha Carvalho Silva Ameno e Irene Nogueira de Resende, ofereceram uma convivência intelectual produtiva e instigante.

Sou muito grato aos professores Eduardo França Paiva, Henrique Duque Estrada e Helton Machado Adverse, pelos comentários e sugestões feitos em suas disciplinas no doutorado.

Os funcionários da Secretaria da Pós-Graduação sempre me atenderam com solicitude e respeito.

Pela diligência no atendimento, sou grato aos funcionários das instituições em que pesquisei: Arquivo Público Mineiro, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo Memória de Guaratinguetá, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Biblioteca Nacional, Centro de Memória Cultural do Sul de Minas e bibliotecas universitárias da FFLCH/USP e da FAFICH/UFMG. Destaco a ajuda de Elma Amaral, “guardiã” das folhinhas de algibeira do APM.

Sou muito grato à Fundep, por viabilizar a aquisição das fontes microfilmadas utilizadas nesta tese.

Agradeço aos companheiros do Caminhos do Romance e da UFMG, principalmente os que compartilharam suas experiências no momento de discussão dos projetos, especialmente à Marcela Telles Elian de Lima, que me acompanha desde os tempos do PAD. Devo um agradecimento especial à Christianne Cardoso Morais pela ajuda nos momentos iniciais do doutorado e por me apresentar o singelo distrito do “Bichinho”.

Meu sincero agradecimento aos amigos Roberval, Miguel e Meirelaine, figuras que marcaram positivamente minha estada em Congonhas, sobretudo na época da qualificação. Devo agradecer à dona Amenaide, pelos seus afetuosos quitutes baianos.

Impossível pensar este trabalho sem a presença de meus pais. Foram eles quem me ensinaram os valores morais e éticos que norteiam minha vida. A eles, dedico esta tese.

Meu irmão, André, com seu bom-humor e sua solidariedade, me ajudou mais do que poderia imaginar. Agradeço também à Naiana. Esta tese também é dedicada à minha afilhada, Maria Fernanda, por preencher a nossa família com a alegria da infância.

A todos os tios e primos, sou grato pelo carinho e amizade com os quais me recebem. Agradecimento especial devo aos tios Amauri e Aparecida e aos primos Alex e Mariane, pois me ofereceram o calor de um lar “mineiro” na “capital da solidão”.

Ainda há a ajuda de meus amigos. Sinto-me penhorado aos que me acompanham há muito tempo: Carlos, Cristiano, Sebastião e Gladson, figuras indefectíveis. Também agradeço às novas integrantes da “turma”, Elaine e Fernanda. Maria do Carmo, sempre presente, com seu desejo em formar uma sociedade mais justa. Os “brasilienses” Emerson e Raquel merecem minha sincera gratidão pela amizade que perdura mesmo com a distância. Raphael merece um agradecimento especial, sobretudo pelas conversas acadêmicas sob o sol da Bahia.

Agradeço aos colegas das instituições em que trabalhei - Escola Municipal Prefeito Luiz da Cunha, Colégio Santo Agostinho e Instituto Federal de Minas Gerais - por compartilharem os desafios em torno da educação. Também sou grato aos meus alunos, sobretudo aqueles que me instigam e me fazem ainda acreditar na profissão que escolhi.

Com carinho, registro meu agradecimento à Ana (*minha*) Vida. Seu companheirismo, afeto e compreensão foram essenciais para que eu superasse os momentos mais difíceis da escrita.

A Deus, pela força.

A direta observação de si próprio não basta para se conhecer: necessitamos da história, pois o passado continua a fluir em mil ondas dentro de nós; e nós mesmos não somos senão o que a cada instante percebemos desse fluir.

Nietzsche

RESUMO

Esta tese detém-se sobre as relações entre a imprensa e a vida política no Império do Brasil, mais precisamente das províncias de Minas Gerais e São Paulo, entre 1826 e 1842, quando se forjou uma imprensa politicamente ativa, que contribuiu no processo de constituição das bases da sociedade e do Estado Imperial do Brasil. Embora privilegie estes marcos cronológicos, alarga seus limites, recuando, quando necessário, à Colônia, estendendo-se, ainda, ao Segundo Império. O fio condutor é a hipótese de que a imprensa em si foi um *acontecimento* decisivo para a criação de novas condições históricas, as quais viabilizaram o estabelecimento de uma rede de relações entre as elites regionais, levando à formação de estratégias políticas importantes no processo de constituição do Estado Imperial. Primeiramente, aborda os sujeitos e espaços onde se desenvolveu a trama histórica, apresentando o contexto sócio-político das províncias de Minas Gerais e São Paulo na primeira metade do século XIX, o que compreende o interstício entre as transformações com o advento da Corte joanina e os movimentos liberais no princípio do Segundo Reinado. A situação político-econômica dessas províncias, bem como a relação com a Corte, propiciou a formação de um ambiente voltado ao debate, fortemente marcado pela mobilidade advinda com os caminhos que interligavam as regiões do Império. Esses caminhos permitem compreender o funcionamento das redes de comunicação que sustentaram a discussão política no Império. Em seguida, aborda a constituição de uma “esfera pública de poder”, acompanhando a trajetória das antigas tipografias e analisando os produtos de seus prelos. As práticas relativas ao impresso, nos seus diversos matizes, serão abordadas, com destaque para o processo de produção e veiculação. Aborda os modos como os escritores políticos ambicionavam atrair o olhar do público, ou seja, como se operacionalizava uma pretensa “opinião pública”, atentando para a materialidade do impresso e a estruturação de uma rede de comunicação que interligava redatores e leitores de todo o Império. Após avaliar a rede de comunicação em torno dos periódicos mineiros e paulistas, encerra-se com uma análise acerca da noção de “opinião pública” e o modo como esta era concebida e idealizada nas páginas dos impressos das províncias em foco.

Palavras-chave: Imprensa, opinião pública, Brasil Império.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the relationship between the press and the political life in Imperial Brazil. More strictly, it focuses on the provinces of Minas Gerais and São Paulo, between the years 1826 and 1842, when the press became politically more active, thus contributing to the shaping of society and Imperial State. Although it is mostly concerned with the period limited by those years, the present dissertation breaches those limits, moving backwards to colonial times and forwards to the Second Empire. The thread that binds the dissertation is the hypothesis that the press itself was a decisive *happening* for the creation of novel historical conditions which brought about the appearance of a network of relations between regional elites and the resulting political strategies which were important for the development of the Imperial State. Initially, this dissertation examines the subjects of and the spaces where the historical plot developed and presents the sociopolitical context of the provinces of Minas Gerais and São Paulo in the first half of the 19th century. Such period comprehends the transformations that followed the coming of Dom João VI's court to Brazil and the liberal movements of the beginning of Dom Pedro II's reign. The political and economic situation of those provinces as well as their relationship with the court allowed for an atmosphere of debate and the high mobility promoted by the roads that interconnected the regions of the Empire. It is by understanding the role played by those roads that we seek to understand the workings of the communication network that sustained the political debate during the Empire. Next, it addresses the formation of a 'public sphere of power', following the route of the old typography shops and examining the products of their printing presses. A variety of press-related practices are analyzed and special attention is given to the processes of production and distribution. It then addresses how political writers aspired to attract the public gaze, that is, how they sought to create an alleged 'public opinion'. In doing so, it considers the material nature of printed products and the structuring of a communications network connecting writers and readers from all over the Empire. This dissertation concludes, after assessing the communications network of the periodicals of Minas Gerais and São Paulo, with an analysis about the notion of 'public opinion' and the how it was conceived and idealized in the print products of the afore mentioned provinces.

Keywords: The press, public opinion, Imperial Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - <i>Pano de boca executado para a representação extraordinária no Teatro da Corte</i>	40
FIGURA 2 - <i>Adereço de filigrana da imperatriz D. Leopoldina</i>	42
FIGURA 3 - <i>Vista da Serra e da cidade de São João D’El Rey</i>	54
FIGURA 4 - Detalhe da Planta da Vila de Lorena (1830).	58
FIGURA 5 - Anúncio da chegada do elefante Pizarro em Ouro Preto.	60
FIGURA 6 - <i>Chafariz da Legalidade</i>	70
FIGURA 8 - <i>Costumes de São Paulo</i>	98
FIGURA 9 - <i>Pouso de uma tropa</i>	99
FIGURA 10 - Parte do Mapa corográfico da Província de São Paulo (1837)	109
FIGURA 11 - [Mapa da Vila de Lorena e seus caminhos].	110
FIGURA 12 - [Mapa dos caminhos e atalhos entre Lorena e Areias].	111
FIGURA 13 - <i>Extracto de Huma Carta</i> [proclamação]. Barbacena, 1842.	159
FIGURA 14 - Prensa de madeira atribuída ao padre José Joaquim Viegas de Menezes.	164
FIGURA 15 - Tórculo para impressão.	165
FIGURA 16 - Primeiro modelo da prensa <i>Stanhope</i>	172
FIGURA 17 - <i>La Civilisation apporte une Imprimerie a la Province de St Paul</i> (1830).	173
FIGURA 18 - Detalhe do Frontispício de <i>O Pensador</i> indicando a inversão do adjetivo “magros”.	184
FIGURA 19 - Frontispício de <i>O Pensador</i> , de 31 de março de 1839.	185
FIGURA 20 - Frontispício do <i>Astro de Minas</i> de 29 de janeiro de 1829.	188
FIGURA 21 - Frontispício da <i>Sentinella do Serro</i> de 12 de outubro de 1831.	188
FIGURA 22 - Reprodução de página com anotações na obra <i>Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a tentativa theologica</i>	191
FIGURA 23 - Assinaturas na última folha da obra <i>Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França</i>	192
FIGURA 24 – Detalhe de <i>O Universal</i> onde se vê anotação manuscrita à margem.	194
FIGURA 25 - Comparação entre os <i>layouts</i> de <i>O Universal</i> de 30 de abril e 03 de maio de 1830.	195
FIGURA 26 - Comparação entre caracteres de <i>O Universal</i> de 30 de abril e 03 de maio de 1830	196
FIGURA 27 - Localidades onde era possível assinar a <i>Opinião Campanhense</i>	230
FIGURA 28 - Exemplar de 9 de novembro de 1833 da <i>Opinião Campanhense</i> encontrado em meio aos ofícios da Câmara Municipal de Guaratinguetá.	231

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1 - Redatores de periódicos das províncias de Minas Gerais e São Paulo (1825-1844) ..	204
GRÁFICO 1 - Evolução do lançamento de periódicos nas províncias de Minas Gerais e São Paulo (1823-1842).....	210

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESP –	Arquivo do Estado de São Paulo
AHMWL –	Arquivo Histórico Municipal Washington Luis
ANRJ –	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
AOTSF –	Arquivo Privado da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João del-Rei
APM –	Arquivo Público Mineiro
BNRJ –	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPELB –	Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa
FAFICH –	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
FFLCH –	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
MRSJDR –	Museu Regional de São João del-Rei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I: DUAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO	39
Minas e os mineiros	46
São Paulo e seus caminhos	87
PARTE II: IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA NAS PROVÍNCIAS	135
Escritos nas Províncias.....	141
Combates pela opinião pública.....	199
CONCLUSÕES.....	260
REFERÊNCIAS	264

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, quando iniciamos as pesquisas que culminaram nesta tese, estava em discussão o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no território brasileiro. Naquela época, os principais veículos de comunicação do país exerceram um jornalismo informativo, apresentando os argumentos das posições em disputa. Em 23 de outubro de 2005, procedeu-se a votação com a vitória da Frente Parlamentar Pelo Direito à Legítima Defesa, contrária à proibição. Embora se intensificasse a discussão na mídia, com diversos analistas opinando sobre o que teria favorecido o resultado, a imprensa pouco aprofundou na reflexão acerca da experiência política vivenciada naquele momento.¹ Porém, diferindo-se dos especialistas que freqüentavam a imprensa dominante, o jurista Fábio Konder Comparato tocava num ponto fundamental que passou despercebido dos debates: a noção de participação política dos brasileiros. Tratava-se de aproveitar a ocasião para lançar um olhar mais atento sobre os instrumentos de participação popular, colocando em questão a concepção de Estado Democrático de Direito no Brasil. Segundo o jurista, práticas como o referendo sobre a comercialização de armas eram essenciais para a vida democrática, uma vez que a atuação do povo brasileiro no mundo público resume-se, principalmente, à eleição de seus supostos representantes. Comparato tristemente concluía que esta “representação nada tem a ver com mandato, mas tem tudo a ver com a tutela ou curatela de incapazes”.²

Cinco anos após o referendo, excetuando-se as tradicionais eleições, o cidadão brasileiro pouco atuou no processo político formal. Ao persistir nas reflexões sobre esse problema, Comparato afirmava a necessidade de uma reforma política efetiva, encampando projetos que facilitassem a iniciativa popular de projetos de lei e destravassem a realização de referendos e plebiscitos. Contudo, o jurista ponderava que uma participação verdadeiramente

¹ FUKS, Mário; NOVAIS, Raquel. “O Referendo e a cobertura da imprensa: uma análise do ambiente informacional”. In: INÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima. *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 186.

² COMPARATO, Fábio Konder. Soberania de quem? *CartaCapital*. São Paulo, ano XII, n. 364, 19 de outubro de 2005. p. 33.

democrática somente se concretizaria com a garantia das “liberdades públicas” por meio da democratização dos meios de comunicação, outrora vistos como contra-poder, regulados no sentido de se garantir a pluralidade de idéias e opiniões.³ Nesse instante, Comparato criticava a revogação total da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal, concordando com os argumentos do ministro Joaquim Barbosa, que afirmou a necessidade de uma regulação do setor de modo à “impedir a concentração de mídia que, em seu entender, é algo extremamente nocivo para a democracia”.⁴ Para Comparato e Barbosa, a imprensa livre e democrática representa um dos fundamentos para o exercício da cidadania e para uma vida política realmente participativa.



A relação entre a vida política e a imprensa, colocada por Comparato como condição primordial para a participação democrática na atualidade, remete-nos a um período no qual a imprensa figurava como força e instrumento essencial para a atuação no mundo público. Apresentaremos a história de um tempo em que a imprensa foi, de fato, participativa e aguerrida, exercendo papel importante no jogo de forças que se processou entre a abertura da Assembléia Legislativa Geral, em 1826, e os movimentos liberais de 1842. Neste interstício, os impressos difundiram-se pelo território imperial, fazendo-se presentes no cotidiano das pessoas em locais diversos, por vezes ligados por estradas precárias, modificando as relações que os sujeitos estabeleciam com os poderes instituídos. Enquanto os espaços para a participação política formal eram organizados, sobretudo os canais legislativos, a imprensa desenvolvia-se como um dos lugares para a ação de agentes históricos das províncias de São Paulo e Minas Gerais, influenciando no modo como esses sujeitos reconheciam o universo que os

³ COMPARATO, Fábio Konder. O direito e o avesso constitucional. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano 2, n. 14, setembro de 2008, p. 12; COMPARATO, Fábio Konder. Nem República, nem Democracia: entrevista a Gilberto Nascimento e Walter Fanganiello Maierovitch. *Carta Capital*. São Paulo, ano XV, n. 578, 13 de janeiro de 2010, p. 54-59.

⁴ SUPREMO julga Lei de Imprensa incompatível com a Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>> Acesso em: 21 JAN. 2011.

cercava. Como *acontecimento*, a imprensa periódica emergiu como portadora de uma singularidade histórica, como ruptura na relação de forças,⁵ atuando decisivamente nas lutas que culminaram na criação “de novas interpretações, de novas direções”.⁶ Advertimos que, embora seja privilegiado o marco cronológico situado entre 1826 e 1842, extrapolaremos esses limites, recuando à América Portuguesa e estendendo até o Segundo Reinado, a fim de identificarmos as principais permanências e transformações ocorridas no período analisado.

A escolha das províncias de São Paulo e Minas Gerais pode ser compreendida pela posição que suas elites assumiram no arranjo político imperial, principalmente a partir dos movimentos emancipacionistas. Naquele contexto, homens como Diogo Antônio Feijó, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Sousa ultrapassaram a esfera provincial, tornando-se figuras proeminentes na vida política da Corte. Nessa ação, de acordo com Miriam Dolhnikoff, os paulistas forjaram um “projeto político coeso que refletia os anseios de grupos de outras províncias”,⁷ conferindo-lhes capital no embate político na Assembléia Geral no Primeiro Reinado. Conforme a autora, o cerne desse projeto assentava-se num discurso de matiz federalista que articulava a conservação das raízes regionais à organização do Estado nacional. Nesse sentido, o discurso paulista estava pautado numa idéia de federação “entendida como autonomia para os grupos regionais gerirem sua província e interferir no jogo político nacional”.⁸

Por sua vez, os mineiros inseriram-se no processo de construção do Estado Imperial, articulando-se com o Rio de Janeiro, inicialmente, por meio da diversificação das atividades econômicas e do tropeirismo. Eram pessoas que se distinguiam não apenas por sua riqueza, expressa nas dimensões de suas terras e no tamanho de sua escravaria, mas por sua atuação na Capital Imperial, procurando impor suas demandas pessoais ou coletivas. A chave para explicar essa distinção encontra-se, conforme Marcos Ferreira de Andrade, na “conjugação

⁵ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 28.

⁶ NIETZSCHE, Friedrich. “Para a Genealogia da Moral”. In: *Obras Incompletas*. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril, 1974, p. 317.

⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. “São Paulo na Independência”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 558.

⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. “São Paulo na Independência”, p. 568.

das atividades econômicas com os laços familiares e a ocupação de cargos políticos”.⁹ A participação política ligava-se à fortuna e ao capital simbólico representado pela extensão de seus grupos familiares. Com efeito, as elites regionais apresentavam-se conscientes de seu papel na conservação do Estado e da unidade nacional, valendo-se de seu peso na economia política ao estabelecer alianças com os mandatários das instituições imperiais. Portanto, consideramos que o estudo acerca da relação entre as elites paulista e mineira, que se consideravam baluartes do Estado, sobretudo por intermédio da imprensa, possa nos auxiliar a explicar o processo de construção do Império e as escolhas efetuadas pelas personagens daquele tempo.

Paulistas e mineiros não atuaram de maneira isolada. Em diversos momentos uniram-se sob a mesma bandeira, como nos movimentos da Independência e nas revoltas liberais da década de 1840. Cabe frisar que esses grupos constituíram em sua vivência diária os valores políticos com os quais embasaram seus projetos e alternativas de vida. O universo das atividades de produção e de comércio foi campo no qual se desenvolveram as experiências práticas dos sujeitos históricos no sentido da formação de projetos e alternativas da vida política. Dessa forma, como salienta Edna Maria Resende, o valor da “liberdade” se constituiu empiricamente pelos membros das elites regionais, contribuindo nas escolhas e alianças que efetivaram durante a menoridade do imperador. Imbuídos de determinados valores e idéias, diversos homens e algumas mulheres inseriram-se nas discussões políticas em espaços como o teatro e a imprensa, apontando para uma perspectiva do liberalismo como um “ideário vivenciado concretamente pelos atores sociais”.¹⁰

Embora as elites mineiras e paulistas convergissem em diversos pontos, é necessário ponderar que não eram internamente coesas. Pelo contrário, diferenciavam-se na formação, no ideário e na ação política que empreendiam, como apresentam Andréa Lisly Gonçalves e Erik Hörner. Andréa Lisly apresenta a complexidade da formação da nacionalidade brasileira entre 1831 e 1835, enfocando as lutas que envolveram membros da elite e das camadas subalternas

⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 324.

¹⁰ RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Tese, Doutorado em História), p. 11-14.

da população. Nesse trabalho, Gonçalves percebe a variedade de questões colocadas no calor momento, como a tematização da identidade étnica pelos agentes em disputa.¹¹ Erik Hörner, em sua tese de doutoramento, privilegia o marco temporal entre 1838 e 1842, analisando o combate político entre governistas e opositores que culminou nas revoltas liberais em Minas e São Paulo. Ao tratar dos grupos políticos provinciais, Hörner problematiza a bipolarização partidária, mostrando a complexidade do jogo político expresso no “embate de grupos com interesses mais diversos do que poderia ser simplesmente contido em rótulos como *Liberais e Conservadores*”.¹²

Entretanto, essa elite política de projeção nacional eventualmente entrava em atrito com os fazendeiros e grandes comerciantes da província, o que aponta para a tensão dentro do próprio grupo paulista. Havia uma oposição entre os defensores de um ideal de Civilização, como José Bonifácio de Andrada, e uma “elite branca” que habitava os sertões e que pretendia manter sua preponderância local. Assim, os discursos de homens como Feijó traziam um conteúdo que asseverava “a necessidade de uma intervenção disciplinadora padronizada do Estado” para garantir uma prática política coerente com os padrões constitucionais. Com esse intuito, o governo provincial, autônomo, deveria controlar o poder local. Isso nos mostra, além da complexidade das negociações e do embate político realizado no período, a necessidade de se tomar cuidado para não reduzirmos a ação dos “paulistas” ao conteúdo discursivo propalado por um grupo que se afirmava como “legítimo” representante da “boa sociedade” da Província.¹³

A imprensa daquele tempo também era marcada pela complexidade do jogo político. A historiografia mais recente tem problematizado a imprensa, percebendo sua relação com o contexto social, político e econômico das províncias na primeira metade do século XIX. Erik Hörner salienta que não houve um discurso único, sobretudo no momento do Regresso, pois a imprensa “apresentava um grande dinamismo”. Para Hörner, que analisa a imprensa paulistana, seria um equívoco o agrupamento de jornais sob os termos “liberal” e

¹¹ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008.

¹² HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. São Paulo: USP, 2010 (Tese, Doutorado em História), p. 40.

¹³ HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição*, passim.

“conservador”, pois essa rotulação não se sustentava sequer nas reuniões da Assembléia Legislativa. Deve-se, conforme Hörner, atentar para as sutilezas e matizes dos discursos impressos, percebendo o dinamismo da luta política.¹⁴ Os periódicos foram fundamentais no processo de articulação política entre os participantes da Revolução Liberal de 1842.

A mentalidade das elites senhoriais paulistas pode ser analisada por intermédio de seus meios de comunicação, como apresentou Arnaldo Daraya Contier, em *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Utilizando a semântica e a lingüística, Contier analisou os discursos presentes nos periódicos paulistas, sobretudo a ocorrência e distribuição de termos como “partido”, “classe”, “revolução/contra-revolução”, dentre outros. A originalidade desse estudo reside na análise dos discursos impressos, demonstrando a correspondência entre os fenômenos lingüísticos e as maneiras de pensar dos grupos políticos dominantes.¹⁵ Nesse trabalho, procurou perceber a linguagem e os problemas enfrentados pelos “políticos profissionais sem tradição política alguma”. Nesse ponto distinguimo-nos de Contier, pois percebemos um quadro híbrido, no qual formas de ação política comuns no Antigo Regime se misturavam à vida constitucional. Além disso, como Maria Sylvia de Carvalho Franco nos ensina, os conceitos e representações não foram o resultado de simples “adaptação” do ideário liberal europeu ou estadunidense em solo brasileiro.¹⁶ Pelo contrário, a apropriação do liberalismo esteve ligada à realidade imperial, levando-se em conta o escravismo e estrutura social herdeira das hierarquias de Antigo Regime.

É importante ressaltar alguns trabalhos que versam sobre o período de construção do Estado Imperial. A historiografia oitocentista, formada por pensadores como Justiniano José da Rocha, João Manuel Pereira da Silva e Paulino José Soares de Sousa, formulou uma imagem negativa dos anos que precedem à maioria de D. Pedro II, estigmatizando-os como momento de desordem e comprometimento da integridade territorial.¹⁷ Esses autores

¹⁴ HÖRNER, Erik. “A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838/1842)”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 111.

¹⁵ CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

¹⁶ FRANCO, Maria Sylvia de C. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.

¹⁷ ROCHA, Justiniano José da. “Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 161-218; SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brasil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro:

reafirmaram as Regências como momento de “dissolução do poder”, “disseminação de princípios subversivos” e “inflamação das paixões tumultuárias”.¹⁸ Enfim, um “estado de completa desorganização e anarquia social, à qual [os liberais] davão o nome de liberdade”.¹⁹ No final do século XIX e princípio do século XX, dois autores distinguiram-se, concebendo uma imagem diversa do período das Regências: Capistrano de Abreu e Joaquim Nabuco. Capistrano, com sua habitual perspicácia, apresentou o período regencial como fase fundamental para a construção política do Brasil.²⁰ Nabuco, por sua vez, concebeu o período regencial como momento de experimentação republicana.²¹ Este caráter foi retomado por Paulo Pereira de Castro, em capítulo para a *História Geral da Civilização Brasileira*, destacando as condições para o efetivo exercício republicano: ausência temporária do poder moderador; eleições para o legislativo e para o cargo executivo máximo; e a ampliação da participação popular com o júri e o juiz de paz.²²

Tributárias das análises de Ilmar Rohloff de Mattos e José Murilo de Carvalho, pesquisas recentes buscam problematizar o papel da elite imperial e a pretensa centralização imposta pela Corte, como os trabalhos de Miriam Dolhnikoff. A autora traz à luz elementos que nos permitem enxergar por outra ótica como o Estado negociou com as elites provinciais, às quais teriam aderido à proposta Imperial por meio de um pacto de tipo federativo. Esta relação poderia acontecer nas discussões na Assembléia Geral, o que tornava a Corte um dos espaços de negociação dos interesses provinciais, inibindo uma dominação inequívoca do centro como se poderia supor.²³ Dolhnikoff não foi a primeira pessoa a aventar a hipótese de uma estrutura federal para o Império. Abordando o tema a partir da organização administrativa de Minas Gerais, João Camillo de Oliveira Torres, em *A formação do*

Dias da Silva Júnior Typographo-Editor, 1878; URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. 2 tomos.

¹⁸ ROCHA, Justiniano José da. “Ação; reação; transação”, p 189.

¹⁹ URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*, tomo I, p. 210.

²⁰ ABREU, Capistrano de. “Fases do Segundo Império”. In: *Ensaio e Estudos: Crítica e História, 3ª série*. 2. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Civilização Brasileira/ INL, 1976, p. 73-88.

²¹ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*: Nabuco de Araújo. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. Tomo I (1813-1866).

²² CASTRO, Paulo Pereira de. “A Experiência Republicana (1831-1840)”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico, vol. 4 dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 19-84.

²³ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

federalismo no Brasil, discute os elementos que permitiriam uma estrutura de tipo federativo, reconhecendo “uma política unificada, mas descentralizada” no Império.²⁴

O caráter participativo e alternativo das Regências tem sido destacado pelos trabalhos acadêmicos, como a tese de Marcello Basile, que analisa as discussões sobre o interesse nacional. De seu trabalho, percebemos a variedade de personagens de debatiam, publicavam e divulgavam as idéias políticas, ampliando a noção de espaço público.²⁵ A multiplicidade de atores que despontam em sua tese é sinal da experimentação e abertura da participação política naquele momento. Marco Morel, ao analisar as transformações nos espaços público da Corte, já havia apontado para o fenômeno participativo, apresentando a discussão dos conceitos e idéias que ganhavam as vozes nas casas, tabernas e ruas da cidade imperial.²⁶ Morel e Basile ampliam a noção de “espaços públicos”, mostrando uma população que participava e influía nas decisões políticas, seja pelos debates na praça pública, seja na divulgação de manuscritos e impressos.

Por conseguinte, encerraremos nossa trajetória em 1842, ano em que se consolidava o “princípio da autoridade” na Província de Minas Gerais, como propugnado por um periódico sanjoanense: *A Ordem*. A partir de então, os elementos que forjaram a memória conservadora trataram de convergir todos os seus esforços para impor ao futuro uma imagem de si, firmando o primado da “ordem” conservadora sobre a “anarquia” liberal.

Portanto, é esse mundo politicamente ativo, ardente e agitado, circunscrito entre o ocaso do Primeiro Reinado e os movimentos Liberais de 1842, que constitui o pano de fundo de nossa análise. As províncias de Minas Gerais e de São Paulo compõem o terreno onde desbravaremos o universo da leitura e da conseqüente produção dos discursos impressos. Além disso, nesse palco ergueu-se um cenário de lutas, envolvendo atores e espectadores

²⁴ TORRES, João Camillo de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 82-151. Do mesmo autor: *A Democracia Coroada* (Teoria Política do Império do Brasil). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 71-88.

²⁵ BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 (Tese, Doutorado em História).

²⁶ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005. Ver também, do mesmo autor: Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi, Revista de História da UFRJ*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. 7 Letras, 2002, pp. 39-58.

vários. Tempo e espaço propícios para a construção e reformulação de representações²⁷ e conceitos fundamentais no processo de construção da sociedade e do Estado Imperial. Entretanto, cada província tinha seus próprios interesses, anseios e receios. Obviamente, paulistas e mineiros não se detiveram em receber as ordens impostas pela Corte, mas conceberam suas idéias de maneira original, observando suas peculiaridades. Se, em 1822, *paulistas* e *mineiros* distinguiram-se por sua “dedicação e fidelidade” nas lutas pela Independência, em 1842 ocorreu movimento diverso, pois ambos pegaram em armas para tentar deter o avanço conservador, desembocando nas Revoluções Liberais de São Paulo e de Minas Gerais. Assim, prestando atenção para a constituição das culturas e linguagens políticas, trataremos da formação de uma “esfera pública de discussão” que congregava os habitantes das províncias de Minas e de São Paulo. Desta forma, acreditamos que possamos contribuir para o estudo deste período de nossa história, tido pela historiografia tradicional como verdadeira “idade do caos”, bem como analisar o papel exercido pelas elites paulista e mineira nos arranjos político e institucional do Império do Brasil.



A presente pesquisa pode se configurar como uma história das elites provinciais. Trata-se, de fato, de um estudo dos grupos que ocupavam posições preponderantes na vida política e econômica das províncias de Minas Gerais e de São Paulo no alvorecer do Estado Imperial. Ao estudarmos essa parcela da população, lançamos mão da noção de elite relacionada, conforme delinea Flávio Heinz, à “percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e

²⁷ Quando lançamos mão da noção de representação, partilhamos do modo como Roger Chartier a compreende: “em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças as quais uns representantes (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”. Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 23.

políticos”. Ademais, as elites podem ser tomadas como “grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”.²⁸

O apelo às elites não diz respeito somente ao fascínio pelo “poder”, mas, em termos metodológicos, à abundância de fontes sobre os grupos dirigentes nos arquivos e museus. O “poder” está ligado às formas de registro, pois o aparato documental é uma forma de assegurar os direitos, privilégios e propriedades daqueles que exerceram preponderância local, regional ou imperial. Nesse sentido, a opção pelas elites diz-nos respeito ao estudo das formas de “poder” e de sua manutenção, questão essa que tem incitado os pensadores políticos ao longo dos tempos. Contudo, embora o contexto que analisamos se caracterize pela construção do Estado, não pretendemos nos ater ao poder como manifestação das formas legais e de instituição do corpo político. Pelo contrário, o poder, em nosso entendimento, deve ser tomado como componente das pelepas do cotidiano, nas quais as relações interpessoais são perpassadas por estratégias e táticas de luta. Posto isso, adotamos perspectiva que compreende o poder como as diversas manifestações, práticas e estratégias de relação entre sujeitos históricos distintos numa verdadeira luta por *quem* vai controlar as regras do jogo. Além disso, o poder não deve ser visto como algo essencialmente negativo, mas como elemento produtor de novas formas e dimensões da vida social. Afinal, o poder não se toma, mas se exerce.²⁹

Nosso trabalho é norteado pela noção de exercício do poder. Não se trata de analisar o “poder” estabelecido, mas de perceber os sujeitos em suas ações, instituindo espaços para o enfrentamento político. Dito isso, a escolha das fontes que foram utilizadas teve como finalidade apresentar esse processo. Assim, analisaremos esse jogo por meio das práticas em torno dos impressos, pois os objetos a serem lidos eram carregados de poder, desde a intencionalidade da redação até a apropriação na leitura. Ademais, a própria prática da leitura está imersa numa relação que envolve, de um lado, a autonomia do leitor e, do outro, as

²⁸ HEINZ, Flávio. *Por outra história as elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 8.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 16-48.

tentativas de cerceamento por parte do autor,³⁰ configurando-se como um jogo de poder que se refaz continuamente. Portanto, as armas primordiais dessa luta perene são os próprios impressos.

Impressos

Os periódicos compõem a principal fonte para este trabalho. Os dados obtidos nos discursos impressos permitem-nos avaliar, em certa medida, a participação das elites regionais no campo político, expondo seus valores e lutando por sua posição no arranjo institucional. Para os dados referentes à Província de Minas Gerais, levantamos os jornais produzidos entre 1823 e 1842 existentes na Biblioteca Nacional, disponíveis em microforma na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Parte dessas folhas encontra-se disponível no sítio virtual do Arquivo Público Mineiro, proveniente do acervo da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais.³¹ Uma vez localizados os exemplares, procedeu-se à leitura e ao arrolamento de dados e de informações referentes aos objetivos propostos, isto é, as práticas de leitura, a formação dos espaços públicos e a constituição do vocabulário, tendo em vista as linguagens políticas da época.

Entretanto, mais do que um *registro*, os acervos históricos são *instrumentos* dos jogos de poder. Assim, a própria coleção de jornais mineiros a que tivemos acesso nos apresenta as marcas de um processo em que se afirmou a visão de mundo dos agentes hegemônicos. Em dissertação defendida em 2006, expusemos os problemas que se sobressaem das prateleiras da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais, repletas de lacunas concernentes aos jornais de grupos que, à época, não estariam na direção provincial. Com efeito, foi um processo de esquecimento que soterrou discursos antagônicos e nos privou de informações relevantes,

³⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

³¹ Os periódicos sob a guarda da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais estão disponíveis no sítio: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>.

tornando a pesquisa histórica *quase* um recolhimento de discursos uníloquos.³² Percebe-se isto pelo fato de que, para o momento de hegemonia liberal moderada, não são encontradas folhas de tendência exaltada ou conservadora. Porém, o panorama muda com a ascensão do Regresso, abrindo a arena política para folhas conservadoras, como *O Correio de Minas*. As estantes da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais são, por conseguinte, o resultado de um processo de manipulação da memória. São elas frutos de sociedades, de entidades e sujeitos históricos distintos. Além disso, são marcadas pela ação desses sujeitos históricos, com seus dilemas, desejos e interesses. Desse modo, concordamos com Pierre Nora ao afirmar que, “os arquivos do Estado prefiguram uma história do Estado”.³³

Por seu turno, os periódicos paulistas produzidos entre 1827 e 1844 que utilizamos nesta tese encontram-se microfilmados na Biblioteca Nacional. Algumas coleções, como a do *Farol Paulistano*, primeira folha periódica da província de São Paulo, foi consultada, inicialmente, no Museu Paulista e seus dados recolhidos. Entretanto, a maior parte dos periódicos paulistas que tivemos acesso está sob a guarda da instituição sediada no Rio de Janeiro, donde provieram os microfilmes adquiridos pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG para a finalização deste trabalho.

Os periódicos são, simultaneamente, *fonte* e *objeto* de nossa pesquisa. Portanto, a análise dos objetos impressos deve levar em conta sua especificidade, observando fatores como o modo de concepção, o intuito de seus produtores e o processo de recepção por parte dos leitores. Ao recolhermos os discursos, podemos encontrar formas de apreensão pela leitura. Verificamos como foram compostos os conteúdos impressos nessas folhas por meio de citações, colagens e interpretações de textos de outros autores – principalmente dos clássicos europeus. Ao realizarmos essa tarefa, apresentamos o processo de leitura dos redatores dos jornais que circulavam naquele interstício. Essas informações podem ser explícitas, como as citações, mas a maioria dos discursos esconde, nas entrelinhas, o processo de leitura, sendo necessário cuidado nos silêncios e recorrências discursivas. Ademais,

³² Para um estudo sobre a formação do acervo de jornais mineiros, ver: MOREIRA, Luciano da Silva. “Introdução”. In: *Imprensa e política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História), p. 19-35.

³³ NORA, Pierre. *Les lieux de memoire: La Nation*. Paris: Gallimard, 1986, t. 1, v. 2, p. 343.

atentamos para a inserção desses autores numa comunidade de leitores, sobretudo de leitura oral, influenciando não somente a produção dos discursos como a própria interpretação de suas fontes, o que contribui para a formulação de diferentes significados para os conceitos que trataremos nesta tese.

Além disso, os impressos nos apresentam pistas sobre sua própria história, como a circulação, a leitura e os aspectos técnicos da impressão, com seus desafios e especificidades. Problemas na impressão, como aquelas vivenciadas pelo proprietário da Tipografia do Astro de Minas durante a composição da *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, são conhecidos pelos registros dos próprios responsáveis pelos trabalhos de publicação presentes nos periódicos. Assim, outros rastros despontam das páginas dos jornais, apresentando-nos a tortuosidade do processo de divulgação dos objetos escritos no Centro-Sul.

As culturas políticas também estão presentes no conteúdo discursivo dos jornais, que podem indicar o vocabulário político e o alinhamento dos periódicos em determinada facção. No entanto, lembramos que a classificação dos jornais debaixo de determinadas denominações não é simples e evidente. Concordamos com Eric Hörner ao afirmar que seria um equívoco o agrupamento de jornais sob os termos “liberal” e “conservador”, pois essas tendências eram imprecisas no contexto anterior à instituição dos primeiros partidos políticos com programas definidos. Durante o Primeiro Reinado e as Regências, não havia coesão entre os membros de facções políticas, dificultando a classificação dos seus porta-vozes sob denominações amplas. O vocábulo “liberal”, por exemplo, foi usado indistintamente por inúmeros redatores após a abdicação de D. Pedro, indicando-nos a fluidez e, por vezes, a inconsistência com que eram empregadas as palavras. No entanto, mais do que classificar aqueles que participaram das disputas políticas, devemos atentar para os matizes do pensamento liberal propagados por esses agentes.

Documentos oficiais

Como o aparato documental é extenso, levantamos os mais representativos discursos, ou seja, aqueles que apresentam os conceitos políticos e dados sobre a leitura dos que compuseram o periódico, cotejando o escrito a fim de facilitar um cruzamento de informações com o restante da documentação, composta por: Atas das Assembléias Legislativas Provinciais de Minas Gerais e de São Paulo; correspondências e relatórios das Presidências das referidas Províncias; inquéritos referentes aos crimes de sedição e abuso de liberdade de imprensa; além de atas, editais e ofícios das Câmaras Municipais de São Paulo, Sorocaba, Guaratinguetá, Ouro Preto, Mariana e São João del-Rei, necessários para a presente análise. Por intermédio dos anúncios de subscrição e dos textos das próprias folhas, além das informações de assinantes, viajantes e funcionários públicos, podemos percorrer os caminhos trilhados pelos impressos, localizando-os no debate político. Além do mais, a questão da recepção dos periódicos pode ser tratada utilizando a mesma documentação. Contudo, a maior parte das informações coletadas sobre esse assunto são das séries relativas aos juízes de paz, processos criminais e sedições (1833 e 1842), do fundo Presidência da Província (PP). Espaço específico dos jornais, “Correspondências”, também pode ser utilizado neste sentido. As cartas dos leitores impressas na própria folha noticiam os lugarejos do correspondente, o tempo de entrega dos periódicos, as formas da leitura e correspondentes apropriações dos discursos impressos.

Documentos ditos “oficiais” são fundamentais para o trabalho que realizamos, permitindo-nos analisar a circulação dos objetos escritos, bem como a atuação dos atores políticos nas províncias de Minas Gerais e de São Paulo. Assim, a documentação dos Arquivos Públicos de Minas Gerais (APM) e de São Paulo (AESP) está repleta de vestígios da prática da leitura. Contudo, isso denota o caráter específico de nossas fontes, pois não temos fundos ou coleções específicos da atividade de leitura. Afinal, ela caracteriza-se pelo seu caráter fugidio, o que não nos permite abrir mão dos documentos produzidos pelo poder público. Evidentemente, não se produz documentos oficiais sem leitura. Logo, mesmo os

registros mais indiretos nos mostram essa prática. Daí o cuidado com o processo de recolhimento e tratamento das fontes.

Os registros do Arquivo do Estado de São Paulo também são essenciais para o conhecimento da circulação de escritos. Priorizamos o “Registro de Ofícios Diversos”, compostos por cartas enviadas por diversas autoridades ao Presidente da Província, que constituem conjunto considerável de informações sobre a economia, a vida política e o cotidiano dos habitantes da província. Denise Soares de Moura utilizou esse acervo documental para infiltrar-se “no tecido social urbano da cidade de São Paulo” na primeira metade do século XIX.³⁴ Como na pesquisa de Moura, procuramos compreender o cotidiano da província paulista por intermédio das mesmas “pegadas” deixadas pelos sujeitos do Oitocentos. Nesse trabalho, percebemos que a leitura de periódicos e a discussão política podem ser estudadas a partir das impressões e relatos presentes nos Ofícios, como as querelas envolvendo a questão da liberdade que se propagaram nas lutas regenciais. A vida teatral, outro elemento importante da vida política provincial, também pode ser analisada com o mesmo repertório documental, já que as autoridades locais eram alvo constante de pilhérias de estudantes durante os espetáculos. Várias pessoas queixavam-se com os responsáveis pela ordem na província, exigindo ações contra aqueles que insultavam a “boa sociedade”. Além disso, sociedades teatrais apresentavam suas propostas de encenações para a Presidência da Província, tendo seus registros guardados nos mesmos Ofícios Diversos. As apreciações sobre as peças e sua intenção primordial, que passava pela ilustração da platéia, são percebidas pelas cartas dirigidas à autoridade provincial.

Na série Ofícios Diversos encontram-se, ainda, registros dos responsáveis pelas vilas e estradas da província. Assim, o trabalho de análise dos debates sobre os meios de comunicação da Província de São Paulo encontra nos ofícios diversos manancial para o estudo da repercussão, das oposições, dos recursos e das finalidades da construção dos caminhos e seus problemas. Marisa Säenz Leme, ao discutir a relação entre os poderes locais e o governo central, atentou para o fato de que “o conjunto das querelas cotidianas também se

³⁴ MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 23.

reapresentava na magna questão das estradas”.³⁵ Contudo, distinguimo-nos da historiadora ao procurarmos dados sobre essas querelas a partir de documentação distinta, que nos permite perceber a pressão exercida pelos membros das municipalidades sobre a autoridade provincial. A comunicação entre as vilas contava com um serviço de correios que tinha um itinerário estabelecido pela administração geral. Entretanto, os critérios para a organização do trajeto do estafeta eram influenciados pela ação dos grupos locais, pois, além de pretenderem se manter informados, havia o desejo de inserção no processo de atuação política. Em função disso, tão logo as notícias chegavam, a “boa sociedade” se rejubilava e registrava as comemorações por meio das correspondências ao Presidente da Província. Assim, os correios funcionavam como elemento de integração e aceitação dos sujeitos.

Como registro atrelado ao poder, evidentemente, a documentação de arquivo prefigura a ação dos grupos hegemônicos. Dessa forma, as séries que trabalhamos mantêm uma relação íntima com as elites locais, apresentando suas reivindicações junto à autoridade provincial. Entretanto, é possível perceber os rastros de grupos antagônicos, principalmente em eventos que abalaram aqueles que se encontravam estabelecidos na direção municipal. Exemplo disso é o caso de Carlos da Silva Telles, que promoveu uma revolta na vila de Sorocaba, em 1823. Sabe-se de sua atuação junto às camadas pobres da vila por meio das correspondências dos responsáveis pela justiça. O nome obscuro de Telles permaneceu através da escrita de seus inimigos, verdadeiro modelo de “testemunho a contragosto” de que fala Paul Ricœur.³⁶ Por isso, temos, na maioria das vezes, apenas a visão daqueles que temiam “as maquinações, e fúrias populares”.³⁷

Além dos Ofícios Diversos, outros documentos foram parcialmente coletados no Arquivo do Estado de São Paulo, destacando os anais da Assembléia Legislativa Provincial e as falas dos Presidentes da Província. Os fundos “Polícia” e “Autos Cíveis e Autos Crimes” guardam informações sobre as pessoas envolvidas em questões políticas, revoltas e crimes de “abuso de liberdade de imprensa”. Lembramos que as camadas menos favorecidas costumam

³⁵ LEME, Marisa Saenz. “São Paulo no I Império: poderes locais e governo central”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, et al. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 69.

³⁶ RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 181.

³⁷ AESP – Ofícios Diversos (Sorocaba). No. Ordem 1294, Doc. sem data.

aparecer no lugar responsável pelo controle da sociedade: a justiça. Desse modo, os agentes responsáveis pela ordem promoveram, como parte do aparato de vigilância, o registro daqueles que fugiram à norma ou que se configuraram como potenciais trãsfugas.

A análise dos estatutos das Sociedades Políticas e Literárias nos auxilia na recomposição desses espaços de discussão e, igualmente, oferecem subsídios para o estudo da circulação de jornais na Província, uma vez que apresentam os lugares de remessa de periódicos e respectivos responsáveis, membros ou não dessas associações. Ao tratarmos destas Sociedades, analisaremos seus estatutos e correspondências, guardados no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP/Registro de Ofícios) e no Arquivo Público Mineiro (APM/PP).

Séries documentais específicas da Presidência da Província de Minas Gerais, guardados no Arquivo Público Mineiro, como a documentação sobre a Sedição Militar de 1833, em Ouro Preto, e o Movimento Liberal de 1842, as quais possuem cartas, processos-crimes e relatos de envolvidos nestes movimentos, nos informam sobre as idéias que mobilizaram os implicados, muitas vezes redatores dos periódicos estudados. Também é possível recolher registros das práticas de leitura de proclamações, jornais e cartas nessa documentação, uma vez que os objetos escritos foram essenciais na propaganda de determinado grupo, tornando-se arma na luta política. Todos esses documentos podem ser cotejados com as correspondências entre particulares arroladas nos Arquivos Privados. Esses relatos, expressos nas cartas entre familiares, nos possibilitam apreender as formas do ato de ler, suas diferenças e continuidades, além da relação entre diversos membros da elite política em momentos nevrálgicos da história brasileira.

Como se infere deste texto, em nosso trabalho sobre a imprensa e as práticas de leitura nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, temos nos deparado com a inexistência de fundos específicos sobre tipografias nos moldes encontrados por Robert Darnton. Contudo, algumas séries e documentos nos auxiliam a percorrer os caminhos daqueles que se dedicavam à arte de imprimir. Esse é o caso de série específica do Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, onde são encontrados os rastros de negociações em torno da Tipografia Provincial. No caso de São Paulo, não há o mesmo tipo de registro. No entanto, documentos esparsos podem ser consultados nos Ofícios Diversos. Além disso, há tipo de

documentação comum nas duas províncias. Trata-se de livro das câmaras municipais para “participação de tipografias”, em conformidade com o art. 303 do Código do Processo Penal. Nos papéis das câmaras de Ouro Preto e de São Paulo, encontram-se esses registros. São rastros sobre a instalação de oficinas tipográficas, bem como daqueles que exerciam o mister de impressor. Nessa documentação ainda encontram-se dados sobre os proprietários e a localização dos estabelecimentos nas cidades em questão. Pela natureza similar das fontes, tivemos as mesmas dificuldades nos Arquivos de São Paulo e de Minas Gerais. Porém, como a documentação é esparsa, privilegiamos a abordagem qualitativa sobre a quantitativa.

A partir de 1826, os membros das elites regionais encontraram na Câmara Temporária o canal para a expressão de seus anseios, a qual se transformou, inclusive, em *locus* da oposição ao imperador nos anos finais do Primeiro Reinado. Nos momentos que se sucederam à Abdicação de D. Pedro I em 1831, a Câmara concentrou grande poder, afinal, no dizer de Justiniano José da Rocha, “governo, ministérios, tudo era ela”.³⁸ Como local para a reunião dos “representantes da nação”, a Câmara dos Deputados tornou-se espaço complementar da ação política das elites regionais. Nesse sentido, os Anais dessa instituição parlamentar nos possibilitam visualizar, de maneira mais detalhada, a atuação das elites provinciais na Corte, pois neles estão contidos os debates e as decisões do principal espaço representativo durante o Império do Brasil. Esses Anais, que se encontram disponíveis no sítio virtual da Câmara dos Deputados,³⁹ foram utilizados por Miriam Dolhnikoff para traçar as demandas e perceber as lutas dos grupos provinciais, percebendo nos debates uma “tomada de decisões relativas a pontos cruciais para o exercício da autonomia provincial”.⁴⁰

As medidas descentralizadoras do Ato Adicional (1834) contribuíram para uma relativa autonomia regional, destacando-se a instituição das assembleias legislativas provinciais. A partir de então, questões de ordem estrita das províncias, como instrução, polícia e obras públicas, poderiam ser tratadas na própria unidade imperial pelos deputados

³⁸ ROCHA, Justiniano José da. “Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 179.

³⁹ Os *Anais da Câmara dos Deputados*, utilizados para o presente trabalho, foram acessados no sítio: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>.

⁴⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 22.

eleitos. Parte das discussões realizadas pelos representantes dos grupos dirigentes paulistas e mineiros encontra-se nos Anais das respectivas Assembléias Legislativas Provinciais sob a guarda das bibliotecas do Arquivo Público Mineiro e do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Cabe ressaltar que uma das competências dessas assembléias era legislar sobre os tributos que incidiam sobre as atividades internas, garantindo às elites provinciais recursos para a efetivação de determinados projetos de âmbito regional. Por meio dos Anais, evidencia-se a formação de uma elite de projeção regional que se distanciava da instância do município e que tentava impor uma direção aos integrantes da “boa sociedade” que mantinham uma preponderância local.

Testemunhos voluntários: memorialistas e viajantes

Além de documentos produzidos e arrolados por instituições relacionadas ao mundo do governo – repletos de registros involuntários de seus produtores –, utilizamos fontes que podem se caracterizar como testemunhos destinados à posteridade,⁴¹ das quais destacamos as reminiscências de Albino José Barbosa Oliveira,⁴² João Manuel Pereira da Silva⁴³ e Francisco de Paula Ferreira de Rezende.⁴⁴ Esses memorialistas nos legaram impressão sobre a sociedade imperial, bem como a posição que assumiam em seus grupos políticos.

As memórias do Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira (1809-1889) foram escritas em 1882 sob a forma de correspondências à sua esposa e aos seus filhos, relatando episódios ocorridos desde o século XVIII e testemunhados por seus antepassados. Dessa narrativa epistolar, criada com o fito de perpassar “certas tradições de família”,⁴⁵ sobressai a rede de influências que permitia a ascensão social no Brasil Império. A partir de seu matrimônio, como salienta José Murilo de Carvalho, Albino ligou-se “às mais ricas famílias e aos mais importantes políticos do Rio de Janeiro e de São Paulo, tanto liberais como

⁴¹ RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 181.

⁴² OLIVEIRA, Albino José Barbosa. *Memórias de um magistrado do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

⁴³ SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

⁴⁴ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

⁴⁵ OLIVEIRA, Albino José Barbosa. *Memórias de um magistrado do Império*, p. 9.

conservadores”.⁴⁶ Para ascender politicamente, assim como outros políticos que não contavam com a influência familiar, Albino embrenhou-se pela magistratura, o que lhe valeu postos no escalão imperial, desde o cargo de juiz de fora na vila de São João del-Rei, em 1831, até sua nomeação como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 1864. De suas passagens por Minas Gerais, Bahia, Pará e Rio de Janeiro, o Conselheiro Albino legou-nos interessantes reminiscências da vida política, as quais nos possibilitam perceber a rede política que ligava a elite imperial.

João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) escreveu suas memórias como expressão do saudosismo com relação ao antigo regime, deposto a 15 de novembro de 1889. Em *Memórias de meu tempo*, cujo primeiro volume data de 1895, Pereira da Silva procurou defender as instituições monárquicas e a vida constitucional brasileira. Como representante do pensamento Saquarema, Pereira da Silva visualizou o período das Regências como um momento em que “toda a sociedade se estorcia em soffrimentos e apprehensões, graves do futuro, resultado da falta de socego, das convulsões e terrores da situação”.⁴⁷ Por isso, suas memórias retomam o que compreendia como período áureo da monarquia, ou seja, o segundo reinado. Para tanto, o autor rememorou os eventos desde a maioridade de D. Pedro II, remontando à chegada da família real em 1808, até os idos de 1886, quando teriam se prognosticado “progressos sensíveis e animadores para a posteridade do Império”.⁴⁸ Nesse trajeto, tomou a política como “ciência experimental”, a qual pode ser analisada nos “pormenores” da ação daqueles sujeitos vinculados ao Estado. Por fim, procurou compreender o que levou à mudança de regime político, atribuída às “idéias desorganizadoras” que minavam as instituições imperiais.

A trajetória do campanhense Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1832-1893) assemelha-se a de outros membros da “boa sociedade”, com a formação jurídica, a magistratura e a atuação parlamentar na Assembléia Legislativa Provincial. Entretanto, diferente dos memorialistas citados, Rezende fazia parte do grupo que relacionava a república

⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 160.

⁴⁷ SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro IIº 1831-1840*. 2. ed. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, [1888], p. 25.

⁴⁸ SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias de meu tempo*, p. 564.

ao liberalismo. Dessa forma, suas recordações oscilam entre a admiração pelos liberais dos anos das Regências, como Feijó e Evaristo, e a tendência republicana quase utópica, que o levava a vislumbrar o exemplo estadunidense e a história romana. Com a república proclamada, no seu entender “sem rancores nem ódios”, Rezende ufanava-se de ser “um cidadão dos Estados Unidos do Brazil”.⁴⁹ Todavia, suas memórias registram o período regencial como momento de intensa participação política, apresentando a efervescência dos espaços públicos. Além disso, entre o registro dos fatos da vida pública e as lembranças do ambiente privado, o autor apresenta seu olhar acerca da sociedade sul-mineira e a inserção da elite regional na política do Império, com suas alianças e disputas partidárias invadindo o “lar doméstico”.⁵⁰ Portanto, as recordações de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, bem como a de outros memorialistas, não devem ser tomadas como um “retrato” da sociedade que apresenta, mas como visão pautada nas escolhas dos fatos que considera mais relevantes para si.

Também sob o prisma do “testemunho voluntário”, a *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*, de Teófilo Otoni, pode nos oferecer visões importantes sobre a época regencial. Publicada em 1860 como instrumento de “propaganda” nas eleições para o cargo de senador realizadas no mesmo ano, a *Circular* remontava ao “verdor dos anos” para apresentar a coerência das idéias de seu autor, o que o distinguiria de seus rivais políticos. Para tanto, Otoni recorria a alguns discursos proferidos na célebre *Sentinela do Serro*, destacando um texto recolhido da edição de 25 de junho de 1831, no qual apresentava aos seus leitores um “programa e exposição de motivos”, propondo a fusão das “duas nuances do partido liberal” da época, ou seja, os Exaltados e os Moderados.⁵¹ Esse uso das edições da *Sentinela* como “prova” da integridade e coerência do redator ao longo dos anos, são os principais vestígios do importante jornal, desaparecido dos acervos públicos atuais. Por meio desses rastros, podemos traçar as principais diretrizes políticas de Otoni, como o recurso à noção de *self-government* como fundamento para a soberania

⁴⁹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *O Brazil e o acaso: um bosquejo da nossa História*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & C., 1890, p. 148.

⁵⁰ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

⁵¹ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil de. M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860, p. 18.

nacional, exercida pela representação congregada na Câmara dos Deputados. Nesse mesmo registro, percebe-se que Teófilo Otoni não pretendia constituir uma “democracia das massas” no Brasil, mas uma “democracia da gravata lavada”. Como explica Regina Horta Duarte, por meio desse procedimento, “silenciava-se absolutamente acerca da desigualdade entre os cidadãos” compreendidos na “imensa parcela de homens brasileiros, detentores de direitos civis, aos quais eram negados direitos políticos: os cidadãos passivos”.⁵² Pelos próprios testemunhos, podemos problematizar a auto-imagem que esses “brasileiros ilustres” divulgaram, apresentando as intenções que preenchem os documentos destinados ao porvir

Enquadram-se na categoria de testemunhos destinados à posteridade os relatos de viajantes estrangeiros que passaram pelas províncias de Minas Gerais e de São Paulo. Homens como Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), Hercule Florence (1804-1879), John Mawe (1764-1829), Robert Walsh (1772-1852), dentre outros, nos legaram observações sobre o cotidiano daqueles que habitavam o Centro-Sul do Império. Passados por um crivo metódico, levando em consideração os preconceitos e experiências pessoais de seus autores, os registros dos viajantes nos oferecem informações valiosas acerca do universo político-social da região.⁵³ Ademais, os livros de viagem nos apresentam algumas representações referentes à prática da leitura e à peculiar circulação de impressos.

Além dos testemunhos escritos, os viajantes também nos deixaram representações iconográficas referentes ao cotidiano da sociedade imperial. Johann Moritz Rugendas (1802-1858), Hercule Florence (1804-1879) e Jean-Baptiste Debret (1768-1848) produziram quantidade volumosa de imagens que nos informam as representações e práticas culturais do Brasil do Oitocentos. Entretanto, deve-se superar o mero aspecto documental dessas imagens para perceber a carga simbólica e a intencionalidade dos autores. Havia um propósito latente que ultrapassava a simples reprodução das paisagens e dos tipos urbanos, o que fazia com que o artista estrangeiro se tornasse um *intérprete* da sociedade brasileira. Desse modo, Debret, cujas pinturas apontam para uma espécie de pedagogia civilizatória, acreditava que os rituais

⁵² DUARTE, Regina Horta. “Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, XXVIII (1), 2002, p. 101-110.

⁵³ LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1997, p. 9-26. Para uma abordagem antropológica dos viajantes, ver: LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

de fundação do Império funcionariam como instrumento para o aprendizado de um *modus vivendi* no processo de “regeneração” da sociedade dos trópicos.⁵⁴ Tudo isso é importante, mas não podemos perder de vista que, do mesmo modo que as narrativas de viagem nos falam da “descoberta dos outros”, repetimos essa descoberta, pois tomamos os próprios viajantes como nossos “outros” ao viajarmos pelos seus livros.⁵⁵



Esta pesquisa tem como objetivo fundamental analisar as relações entre a imprensa e a vida política do Centro-Sul do Império do Brasil, mais precisamente das províncias de Minas Gerais e São Paulo, entre 1826 e 1842. Dessa forma, construímos esta tese, apresentando uma composição ordenada de modo a oferecer uma compreensão do processo histórico. Assim, a **Parte I: Duas Províncias do Império** refere-se aos sujeitos e aos espaços onde se desenvolveu a trama histórica, dos antigos elos para as trajetórias que marcam a especificidade de cada província. Principiaremos com a ascendência da relação entre mineiros e paulistas, com ênfase na constante referência que os próprios sujeitos faziam de sua ligação desde os tempos coloniais. Pedro Taques e Cláudio Manoel da Costa, por exemplo, foram autores que apresentaram esse vínculo e que foram lembrados nos movimentos liberais de 1842. Para compreender as diferenças e especificidades da prática política entre os grupos regionais, dividimos em dois capítulos conforme as províncias em questão.

No **Capítulo 1 – Minas e os mineiros** – trataremos do contexto sócio-político de Minas Gerais no período regencial. A situação político-econômica da província, largamente discutidas por Lenharo⁵⁶ e Graça Filho,⁵⁷ bem como sua relação com a Corte, propiciaram a

⁵⁴ BORGES, Maria Eliza Linhares. “A escravidão em imagens no Brasil oitocentista”. In: FURTADO, Junia Ferreira (org.). *Sons, formas e cores na modernidade Atlântica: Europa, América e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 319-341.

⁵⁵ TODOROV, Tzvetan. “A viagem e a narrativa”. In: *As morais da história*. Lisboa: Europa-América, 1992, p. 102-103.

⁵⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

formação de um ambiente voltado ao debate. Herdeiros das Luzes coimbrãs, os letrados mineiros das Regências foram importantes autores/ debatedores durante a menoridade de D. Pedro II. Em diálogo com os estudos de Wlamir Silva,⁵⁸ faremos breve estudo acerca dessa elite, o que nos possibilitará a compreensão daqueles que escreviam e liam os periódicos. Entretanto, não vamos nos deter na elite econômica e política; iniciaremos um trabalho sobre aqueles que permaneceram marginalizados do processo político, isto é, a “malta de todas as cores” que tinha como espaço, na maioria das vezes, a rua. Valemo-nos dos estudos de Ivan Vellasco⁵⁹ e de Wlamir Silva para perceber a relação entre elite e “povo” na luta política.

Por seu turno, o **Capítulo 2 – São Paulo e seus caminhos** – trata da história paulista, marcada pela mobilidade advinda com os caminhos que interligavam a província às demais regiões do Império. A formação do espaço territorial brasileiro relaciona-se à trajetória dos paulistas desde os primórdios da colonização. Entretanto, deter-nos-emos na questão das estradas de São Paulo após 1808. Aliás, mais do que mostrar o papel dos varões paulistas na formação do Brasil, atentaremos para a particularidade da prática política em São Paulo, ressaltando o ambiente das estradas para a discussão política. Saint-Hilaire, Spix e Martius e Hercule Florence legaram-nos relatos sobre os caminhos que interligavam os paulistas às outras regiões. Tais viajantes, após leitura meticulosa, nos acompanharão em nossos estudos sobre as estradas e o cotidiano dos paulistas no Primeiro Reinado e nas Regências. Contudo, mesmo tratando-se de província com pouca participação na balança exportadora nacional no interstício estudado, a elite paulista conseguiu assumir um papel preponderante naquele período. Os paulistas, por intermédio de seus periódicos, se auto-representavam como propugnadores da unidade nacional, o que lhes conferia capital simbólico na arregimentação das demais elites regionais no processo de constituição do Estado Imperial.

A **Parte II – Imprensa e opinião pública nas províncias** – volta-se para a constituição de um espaço crítico politicamente organizado em São Paulo e Minas Gerais

⁵⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

⁵⁸ SILVA, Wlamir José da. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

⁵⁹ VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século 19*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

entre 1826 e 1842. As práticas relativas ao impresso, nos seus diversos matizes, serão abordadas nessa seção identificando os elementos constitutivos de uma esfera pública de poder, no sentido que se depreende de Habermas.⁶⁰ Dessa forma, enfocaremos a formação dos espaços públicos em sua relação com os veículos de comunicação, notadamente as folhas manuscritas e impressas que circulavam pelas províncias em foco. Nesse sentido, será analisado o processo de construção de um “clima de opinião” no Primeiro Reinado e seu desenvolvimento no sentido de uma “opinião pública” no período regencial. Enfatizamos que redes de comunicação foram montadas possibilitando a ampliação da discussão política. Por meio do cotidiano das tipografias e das relações entre autores, editores e leitores, evidenciaremos a constituição de um espaço propício ao debate público.

Ao chegar ao final da rede de comunicação, isto é, o leitor, o periódico efetivava sua razão de ser: a leitura. Posto isso, o **Capítulo 3** será permeado com um estudo sobre as práticas – distintas e difusas – da própria leitura.⁶¹ Durante as Regências, as províncias de São Paulo e Minas Gerais foram inundadas por produções impressas de variados tamanhos, formas e gêneros. Ademais, saíam publicações que ganhavam os mais diversos espaços, como as casas, as tabernas, as sociedades políticas e a praça pública. Ao tratarmos dos **Escritos nas Províncias**, faz-se necessário analisar como os objetos impressos foram concebidos, o que exige uma avaliação das transformações advindas com os caracteres tipográficos. Com isso, será analisado o processo de construção de um “clima de opinião” no Primeiro Reinado e seu desenvolvimento no sentido de uma “esfera pública” no período regencial, utilizando o circuito delineado por Robert Darnton, que vai do autor ao leitor, como base para o estudo sobre os escritos.⁶² Portanto, por intermédio do cotidiano das tipografias e das relações entre autores, editores e leitores, evidenciaremos, no terceiro capítulo, as bases para a constituição de um espaço favorável ao debate público.

⁶⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁶¹ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad.: Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

⁶² DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131. Ver também: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 197-213.

O **Capítulo 4 – Combates pela opinião pública** – analisará a “opinião pública” e o modo como esta era concebida e idealizada nas páginas dos periódicos das províncias em foco. Um dos instrumentos fundamentais para a ação política foi o periódico impresso. Naquele momento, o jornal revestiu-se de poder. Dessa forma, principiaremos esse capítulo com um estudo sobre os periódicos, ressaltando seu papel como espaço e arma política. Ao apresentarmos o desenvolvimento dos periódicos mineiros e paulistas, prosseguiremos esse capítulo com uma análise acerca dos modos como os escritores políticos ambicionavam atrair o olhar do público, ou seja, como se operacionalizava aquela pretensa “opinião pública” numa rede de comunicação, atentando para a materialidade do impresso. Após analisar a rede de comunicação que se desenvolveu com a imprensa, tornaremos evidente o processo de construção das concepções de “opinião pública”, enfocando a discussão presente em periódicos paulistas e mineiros. Apresentaremos a batalha pela definição, uso e posse de uma entidade abstrata, vaga e transitória, que seria apropriada como um artefato cuja função encontra-se vinculada à própria luta política.

Finalmente, as **Conclusões** passarão em revista a constituição de “esfera pública de poder” e as discussões relativas às relações entre paulistas e mineiros, sobretudo nos meios impressos, tendo em vista nossa hipótese de que o surgimento da imprensa periódica foi um *acontecimento* decisivo para a criação de novas condições históricas, as quais viabilizaram o estabelecimento de uma rede de relações entre as elites regionais, levando à formação de estratégias políticas importantes no processo de constituição do Estado Imperial.⁶³ Sendo assim, ao discutirmos o período entre 1826 e 1842, retirando-o da obscuridade desordeira, apresentaremos as forças que o diferenciam.

⁶³ Sobre a noção de acontecimento que norteia este trabalho, ver: FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16. ed. Org. e trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 28.

PARTE I

Duas Províncias do Império

No Teatro São João, em outubro de 1822, foi encenado o *Elogio* pela coroação de D. Pedro como o primeiro Imperador do Brasil. Para ilustrar o palco e assinalar a fundação do nascente Império, o pintor de história Jean Baptiste Debret recebeu a encomenda de uma obra: o *Pano de boca executado para a representação extraordinária no Teatro da Corte* (FIG. 1). Nessa representação, além dos diversos símbolos da nova monarquia dos trópicos, aparecem, no segundo plano à direita,

um ancião paulista, apoiado sobre um de seus jovens filhos que carrega o fuzil ao ombro, protestam todos dois a sua fidelidade; e atrás deles outros *Paulistas e Mineiros*, animados pelo mesmo fervor, que o expressam de sabre na mão (tradução nossa, itálicos no original).⁶⁴



FIGURA 1 - DEBRET, Jean Baptiste. *Pano de boca executado para a representação extraordinária no Teatro da Corte* (1822). Imagem disponível em: <<http://digitalgallery.nypl.org>> Acesso em: 20 DEZ. 2010.

⁶⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmim Didot Frères, 1839, t. 3, p. 227. Acervo Brasileira Digital.

A partir da descrição do próprio pintor francês, publicada na imprensa no dia seguinte ao evento, observamos que *paulistas* e *mineiros* são os únicos tipos regionais especificados naquela imagem. Todavia, Jean Baptiste Debret (1768-1848) – como integrante de um grupo que acreditava que a pintura de história deveria “definir as grandes linhas do desenvolvimento de um Estado-nação” e, com isto, vinculando-se aos interesses dos grupos hegemônicos⁶⁵ – pretendia transmitir uma imagem que advogasse o prestígio e a importância que aqueles elementos exerceriam no arranjo político brasileiro daquele momento, expresso na “energia e na particularidade de cada figura, conservando os sentimentos e os hábitos da província natal” de José Bonifácio, que havia supervisionado a obra.⁶⁶ Ademais, projetando em sua obra as aspirações e os ideais de seus patronos, Debret estimulava a postura que a Casa de Bragança ambicionava das demais regiões do Império: dedicação e fidelidade.

A posição que paulistas e mineiros assumiram no plano político imperial também pode ser medida através de uma jóia, supostamente utilizada pela primeira imperatriz do Brasil. Trata-se do adereço filigranado de D. Leopoldina hoje preservado no Museu Imperial de Petrópolis (**FIG. 2**).

⁶⁵ De acordo com Tomás Pérez Vejo, a pintura histórica é “uma pintura ideológica”, cuja finalidade “parece ser dar uma imagem do passado histórico de uma comunidade” e, por conseguinte, de toda nação. Dessa forma, a pintura de história representa, fundamentalmente, a imagem de um passado compartilhado. Portanto, todo quadro de história o que representa é o destino de uma comunidade, uma continuidade histórica que dá conta do presente, e uma pintura controlada desde suas origens pelo Estado, o que permite uma análise da visão promovida pelos grupos hegemônicos em cada momento histórico particular. Argumenta o historiador espanhol que - “se aceitarmos que todo artista, dado que tem que satisfazer o gosto dos patronos para quem trabalha, tende a projetar em suas obras as aspirações e ideais dos grupos sociais à que estão dirigidas” - quando é o Estado que se converte no patrono principal, o que o pintor de história projetará em seus quadros serão as aspirações e ideais dos grupos sociais que controlam o aparato estatal, ou seja, as aspirações e ideais ligadas a um ambicioso projeto de auto-legitimação coletiva e de construção de uma nação. Visto desta perspectiva, as imagens geradas pela pintura de história, monopolizada pelo Estado, deveriam definir as grandes linhas do desenvolvimento de um Estado-nação, não a partir da nação, como acreditavam os nacionalistas, mas a partir do Estado. Cf.: PÉREZ VEJO, Tomás. *Pintura de história e identidade nacional em Espanha*. Madrid: Universidad Complutense, 2002 (Tese, Doutorado em História), p. 17-23.

⁶⁶ DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1839, t. 3, p. 226.



FIGURA 2 - Adereço de filigrana da imperatriz D. Leopoldina. Imagem disponível em: http://www.museuimperial.gov.br/int_sala32.htm Acesso 08 JUL. 2009.

Nesse colar, estão representadas as 19 províncias do Império, à época da emancipação, através de esferas armilares encadeadas por ramos de café e tabaco. De acordo com Maria de Lourdes Viana Lyra, o adereço constitui uma metáfora do nascente *Império Brasílico*, expressando a mensagem de “um todo rico e poderoso, integrado e harmônico”. Contudo, como jóia idealizada politicamente, as esferas estão dispostas conforme a importância das respectivas províncias. De todas as esferas, as que mais se destacam são justamente aquelas que representam Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as quais estão interligadas pelos citados ramos e pelo laço nacional, servindo como base para a coroa ao centro do colar. Assim, as províncias centrais, que “amparam a coroa ou são por ela amparadas”, estão

dispostas em conformidade com os papéis a elas atribuídos no momento de construção do Estado. Ao final, podemos inferir da jóia a proposição de que a união das províncias seria o elemento fundamental para a conservação da monarquia e o engrandecimento do Império.⁶⁷

Debret pretendia imortalizar, no *Pano de boca executado para a representação extraordinária no Teatro da Corte*, a importância das elites mineira e paulista na fundação da “nova civilização nos trópicos”.⁶⁸ Aliados às forças liberais, os representantes desses grupos fortaleceram-se com o decorrer do Primeiro Reinado. Contudo, iniciaremos nossa trama no momento em que essas elites encontraram, como salienta Alcir Lenharo,⁶⁹ os canais mais apropriados de organização e prática política: **1826**.

Naquele ano, iniciavam-se os trabalhos da Assembléia Geral. Lembramos que, para vários historiadores, os desentendimentos entre a Câmara temporária e o Poder Moderador contribuíram para a derrocada do primeiro Pedro.⁷⁰ Na primeira legislatura, “cada vez mais se aprofunda o abismo entre o governo e a maioria do país” encarnada na “representação nacional”.⁷¹ Esse “abismo” tornou-se evidente na Abertura da Assembléia Geral de 1826. Naquela sessão, o Imperador conservou a Coroa sobre a cabeça, simbolizando a ostentação de seu poder e uma idéia de soberania: a Soberania Monárquica. A tensão entre o imperador e a Câmara agravou-se progressivamente. No decorrer da legislatura, a Câmara tomou medidas que visavam acabar com as instituições coloniais, como a Intendência Geral do Ouro, da Corte e da Bahia (1827) e a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens (1828). Isso levou ao confronto entre a “representação nacional” e o Poder Executivo. Além disso, havia desentendimentos no próprio parlamento. A Câmara temporária desconfiava do Senado vitalício. Aquela estava majoritariamente composta por liberais; o outro era constituído por homens mais próximos do monarca. De fato, a escolha dos ocupantes das cadeiras do Senado

⁶⁷ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 237.

⁶⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 40-42.

⁶⁹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁷⁰ PRADO JÚNIOR, *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 108-119; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 10 vols.

⁷¹ PRADO JÚNIOR, *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*, p. 63.

– atribuição do Poder Moderador – objetivou formar “um círculo privado e restrito de poder e uma política aristocrática”.⁷² A dissensão entre a Câmara e os Ministérios intensificava-se com a exigência de esclarecimentos sobre os negócios da administração requeridos pelos deputados. Estes adotaram medidas contrárias ao Senado e ao Governo. Em vista disso, na tentativa de fortalecer sua autoridade, D. Pedro I demitiu o Gabinete Barbacena, de maioria brasileira, desagradando a opinião pública. Pela imprensa corriam boatos de um “gabinete secreto” e um possível golpe de Estado. Cada vez mais, o reinado de D. Pedro I assemelhava-se, aos olhos dos liberais, ao despotismo do Antigo Regime.⁷³

Nos anos seguintes, *Paulistas e Mineiros*, “cuja verve espiritual tinha mais de uma vez aterrorizado os antigos ministros em Lisboa”,⁷⁴ continuaram atuando no panorama político do Império e, junto à Corte, trataram de exercer hegemonia que seria encarnada no triângulo Rio – São Paulo – Minas, forjando uma visão política calcada nos pressupostos de um Estado unitário.⁷⁵ Contudo, deve-se ressaltar que essa preponderância exercida pelo Centro-Sul não ocorreu de forma branda e unívoca. Aliás, as próprias elites *paulista* e *mineira* não eram coesas e, muito menos, monolíticas. Cada qual possuía suas características e interesses, como pretendemos apresentar nos capítulos seguintes. No entanto, isto não impedia que esses grupos estabelecessem relações durante a fase de construção do Estado Imperial, sobretudo por meio da imprensa periódica e dos contatos realizados entre as sociedades políticas que se proliferaram em finais do Primeiro Reinado e durante as Regências, evidenciando a formação de uma “esfera pública de poder” que envolvia as províncias em foco.⁷⁶

⁷² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*, p. 111.

⁷³ Sobre o período Regencial, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, t. II, v. 4; IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000; MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 108-119; WERNET, Augustin. *O período regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global Ed., 1982.

⁷⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, t. 3, p. 226. Os itálicos em “*Paulistas e Mineiros*” foram utilizados pelo próprio Debret como forma de enfatizar a preeminência desses grupos no processo de emancipação política do Brasil.

⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 11.

⁷⁶ Tomamos a definição de Habermas acerca da “esfera pública”, a qual pode ser compreendida como um espaço baseado na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público, isto é, um ambiente comum caracterizado pela igualdade de seus membros. Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 42-74.

De início, apresentaremos **Minas e os mineiros**, destacando a formação de um ambiente voltado ao debate. A situação político-econômica da província, decorrente da presença mineira no abastecimento da Corte, favoreceu a ascensão de um grupo que propagou um ideário político relacionado à sua vivência diária e que encontrou na imprensa o espaço para a expressão de suas vozes. Em seguida, com a companhia de viajantes como Saint-Hilaire e Hercule Florence, percorreremos **São Paulo e seus caminhos**, buscando entender como uma província com pouca participação na balança exportadora nacional conseguiu assumir um papel preponderante na política daquele período. Porém, para se compreender essa proeminência, deve-se atentar para a particularidade da prática política em São Paulo, ressaltando o ambiente das estradas para o debate político.

Minas e os mineiros

MINAS-GERAES - Província a mais populosa, e de maior extensão entre todas as do Brazil. (...) Os primeiros exploradores d'esta província arrotearão as terras onde presumião achar ouro, e seus successores as fizerão plantar de cannas, de algodoeiros, e as semearão de milho; a geração presente porêm juntou-lhe grandes plantações de cafeeiros, de tabaco, d'arvores fructiferas vindas d'Europa, e não poucas sementeiras de cereaes. A principal fonte da prosperidade da província de que tratamos é a immensidade de gado vacum e de porcos que nella se crião.⁷⁷

A descrição do dicionário de Milliet de Saint-Adolphe, embora passível de crítica, buscava apresentar uma idéia aproximada da situação econômica da província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dos primórdios ligados à extração aurífera, os mineiros passaram a ocupar as terras com atividades vinculadas ao setor agropastoril, destacando-se produtos destinados ao abastecimento do Rio de Janeiro. O gado vacum e os “porcos que nella se crião” contribuíram sobremaneira para a constituição de uma elite formada por aqueles que, no momento da Abdicação, se arrogavam como “patriotas distintos”, isto é, os “fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados que protestam sustentar o Sr. D. Pedro 2. e a Constituição jurada” (grifo nosso).⁷⁸ Os representantes desse grupo projetaram-se na política imperial com a retomada dos trabalhos da Assembléia Geral, alcançando a proeminência no princípio das Regências.⁷⁹ Essa projeção é um indicativo das condições de Minas Gerais no quadro político imperial, cuja especificidade relaciona-se à diversificação da economia, marcadamente dinâmica, repercutindo na formação política dos sujeitos.

Apresentar como a província de Minas Gerais configurou-se em um laboratório para a criação, apropriação e experimentação de práticas e idéias políticas é o intuito deste capítulo. Primeiramente, abordaremos a economia mineira no decorrer do período e sua relação com o

⁷⁷ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Paris: J. P. Aillaud Editor, 1845, p. 87-100.

⁷⁸ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 26 SET. 1831.

⁷⁹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 27.

desenvolvimento dos grupos que assumiram certa preponderância política e econômica com as atividades ligadas ao abastecimento. Em seguida, mostraremos como a dinamização econômica proporcionou a formação de um ambiente propício ao debate, conduzindo para a efervescência que tinha lugar na praça pública, *locus* da afirmação política, do debate e da revolta. Ao tratar da praça, objetivamos evidenciar a complexidade da vida política, apresentando a variedade de atores e de situações nas quais os mesmos conceberam o ideário político. Com isso, pretendemos demonstrar que as elites mineiras não eram coesas, já que apresentavam diversidade de opiniões e interesses que inevitavelmente desembocava na disputa por meio da imprensa periódica. Ao final, enfatizaremos a relação dessas elites com o processo de construção do Estado Imperial, numa luta que culminou na imposição de uma direção pelos saquaremas, ligados à atividade agro-exportadora.



Não obstante certa tradição historiográfica tenha afirmado o depauperamento da região mineradora, houve mudança do eixo dinâmico da economia da Província de Minas Gerais. De acordo com historiografia encabeçada por Alcir Lenharo, Douglas Cole Libby e Roberto Borges Martins, o esgotamento das minas não implicou a decadência da economia, mas levou à reorientação das atividades econômicas no sentido de sua diversificação, indicando que a região não entrou em colapso ou involução, como apregoavam os estudos anteriores de Celso Furtado.⁸⁰ Pelo contrário, os trabalhos de Lenharo, Libby e Martins apontam para transformações embasadas na demanda de vários setores produtivos.

Douglas Cole Libby acredita que houve proto-industrialização vinculada, principalmente, ao setor têxtil. Com base em listas nominativas, o historiador notou número

⁸⁰ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. (primeira edição de 1958). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 132-134.

avultado de fiandeiras e tecedeiras em diversos locais na Província de Minas Gerais.⁸¹ Contudo, conforme salienta Laird Bergad, é preciso relativizar esses dados, pois, nesse tipo de documentação, a mesma pessoa poderia declarar mais de uma ocupação, o que levaria o estudioso a privilegiar determinado ramo de atividade em detrimento de outro.⁸² Porém, ressaltamos que os estudos de Libby nos mostram a complexidade e o dinamismo da economia mineira oitocentista, onde as atividades produtivas como a siderurgia, a produção têxtil e a agropecuária absorveram a mão-de-obra remanescente da mineração, assegurando a permanência do regime escravista nas Minas.⁸³

Com efeito, o contingente de escravos passou a ser utilizado em outros ramos da economia, como a agricultura de abastecimento. Conforme os estudos de Roberto Borges Martins, houve considerável aquisição de mão-de-obra mancipia, sendo a Província de Minas Gerais um dos principais importadores na primeira metade do século XIX, atrás apenas do Rio de Janeiro.⁸⁴ A partir de fontes censitárias, Martins observa o aumento da população mineira, cujo nível de crescimento foi relativamente alto, quase duplicando no interstício entre 1819 e 1855. Além disso, a despeito das interpretações que enfatizam a “ruralização” de Minas Gerais, o historiador aponta para o dinamismo urbano, já que as vilas e cidades mineiras “estavam em franca prosperidade e constituíam mercados razoavelmente importantes, que geravam um comércio interno complexo e animado”.⁸⁵

Cabe enfatizar que o desenvolvimento urbano acompanhou o movimento demográfico que vinha acontecendo desde finais do século XVIII. Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, toma em consideração o fato de que parte da população que ocupava a região mineradora promoveu enorme marcha, migrando lentamente do interior para as regiões

⁸¹ LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 237-280.

⁸² BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 89.

⁸³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 14. Também sobre as “atividades de transformação”, ver: PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese, Doutorado em História).

⁸⁴ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 103.

⁸⁵ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”, p. 109.

limítrofes da então Capitania de Minas. Neste movimento, foram ocupados os antigos sertões da Farinha Podre (cuja ocupação ocasionou sua anexação à capitania de Minas em 1816, agora como “Triângulo Mineiro”), as bacias hidrográficas ao Leste, a Zona da Mata e o “Sul de Minas”, destacando-se, nesse processo, a vila de Campanha da Princesa.⁸⁶ A corrente migratória mineira prosseguiu, alcançando o Vale do Paraíba e as regiões a nordeste da Província de São Paulo, como a Vila Franca do Imperador e Moji-Mirim, num movimento que chamava a atenção das autoridades paulistas:

Façam os Gerallistas [habitantes de Minas] os movimentos, e intrigas que fizerem, não altere Vmce da nossa parte huma constante paz, e em Terras suas não se toque, e querendo elles, como costumão adiantarse para as desta Capitania, Vmce evite os excessos com boas razoens, e bom modo, tanto de Viva voz, como por escrito.⁸⁷

Entretanto, essa migração pode ser compreendida como o resultado de um processo de expansão mineira, cujos “novos entrantes” na Capitania de São Paulo, a despeito das interpretações que sublinham apenas o êxodo populacional da área mineradora, eram, em boa medida, provenientes da região agropastoril. Somente a decadência do ouro não explica esse trânsito, pois Minas Gerais desenvolvia atividades de abastecimento interno desde a segunda década do século XVIII. Isto favoreceu a transformação da Capitania de consumidora em abastecedora de gêneros alimentícios já na segunda metade do setecentos, diversificando a economia e evitando sua decadência.⁸⁸

Em que pesem as relações entre a retração da atividade mineradora e o desenvolvimento da agricultura de abastecimento, o fato é que a transmigração da Família Real portuguesa foi crucial para a dinamização da economia mineira. A partir de 1808, enorme contingente populacional desembarcou no Rio de Janeiro, transformando profundamente a estrutura da então Colônia. Com o intuito de abastecer a nova Corte, foram expedidas ordens para as regiões próximas a fim de socorrê-la de mantimentos. Para favorecer

⁸⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 65-79. Sobre os mineiros no nordeste de São Paulo no século XIX, ver: BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando História: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo 1725-1835*. São Paulo: USP, 1995 (Tese, doutorado em História).

⁸⁷ Correspondência entre o Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha e Jeronimo Dias Ribeiro, 19 ABR. 1776. *Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo*. vol. LXXV. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, p. 35.

⁸⁸ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990, p. 230-235.

a circulação de mercadorias e víveres, “cuidou-se de providenciar a abertura de estradas que facilitassem o escoamento da produção interiorana para a capital”,⁸⁹ levando à intensificação da atividade comercial no Centro-Sul. De fato, a vida nas cidades ganhava agitação, sobretudo o Sul mineiro, que era passagem obrigatória das tropas do Centro-Oeste da Província.⁹⁰ Assim, em meio ao processo de enraizamento da Corte, a qual assumia uma postura “metropolitana”, caracterizada pela efervescência cultural, política e econômica, estreitavam-se os laços entre o Rio de Janeiro e o Centro-Sul, favorecendo o desenvolvimento político e econômico, especialmente por meio da produção agrícola e da pecuária, da Província de Minas Gerais.⁹¹

A presença dos mineiros no comércio do Rio de Janeiro era marcante. Entre 1820 e 1840, a Província de Minas Gerais dominava o mercado terrestre de bovinos e suínos na Corte, sobressaindo-se negociantes provenientes de vilas como Campanha, Barbacena e São João del-Rei. Esta, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, destacava-se como abastecedora de gêneros alimentícios para o Rio de Janeiro, cuja situação era garantida pela proximidade com a fronteira com a província fluminense, tendo como via de acesso o Caminho Novo, permitindo a circulação de mercadorias e a centralização do comércio de produtos do sul mineiro em sua praça.⁹²

Aliás, o acesso pelo Caminho Novo favoreceu o desenvolvimento de atividades produtivas pelos fazendeiros nela estabelecidos, fundamental para construção de uma vivência liberal através do trato mercantil. Edna Maria Resende ressalta que a elite da vila de Barbacena concebeu um “sentido da liberdade” a partir de “suas andanças pelos caminhos provinciais, nas suas lidas cotidianas, tangendo tropas e transportando mercadorias”.⁹³ Ao procurar “resgatar o papel desempenhado pela província, e mais especificamente por suas

⁸⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 48.

⁹⁰ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: *Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 28. Ainda sobre o desenvolvimento econômico mineiro, ver: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 253.

⁹² GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 38.

⁹³ RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Tese, Doutorado em História), p.15.

elites regionais”,⁹⁴ a autora investigou os posicionamentos dos grupos mineiros no processo de formação do Estado imperial ao longo das Regências. Ademais, ao enfatizar a “realidade” regional, evidenciado no recorte espaço-temporal restrito, sua tese apresenta novos significados para um processo amplo, ou seja, trata-se de estudar a elite local para se compreender a construção do Estado imperial.

Nesse ponto, o trabalho de Edna Resende assemelha-se à tese de Marcos Ferreira de Andrade, que privilegiou a inserção da elite campanhense no processo de construção do Estado Imperial, cuja articulação com o Rio de Janeiro era assegurada pela diversificação das atividades econômicas e pelo *tropeirismo*. Os membros dessa elite se distinguiram não apenas por sua riqueza, expressa no alcance de suas terras e no volume de sua escravaria, mas por sua atuação na Corte, procurando impor suas demandas pessoais ou coletivas. A chave para explicar essa distinção encontra-se, conforme Andrade, na “conjugação das atividades econômicas com os laços familiares e a ocupação de cargos políticos”.⁹⁵ Portanto, a participação política ligava-se à fortuna e ao capital simbólico representado pela extensão de seus grupos familiares. Cabe enfatizar que o estudo de Marcos Ferreira de Andrade sobre a elite sul-mineira expõe um amadurecimento da percepção das próprias elites no jogo político. Com efeito, elas apresentavam-se conscientes de seu papel na conservação do Estado e da unidade nacional, valendo-se de seu peso na economia política ao estabelecer alianças com os mandatários das instituições imperiais.

Contudo, ao passo que esses grupos desempenhavam suas atividades, eram concebidas as representações que calcaram as idéias políticas em discussão durante o período regencial. A despeito dos trabalhos que apresentam o poder econômico como alicerce para as carreiras políticas, Edna Resende nos chama a atenção para o universo das atividades de produção e de comércio como o campo no qual se desenvolveram as experiências práticas dos sujeitos históricos no sentido da formação de projetos e alternativas da vida política. Portanto, o valor da “liberdade” se constituiu empiricamente pelos membros da elite ligada às atividades mercantis, contribuindo nas escolhas e alianças que efetivaram durante a menoridade do

⁹⁴ RESENDE, Edna Maria. *Ecoss do liberalismo*, p. 11.

⁹⁵ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 324.

imperador. Desta forma, ao recopilar um trecho de *O Federalista, O Universal* informava que

os Povos, estranhos a theorias, nada conhecedores de sistemas, só attendem para o que lhes cahe debaixo dos sentidos, só se levão do que é prática. Por mais pomposos elogios que se lhes faça a Liberdade, por mais brilhante, que seja o porvir de que se lhes falla; elles não a estimão, não a apreciação, senão em rasão das vantagens que colhem da felicidade, que ella lhes traz. O camponês entende por liberdade (e tem razão) a izenção de tributos exorbitantes, o privilegio de não ser recrutado, a facilidade das estradas, o livramento de toda taxa sobre os generos da sua lavoura. O negociante chama liberdade tudo quanto protege as suas transações, e lhe facilita, e segura as suas especulações; o artista a faz consistir no acolhimento, e na protecção, que encontra no Governo, e no consumo do seu trabalho.⁹⁶

As liberdades do camponês, do artista e do negociante, conforme o redator, eram aquelas aprendidas com a *prática*. Contudo, diferente do sentido expresso na “liberdade do súdito” de que falava Thomas Hobbes – vivenciada “apenas naquelas coisas que, ao regular suas ações, o soberano permitiu”⁹⁷ – o periódico expõe implicitamente que o Governo deveria limitar-se a resguardar essas liberdades. Por meio dessa proteção, que garantia o desenvolvimento das atividades produtivas, dava-se a substituição do poder exercido pelo soberano de “*deixar viver*” pelo poder governamental de “*fazer viver*”.⁹⁸ Essa mudança explica-se pelo novo papel assumido pelo Governo a fim de otimizar as condições para o florescimento da vida ao se isentar, facilitar e proteger o comércio e as artes, distinguindo-se de uma racionalidade conservadora que se preocupava exclusivamente com a integridade, política e econômica, do Estado. Em outras palavras, pretendia-se um Estado “mínimo” com relação ao mercado e “máximo” para garantir esse mesmo mercado, pois nele se chegaria às “vantagens que colhem da felicidade”, condição complementada com a velha assertiva do filósofo escocês Adam Ferguson (1723-1816): “a felicidade dos indivíduos é a grande finalidade da sociedade civil”.⁹⁹

⁹⁶ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 30 JAN. 1833, p. 3. Para uma discussão acerca do conceito de liberdade nos jornais mineiros, ver: MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História), p. 172-204.

⁹⁷ HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974, p. 135.

⁹⁸ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 294. Ver também: *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 17. ed. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 150.

⁹⁹ FERGUSON, Adam. *An Essay on the History of Civil Society*. 2. ed. Londres: Millar and Cadell, 1768, p. 87. Citação completa: “Se isso [o bem publico] deve ser o principal objeto dos indivíduos, é igualmente verdade, que

Assim, o autor do trecho citado almejava um “Estado guardião” que se limitasse a assegurar aquele usufruto pacífico da independência privada propalado pelo pensador francês Benjamin Constant (1767-1830).¹⁰⁰ Por isso, a livre fruição do camponês, do negociante e do artesão garantiam-se por meio da “protecção, que encontra no Governo”. Essa função governamental foi problematizada pelos sujeitos em meio a labuta diária, pois “se levão do que é prática”.

Imbuídos de determinados valores e idéias, os membros daquela elite inseriram-se nas discussões políticas em espaços como o teatro e a imprensa, apontando para uma perspectiva do liberalismo como um “ideário vivenciado concretamente pelos atores sociais”.¹⁰¹ Partilhamos dessa perspectiva ao percebermos como os arranjos locais e provinciais, sobretudo entre os grupos de Minas Gerais e São Paulo, contribuíram para a concepção de novas formas de inserção nos debates políticos, construindo novos sentidos para o ideário liberal. Afastamo-nos, assim, de análises que concebem o liberalismo no Brasil como algo “maciçamente importado”.¹⁰² Afinal, essa experiência concreta fazia com que os sujeitos históricos concebessem a formação do Estado imperial não como um processo de estatização da sociedade, mas como resultado da ação da *sociedade de mercado*, ela mesma em constituição, matizando as cores das novas instituições.¹⁰³

Diferente de outros grupos, muitos mineiros especializaram-se no setor de transportes, com a necessária incursão pelo tropeirismo. Conforme dados expostos por Edna Resende, no termo de Barbacena, 43% dos grandes proprietários tinham suas tropas e, por meio delas, levavam e traziam remessas de mercadorias de Corte.¹⁰⁴ O missionário inglês Robert Walsh se surpreenderia com a chegada dessas tropas no Porto de Estrela, verdadeiro “espetáculo curioso e interessante” proporcionado pelas “tropas de mulas carregadas invadindo a cidade”,

a felicidade dos indivíduos é a grande finalidade da sociedade civil: pois em que sentido se pode o público desfrutar de qualquer bem, se os seus membros, considerados separadamente, são infelizes?” (tradução minha)

¹⁰⁰ CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Trad.: Loura Silveira.

Filosofia Política, n. 2, Porto Alegre, L&PM, p. 15.

¹⁰¹ RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo*, p. 14.

¹⁰² FLORES, Alberto Vivar. El liberalismo constitucional em la fundacion del império brasileño. *Revista Electrónica de História Constitucional*, n. 6, set./2005, p. 164. Disponível em: <<http://hc.rediris.es/06/articulos/pdf/07.pdf>> Acesso em: 20 DEZ. 2010.

¹⁰³ ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 79-106.

¹⁰⁴ RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo*, p. 119.

exclamando que “nunca tinha visto uma maior atividade e alvoroço do comércio, do que o exibido neste lugar” (tradução nossa).¹⁰⁵ Por meio dessa atividade, conectavam-se os caminhos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, isto é, as regiões produtoras e o mercado consumidor, articulando o Centro-Sul num processo de *integração* que poderia “ser utilizado politicamente para fins diferentes”.¹⁰⁶

Cabe ressaltar que, segundo Laird Bergad, dos produtos que as tropas carregavam na Comarca do Rio das Mortes, “animais vivos, produtos de couro cru e couro curtido, carne em formas variadas e queijos respondiam por 55% do valor da exportação (excluída a mineração) em 1818-1819”.¹⁰⁷ No mesmo ano em que o reverendo britânico Robert Walsh (1772-1852) visitou São João del-Rei (**FIG. 3**), o valor desses produtos correspondia a 60% da exportação.

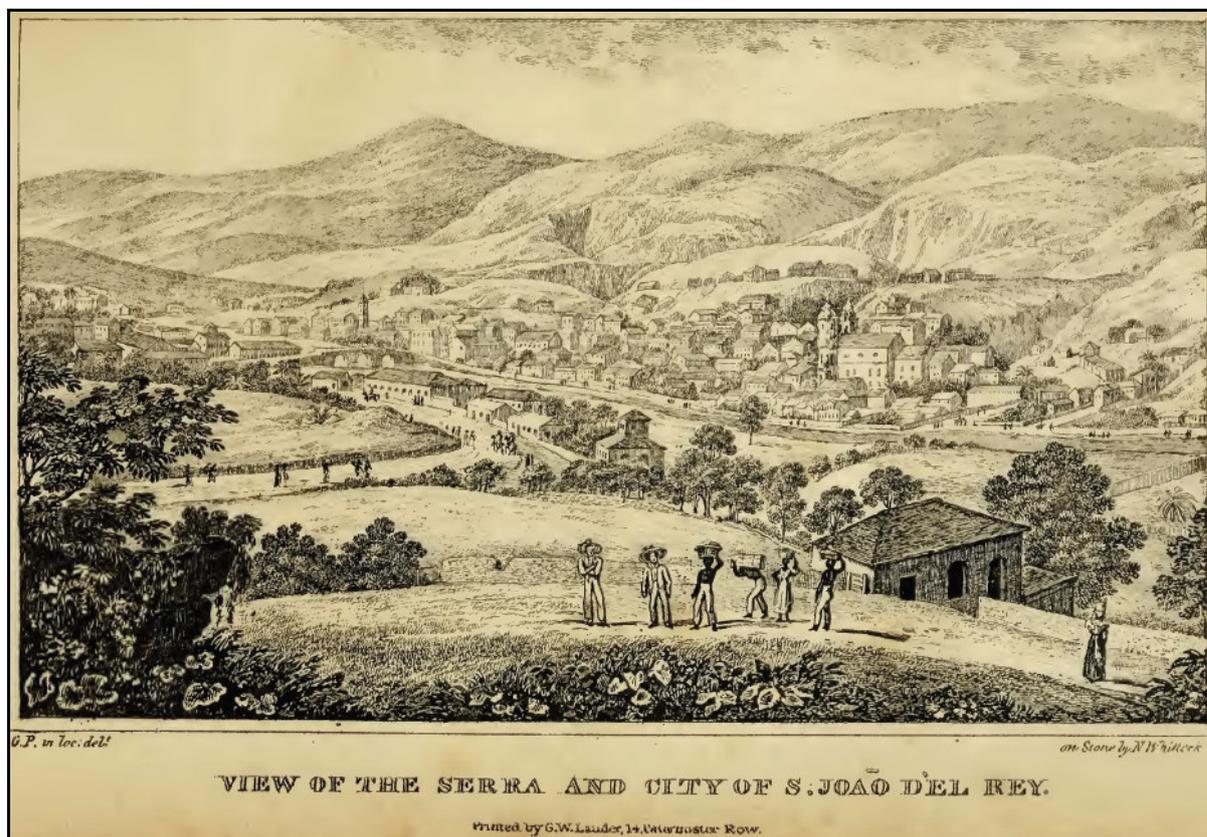


FIGURA 3 - São João del-Rei consolidava-se como pólo econômico e político da Província de Minas Gerais. *Vista da Serra e da cidade de São João D'El Rey*. In: WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, entre páginas 132 e 133.

¹⁰⁵ WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Frederick and A. H. Davis, 1830, vol. II, p. 287-288.

¹⁰⁶ Por *integração* partilhamos da definição de Alcir Lenharo, que a entende como “processo de articulação mercantil desenvolvido entre as áreas produtoras e o mercado consumidor, viabilizado pelos meios de comunicação existentes entre os dois pólos”. Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, p. 28.

¹⁰⁷ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*, p. 86.

Na representação estática, a tentativa do artista em construir uma narrativa sobre a movimentada vila mineira. A *Vista da Serra e da Cidade de S. João del-Rei* reproduzida acima, presente nas *Notícias* do reverendo Robert Walsh, pretende apresentar um panorama dinâmico da localidade, idéia que para lá teria atraído o religioso britânico. Fixemo-nos, de início, à legenda. *Serra e Cidade* ocupam a maior parte da gravura, na qual vêem-se as construções urbanas dispostas ao sopé da imponente formação geológica, como que sugerindo os efeitos do progresso econômico na região. À esquerda, percebe-se uma estrada com muitos transeuntes, corroborando a reputação de vivacidade e animação que a urbe ao fundo gozava, em contraste com a vizinha vila de São José, retratada na mesma obra com as ruas vazias, quase uma *sarapalha* largada para a decadência. Embora não estejam representadas na imagem, o religioso britânico relata que muitas tropas de mulas carregadas de sal chegavam à vila, todas provenientes do Rio de Janeiro. Possivelmente impressionado com a animação da localidade, Walsh descreve São João del-Rei como um lugar de ruas pavimentadas, com muitas lojas com produtos ingleses, principalmente ferramentas e artigos em algodão, destacando, ainda, as iniciativas ilustradas, como a biblioteca pública e o projeto de uma “Sociedade Politécnica”.¹⁰⁸ As ruas movimentadas, as casas e o templo em destaque, além dos empreendimentos culturais, são representações que, num primeiro olhar, levariam o espectador a acreditar numa aventada vida *civilizada* na região.

Contudo, para o viajante britânico, toda e qualquer iniciativa esclarecida esbarrava na degeneração social provocada pela escravidão, que salta aos olhos do observador logo no primeiro plano da imagem. Nele, vêem-se dois homens brancos a frente de trabalhadores negros que transportam objetos visivelmente pesados, provavelmente mercadorias para a vila, demonstrando a força do sistema escravocrata na sociedade mineira. Para além de compor um quadro imaginado da “Princesa do Oeste”, Robert Walsh deixou evidente sua preocupação com o trabalho escravo no Brasil, o que lhe inspirava a compaixão pelo escravo e o horror

¹⁰⁸ Walsh equivoca-se no nome da associação que pretendiam fundar em São João del-Rei. Trata-se, na verdade, do projeto para a instalação de uma “Sociedade Phylopolitechnica”, idealizada por Batista Caetano de Almeida, cujos estatutos foram enviados ao parecer do governo imperial, sendo rejeitados pelo Visconde de Cairu. WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Frederick and A. H. Davis, 1830, vol. II, p. 133. Sobre a “Sociedade Phylopolitechnica” e a Biblioteca Pública de São João del-Rei, ver: MORAIS, Christianni Cardoso. *Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002 (Dissertação, Mestrado em Educação).

pelos efeitos nocivos à sociedade, como a brutalidade nas relações pessoais e a indolência. Perceba que o homem branco mais à esquerda, numa alusão à desvalorização do trabalho, está de braços cruzados. Embora relatasse a presença de mulas pelas vielas de São João del-Rei, são os negros que aparecem carregando os volumes que facilmente seriam transportados por animais de carga. A aparente contradição entre a imagem e o texto serve para o religioso destacar o caráter absurdo do escravismo, pois, como conclui adiante, “enquanto a propriedade de um homem é investida em escravos (...) nenhum mecanismo para abreviar o trabalho manual será admitido ou incentivado no país”.¹⁰⁹ Ao final, a *Serra* e a *Cidade*, descritas na legenda, se desvanecem atrás da cena que representava os entraves que, acreditava Walsh, impediam o desenvolvimento do novo império rumo a uma sociedade humanitária e esclarecida, tornando suas *Noticias do Brasil* parte dos esforços do movimento britânico pela abolição do tráfico de escravos no Atlântico.¹¹⁰

Mas o que levou o reverendo Walsh até São João del-Rei não foi o trabalho escravo. Atraído pelas informações sobre a prosperidade do lugar, o viajante irlandês encontrou uma vila, aos seus olhos, agitada pelo comércio. Decerto, essa efervescência econômica, advinda dos tempos do rei, intensificou o caráter urbano das Minas, acentuado desde a época da mineração.¹¹¹ O cotidiano das vilas recebia novo sentido, caracterizando-se pela sua conformação em local de debate e de mobilização política com a geração de “inúmeros contatos informativos, que iriam, pouco a pouco, mudando hábitos, modos de conduta e de pensamento”.¹¹² De acordo com Ivan de Andrade Vellasco, na medida em que se intensificava o processo de nucleamento urbano desenvolveram-se “formas de sociabilidade e cultura intimamente associadas à experiência cidadina”.¹¹³ Deste modo, o aumento da atividade comercial abria estradas e favorecia as trocas de saberes e técnicas, repercutindo nas relações

¹⁰⁹ WALSH, Robert. *Notices of Brazil*, t. II, p. 363-364.

¹¹⁰ Sobre o abolicionismo britânico e as relações com movimentos religiosos, ver: DRESCHER, Seymour. *Capitalism and antislavery: British mobilization in comparative perspective*. Nova York: Oxford University Press, 1987, p. 111-134.

¹¹¹ D’ASSUMPÇÃO, Lúvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*. 9 (1989): 130-140. Também sobre a urbanização das Minas no século XVIII, ver: MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, Autêntica, 2007, v. 1, p. 55-83.

¹¹² VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – Século 19*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 46.

¹¹³ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*, p. 37.

interpessoais no Centro-Sul do Brasil. Como nos ensina Montesquieu, “a história do comércio é a da comunicação dos povos”.¹¹⁴ De fato, a movimentação ligada à prática mercantil favorecia as transformações nos usos, idéias e modos de viver das pessoas, modificando as atividades e as estruturas político-sociais.

O desenvolvimento econômico ainda possibilitava a animação das atividades culturais, expressa nos movimentos literários, na imprensa e, sobretudo, na organização política dos sujeitos. Com efeito, a vida nos núcleos urbanos ganhava dinamismo, principalmente aqueles lugares situados nas regiões que partilhavam do processo de interiorização metropolitano. Naquele momento, as vilas e arraiais caracterizavam-se, antes de tudo, como uma primeira esfera pública de discussão, que encontrava suas instituições nos templos, mercados, tabernas e associações voluntárias.¹¹⁵ Assim, ocorria a formação dos espaços fundamentais para o florescimento de um ambiente de discussão, influenciando a organização política dos indivíduos em diversos povoados. O *locus* privilegiado desta atividade política e cultural era a “praça pública”. Lembramos que a praça, espaço da vida mundana, era o local onde se “cristalizam os prédios mais básicos da vida social da comunidade”,¹¹⁶ como se percebe pela Matriz no detalhe do mapa da vila de Lorena enviado à Presidência da Província de São Paulo, o qual será analisado com mais vagar no capítulo seguinte (**FIG. 4**). Aliás, o detalhe ainda nos chama a atenção para o papel das construções religiosas como primeiro marco do poder público e aglutinador da vida nas pequenas localidades, fazendo-se presentes nos povoados mais afastados, além de ser um forte indicativo da autoridade clerical na vila.

¹¹⁴ MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis*. Col. Os Pensadores. Trad.: Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 307.

¹¹⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Trad.: Flávio R. Kothe. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003, p. 45.

¹¹⁶ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 94.



FIGURA 4 - Detalhe da Planta da Vila de Lorena (1830).

Mapa base: [Mapa da Vila de Lorena e seus caminhos]. AESP – Ofícios Diversos (Lorena). No. Ordem 1095, Doc. 78, 19 JAN. 1830.

Além disso, a praça constituía-se em “uma espécie de *sala de visitas*”,¹¹⁷ espaço intermediário entre a casa e a rua, onde eram apresentados os patrimônios simbólicos dos grupos em disputa por meio das manifestações que promoviam: discursos, danças, procissões e assuadas de todo tipo. Nos tempos coloniais, as procissões assinalavam o prestígio e a importância de determinados membros da sociedade, como na Procissão de Quarta-feira de Cinzas, ocorrida em São João del-Rei, na qual

Atrás da Mesa se seguirá o Palio, e as varas deste levarão os Irmãos seguintes – O Doutor José da Silveira e Sousa, o Doutor Antônio José de Mello, o Capitão Vicente Ferreira da Silva, o Tenente Caetano da Silva, João Gonçalves de Aguiar, e o Tenente Joaquim José Maneiros.

Doutores e militares compunham as fileiras, segurando as varas do Palio. Certamente, essa ordem estabelecida de antemão tinha como fundamento as hierarquias e as posturas que os indivíduos assumiam perante a sociedade, servindo para acentuar a diferenciação social. Interessante notar que o próprio edital para a festividade a cargo da Ordem Terceira de São

¹¹⁷ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 90-102.

Francisco fazia “saber que a procissão é uma Oração pública feita a Deus nosso Senhor, por um ajuntamento de fiéis, disposto com certa ordem”.¹¹⁸ Tratava-se, desta forma, de tentar impedir com que a desordem das ruas contaminasse a manifestação religiosa. Contudo, mesmo nas Minas católicas oitocentistas, o préstito de Cinzas

torna-se verdadeiro carnaval, [ou seria uma continuação deste?] porque os meninos e mesmo gente que se tem em conta de civilizado cercão a essas figuras dirigindo-lhes apupadas sendo preciso rodeal-as de força armada que é impotente para manter o respeito, só servindo de obstar as pedradas e offensas phisicas (grifo nosso).¹¹⁹

Este relato, feito em meados do século XIX, nos coloca frente à questão da apropriação da praça pública por parte daqueles que nela transitavam. Acontecia verdadeiro choque entre o mundo oficial e o mundo da festa, a “segunda vida do povo”, como dizia Mikhail Bakhtin,¹²⁰ assemelhando-se aos alegóricos *Combates entre o Carnaval e a Quaresma* (1559), do pintor flamengo Pieter Bruegel, o Velho. Esses choques foram possibilitados pela dinamização social e, por que não, política da vida urbana, com a diversificação de atores em circulação pelas ruas das vilas e povoados. Entretanto, o caso ainda apresenta a força daquele universo gestual e iconográfico no século XIX, expresso não apenas nas procissões, mas também nas manifestações dirigidas pela elite política, como as festas e alvoradas, sem esquecer dos espetáculos e diversões populares, qual o alvoroço que provavelmente ocorrera com a chegada do “Grande e extraordinario animal o Elefante Pizarro, que em razão de ser o único no Brasil, e por possuir habilidades, e entendimentos o mais aproximado ao gênero humano não deichara de atrahir a curiosidade do Povo Mineiro” (FIG. 5).¹²¹

¹¹⁸ AOTSF. Livro 1 - Pastorais e Termos. Registro de Edital sobre a Procissão de Cinzas, 11 FEV. 1781.

¹¹⁹ Correspondência da Ordem Terceira de São Francisco de Ouro Preto ao Bispo de Mariana, 1870, citado por TRINDADE, Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/IPHAN, 1951, p. 467-468.

¹²⁰ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, p. 7.

¹²¹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 04 JAN. 1839, p. 4. Sobre espetáculos de circo e teatro na província de Minas Gerais, ver: DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Para uma análise dos anúncios de circo, ver: DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*. Belo Horizonte: Eindhoven Científica Ltda, 2000.

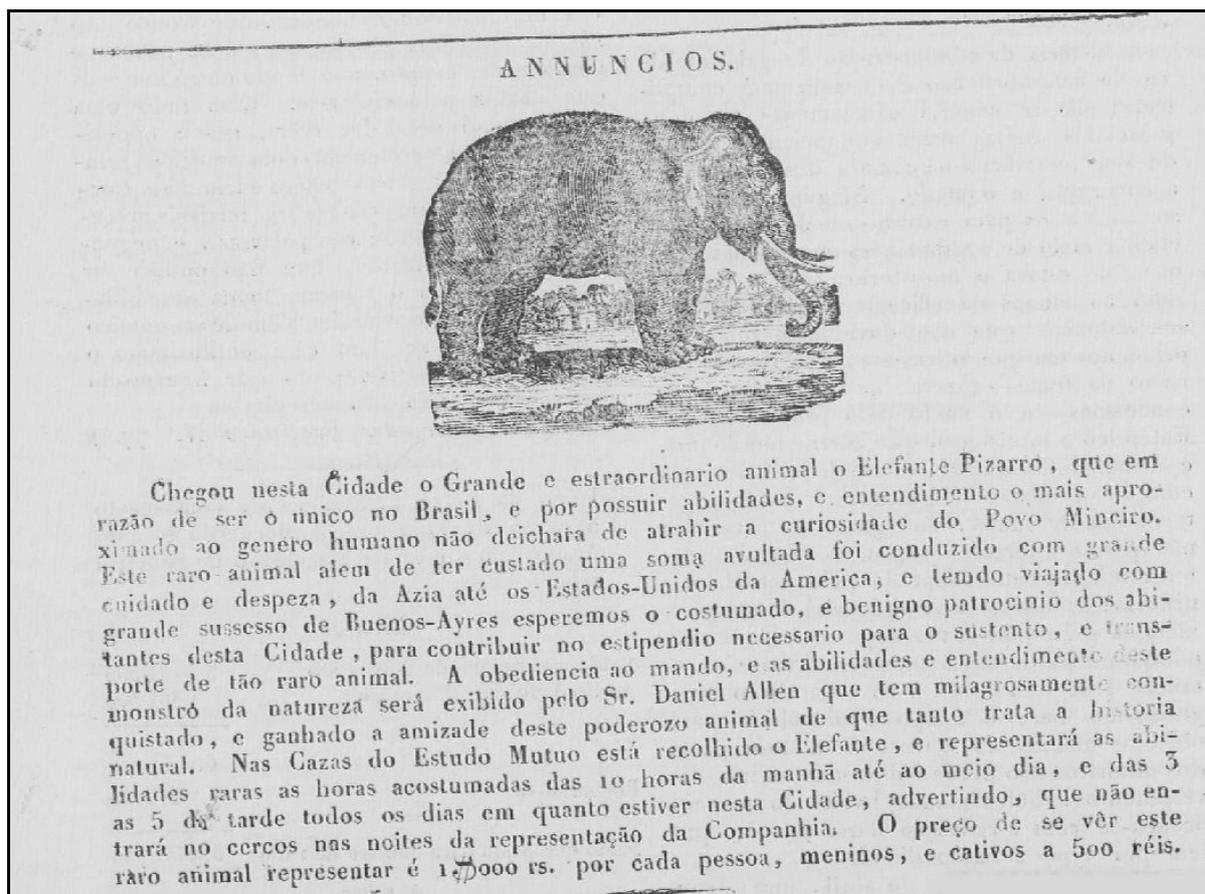


FIGURA 5 - Anúncio da chegada do elefante Pizarro em Ouro Preto. UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 07 JAN. 1839, p. 4.

No Brasil Império, as célebres recordações de Francisco de Paula Ferreira de Rezende demonstram bem o sentido político com que se investia a praça pública. Relembra o memorialista

que nasci e me criei no tempo da regência; e que nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começava logo a ler e aprender a constituição política do império.¹²²

Viver “muito mais na praça pública” significava participar dos rumos políticos da nação. Entretanto, como verdadeira área de encontros, a praça era o ambiente para a demonstração do poder político dos contendores, notadamente dominadores privados, visando à sustentação de suas correspondentes visões de mundo. Porém, o que Ferreira de Rezende relembra é a festa oficial, aquela em que os membros da *boa sociedade* pretendiam direcionar

¹²² REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 53.

o restante dela por meio de uma liturgia política.¹²³ Wlamir Silva apresenta este tipo de festividade ao atentar para uma pedagogia liberal-moderada, tendo a praça como espaço para a relação entre a elite política e o “povo”, cuja relação será tratada mais adiante. Por ora, enfatizamos que a praça, tendo por base a análise de Roberto DaMatta, é o ponto de convergência do olhar.¹²⁴ Portanto, a afirmação de uma hegemonia deveria ter lugar na praça pública, sob os olhares atentos de uma “platéia” inicialmente tomada como informe, inerte e manipulável.

Todavia, a praça pública ainda guardava um significado ligado à atividade mercantil. *O Universal* publicou uma correspondência em que se sugeriam mudanças para o melhoramento da distribuição das mercadorias trazidas pelos tropeiros em Ouro Preto:

Para obviar pois a estes inconvenientes eu proponho à consideração da Câmara que marque dous lugares nesta Cidade que sirvão de praças públicas, às quaes concorrão todos os tropeiros que aqui trouxerem gêneros de qualquer natureza para vender; que se procurem dous lugares mais apropriados, como por exemplo o Largo de S. Francisco em Antonio Dias, e o do Rozario no Ouropreto; que por meio de Editaes se avise aos tropeiros para se reunirem em qualquer desses lugares, que mais cômodo lhes for, e aos habitantes da Cidade que só alli se poderá mercar d’ora em diante. (grifos nossos)¹²⁵

Ao orientar a Câmara Municipal de Ouro Preto para que se organizasse “dous lugares nesta Cidade que sirvão de praças públicas”, o correspondente deixou transparecer um sentido que remonta a uma tradição ocidental. Desde os tempos antigos, a praça pública era o centro movimentado da vida cívica. Na *ágora*, para além da complexa dialética entre a cidade e o campo, os cidadãos poderiam se encontrar para realizar o comércio e discutir a vida política.¹²⁶ Desta forma, economia e política conjugavam-se na praça pública, criando condições para o desenvolvimento de práticas e idéias referentes à própria existência cidadina. Entretanto, diferente dos antigos gregos, o que era apreendido pelos tropeiros com a experiência adquirida nos caminhos transbordava-se com o alarido das transações, em espaços como “o Largo de S. Francisco em Antonio Dias e o do Rozario no Ouropreto”, influenciando a tomada de partido durante a conversação política. Tornava-se inevitável, portanto, a

¹²³ A praça pública como local da liturgia política foi analisada por: SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. A praça pública e a liturgia política. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 81-99, dezembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v22n58a06.pdf>> Acesso em: 27 ABR. 2009.

¹²⁴ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*, p. 93.

¹²⁵ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 14 DEZ. 1829, p. 3.

¹²⁶ PICARD, Charles. *La vie dans la Grèce classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973, p. 108.

expansão de idéias que se traduziam na vivência das pessoas no meio dos lugares públicos, atingindo vários sujeitos independentemente da condição social, conquanto tocasse de maneiras distintas cada um desses mesmos indivíduos.

No final do Primeiro Reinado, a situação tensa contribuiu para efervescer a praça, intensificando-se as discussões políticas, principalmente pela ação dos grupos liberais. Contudo, ao mesmo tempo em que a praça era tomada como ambiente da conversação e da euforia liberal, ela gerava os elementos que impingiram o medo e a insegurança à “boa sociedade” do Império. Aquela “massa”, tida pela elite como passiva e amorfa, revelava-se potencialmente “perigosa”. Naquele contexto, a questão “por quem sou governado?” tornara-se uma constante,¹²⁷ com a ampliação dos agentes e interlocutores do debate político. Com isto, um novo tipo de “pregoeiro” incitava a população, “reivindicando uma distribuição democrática do poder entre os cidadãos que participam ou pretendiam participar da feitura das leis”.¹²⁸ Para enfrentar esta possível movimentação popular, *O Universal* desesperadamente rebatia:

E convirá a resistência do povo para corrigir os defeitos das Eleições? Não. Este precedente uma vez estabelecido, os vínculos sociais romper-se-ão, e a anarchia virá submergir a todos em um pélago profundo de desordens. Se ao povo for licito juntar-se, para resistir aos Decretos do Corpo Legislativo, ou dissolve-lo, então que Poder Nacional se julgará seguro, e a abrigo de uma insurreição? Eis-ahi o que é fazer mal, pensando-se talvez que se faz bem; aconselhar indiscretamente a rebellião, preparar o povo para a desordem, e ameaçar o Estado com uma funesta ruína.¹²⁹

A praça pública aparecia como local do enfraquecimento dos vínculos sociais estabelecidos, transfigurada como o lugar da “insurreição” e da “anarchia”, constituindo um mundo à parte: o “mundo da desordem”.¹³⁰ Assim sendo, o sentido popular da praça parecia impor-se, como “ponto de convergência de tudo que não era oficial”, levando o medo aos senhores das casas porque, à maneira exposta por Bakhtin, “o povo aí tinha sempre a última palavra”.¹³¹

¹²⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 127.

¹²⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p.127.

¹²⁹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 12 AGO 1831, p. 3.

¹³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 115.

¹³¹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, p. 132.

Com efeito, indivíduos de condições sociais diversas encontravam na praça pública o único local que lhes era permitido freqüentar, entrando em contato com novas concepções de mundo através da conversa e da leitura, tanto silenciosa como oralizada, de periódicos, pasquins e folhas volantes. Esta circularidade não excluía o “elemento servil”, pois qualquer sujeito poderia ler ou escutar a leitura de algum texto, como um rapaz pardo que fugiu da freguesia de Ouro Fino em maio de 1828 que, além de “bom alfayate”, apresentava os seguintes sinais: “pardo guarapado, baixo, bem barbado, meio beçuado, bons dentes grandes e alguns abertos, chama-se Bruno, sabe pouco ler, e levou passa-porte falso” (grifo nosso).¹³² Outros escravos poderiam tirar significado das conversas que presenciavam pelos caminhos de Minas, como possivelmente ocorrera com os crioulos Jerônimo e Roque, arrogados cabeças da Revolta de Carrancas. De acordo com Marcos Ferreira de Andrade,

Como exerciam a atividade de tropeiro e faziam freqüentes viagens ao Rio de Janeiro, o que certamente lhes facultava maiores facilidades em captar o clima de conturbação política da Regência, ficaram encarregados de providenciar armamentos para garantir o sucesso da revolta, acusação confirmada pelos próprios réus.¹³³

Certamente, além de transportar mercadorias e armamentos, esses escravos tornavam-se transmissores de idéias e notícias ao apreenderem a gravidade do contexto, como no momento da Sedição Militar de Ouro Preto, no ano de 1833. Contudo, esses casos nos fazem retomar uma característica marcante de Minas Gerais no século XIX: a província com maior número de escravos. Conforme Laird W. Bergad, “o trabalho escravo não apenas se manteve como elemento central da economia e da sociedade, mas a população escrava se expandiu firmemente”.¹³⁴ Essa expansão populacional tem fomentado debate intenso sobre a origem dos escravos, envolvendo estudiosos que, de um lado, acreditam na preeminência do tráfico negreiro e, de outro, aqueles que defendem a primazia da reprodução natural dos negros suplantando o número de cativos importados. Como essa questão não constitui o foco de

¹³² FAROL PAULISTANO (O). São Paulo, 05 AGO 1829, p. 1048.

¹³³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833)*. p. 13. Disponível em: <http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html> Acesso em 25 FEV. 2006.

¹³⁴ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 21.

nosso trabalho, eximimo-nos dela.¹³⁵ Por enquanto, interessa-nos a variedade de sujeitos que trabalhavam na província, cuja presença não afetava apenas a economia, mas repercutia na visão de mundo da elite agrária, contribuindo na constituição de um ideário liberal que conciliava as liberdades política e econômica à sujeição daqueles que compunham o “mundo do trabalho”.



Voltemos brevemente ao *pano de boca* de Debret (**FIG. 1**). Além de mineiros e paulistas, foi representada toda uma sorte de pessoas, como índios e caboclos, protestando fidelidade ao Império. Entretanto, naquela imagem, os negros são os únicos tipos sociais que aparecem com instrumentos de trabalho. Na representação inaugural, Jean-Baptiste Debret procurou pôr em evidência os produtores das riquezas do nascente império, inserindo no espetáculo a importância que seus patronos viam no escravismo para a organização do mundo da produção. A escravidão era mantida e defendida, sendo inclusive omitida nos debates constitucionais,¹³⁶ porque “proporcionava alta lucratividade e por isto era impossível se empreender a defesa ou sequer concordar com argumentos em prol dos direitos individuais”.¹³⁷ Conciliar liberalismo e escravidão apresentava-se como um desafio para políticos como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que rejeitavam a abolição do tráfico intercontinental, temendo “tendências barbarizadoras” sobre a sociedade brasileira. Afinal, como o mineiro discursou no Senado, “a África tem civilizado a América!”¹³⁸

¹³⁵ LIBBY, Douglas Cole. “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, Autêntica, 2007, v. 1, p. 428-430.

¹³⁶ BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de Bivar. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 81.

¹³⁷ PRADO, Maria Emilia. “Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambigüidades do Império do Brasil”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, p. 172.

¹³⁸ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Discurso no Senado, sessão de 25 de abril de 1843. In: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Col. Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 268.

A sociedade brasileira ainda vivia outra ambigüidade. O braço escravo, para além de força motriz da economia, representava ainda um perigo aos olhos dos senhores. Pelo menos para a elite “branca”, vivia-se permanentemente a tensão de se abrigar o inimigo na própria casa. A presença negra atemorizava tão fortemente que deveriam ser evitadas quaisquer informações que evocassem a rebelião e a conseqüente transformação da “terra de Cabral em habitação haitiana”.¹³⁹ Com efeito, a revolta de escravos ocorrida na ilha de Santo Domingo, em 1792, repercutiu profundamente no mundo luso-brasileiro, cristalizando-se no imaginário político do Oitocentos. Com rebeliões escravas eclodindo pelo Império, como o episódio de Carrancas, a rede de repressão foi ampliada, implementando-se práticas de controle social, como a formação dos códigos de posturas municipais. Enfim, colocou-se todo negro sob suspeita.¹⁴⁰

A suspeita transformava-se em pânico quando chegavam notícias de revoltas e assassinatos cometidos por escravos. Marcos Ferreira de Andrade foi um dos pioneiros no estudo desses levantes, destacando a sublevação que teve lugar na freguesia de Carrancas como “uma das rebeliões mais dramáticas da história da escravidão no Brasil”.¹⁴¹ Na tarde do dia 13 de maio de 1833, iniciou-se o levante na fazenda Campo Alegre que, à época, era grande unidade escravista de propriedade do deputado Gabriel Francisco Junqueira. O filho do deputado, responsável pela administração da fazenda, foi assassinado pelo escravo tropeiro Ventura Mina, imputado líder do movimento. A partir daí, os revoltosos dirigiram-se às outras fazendas dos Junqueira, assassinando outros membros da família, inclusive crianças. Fiando-se nos relatos sobre o crime, Andrade enfatiza que

a crueldade com que foram executadas as mortes, relatadas com detalhes no auto de corpo de delito indireto, certamente contribuiu para extremar o pavor em relação às

¹³⁹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 18 JAN. 1832.

¹⁴⁰ LARA, Sílvia Hunold. Trabalhadores escravos. *Trabalhadores*. São Paulo, v. 1, p. 4-19, 1989. Sobre o haitianismo, ver: MOTT, Luiz. “A Revolução dos negros no Haiti e o Brasil”. In: *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988, p. 11-48; MOREL, Marco. O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX. *Almanack Braziliense* (Online), São Paulo, v. 2, n. 2, p. 76-90, 2005.

¹⁴¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. O outro 13 de maio. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 2: 69-73. Agosto de 2005. Citação à pág. 70. Também de ANDRADE, sobre o mesmo assunto: *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História); “Revolta de Carrancas”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 635-637; *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 298-314.

rebeliões escravas, reforçar os mecanismos de controle e repressão e revelar o caráter aterrador da violência coletiva em si.¹⁴²

Destarte, a morte violenta, que “está no horizonte da vida sórdida, bruta e angustiada”,¹⁴³ apresentava-se quase tangível, incutindo o medo ao revelar a precariedade da condição humana e relembrar aquele “teor violento da vida” de que nos fala Johan Huizinga. Como conclui o historiador holandês, em “todas as épocas o infortúnio deixa mais vestígios do que a felicidade”.¹⁴⁴ Assim, em meio a notícias aterradoras, “um sentimento geral de calamidade iminente ameaçava todos”, aproximando, sob o olhar da “boa sociedade”, as Regências à imagem obscurecida da Idade Média: “Toda a sociedade se estorcia em sofrimentos e apreensões, graves do futuro, resultado da falta de socego, das convulsões e terrores da situação”, como afirmava um dos construtores da memória nacional.¹⁴⁵

Contudo, de acordo com os próprios cativos comprometidos, o caso de Carrancas apresenta conexões com outros eventos que aconteciam simultaneamente na província. Deste modo, o escravo José Mina respondeu nos autos

que tinha havendo a Ventura [Mina] que Francisco Silvério tinha sido o cauzador de tudo isto dizendo que os brancos no Ouro Preto estando se guerriando entre si matando aos outros e que era boa ocasião d’elles se levantarem, ficarem forros matando a seos senhores.¹⁴⁶

Acerca do envolvimento do branco Francisco Silvério Teixeira, conhecido fazendeiro e proprietário de escravos do termo de Campanha, Andrade explica que

Quando as testemunhas foram inquiridas sobre a possível participação de pessoas livres no agenciamento de escravos para a insurreição, Francisco Silvério Teixeira apareceu como principal suspeito. (...) Além de ser acusado de agenciar escravos e incitá-los à rebeldia, pesava sobre ele a suspeita de promover a insurreição com o

¹⁴² ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833)*. Disponível em: <http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html> Acesso em 25 FEV. 2006, p. 7.

¹⁴³ RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 55.

¹⁴⁴ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ulissea, s.d., p. 9. Sobre Huizinga, ver: PAULA, João Antônio de. Lembrar Huizinga: 1872-1945. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 15 (1), p. 141-148, jan.-abr. 2005.

¹⁴⁵ SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro IIº 1831-1840*. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [1888], p. 25.

¹⁴⁶ MRSJDR. Processo-crime de Insurreição (1833), Auto de Perguntas feitas ao escravo Jozé Mina, f. 131v. Processo referente à Revolta de Carrancas, São João del-Rei (1833). Disponível em: <http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html> (imagem 0254) Acesso em 25 FEV. 2006.

objetivo de desviar a atenção da marcha de combatentes que se formava na vila de São João del-Rei, a fim de enfrentar os sediciosos de Ouro Preto.¹⁴⁷

Percebe-se que os escravos tinham consciência da situação complicada pela qual atravessava a província, valendo-se dos distúrbios que ocorriam na capital para “ficarem forros”. Embora não se tenha notícia da reação, sabe-se que os amotinados foram subjulgados e presos pouco tempo depois. A repressão foi exemplar com a condenação à morte e execução por enforcamento de dezesseis cativos. Além disso, a Revolta de Carrancas traz à tona a afronta à ordem privada escravista,¹⁴⁸ principalmente com o suposto envolvimento de Francisco Silvério Teixeira, incitando os “bens semoventes” dos Junqueira. Essa imagem concentra em si uma força aterradora, cujo desastre foi rememorado pelo Cônego Marinho:

Já em 1833, havia tido esse Partido [conservador] uma tão infernal idéia e a família Junqueira foi quase toda massacrada pelos escravos, que em uma das fazendas não deixaram vivo nenhum menino de peito; e existem nos cartório da cidade de São João del-Rei provas irrefragáveis, e os desembargadores Manuel Machado Nunes e Gabriel Mendes dos Santos são testemunhas irrecusáveis de que essa catástrofe fora promovida pelos facciosos de 1833, que foram Legalistas de 1842.¹⁴⁹

Entretanto, como salienta Andrade, a instrumentalização de escravos e de pessoas livres pobres no embate político era costume entre as facções em disputa no período regencial.¹⁵⁰ Essa manipulação das camadas inferiores da população poderia acontecer, inicialmente, de acordo com os interesses dos grupos políticos e dos poderosos locais, sendo assim mais uma faceta da relação entre as elites e o “povo” que trataremos para diante.

As Minas das Regências não eram marcadas apenas pelas revoltas do elemento servil. Ao passo em que se organizava a rebelião escrava em Carrancas, eclodia na capital da província uma sedição conhecida como a Revolta do Ano da Fumaça ou Sedição Militar de Ouro Preto. Aproveitando-se da ausência do presidente da província, os insurrectos principiaram o levante na madrugada de 22 para 23 de março. De acordo com Francisco

¹⁴⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 305.

¹⁴⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 20.

¹⁴⁹ MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 201.

¹⁵⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*, p. 305-306.

Iglésias, os envolvidos no movimento alegavam que sofriam perseguição por parte do vice-presidente da província, Bernardo Pereira de Vasconcelos, padecendo com a violência cometida pelos militares. Outras justificativas foram apresentadas, como o aumento dos impostos sobre a aguardente e a proibição do enterramento em igrejas.¹⁵¹ Com a tomada da Capital pelos insurgentes, o governo legal refugiou-se em São João del-Rei, instalando nesta vila o governo provisório a 5 de abril. Para abafar a insurreição, a Regência mandou o Marechal José Maria Pinto Peixoto, que contou com o apoio de “6.000 Guardas Nacionais” e de municipalidades da Província. Após travarem-se vários combates, com as forças sediciosas exauridas, Pinto Peixoto marchou para Ouro Preto, sufocando a sedição a 23 de maio do mesmo ano.¹⁵²

Proclamações, alvoradas e te-déuns marcaram o “Triunfo da Legalidade” sobre “uma execranda sedição, que ameaçava as fortunas de uns, pedia as cabeças de outros, e quebrantava todas as Leis”, como discursava o padre Justiniano da Cunha Pereira aos habitantes do distrito do Lamim. Do alto do púlpito, o religioso encerrava a explanação sobre o conflito:

Mas vós dispensareis, Senhores, de descrever Scenas trágicas, que tanto horrorizão a humanidade: basta dizer-vos que por toda parte os Liberaes são invencíveis, e vem como se estivessem encerrando em uma nuvem, permanecem illesos, e derrotão seus inimigos. (...) Assim, assim cahio a soberba Jericó aos golpes de Israel triunfante. E que mais falta para completa a victoria? Ouopretana! Abri as portas da Cidade, deixai entrar os Vencedores; que a custa do seo sangue vão reconduzir sobre vós a império da Justiça, e da Verdade, que mãos iníquas havião dissipado.¹⁵³

Evidentemente, o discurso do padre Justiniano fez parte de um conjunto de práticas que buscava consolidar a versão dos vencedores ao supervalorizar o conflito, aproveitando-se da situação para estigmatizar o inimigo e consolidar a superioridade dos “Liberaes invencíveis” num processo de redefinição das identidades políticas em confronto. Convém observar que, poucos anos depois, o mesmo padre faria parte do movimento regressista, rebatendo o grupo que ajudou a fortalecer no início das Regências. Ao fim e ao cabo, como definiu Walmir Silva, a Sedição do Ano da Fumaça foi uma “fantasmagoria”, isto é, um

¹⁵¹ IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 4. p. 458.

¹⁵² IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”, p. 458-460.

¹⁵³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 04 SET. 1833.

espetáculo luminoso que ofuscava os argumentos dos revoltosos, apresentando uma imagem “criada para consolidar a hegemonia moderada no plano simbólico, a partir do deslocamento de sentido de pequenas disputas cotidianas intraclasse e intraconsenso para uma antinomia útil, porque criando uma região de reforço ao consenso já existente”.¹⁵⁴

A supremacia liberal-moderada, que se verificou na primeira fase das Regências, foi tratada com rigor por Wlamir Silva. Utilizando o conceito gramsciano de hegemonia, Silva investigou as “características, ações e ideais de uma fração da elite política brasileira”, atentando para sua atuação “na dinâmica da construção de um projeto político nacional”.¹⁵⁵ Essa parcela corresponde ao grupo que exerceu uma preeminência fundamentada sob os pressupostos do liberalismo moderado, garantida por intermédio de uma pedagogia política que envolvia a imprensa, as festas, o teatro, as sociedades políticas e as bibliotecas públicas, além de forte manipulação da memória coletiva.

A elite liberal moderada, então senhora da situação, tratou de afirmar sua superioridade por meio de sinais visíveis ao povo. Dessa forma, em 1834, erigiu-se um monumento na leal São João del-Rei, o *Chafariz da Legalidade*, comemorando a vitória legalista e o período no qual a vila foi capital provisória de Minas Gerais na data que encima a construção (**FIG. 6**). Ao inaugurar o monumento, o grupo vitorioso desejou impor sua visão de mundo num procedimento que visava “bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial” (tradução nossa).¹⁵⁶ O Chafariz, marco do ideário liberal-moderado, foi edificado no Largo Tamandaré às expensas

¹⁵⁴ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 319.

¹⁵⁵ SILVA, Wlamir José da. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. É preciso ressaltar que a “hegemonia” não foi tratada por Antonio Gramsci de maneira precisa como um conceito ou teoria pronta e acabada, aparecendo, em contrapartida, mais como análise de fenômenos específicos. Entretanto, pode-se entender a idéia de “hegemonia” como uma relação educacional que se opera “através das atividades e iniciativas de ampla rede de organizadores culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade”. Exercer a hegemonia não é uma operação de domínio unidirecional, mas um exercício que “reforça a capacidade dos grupos dominantes para olhar além do próprio interesse corporativo e estreito e, portanto, ampliar sua ação e influência sobre o resto da sociedade”. Isto nos ajuda a compreender a ação do grupo liberal-moderado na sociedade mineira do início das regências nos termos de uma *pedagogia política*. Cf. BUTTIGIEG, Joseph A. “Educação e hegemonia”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Le Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 46-47.

¹⁵⁶ NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Memoire: La Republique*. Paris: Gallimard, 1986. tomo 1, vol. 1, p. 38.

dos cidadãos que contribuíram para a subscrição.¹⁵⁷ Posteriormente, o monumento foi trasladado para a Rua da Misericórdia, onde permanece até hoje.



FIGURA 6 - *Chafariz da Legalidade*. São João del-Rei (créditos: Cris Carezzato, 2009).

Andréa Lisly Gonçalves adverte que “o movimento não se limitou à tomada de poder pelos sediciosos a 22 de março, tendo suas raízes no ano de 1831, e que seus desdobramentos não se limitaram a Ouro Preto”.¹⁵⁸ Os efeitos da sedição estenderam-se para outras regiões, atingindo as comarcas de Sabará e do Rio das Mortes. Além disso, a revolta insere-se num quadro mais amplo, que guarda seus vínculos com os motins ocorridos em Santa Rita do Turvo em 1831, nos quais se organizou uma aliança instável, “constituída por uma elite, supostamente de cariz restaurador, associada a parcelas significativas das ‘classes heterogêneas’, [compostas por] homens pobres, mestiços, forros e escravos, africanos e

¹⁵⁷ ASTRO DE MINAS (O). São João del-Rei, 06 MAR. 1834.

¹⁵⁸ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 81-82.

crioulos”.¹⁵⁹ Por esse exemplo, percebe-se como os grupos “declinantes” mobilizaram elementos diversos da sociedade para fazer valer suas demandas.

Indo além da abordagem que privilegiou a ação das elites vinculadas ao setor agrário-exportador, Andréa Lisly Gonçalves chama a atenção para a atuação de parcelas da população, visivelmente alijadas do processo político formal, por meio de revoltas com matizes étnicos e sócio-econômicos. Gonçalves percebe que as questões étnicas foram “tematizadas no calor das lutas e se transformaram em elemento de identidade entre os agentes históricos”, ultrapassando, em determinados momentos, as mobilizações de ordem político-institucional que se pautaram na “ruptura com a ordem precedente”.¹⁶⁰ Conquanto ricos proprietários tenham exercido papel relevante nas sedições que salpicaram pela Província de Minas Gerais, houve arregimentação, por parte desses mesmos atores, das camadas pobres da população – as “classes heterogêneas” – numa “aliança” que se apresentava instável porque não se restringia ao simples controle pela camada mais favorecida socialmente, representando um desafio à instauração da estabilidade política pela elite hegemônica.¹⁶¹

Os conflitos intraelite continuaram ocorrendo, principalmente quando se chocavam interesses locais. Pelas três horas da tarde do dia 7 de setembro de 1833, os cidadãos do arraial de Camanducaia aclamaram a elevação do local à condição de vila, aproveitando-se do “aniversario da nossa felis Independência” para se declararem “independentes da Villa de Pouzo Alegre [até] a dicizão do Imperador”. Conforme o comunicado enviado pelo juiz de paz suplente à Câmara Municipal de Pouso Alegre, esta deveria “cessar d’Ora em diante a Jurisdição” sobre a “Villa aclamada de Camandocaia” até a “mencionada dicizão”.¹⁶²

De acordo com o relato divulgado pelo *Universal*, extraído do *Recopilador Mineiro*, ao proclamarem a vila os cidadãos, num “acto inteiramente opposto à Constituição do Império e às Leis existentes”, levantaram o “Pelourinho e consta até que passavão a nomear Câmara, e

¹⁵⁹ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 56.

¹⁶⁰ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 138.

¹⁶¹ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 56.

¹⁶² APM – Presidência da Província. PP¹ 33 Cx. 199, Doc. 56, 14 SET. 1833. Correspondência do juiz de paz Pedro de Alcântara e Silva à Câmara de Pouso Alegre de 09 SET. 1833.

mais autoridades, sem que para isso precedesse ordem alguma legal”.¹⁶³ Quando inauguraram a coluna no Largo do Rosário, os envolvidos retomaram um costume dos tempos da Colônia para simbolizar a elevação do povoado à categoria de vila e sede municipal. Contudo, a ereção do pelourinho poderia suscitar a aversão dos liberais, que consideravam o ato uma aceitação da tirania e uma afronta ao governo constitucional.

Abalada pela Sedição Militar de Ouro Preto, a Câmara Municipal de Pouso Alegre tomou o ato como um levante, requisitando “a força dos três Batalhões de Guardas Nacionais deste Município para estarem prontos” para por em prática as ordens da Presidência da Província. Embora as autoridades inicialmente não tivessem “dados percizos para anunciar [quais] são os motores desta dizordem, e quaes os que estão no seu entereçe (sic)”,¹⁶⁴ soube-se que o movimento foi planejado pelo padre Francisco de Paula Toledo, o qual tornou-se, anos mais tarde, num dos “principaes chefes conservadores” de Santo Antonio de Paraibuna (São Paulo).¹⁶⁵ O padre Toledo, que contou com o apoio dos juízes de paz de Santa Rita, Cambuí e Capivari, organizou o povo e os guardas nacionais para aclamar a nova municipalidade, justificando o movimento pela demora da Câmara em responder a proposta de elevação do arraial e pelas reclamações feitas pelos habitantes contra as arbitrariedades das autoridades judiciárias de Pouso Alegre.¹⁶⁶

A liderança exercida pelo padre Francisco de Paula Toledo no acontecimento de Camanducaia mostra a preeminência do clero na vida política do Império, explicada pela autoridade advinda dos tempos da Colônia e pela forte presença entre a elite intelectual brasileira. Em vários momentos, foram esses religiosos que assumiram as lideranças locais, mobilizando a população sob sua esfera de influência, principalmente com a ausência de outros sujeitos que pudessem lhes fazer frente. Aliás, não raro religiosos se envolviam em disputas de poder, como o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, vítima de um “complô

¹⁶³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 14 OUT. 1833.

¹⁶⁴ Correspondência da Câmara de Pouso Alegre à Presidência da Província, 14 SET. 1833. Arquivo Público Mineiro

¹⁶⁵ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados Sessão de 1857*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1857, apêndice p. 114.

¹⁶⁶ QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1933, p. 48-54.

que envolveu seus inimigos pessoais e políticos que moravam” em Pouso Alegre.¹⁶⁷ Sacerdotes como José Antonio Marinho, Justiniano da Cunha Pereira e o próprio José Bento, para ficar apenas com alguns nomes conhecidos, utilizaram-se não apenas dos espaços oficiais de poder, mas de locais como as sociedades polícias e a imprensa periódica, assumindo uma posição que lhes garantia ampliar suas vozes, a fim de incutir suas propostas religiosas e seculares em seu rebanho e, conseqüentemente, participar dos rumos políticos do Brasil, como talvez pretendia o padre Toledo.¹⁶⁸

Os atritos no arraial de Camanducaia exemplificam, ainda, a função adquirida pela esfera administrativa no Império. Para Andréa Slemian, “a valorização da esfera administrativa na garantia das necessidades locais e na luta contra as arbitrariedades [...] foi uma das vertentes mais importantes na prática dos valores da nova ordem”. Assim, de ambas as posições, recorreram-se à administração para resolver aquilo que consideravam como problema: de um lado, os habitantes do arraial, que reclamavam das arbitrariedades cometidas pelas autoridades de Pouso Alegre; do outro, a Câmara Municipal assustada com aquilo que considerava uma revolta, reclamando contra a “inconstitucionalidade” da aclamação. Por fim, o evento serviu para consolidar o governo provincial ao se promulgar a elevação de Camanducaia à categoria de vila em 1840, sob a denominação de Jaguari, o que contribuiu para “a existência de uma esfera de atuação deliberativa das várias autoridades locais”.¹⁶⁹

Deve-se atentar, no entanto, para o fato de que fatores de ordem local concorriam para desestabilizar as vilas, exaltando os ânimos da população, como as eleições de juizes de paz e a carestia de víveres:

Brasileiros! Nós já principiamos a gemer com o flagelo de todas as precisões; a falta de numerário tem paralisado o nosso comércio: a tibieza da Instrução pública tem aniquilado a nossa indústria e a Agricultura acha-se inteiramente no abandono e por isso a penúria dos víveres constantemente nos ameaça com a mais terrível fome.¹⁷⁰

¹⁶⁷ PASCOAL, Isaías. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político: o liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, n° 37: p.208-222, Jan/Jun 2007, p. 215.

¹⁶⁸ Para um estudo dos padres na política imperial, ver: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e política no primeiro reinado e regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, NOV. 2008, p. 127-137.

¹⁶⁹ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: USP, 2006 (Tese, Doutorado em História), p. 227.

¹⁷⁰ Documentos da Sedição de 1833. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1902, p. 113 citado por GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 84.

A proclamação nos mostra que o medo da fome grassava pela região central da província. No entanto, casos de carestia não constituíam novidade. Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), por ocasião de sua viagem pelo Norte de Minas, relata que os habitantes do Sertão

queixavam-se de que há vários anos tinham morrido por esse motivo [seca] grande número de cabeças; (...) Não só a seca de 1814 matou muitas cabeças, como ainda acarretou fome geral. Os homens nutriam-se de mel e frutos selvagens, e, tão imprevidentes como os índios, abatiam as árvores para colher seus frutos. (grifo nosso)¹⁷¹

Ao analisar as flutuações dos índices gerais de preços na praça mercantil de São João del-Rei, Afonso de Alencastro Graça Filho explica-nos que a alta dos preços no período entre 1829 e 1836 deveu-se, dentre outros motivos, à epizootia que acometeu os rebanhos de gado vacum mineiros, com auge em 1832. No ano seguinte, ao mesmo tempo em que ocorriam as agitações na cidade de Ouro Preto, toda a província vivia a carência de gêneros de primeira necessidade. Mesmo áreas de agricultura voltada para o abastecimento, como a Comarca do Rio das Mortes, passavam por situação semelhante. A Câmara Municipal de São João del-Rei recusou-se, inclusive, a acatar a solicitação de remessa de alimentos pelas autoridades de Mariana, alegando que a cidade também sofria com a falta de alimentos.¹⁷² Como observa Andréa Lisly Gonçalves, a partir da instalação do governo de Manoel Soares do Couto, “os problemas de abastecimento nas áreas centrais da província se mostraram ainda mais funestos com a desorganização do comércio de víveres”.¹⁷³ Nesse sentido, é sintomático a estratégia das forças legalistas de cortar o abastecimento de gêneros ao sitiar Ouro Preto, enfraquecendo os revoltosos naquilo de mais básico à vida.

A carestia ainda provocava turbulências políticas:

As causas físicas, e moraes que tem concorrido para esta penúria que nos todos sentimos são muito patentes; mas apesar disso existem ainda homens tão maos que se aproveitão de circunstancias extraordinárias para fomentarem intrigas, e trazer o povo em continua agitação, esquecendo-se de que nesta calamidade publica todos soffrem

¹⁷¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 315.

¹⁷² GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p. 183.

¹⁷³ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008, nota à p. 84. Ainda sobre a falta de alimentos, para um período posterior, ver: EUGENIO, Alisson. Carestia de alimentos em Minas Gerais no início da segunda metade do século XIX. *Revista de Economia Política e História Econômica* (São Paulo), v. 1, p. 26-49, 2007.

igualmente, é que quando a miséria chega a um paiz, nenhum de seos habitantes esta livre de soffrer os seos effeitos: não importa cousa alguma que o homem pertença a este, ou aquelle circulo, que tenha estas ou aquellas opiniões; todos padecem igualmente. E para que servem essas Proclamações incendiarias que se tem espalhado por diversos pontos, e muito principalmente pelo Arraial de Catas-Altas, attribuindo-se os effeitos naturaes, ou os decretos da Providencia a causas inteiramente políticas?¹⁷⁴

Desta forma, não podemos subestimar fatores como a miséria e a fome atuando como ingredientes das convulsões sociais. Com os sujeitos inteiramente sob o império da “força desumanizadora da necessidade, que subjuga e reduz o homem à coerção do fluxo vital de seu corpo”,¹⁷⁵ a manipulação política e, conseqüentemente, a sublevação popular tornam-se mais factíveis. Com efeito, os autores das “Proclamações incendiarias” que circulavam pelo arraial de Catas Altas aproveitaram-se da suscetibilidade causada pela carestia de víveres para “fomentar intrigas, e trazer o povo em continua agitação”. Longe de promover transformações duradouras na sociedade, a carência mata a liberdade ao colocar o sujeito sob o domínio material do outro. Daí o problema em se generalizar o acesso a uma “opinião pública” na província. Afinal, como nos ensina Hannah Arendt, os homens devem se libertar das necessidades da vida para exercitar suas vozes: a libertação como condição para a liberdade.¹⁷⁶ Dessa forma, a necessidade, pelo seu caráter urgente, impossibilita a formação de um espaço público, já que a pobreza “submete os homens ao império absoluto de seus corpos”.¹⁷⁷

Embora a crise tenha se propagado, ela fez-se sentir mais fortemente nas comarcas de Ouro Preto e do Serro. Alegavam os vereadores de Diamantina que, em decorrência das intempéries das estações “os gêneros de primeira necessidade nos annos de 1831, e 1832 chegarão a tão alto preço, que absorveo as fortunas mediocres, e desaranjou as maiores”. A situação levou a Presidência da Província a expedir instruções para uma “subscrição voluntária em favor das Comarcas que estão mais expostas ao flagello da fome, como são indubitavelmente as duas do Serro, e Ouro Preto”.¹⁷⁸ Infelizmente, os momentos de tensão

¹⁷⁴ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 20 NOV. 1833.

¹⁷⁵ DUARTE, André. As revoluções modernas entre o passado e o futuro: repetição transfigurada da origem. In: *O Pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 274.

¹⁷⁶ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 194.

¹⁷⁷ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Trad.: Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990, p. 48.

¹⁷⁸ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 18 DEZ. 1833.

ocasionados pela fome persistiram, como explica Sebastião Ferreira Soares, como “consequencia resultante da irregularidade das estações nestes ultimos annos, e mesmo do desvio de não poucos braços dos trabalhos da lavoura”.¹⁷⁹ Nas décadas seguintes, argumentava Soares, a mão-de-obra foi paulatinamente transferida para a agricultura de exportação, mais rentável, relegando a segundo plano as atividades de abastecimento. Na conclusão do autor, “o resultado de tão errôneo raciocínio devia infallivelmente trazer a alça do preço dos gêneros alimentícios”, fustigando a população.¹⁸⁰



Para além dos efeitos perniciosos da carência e da carestia de comestíveis, os casos demonstram a heterogeneidade de Minas Gerais, exposta na diversidade natural e humana distribuída em sua dimensão territorial. Característica essa que talvez tenha levado Milliet de Saint-Adolphe a afirmar, erroneamente, que Minas Gerais era a província “de maior extensão entre todas as do Brazil”. De qualquer modo, realçamos que as Minas que se destacaram com o abastecimento correspondem às regiões do Sul e da Zona da Mata, mais intimamente ligadas à Corte. Apesar disso, Paracatu e Serro, comarcas mais distantes do grande centro consumidor, também se fizeram presentes na política imperial, como exemplificam os deputados Manuel de Melo Franco e Teófilo Benedito Otoni, implicados na Revolução de 1842. Pode-se afirmar, por conseguinte, que as elites mineiras não eram coesas. Pelo contrário, diferenciavam-se na formação, no ideário e na ação política de tal modo que a projeção em termos provinciais exigia, dentre outros meios, a construção de um mosaico que articulava o mando regional com a liderança provincial. Essa articulação foi possível com a montagem de espaços organizados, tornando a Província de Minas Gerais verdadeiro laboratório para a experimentação e difusão dos ideais liberais, através da ação de grupos

¹⁷⁹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Com., 1860, p. 136.

¹⁸⁰ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*, p. 134.

“que se destacaram por sua capacidade intelectual e organizativa”.¹⁸¹ Como representantes da “classe dominante”, principalmente composta por proprietários, esses sujeitos históricos produziram um discurso que ambicionava construir e assegurar o domínio sobre o incipiente “espaço público” provincial, desembocando na luta pela conformação desse mesmo espaço travada *na* imprensa periódica.

Aliás, as pessoas comprometidas com a constituição de um “espaço público” mineiro pretendiam estabelecer e conservar um ambiente propício ao debate político, mormente por intermédio dos impressos e da prática da leitura. A formação dessa “esfera da política” aconteceu de maneira concomitante à divulgação de um ideário liberal marcado por uma especificidade histórica que lhe conferia um significado próprio, como frisou Emília Viotti da Costa.¹⁸² Cabe ressaltar que o século XIX vivenciou a afirmação de uma ordem liberal e, simultaneamente, a instituição de um tipo de Estado pretensamente capaz de controlar e garantir as liberdades apregoadas pelo próprio liberalismo. Neste sentido, o *Constitucional Mineiro*, periódico que fazia oposição ao governo regencial, afirmava que a verdadeira liberdade residia no pleno gozo dos Direitos Civis.¹⁸³ Ao analisar as transformações pelas quais passou o governo desde a ascensão dos liberais, o redator afirmou que

Todos os povos, que tem pretendido sacudir o jugo do despotismo, mostraram se sempre menos cuidadosos em estabelecer os direitos individuaes, do que uma ou outra organização política, da qual elles devem ser o resultado. Sua atenção tem se dirigido quasi exclusivamente para a distribuição das autoridades publicas, para as formas do governo, e para o exercicio dos Direitos Políticos do Cidadão.¹⁸⁴

A crítica recaía sobre a preocupação dos liberais moderados em reorganizar as instituições políticas, relegando ao segundo plano os “direitos individuaes”. Contudo, o redator ponderava que estas instituições eram relevantes apenas “pelas relações que tem com a liberdade civil”. Desta forma, o Estado limitava-se em garantir os chamados “direitos civis”, os quais “achão se essencialmente resumidos na inviolabilidade das pessoas, na segurança de suas propriedades, e na liberdade de suas opiniões”.¹⁸⁵ Para a concretização dessas garantias,

¹⁸¹ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*, p. 104.

¹⁸² COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e ampliada. São Paulo: UNESP, 2007, p. 134.

¹⁸³ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 26 MAR. 1833.

¹⁸⁴ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei. 26 OUT. 1832.

¹⁸⁵ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 11 DEZ. 1832.

o redator do *Constitucional Mineiro* recorria às experiências de outras nações, apresentando os “extractos da Constituição, e Administração Britânica” a fim de confirmar a idéia de que

a liberdade e os direitos de cada um dos individuos são os abonadores dos direitos e da liberdade de todos; estes direitos e liberdade constituem uma propriedade commum, da qual cada um goza em nome da generalidade, e da qual elle serve de abonador para todos os mais.¹⁸⁶

Todavia, no caso brasileiro ocorreu verdadeira encruzilhada, já que o Estado deveria ser *instituído* e, ao mesmo tempo, *limitado*. Neste sentido, a formação do Estado Imperial está ligada ao processo de fortalecimento de um discurso que asseverava a limitação do “exercício do poder de governar”.¹⁸⁷ Porém, essa limitação das forças e do domínio da ação do governo somente pode ser alcançada por instrumentos como: o parlamento, a constituição, a imprensa e a organização da opinião pública.¹⁸⁸ Como propugnadores do liberalismo, os membros de uma elite política, econômica e intelectual sabiam que a liberdade necessitava da conservação do espaço criado para sua própria ação. Em vista disso, formularam ampla rede de comunicação em torno dos produtos dos prelos, praticando a permuta, correspondendo-se mutuamente e recopilando trechos de periódicos que professavam a mesma fé política, como veremos no **capítulo 4**.

Embora a experiência com o labor diário tivesse contribuído para se desenvolver um *ethos* liberal, formando um arcabouço intelectual vinculado à especificidade da produção mercantilizada, os membros da elite política e econômica ainda pensavam na distinção social com matizes tipicamente de Antigo Regime, aprofundando aquela “sensação de ambigüidade” dos tempos coloniais.¹⁸⁹ Como possuidores de escravos e terras, os fazendeiros e proprietários do Centro-Sul percebiam-se distanciados do povo, expressando uma mentalidade senhorial nos termos de uma *dominação*. Por outro lado, através do mercado dava-se a aprendizagem liberal, exaltando valores como a liberdade de comércio e o constitucionalismo e aproximando aqueles que gozavam do *status* de cidadão no mundo público. Essa ambigüidade

¹⁸⁶ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 26 MAR. 1833.

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004, p. 29.

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, p. 23.

¹⁸⁹ NOVAIS, Fernando Antonio. “Condições de privacidade na colônia”. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 30-31.

adentrou o império, moldando um grupo que visava o lucro sem abrir mão da distinção, mas que se mostrava “capacitado para agir em abrangência do todo”.¹⁹⁰

Esse caráter ambíguo não passou despercebido pelos viajantes estrangeiros que por Minas Gerais transitaram. Quando viajou pelos caminhos de Barbacena, o conde de Suzannet ficou “surpreso ao ver que ricos proprietários passam a vida em fazendas isoladas, cercados por escravos sujeitos aos seus caprichos, felizes por exercer o poder sem controle”.¹⁹¹ No mundo privado, o rico proprietário podia praticar uma dominação, qual um *despotés* a “exercer seu poder sobre os corpos”,¹⁹² sobre tudo que lhe pertencia: mulher, filhos, fâmulos e escravos. Os integrantes de uma elite que “abominava a coerção” encontravam a tranqüilidade no isolamento de suas propriedades, somente afastando-se desse espaço de *distinção* quando se encontravam com seus *iguais* nos ambientes participativos, sobretudo as Assembléias Provincial e Geral.

Além do “exercício do poder”, os membros dessa elite também se distinguiam pela educação, o que lhes conferia certa “homogeneidade ideológica”, como resultado do processo de socialização vivido nos corredores coimbrãos e dos cursos jurídicos nas cidades de São Paulo e Recife. Por isso, Vasconcelos afirmava aos pais que recorreram ao Colégio D. Pedro II que “os bons estudos [...] vão abrir a seus filhos uma carreira de glória, e faze-los entrar no santuário do verdadeiro saber”, concluindo que o “saber é força”.¹⁹³ Somam-se a esta força a ocupação e a carreira política como fundamentos do perfil desse grupo, conforme traçado por José Murilo de Carvalho, o que reduzia os choques internos e facilitava “a adoção de uma solução monárquica, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável”.¹⁹⁴ Entretanto, essa mesma elite não era monolítica, pois havia tensões e divergências que separavam seus integrantes de acordo com o contexto político. Essas divergências se manifestaram não apenas na formação partidária, mas também nos distúrbios

¹⁹⁰ SILVA, Ana Rosa Clochet da. Entre o lucro e a distinção. Uma aproximação ao significado de “ser elite” nas Minas Gerais oitocentistas. *Almanack Braziliense*, n. 7. maio de 2008, p. 62-79.

¹⁹¹ SUZANNET, Comte de. *Souvenirs de voyages. Les provinces du Caucase, L'Empire du Brésil*. Paris : G. -A. Dentu, 1846, p. 280-281.

¹⁹² HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 341.

¹⁹³ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. “Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838” In: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 246.

¹⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 21.

locais, como a aclamação de Camanducaia, e em revoltas de grande monta, como a Revolução Liberal de 1842. No entanto, Carvalho acredita que tais conflitos eram limitados, e quando indicavam a um confronto aberto, geralmente “passavam à margem da elite nacional e circunscreviam-se a lideranças regionais e ou locais”.¹⁹⁵

Dentro da própria elite desenvolveu-se um grupo que se impôs no decorrer do processo de instituição do Estado Imperial. Em contraposição à “anarquia” que aparentava dominar as ruas no decorrer das Regências, essa classe dirigente assumiu um discurso que atrelava a liberdade às concepções de “ordem” e de “civilização”, levando à adesão do restante da classe senhorial. Isso somente tornou-se possível, na visão de Ilmar Mattos, com a imposição da centralização em torno do projeto político dos Saquaremas, unindo os demais conservadores. Entretanto, a afirmação de uma política centralizada envolveu muitas lutas, nas quais liberais e conservadores tomaram parte, tecendo suas representações políticas, como: liberdade e autoridade. Nesse sentido, os liberais moderados, hegemônicos nos primórdios das Regências, buscaram manter-se no mundo do Governo, mas não conseguiram. Isto porque, ao defenderem uma idéia de liberdade que oferecia uma abertura à igualdade, tornando-a perigosamente plausível, acabaram por tornar tênues os limites entre a república e a desordem. Com o Regresso, os Saquaremas eliminaram completamente o tema da igualdade, fortalecendo os laços que ligavam o conceito de liberdade às noções de ordem e monarquia, alcançando a direção do Estado e, com ela, traçando a diretriz centralizadora que uniu o restante da elite do Império à Corte.¹⁹⁶

As análises de Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, apesar das diferenças, nos ajudam a compreender o processo de construção de um projeto calcado na centralização política. Obras amplas, *O Tempo Saquarema* e *A Construção da Ordem* apresentam-nos a formação de um grupo dirigente que promoveu uma adesão das elites provinciais ao Centro. Entretanto, essa adesão não transformou o Império num todo monolítico, uma vez que as

¹⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem, Teatro de sombras*, p. 231.

¹⁹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, passim*. Mattos utiliza o conceito gramsciano de *partido* para explicar como a elite conservadora se relacionou com o Estado Imperial, forjando um “espírito de associação”. Por seu turno, o conceito de *classe social* foi utilizado para perceber como ocorreu o processo de formação dessa elite. O uso desses conceitos foi fundamental para se apreender as estratégias dos “construtores do império”.

províncias exerceram papel acentuado na acomodação da diversidade de interesses dos variados grupos regionais. Essa dinâmica política envolveu, de início, a implantação das assembleias provinciais como espaços para o exercício da cidadania, funcionando como mecanismo agregador dos grupos de interesse ao projeto do Estado monárquico constitucional. Dessa forma, as províncias constituíram-se em laboratórios nos quais se realizaram os ensaios de medidas político-administrativas por parte dos correspondentes agentes políticos, pois, na década de 1830, “não havia fronteira entre os interesses nacionais e provinciais sob o ponto de vista dos principais políticos das províncias”, como frisa Maria de Fátima Silva Gouvêa.¹⁹⁷

A organização dos espaços participativos, sobretudo as Assembleias Provinciais após o Ato Adicional, “permitiu o surgimento de uma elite provincial que, ao mesmo tempo em que cuidava de seus negócios, enganchava-se à elite política nacional”. Em vista disso, no período regencial, os liberais, propugnadores do federalismo, estavam articulados em torno de um projeto nacional, e o meio para realizá-lo “era o pacto de tipo federalista em uma monarquia constitucional”, como enfatiza Miriam Dolhnikoff.¹⁹⁸ Assim, no decorrer da discussão entre os projetos centralizador e federalista, “prevaleceu um arranjo institucional que conferia grau significativo de autonomia para os governos provinciais”.¹⁹⁹ Com isto, não ocorreu uma adesão plena à direção imposta pela Corte. Aliás, a conservação dos interesses e a participação das elites provinciais no governo central foi condição para a manutenção da unidade territorial. Portanto, o federalismo não era tomado apenas no sentido de uma autonomia provincial, mas como fator para a unidade das partes em um todo sob um único governo.

Ao confrontarmos os trabalhos de Mattos, Carvalho e Dolhnikoff, percebemos que o debate acerca da centralização e do federalismo no Império do Brasil ainda permanece em aberto. Mais ainda, pois essas obras mostram que as transformações políticas que aconteceram no período delimitado entre 1822 e 1848 repercutiram sobremaneira nos arranjos

¹⁹⁷ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 42.

¹⁹⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 293.

¹⁹⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*, p. 292.

políticos do Segundo Reinado. A elas junta-se a tese de Andréa Slemian, que estuda o advento da ordem constitucional no Brasil independente. A experiência constitucional foi compreendida em sua relação com os desdobramentos da administração, tendo em vista a “relação entre a produção da norma constitucional e a criação do direito positivo efetivo”. Nesse sentido, a análise dos governos provinciais ganha destaque ao procurar compreender “o papel das *partes* com o *todo* na conformação de uma nova unidade”.²⁰⁰ Para apreender a ação das *partes* deve-se atentar para a necessidade de uma ordem constitucional e “da mesma forma a adoção de um paradigma liberal” por parte dos próprios agentes políticos, criando e fortalecendo “os vínculos de *imaginação*” que unissem essas *partes* ao Estado nacional independente.²⁰¹ Pensando na construção desses “vínculos”, acredito que a invenção de laços comuns ocupou, em boa medida, os trabalhos dos periodistas, sempre desejosos de produzir um consenso. Primeiramente os liberais moderados, depois os regressistas.

Na Província de Minas Gerais, a hegemonia dos liberais moderados esmaecia ao passo em que se sedimentavam os canais formais para a participação política da elite provincial. O Regresso conservador ganhava força, atraindo para sua esfera aqueles que se desencantaram com o governo moderado, enfatizando um discurso em que vigorava a ordem como fundamento da liberdade. O mesmo padre Justiniano da Cunha Pereira, que exaltou a vitória liberal em 1833, engrossava as fileiras regressistas com a peça *O Club dos Anarchistas*. Nela, satirizavam-se os liberais, taxados de corruptos, mentirosos e desordeiros, desqualificando suas propostas. Uma personagem, o Imparcial, surgia como alterego do padre, ao se julgar “muito feliz por não pertencer mais a um club de anarquistas, a um ajuntamento de loucos e desordeiros”.²⁰² Na desqualificação dos oponentes, pretendia-se valorizar o Regresso e influenciar as eleições para a terceira legislatura da Assembléia Provincial. O teatro, local do aprendizado da moral e dos bons costumes, permitia o transbordamento da palavra impressa, atingindo o público em sua oralidade e gestualidade. Assim, a praça pública, onde provavelmente ocorrera parte das encenações, foi mais uma vez tomada, persuadindo a platéia

²⁰⁰ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis*, p. 34.

²⁰¹ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis*, p. 139-140.

²⁰² PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1838, p. 22. Sobre a peça, ver a análise de: RESENDE, Edna Maria de *Ecos do Liberalismo*, p. 233-252.

através do riso, com figuras que lembravam “os caracteres de alguns dos nossos Deputados Mineiros”.²⁰³

Com seu periódico, *O Parahybuna*, o padre Justiniano convertia a imprensa em púlpito, defendendo uma conciliação entre o “direito dos povos, e a Authoridade necessaria dos Monarcas” por meio “da harmonia entre as Leis Divinas e humanas”.²⁰⁴ A valorização da religião, presente nas “Leis Divinas”, tornava-se fator preponderante para a constituição da ordem e da unidade do Império. Em função disto, em outubro de 1839, nas páginas do mesmo periódico reafirmava-se que a “Existência da Sociedade [era] incompatível com a irrelição”. Para o redator, constituição e religião não se excluía, “antes se contornão com os dictames da sã, e recta rasão”. Deste modo, concluía que a base da sociedade civil estaria em “hum pacto [...], cuja duração seria ephemera senão fosse apoiada sobre hum firme e perpetuo alicerce, qual a Religião”.²⁰⁵ Do mesmo modo que outros padres, Justiniano da Cunha Pereira pautava sua participação política por suas convicções religiosas. Como frisa Françoise Jean de Oliveira Souza, naquele contexto não havia uma distinção evidente entre os mundos da política e da religião, pois “os homens daquela época tinham uma forma muito própria de juntar os dois universos, uma vez que o terreno da moral e da religião era tido como de interesse público”.²⁰⁶

Nos anos 1840 haviam sido iniciadas mudanças fundamentais no panorama econômico da província com o declínio gradual da participação do setor pastoril no volume exportado. Em contrapartida, a lavoura desenvolvia-se com o incremento da produção cafeeira, indicando o domínio que este setor exerceria no quadro geral da exportação mineira nas décadas seguintes.²⁰⁷ Esse quadro refine a disputa entre os elementos ligados ao abastecimento interno e os grupos que se vinculavam à agricultura de exportação, mormente sob a organização saquarema. Além disso, a mudança na economia levou à expansão da fronteira agrícola com o surgimento de outros povoados, como Juiz de Fora, que atraíam o fluxo de

²⁰³ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*, p. 2.

²⁰⁴ PARAHYBUNA (O). Barbacena, 9 JUL. 1839.

²⁰⁵ PARAHYBUNA (O). Barbacena, 22 OUT. 1839.

²⁰⁶ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e política no primeiro reinado e regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, NOV. 2008, p. 132.

²⁰⁷ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*, p. 96.

tropeiros que antes preenchiam as “praças públicas” de São João del-Rei. O conde de Suzannet percebeu essa transformação, explicando, porém, que “São João não está na passagem de caravanas, perdendo a sua importância a cada dia. A força de trabalho se afasta para se estabelecer em novas cidades”(tradução nossa).²⁰⁸

Enquanto novas cidades floresciam na província, os antigos grupos hegemônicos cediam lugar aos seus rivais, que passariam a dar o tom da vida política nacional. Com a crescente perda de espaço político, os liberais promoveram a antecipação da maioria de Pedro de Alcântara como uma alternativa “segura por não ameaçar a estrutura política do Império”.²⁰⁹ Tratava-se de impedir o avanço do Regresso, que colocava em risco as realizações liberais da primeira fase das Regências. Porém, como aconteceria ao longo do Segundo Reinado, os agentes do golpe ocuparam brevemente o governo, sendo substituídos pelos conservadores.

Na capital mineira, uma publicação prefigurava uma nova união entre *paulistas* e *mineiros* sob a mesma bandeira. O poema *Villa Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, recebeu a impressão de sua primeira versão integral “na mesma cidade a que era dedicada”, em 1839.²¹⁰ Interessante notar que somente em fevereiro de **1842** *O Universal* anunciava a impressão dessa obra, levada a cabo por sua própria tipografia. Conforme era explicado pelo periódico, a aparição do poema deveu-se ao “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, por intermédio de “um dos seus socios correspondentes que por obsequio ao mesmo Instituto a fez aparecer nesta cidade” de Ouro Preto.²¹¹ Podemos inferir que a publicação da obra de Cláudio Manoel da Costa entrou em concordância com os anseios políticos daquele Instituto, no qual uma concepção de Nação se assentava sobre uma aceitação do passado ligado à antiga metrópole. Como afirma Manoel Luís Salgado Guimarães, “a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”.²¹² Contudo, ao consagrar a importância de duas regiões na formação nacional – São Paulo, berço

²⁰⁸ SUZANNET, Comte de. *Souvenirs de voyages. Les provinces du Caucase, L'Empire du Brésil*, p. 280.

²⁰⁹ HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. São Paulo: USP, 2010 (Tese, Doutorado em História), p. 333.

²¹⁰ COSTA, Cláudio Manoel. *Villa Rica*. 1 ed. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1839. (exemplar pertencente à Biblioteca Nacional).

²¹¹ UNIVERSAL (O), Ouro Preto. 16 FEV 1842.

²¹² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 6.

do desbravador dos sertões e descobridor das minas; e Minas Gerais, por constituir “a mais importante capitania dos domínios de Portugal”²¹³ – *Villa Rica* monumentalizou a autoimagem que as elites *paulista* e *mineira* tinham de si, fundamentada na concepção de que seriam os baluartes do Estado imperial brasileiro. Meses depois, os liberais dessas províncias recorreram à alternativa das armas, no movimento que se tornaria o ápice do processo de luta pela direção do Estado.

Acreditamos ter demonstrado, neste capítulo, o caráter complexo da sociedade mineira na primeira metade do século XIX, destacando as condições que possibilitaram o desenvolvimento da província como laboratório para se colocar à prova o ideário liberal adquirido na faina mercantil. Condições estas que nos ajudam a compreender como se deu a formação de uma mentalidade com matizes liberais pelas elites da província. Evidente que a lida com o comércio favoreceu o desenvolvimento de certos padrões liberais, produzindo uma ambigüidade entre o antigo modo de vida estamental – avesso à mercancia e aos ofícios mecânicos – e a nova mentalidade intimamente ligada à valorização do capital aliada a certa dose de previdência. Essa postura liberal não condiz com as práticas políticas de Antigo Regime, que se limitavam aos salões ou à confabulação secreta, tornando-se imprescindível, portanto, expandir os espaços para o debate e a afirmação política. Essa ampliação não se limitou às sociedades políticas ou às residências dos membros das elites mineiras, mas desaguou na praça pública, indicando a formação de uma incipiente opinião pública na província. A praça, como lugar da discussão, possibilitava a inserção de sujeitos diversos na vida política, envolvendo homens livres e pobres e parcela da mão-de-obra escrava, o que atemorizava as mesmas elites que deles se beneficiavam, inclusive em disputas políticas. Ressaltamos, entretanto, que os grupos que assumiram certa preponderância econômica e política não eram coesos. Com isto, a imprensa surgia como elemento para a construção de um consenso entre as elites regionais, pelo menos no que diz respeito aos anseios dos redatores, tornando-se instrumento fundamental na luta em torno da própria “opinião pública”

²¹³ COSTA, Cláudio Manoel da. “Prólogo” In: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica*. Belo Horizonte: s.n., 1969, p. 112. Sobre os vínculos com a obra de Cláudio Manoel da Costa e Pedro Taques Paes Leme, ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 15.

em constituição nas Minas Gerais.

Antes de passarmos para a próxima seção, é necessário realçar que os trabalhos recentes que analisam a ação das elites regionais no processo de formação do Estado são herdeiros dos estudos iniciais de José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos acerca dos grupos dirigentes do Império. Embora deles sejamos tributários, seguimos a abordagem inaugurada por Regina Horta Duarte, propondo que a sociedade atravessou momentos de “governamentalização do Estado”, ou seja, o Estado brasileiro foi resultado do exercício de conjunto de instituições e procedimentos que permitiram às próprias instituições identificar o que lhes compete ou não.²¹⁴ Assim, problematizamos a idéia de uma “estatização da sociedade” brasileira, refletindo sobre as maneiras como se conduziriam as condutas dos homens a partir da constituição de um espaço não estatal que é o da liberdade econômica.²¹⁵ A resposta para esse dilema pode ser encontrada na vivência de grupos ligados aos negócios, que conceberam uma forma de ver o mundo pautada na defesa de suas liberdades privadas, criando discursos que os auxiliaram na fundamentação de sua opção de vida. Neste sentido, a imprensa surge como espaço para essa reflexão e, mais ainda, como instrumento de governamentalização, com o qual se procurava exercer uma limitação sobre as práticas de governo. Levantamos essa possibilidade ao percebermos como a formação de um *ethos* liberal relacionava-se à prática colhida na vivência diária. Ao analisarmos a ação dos paulistas, temos que levar em consideração justamente essa experiência, daí percorrermos os caminhos, picadas e atalhos para identificar as especificidades da prática política na Província de São Paulo, apresentado no capítulo seguinte.

²¹⁴ DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 45.

²¹⁵ Para abordar o conceito de “governamentalização”, ver: FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004, p. 192. Ver também, do mesmo autor: *Segurança, população, território*. curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 143-146; “Governamentalidade”. In: *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 291-293.

São Paulo e seus caminhos

When a traveler asked Wordsworth's servant to show him her master's study, she answered, "Here is his library, but his study is out of doors".

Henry D. Thoreau, *Walking*.

Nas antigas cartas geográficas seiscentistas, a vila de São Paulo aparece como o núcleo de uma rede de caminhos, fluviais e terrestres, que interligavam o litoral ao interior da colônia. No mapa da página seguinte (**FIG. 7**), atribuído ao engenheiro italiano Alexandre Massai ([15--]-1638),²¹⁶ vê-se uma das representações que conferem à região a imagem de um *nó de comunicações*, para aproveitar as palavras de Caio Prado Júnior,²¹⁷ entrecortado por vias que interligavam o altiplano à região litorânea, além de ser base para a penetração ao interior da colônia, seguindo o curso dos rios que deságuam no conflituoso Prata. Todavia, conforme aprendemos com Sérgio Buarque de Holanda, mapas como esse nos recordam “a singular importância dessas estradas para a região de Piratininga”, as quais favoreceram o deslocamento demográfico e a expansão territorial bandeirante.²¹⁸ Ademais, por aquele *nó* passava parte considerável dos fluxos migratórios que dinamizaram o Centro-Sul da colônia desde que foi transposta a Serra de Paranapiacaba, idealizada pelo cartógrafo militar como uma verdadeira muralha.

²¹⁶ Sobre os engenheiros militares e a cartografia seiscentista portuguesa, ver: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, PPGH-UFGM, 2008, p. 375-385.

²¹⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 59.

²¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19.

Mapa-chave (1606-1616).

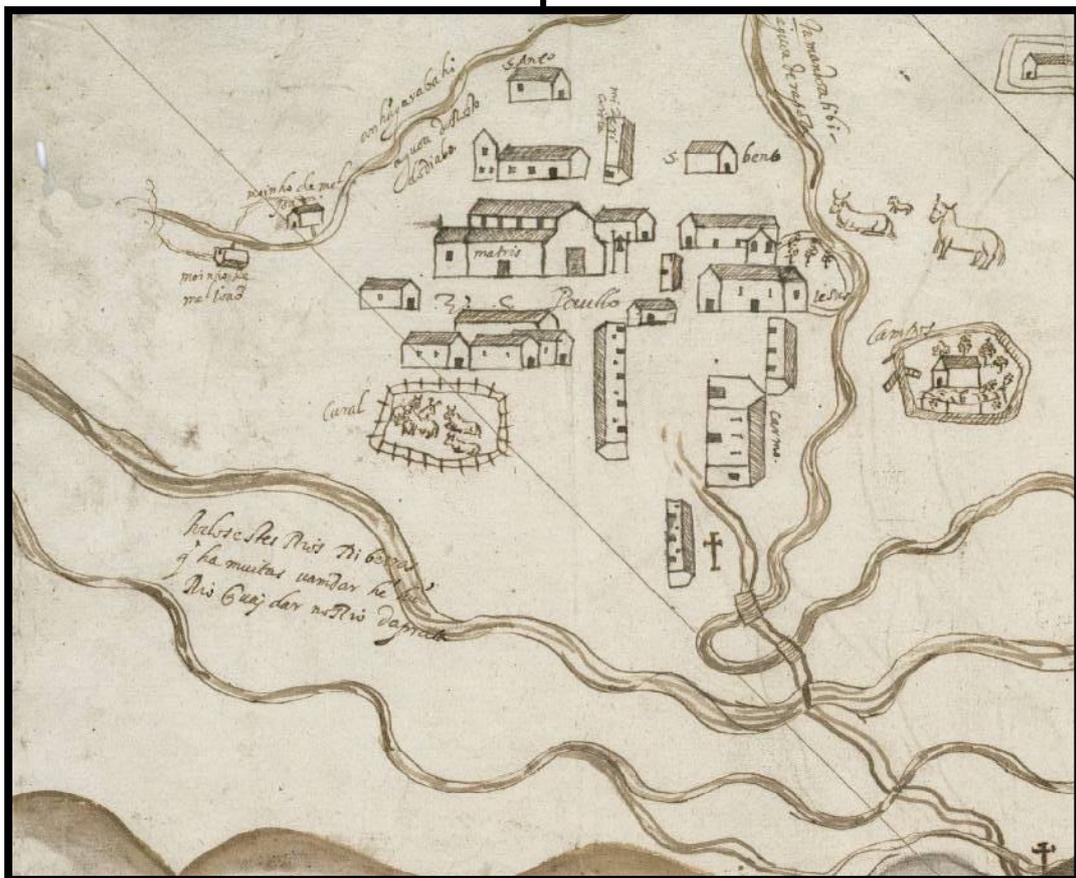
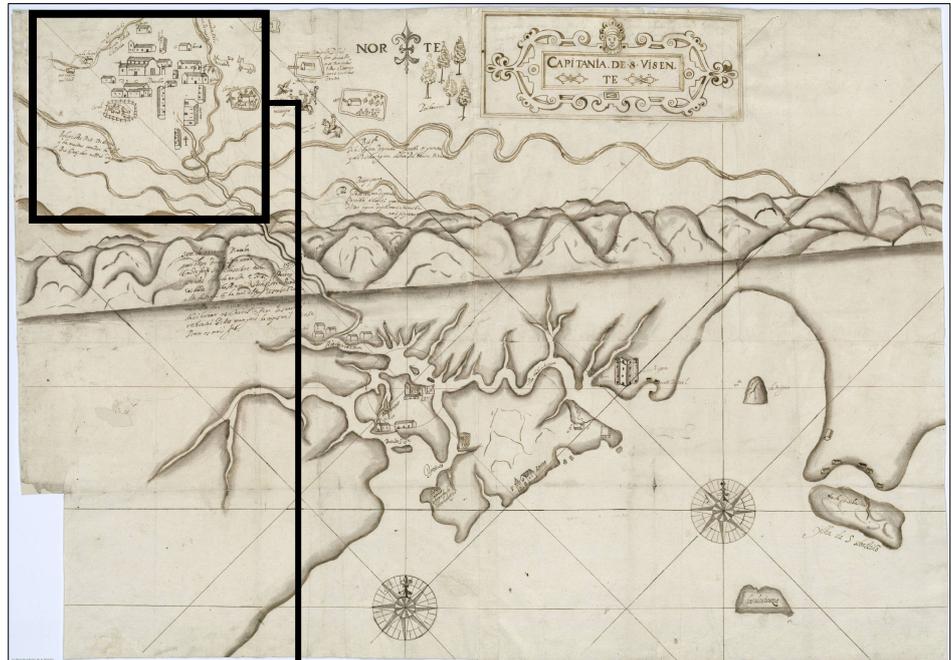


FIGURA 7 - Parte do mapa da Capitania de São Vicente (1606-1616)

Mapa base: [MASSAI, Alexandre]. *Capitania de S. Vicente*. Disponível no site virtual da Real Academia de La Historia: <<http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/i18n/consulta/registro.cmd?id=12558>> Acesso em: 19 JAN. 2011.

Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda nos despertam, cada qual a seu modo, para a “mobilidade permanente e considerável” da população durante o período colonial, principalmente no que se refere à complexidade das correntes de povoamento que se cruzaram e entrecruzaram no Centro-Sul, acenando para a importância que as vias de comunicações desempenharam no arranjo político, econômico e social do Brasil.²¹⁹ Essa mobilidade, em larga medida, foi condicionada “a certa insuficiência para nutrir os mesmos ideais de vida estável, que nas terras da marinha puderam realizar-se, ao primeiro contato entre o europeu e o Novo Mundo”, como conclui Sérgio Buarque de Holanda.²²⁰ O ideal sedentário do colono vicentino parecia não conseguir transpor a serra, barreira natural que aparecia como expressão da distinção entre os espaços litorâneo e interiorano da capitania, separando os modos de vida dos seus habitantes. Distinguindo-se da sedentarização que marcaria a ocupação do litoral, o homem do planalto seria atraído pela busca por áreas espaçosas, movendo-se continuamente em busca da “imunidade relativa a opressões e punições que naturalmente confere a assistência em paragem erma”. Desta forma, para Sérgio Buarque de Holanda a mobilidade afigura-se como uma espécie de fuga, pois “partir, para tal gente, é fugir à inanição ameaçadora e em muitos casos é fugir também a viuditas, rancores e extorsões”.²²¹

As pistas oferecidas por Prado e Holanda nos opõem a uma historiografia tradicional, herdeira da periodização de Paulo Prado, que tomava a primeira metade do século XIX como momento de depauperamento e estagnação econômica para a Capitania, depois Província de São Paulo. Neste sentido, compartilhamos das novas concepções que visualizam uma sociedade paulista marcada pelo dinamismo e movimentação, desconstruindo a imagem de um mitificado passado bucólico caracterizado pelas representações ligadas, de um lado, ao isolamento auto-suficiente e, do outro, ao burgo de estudantes e entreposto comercial da capital da Província.²²² Imagens essas que se contrapunham ao dinamismo da metrópole industrial do século XX, propalado como o símbolo da grandiosa missão de uma “raça de

²¹⁹ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 65-77.

²²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 20.

²²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da População em São Paulo no séc. XVII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, n.1, 1966, p. 92.

²²² BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II Burgo de Estudantes (1828-1872). Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

gigantes”.²²³ Cabe destacar a obra de Denise Soares de Moura, que realizou um “inventário das práticas sociais” de vários segmentos da sociedade paulistana, identificando “nuanças no interior destes mesmos segmentos e as contradições dos processos normativos para compreender toda a complexidade e diversidade possível” da vida na cidade de São Paulo na primeira metade dos Oitocentos.²²⁴ Da mesma forma que Moura, alargando a dimensão espacial, procuramos enfatizar o aspecto dinâmico e a mobilidade espacial possibilitada pelo “desenho de caminhos fluviais e terrestres que compunham” não apenas a cidade, mas toda a província de São Paulo.

Cortada por inúmeros caminhos, trilhas e atalhos, a São Paulo da primeira metade do século XIX pode ser vista como uma “zona de passagem”, isto é, uma área de trânsito intenso de populações oriundas de outras regiões, que evidenciavam as tensões em torno de uma sedimentação provisória. Esta seria possibilitada, já em finais do século XVIII, com o incremento da atividade agrícola, impulsionada posteriormente com a instalação da Corte Joanina no Rio de Janeiro. Contudo, mesmo após o alargamento da agricultura, sobretudo aquela vinculada à exportação e ao abastecimento interno, São Paulo mantém seu caráter de passagem, agora para as tropas provenientes das províncias de Minas, Goiás e do Sul do Império. Essa mobilização contribuiu num movimento mais amplo que, além de conformar o Centro-Sul, marcaria a mentalidade paulista.

A hipótese a ser discutida neste capítulo, portanto, é de que a vivência do ambiente das estradas amalgamou-se à mentalidade política dos paulistas, conferindo especificidade na apropriação e, porque não, criação de uma cultura liberal afeita à sua realidade. Sérgio Buarque de Holanda já havia aventado essa possibilidade ao indagar que

Não haveria aqui [no empreendimento tropeiro], entre parênteses, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo se ter adaptado, antes de outras regiões brasileiras, a certos padrões do moderno capitalismo?²²⁵

Se aceitarmos que esses “padrões do moderno capitalismo” possuem vínculos com formas de pensamento afeitas à economia de mercado, então a pista levantada por Holanda

²²³ SCANTIMBURGO, João de. *Os Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. É preciso ressaltar, porém, que o termo “raça de gigantes” foi cunhado por Saint-Hilaire, que se surpreendera com a expansão territorial paulista nos séculos anteriores.

²²⁴ MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

²²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, p. 133.

pode nos conduzir à compreensão das linguagens políticas veiculadas nos impressos não como uma *doutrina*, com um corpus diferenciado e coerente de julgamentos e de análises, mas como expressão de uma *cultura*. Não se trata da mera adaptação do pensamento liberal europeu, mas da apropriação – no sentido estrito do termo – de um conjunto de valores, práticas e representações como resposta aos problemas pelos quais passavam os membros de uma elite que se projetava a partir do trato mercantil. Essa cultura formou-se concomitantemente à experiência adquirida na condução da tropa, na superação dos obstáculos e na transação comercial, na qual arquitetaram as bases para uma idealizada sociedade de mercado. Desta forma, e seguindo o caminho trilhado por Alcir Lenharo,²²⁶ acredito que a vivência das estradas foi fundamental no processo de constituição de um arcabouço intelectual que, aliado à novidade impressa, possibilitou a formação de uma cultura que tomava a liberdade como elemento dinâmico, repercutindo nos modos como o Estado era idealizado e concebido.

Para defender nossa hipótese, inicialmente, percorreremos os caminhos paulistas através dos olhares de Saint-Hilaire, Rugendas e Hercule Florence. O modo como esses viajantes estrangeiros apresentaram a vida nas estradas servirá de base para discutirmos a formação de espaços para o diálogo, os quais foram fundamentais para a construção de uma opinião pública nas províncias em foco. Em seguida, trataremos da importância das estradas para a vida política regional, analisando-se as condições históricas que permitiram o desenvolvimento de uma cultura liberal por meio das estratégias com as quais os sujeitos ocuparam os espaços e criaram trajetórias. Por fim, a discussão entre os grupos que assumiram posições preponderantes na província será avaliada, apresentando como a experiência das estradas fazia-se presente no universo político.



²²⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Ao sair da Província do Rio de Janeiro, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire impressionou-se pelo “misto de desordem e regularidade selvagem” do panorama às margens do rio Paraíba. Tentar dar sentido a este universo aparentemente caótico estava entre os objetivos do viajante francês, que buscava aplicar as leis da natureza ao mundo para ele desconhecido das florestas brasileiras. Para Saint-Hilaire, assim como para outros cientistas de seu tempo, os aspectos práticos do naturalismo deveriam estar vinculados a uma filosofia da história natural. Desta forma, teoria e prática complementavam-se, conferindo uma utilidade social à botânica.²²⁷ Contudo, a obra de Saint-Hilaire não trata apenas de plantas e animais selvagens.²²⁸ Aos elementos da natureza somavam-se os seres humanos com seus costumes, crenças, modos de viver e representar a vida. Nas localidades visitadas pelo francês havia uma “natureza estranha à Europa”, sobretudo por seus hábitos considerados ignorantes e incivilizados. Essa oposição está presente no estranhamento de Saint-Hilaire ao referir-se a um “nomadismo natural” que caracterizaria o fluxo migratório no território paulista, em contraposição à Europa sedentária, “contribuindo para o aumento da população”.²²⁹

A movimentação populacional impressionou Saint-Hilaire, que relatou o deslocamento intenso de imigrantes mineiros por uma região até então “completamente deserta, onde encontraram terras férteis e excelentes pastagens”, ocupando o nordeste da então capitania de São Paulo. Num primeiro olhar, veríamos que essa ocupação efetivou-se com o deslocamento decorrente do esgotamento do ouro, o que teria provocado o esvaziamento da região aurífera, sentido com mais intensidade nas capitanias de Mato Grosso e Goiás. Minas Gerais, com certa diversidade econômica, conseguiria manter a regularidade demográfica, o que não significa a imobilidade de sua população. Caio Prado Júnior, reiterado por Lucila Reis Brioschi, afirma que as populações que ocuparam essas áreas, em busca de melhores condições de vida, promoveram enorme marcha, num movimento centrífugo, dirigindo-se

²²⁷ KURY, Lorelay. Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar. *Intellectus*. Ano II, n. 1, 2003, disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/>> Acesso em: 13 de setembro de 2010.

²²⁸ As obras de Saint-Hilaire que tratam especificamente de plantas brasileiras são: *Tableau géographique de la végétation primitive dans la province de Minas Geraes*. Paris: A. Pihan de la Forest, 1837; *Plantes usuelles des brasiens*. Paris: Grambert, 1828; *Flora brasiliae meridionalis*. 3 tomos. Paris: A. Belin, 1825; *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil e du Paraguay*. Paris: A. Belin, 1824. Todos os livros citados encontram-se disponíveis em: <<http://gallica.bnf.fr>> .

²²⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Martins, 1940, p. 245.

para as regiões limítrofes, alcançando o nordeste da capitania paulista. Esse deslocamento justificava-se, na visão do viajante francês, pela “falta de espaço em sua região natal”, forçando a mudança para um lugar que apresentasse melhores condições de sobrevivência.²³⁰ Além do movimento migratório, o botânico francês ainda percebeu a circulação constante de tropas carregadas de produtos para o abastecimento da Corte, que passavam por “uma infinidade de caminhos que se consertam muito pouco e muito mal, e sobretudo nas vizinhanças do Rio de Janeiro”.²³¹ Os mesmos caminhos tinham servido para o abastecimento da região mineradora no século XVIII.²³²

Os naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Karl Friedrich von Martius (1794-1868) passaram pela mesma estrada, descrevendo-a inicialmente como

cuidadosamente aplanada, segue quase em linha reta a sudoeste até uma ponte onde está instalado um Registro Real para o controle dos viajantes ao interior do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas especialmente para impedir o contrabando do pó de ouro do interior para a costa.

Passado o Registro, a tranqüilidade do caminho cedia lugar a uma estrada “cada vez mais penosa e perigosa devido aos grandes rodeios que cumpria fazer, por ser muito íngreme, e freqüente as quebradas e atoleiros”. Exclamavam os viajantes que “de todos os lados se estreitam as baixadas, guarnecidas de mato escuro [...] Reinam aqui a mais completa solidão”.²³³ As dificuldades da viagem não terminavam por aí. Spix e Martius, ao chegarem à margem do rio Piraí, ficaram “bem atrapalhados” pensando em como haveriam de atravessá-lo: “No ponto em que desemboca a estrada existe apenas uma canoa que por todos os lados faz água e uma ponte feita de uma carreira de tábuas postas uma após as outras, só podendo servir a pedestres”. A solução encontrada pelo tropeiro foi “descarregar as malas e bagagem, fazendo-as passar pela ponte dos pedestres”, atrasando a viagem em hora e meia.²³⁴ As travessias eram sempre motivo de preocupação, seja pelos animais que poderiam ser levados pela correnteza, seja pela mercadoria molhada tendo seu valor depreciado. Somam-se a isto as

²³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*, p. 129.

²³¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 127.

²³² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, p. 58.

²³³ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich von. *Viajem pelo Brasil (1817-1820)*. Tomo I. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 117.

²³⁴ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich von. *Viajem pelo Brasil*, p. 121.

cobranças de impostos nos registros, barreiras e passagens de rios, que não se convertiam em melhorias como caminhos calçados e pontes, como observaram os viajantes bávaros. Tudo isto também era sentido pelos tropeiros, que chegavam a se recusar a pagar as taxas de barreiras, como ocorreu com a estrada da Serra do Carioca próxima a São Paulo, onde os tropeiros afirmaram “que não estão para se sujeitar a essa despesa com risco de perderem seus animais em húa estrada tão perigoza”. De outro modo, ou seja, se a estrada fosse consertada, “não porão duvida alguã em pagar” os tributos devidos.²³⁵ Assim, nessas práticas corriqueiras, que simbolizam uma incipiente oposição a um Estado parasitário, esses grupos passariam a valorizar a autonomia do comércio como condição para o desenvolvimento individual e fortalecimento de um mercado interno.

Antes de prosseguirmos, é preciso ter em vista que a viagem transcende o mero deslocamento espacial, inscrevendo-se “simultaneamente no espaço, no tempo e na hierarquia social”. Para compreendermos os relatos dos viajantes, devemos relacionar a impressão que produziram das paisagens que avistaram, naturais e humanas, com esses três eixos. “Como o espaço”, pondera Claude Lévi-Strauss, “possui sozinho três dimensões, precisaríamos de pelo menos cinco para fazermos uma representação adequada”.²³⁶ Deste modo, para se apreender os sentidos dos relatos de viajantes, temos que levar em conta esses aspectos, ultrapassando a ingênua assimilação das informações ou a simples constatação dos preconceitos. Aliás, esses mesmos preconceitos fazem parte da lógica do relato, onde surgem como uma das expressões do estranhamento que o viajante demonstra ao se deparar com sujeitos e ocasiões não previstas. Porém, cabe destacar, é praticamente impossível a impressão que não expressasse algum juízo preconcebido. Assim, Saint-Hilaire, Spix e Martius, dentre outros, acabam por comprovar essas dimensões do deslocamento através de diversas situações: a imagem de uma natureza exuberante, aparentemente desordenada, marcando a singularidade do lugar; o tempo da viagem, que transcorre num ritmo diferente, que independe da vontade do viajante; o tratamento distinto recebido das autoridades locais, para

²³⁵ AESP – Offícios Diversos (Capital). No. Ordem 878, Doc. 20, 18 JUN. 1839.

²³⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81.

as quais o viajante era visto como uma figura ilustre, mesmo que essas não soubessem a importância do seu trabalho.

O deslocamento espaço-temporal poderia ser sentido de maneira mais intensa quando a viagem era realizada em condições especiais, como mostram Spix e Martius ao se aventurarem numa viagem noturna:

A viagem à noite tem, nos trópicos, particularmente pela agradável frescura que anima o viajante depois do calor esgotante do dia, um grande encanto. Também a paisagem expõe novos e surpreendentes quadros, que, pela incerteza dos contornos, excitam a fantasia do europeu, de modo especial. Somente a viagem noturna não é conveniente para as mulas cargueiras, porque elas têm o costume de dormir de preferência de meia-noite até a manhã [...] avistávamos agora, de quando em quando, ao luar, bem defronte de nós e ao nosso lado, os píncaros de uma parte da Serra da Mantiqueira, que saindo de Minas, segue para o sul, por trás da Serra do Mar. Os seus contornos azulados formavam um mágico fundo de cenário, no qual se alternavam matas e lugares descobertos. As altas árvores do mato, entre as quais transitávamos, estavam envoltas em sombras negras, e freqüentemente ali ressoavam maravilhosos sons de vozes noturnas, nunca antes percebidas; tudo se combinava para transportar-nos a um raro, tanto quanto singular estado de alma.²³⁷

Em outra ocasião, os mesmos viajantes, como que entorpecidos, ficaram “impressionados pelas sensações que se repetiam continuamente, sentíamos-nos na selva solitária, transportados a singular enlevo solene, que ainda se tornou mais vivo, quando o firmamento reluziu em todo o esplendor das constelações do sul sobre a negritude das matas”.²³⁸ A partir destas impressões, indagamos: se o viajante estrangeiro era transportado para um “singular estado de alma” ao percorrer as estradas, como poderia se processar a transformação no espírito daqueles que tomavam os caminhos como algo fundamental para sua sobrevivência? Este é o desafio que nos propomos resolver neste capítulo, atentando para o modo como a vivência das estradas aliou-se à mentalidade das classes abastadas recrutadas no meio dos tropeiros.²³⁹

Auguste de Saint-Hilaire e outros viajantes apresentam algumas pistas com as quais podemos responder a pergunta proposta. Ao retornar da Província de São Paulo, o botânico francês deparou-se com dois viajantes brasileiros:

A caminho, conversei com dois homens que viajavam como eu, um paulista e um mineiro. O primeiro mal respondia às minhas mais simples perguntas, parecia estúpido e acanhado. O segundo falava com deferência e desembaraço, mostrava em

²³⁷ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich von. *Viajem pelo Brasil*, p. 127.

²³⁸ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich von. *Viajem pelo Brasil*, p. 119-120.

²³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “São Paulo”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II (O Brasil Monárquico), V. 4 (Dispensão e unidade). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 492.

seus discursos critério e firmeza. Esta diferença é quase geral. Os homens mais abastados desta região revelam não somente extrema ignorância, como ainda limitada inteligência e pouco critério.²⁴⁰

Mesmo que Saint-Hilaire pretendesse fazer de sua viagem “um modelo no que diz respeito à forma como os cientistas da Europa civilizada deveriam se relacionar com os demais países do globo”,²⁴¹ não podemos nos limitar às impressões que teceu sobre os paulistas, os quais eram descritos como incultos, desconfiados e ignorantes. Talvez, esta caracterização se devesse ao modo como o naturalista foi recebido pelos habitantes da província. Afinal, sempre que não gostava do tratamento recebido, o francês se punha a depreciar as gentes dos lugarejos que passava, fazendo comentários rancorosos. Além disso, quando não encontrava pessoas distintas nas vilas, por vezes afirmava que a população se resumia a vagabundos, rufiões e prostitutas. Por outro lado, também podemos deduzir que o próprio viajante era visto com estranheza pelos habitantes paulistas, inibidos com a presença daquele *estrangeiro*. Porém, para além da plausível timidez, os registros do naturalista nos colocam em face à questão do silêncio como ato de comunicação.

O antropólogo norte-americano Keith H. Basso, ao combinar métodos de etnociência e sociolinguística a fim de compreender a noção de silêncio na sociedade Apache, nos chama a atenção para o fato de que o *não falar* pode acontecer em contextos sociais específicos, submetendo-se, conseqüentemente, à redefinição e variação.²⁴² Aliás, a decisão de falar ou calar pode se dar pela natureza das relações estabelecidas. Por isso, quando afirmou que o “costume de se alojarem as pessoas nos ranchos sem darem satisfação ao dono da propriedade” apresentava “o inconveniente de privar o viajante que deseja instruir-se de obter informações úteis, bem como o de deixá-lo entregue ao convívio insípido dos camaradas”,²⁴³ Saint-Hilaire deixou entrever a recusa dos tropeiros em dialogar com um estranho. Evidente que o viajante francês não reconhece os significados desse silêncio, mas podemos deduzir que a taciturnidade e o acanhamento, adjetivos com os quais caracterizava os paulistas,

²⁴⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 121.

²⁴¹ KURY, Lorelay. Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar, p. 1.

²⁴² BASSO, Keith H. “To Give up on Words”: Silence in Western Apache Culture. *Southwestern Journal of Anthropology*. Vol. 26, No. 3 (Autumn, 1970), pp. 213-230.

²⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 149.

inscrevem-se como um comportamento cultural que traduz a afinidade ou a aversão dos sujeitos perante os outros.

Entretanto, mesmo que a estigmatização esteja presente nos relatos de Saint-Hilaire, o episódio do encontro do naturalista com “um paulista e um mineiro” nos chama a atenção para a possibilidade de diálogo no decorrer da caminhada. Com efeito, o ir e vir favorecia o contato entre os andantes, possibilitando a prática da conversação, da qual, a despeito da opinião do viajante francês, não se furtavam os habitantes de São Paulo.

Johann Moritz Rugendas (1802-1858), ao apresentar um Brasil marcado pela força do “espírito público”, refuta o julgamento de Saint-Hilaire acerca da índole paulista, ao afirmar que

a música, a dança, a conversação, substituem, entre eles [os paulistas], o jogo, que é um dos principais divertimentos na maioria das outras cidades do Brasil, onde seguem, nesse ponto os hábitos portugueses e ingleses, ao passo que os paulistas conservaram as tertúlias da Espanha.²⁴⁴

Assim, a conversa apareceria no caráter dos paulistas como herança do sangue espanhol, com as reuniões fazendo parte do cotidiano provincial. Frequentemente, essas ocasiões desembocavam em discussão acalorada, envolvendo assuntos como religião e política em meio à roda de viola. Pelo menos era o que visualizava o pintor bávaro, que construiu uma representação do gosto paulista pela música na aquarela “Costumes de São Paulo” (FIG. 8).

²⁴⁴ RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Martins, 1976, p. 80.

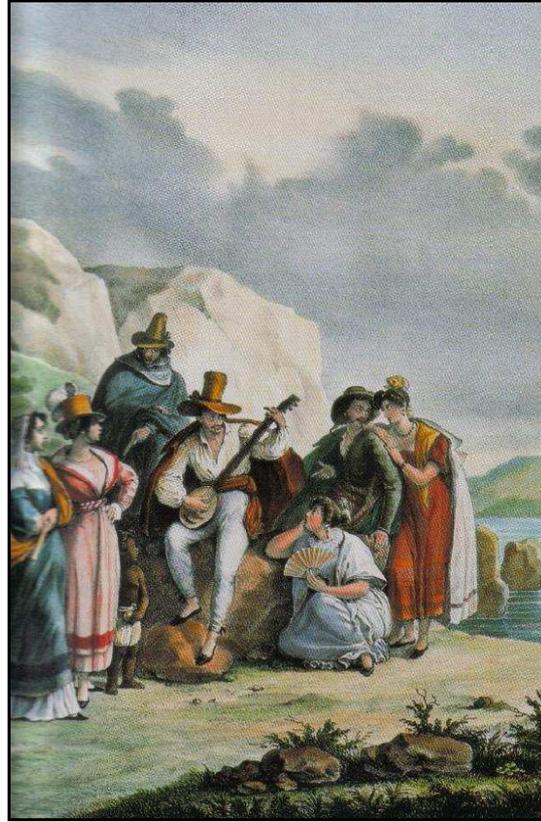


FIGURA 8 - RUGENDAS, Johann Moritz. *Costumes de São Paulo*. In: *Viagem pitoresca através do Brasil*.

Na imagem, Johann Moritz Rugendas mostra o convívio em torno da música, reunindo os espectadores para o entretenimento: “Um fado bem rasgadinho... bem choradinho...”²⁴⁵ Essa situação não era exclusiva do cotidiano das vilas. O mesmo artista legou-nos representação do “Pouso de uma tropa”, onde alguns camaradas encontram-se agrupados em torno de um instrumento semelhante a uma viola-de-cocho (**FIG. 9**). Evidentemente, não é possível perceber se todos os possíveis tropeiros praticam a conversação, tampouco o conteúdo do que estariam conversando. Dos seis companheiros ao centro da cena, um apresenta postura contemplativa, com a mão ao queixo. Outro dorme sem maiores preocupações, possivelmente exausto da caminhada. Por sua vez, o violeiro parece entoar uma canção melancólica, pois não há exaltação ou danças, reconfortando os companheiros. Os outros integrantes da cena, que poderiam ser escravos, realizam tarefas, como trazer o alimento e organizar as bruacas, indicando que a cantoria não é o evento principal. No entanto, simultâneo à *performance* do violeiro, um grupo esmaecido mais ao fundo parece

²⁴⁵ PENA, Martins. “O juiz de paz da roça” [1833]. In: *Martins Pena: comédias (1833-1844)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 47.

princípios de uma conversa. Assim, em situações como a representada por Rugendas, os companheiros poderiam travar diálogo sobre a viagem ou comentar suas histórias e causos pessoais. Nessa ocasião, o pouso “torna-se momento propício ao vínculo entre as pessoas”.²⁴⁶ Ademais, entre um rancho e outro, aquele que hospeda poderia requerer informações sobre os outros lugares por onde os tropeiros passaram e, mesmo, pedir para levarem notícias, orais ou escritas, a amigos distantes. Sendo assim, por que não haveriam de discutir a vida política de seu tempo?

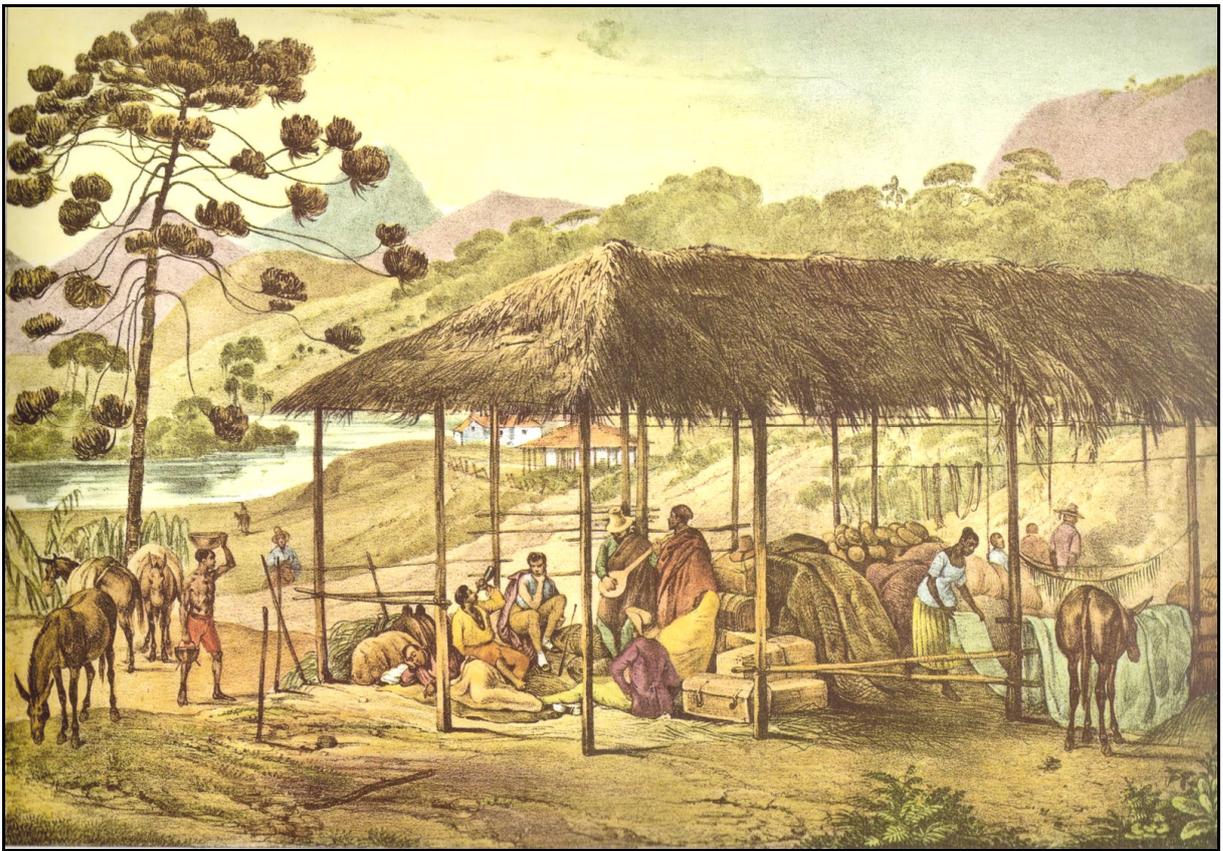


FIGURA 9 - RUGENDAS, Johann Moritz. *Pouso de uma tropa*. In: *Viagem pitoresca através do Brasil*.

A partir do olhar de Rugendas, podemos sugerir um aspecto comunicacional dos pousos e ranchos. Cabe advertir, porém, que não encontramos nenhuma diferença marcante entre essas denominações. No entanto, a partir das descrições de viajantes estrangeiros, podemos tomar os ranchos e pousos como lugares concebidos para o descanso das tropas por período breve de tempo, não ultrapassando alguns dias, com um contato mínimo entre o hospedeiro e o viajante. Na prancha, o pintor bávaro representou um desses espaços, tão

²⁴⁶ FERNANDES, Frederico. *A voz e o sentido: a poesia oral em sincronia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 125.

importantes para os que trafegavam pelas estradas brasileiras daqueles idos. Nela, os viajantes, provavelmente cansados da jornada, reúnem-se, conversam e se divertem. Porém, o aspecto tranqüilo da cena idealizada por Rugendas contrasta com a situação descrita por Hercule Florence (1804-1879), que presenciou a reunião de muitas tropas num mesmo local, quando “os camaradas se congregam todos para dançarem e cantarem a noite inteira o *batuque*”.²⁴⁷

Para além dos batuques e rodas de viola, “nos encontros das estradas, ninguém jamais deixa de saudar um viajante, quando vai tomar lugar num rancho, cumprimentam-se os primeiros ocupantes, e logo se trava a conversa”.²⁴⁸ Assim, o encontro nos ranchos era oportunidade para a prosa, cujo conteúdo era perpassado pelas aventuras amorosas e acontecimentos do cotidiano dos tropeiros e viandantes, como observou Saint-Hilaire:

Cada tropa acende fogo, à parte, no rancho e faz comida própria; antes e depois das refeições, conversam os tropeiros sobre as regiões que percorrem e falam de aventuras amorosas; cantam, tocam violão e dormem envoltos em cobertas estiradas no chão sobre couros.²⁴⁹

Salientamos, de imediato, que a situação descrita não se refere à conversação conforme instruíam os antigos manuais de civilidade,²⁵⁰ o que explicaria o incômodo de Saint-Hilaire diante da “insipidez” dos camaradas. Todavia, a conversa, como um dos elementos de interação social e produção de sentidos, manifestava-se nos pousos, criando um clima favorável à emissão de opiniões diversas. Desse modo, mesmo que os envolvidos não partilhassem os padrões “polidos” das formas de falar, apropriavam-se de conceitos e idéias, expressando suas concepções de mundo. Embora a conversa seja frequentemente relacionada à privacidade, sua intensidade indica uma alteração social mais ampla, no sentido da formação de um ambiente comum de debate. Nessa prática, o conhecimento político era desenvolvido e se propagava na prosa entre os tropeiros, envolvendo os viajantes que compartilhavam o mesmo teto.

²⁴⁷ FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Melhoramentos, 1941, p. 3.

²⁴⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 28.

²⁴⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 57.

²⁵⁰ BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Trad.: Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p. 119-160.

Ao lado dos ranchos, os viajantes poderiam encontrar vendas, onde obteriam víveres para si e para suas mulas. De acordo com Spix e Martius, “essas bodegas acham-se na maior parte da estrada de Rio de Janeiro para São Paulo [...] são freqüentemente as vendas os únicos pousos, que ainda fazem lembrar ao viajante a Europa e instituições européias”.²⁵¹ Porém, nem todos os estabelecimentos supriam as necessidades dos viajantes, como demonstra Saint-Hilaire:

Diante do nosso rancho existe outro pior pertencente a pequena e mal sortida venda. Como não há milho na venda de nosso rancho meus tropeiros foram pedi-lo à vizinha. Ali disseram que não lho venderiam porque havíamos pousado no rancho do vizinho. Quando me relataram esta recusa, fui em pessoa à tal baiúca e fiz valer a minha qualidade de “homem mandado”. Acabaram-se então todas as dificuldades. Refiro ao fato para mostrar que existe entre os proprietários dos ranchos a mesma rivalidade que há entre os estalajadeiros.²⁵²

Diferente dos estabelecimentos urbanos, a maior parte dos freqüentadores das vendas nas estradas, evidentemente, era constituída por sujeitos em trânsito, caracterizando-se como lugares de relações breves. Portanto, raramente os mesmos indivíduos retomavam o contato, excetuando-se aqueles que faziam dos caminhos meio de comunicação primordial na lida mercantil. Entretanto, à semelhança das tabernas das vilas e cidades, nas vendas de beira de estrada permitia-se o fluxo de praticamente qualquer sujeito, independente de condição social, garantindo sua conformação como espaço público.

Numa venda ao lado do “Rancho das Pedras”, na estrada próxima a Taubaté, o naturalista francês presenciou uma reunião entre campônios que se puseram a debater sobre os negócios públicos, empregando expressões que o viajante ouviu em várias partes da Província de São Paulo: “Prometiam-nos tantas felicidades com esta constituição, e depois que a fizeram, estamos sempre apreensivos!”²⁵³ De fato, ao passo que o vintismo tornava-se vitorioso em Portugal, houve intensa mudança no modo como as pessoas se relacionavam com os assuntos políticos, atingindo vários segmentos da sociedade. Assim, os efeitos das Cortes de Lisboa repercutiam nos colóquios travados nas estradas paulistas, trazendo não apenas a ansiedade para os grupos que se beneficiaram da inversão americana, como também a insegurança aos pobres que não viam vantagens com as mudanças políticas. Ao analisarmos

²⁵¹ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich von. *Viajem pelo Brasil*, p. 113.

²⁵² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 120-121.

²⁵³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 110.

os diários de Saint-Hilaire desde sua chegada ao Brasil, percebemos que essas conversas são indícios das transformações dos espaços públicos. Se antes dos ecos da Revolução do Porto desembarcarem no Brasil o mesmo viajante não notou nenhum local para reunião pública na capital paulista, após o movimento vintista criaram-se as condições para o surgimento de nova cultura política que levava em conta justamente a multiplicação desses lugares.

Em sua passagem por Mogi das Cruzes, Saint-Hilaire relata que se pôs “a conversar com alguns homens”, quando “caiu a conversa sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro”. Nesse diálogo, o viajante estrangeiro teve a impressão

de que estes homens não têm idéias sobre os fatos. Estão também muito pouco a par dos fins colimados pela revolução de Portugal. Enfim, tanto desconhecem os interesses de seu país quanto fazem confusa idéia das relações do Brasil com a mãe-pátria.²⁵⁴

Apesar das impressões transmitidas por Saint-Hilaire, argumentamos que a conversação política tornara-se uma constante nas estradas, pousos e vendas. Mesmo que o debate não parecesse interessante para o naturalista francês, é importante percebermos que as pessoas emitiam algum julgamento sobre o assunto, indicando que aquilo as afligia de algum modo. Nota-se, inclusive, que a população pobre não se encontrava indiferente quanto aos rumos do processo, temendo o agravamento de sua situação perante o quadro político indefinido. Dessa forma, podemos observar que uma atmosfera propícia ao debate, envolvendo os temas candentes no momento, formava-se nos caminhos que interligavam o Centro-Sul do Império. O botânico francês não explicita esse potencial comunicativo das estradas, mas podemos ler “nas entrelinhas” o desenvolvimento de um ambiente voltado para a discussão de assuntos de caráter público. Portanto, apontamos para o aspecto relacional dos caminhos, que se efetivava através do cumprimento e da troca de falas como práticas fundamentais para o desenvolvimento de um clima de opinião.²⁵⁵

²⁵⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 97-98.

²⁵⁵ Para uma discussão sobre o termo “clima de opinião”, ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 255; CAVALCANTE, Berenice. Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, 8 (1/2): 53-66, jan./dez.1995; ALMEIDA, Raphael Rocha de. “Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 329-350.



Como podemos compreender a vivacidade das estradas em uma região vista, na primeira metade do século XIX, como secundária no quadro econômico do Império do Brasil? Embora sua economia assim fosse caracterizada, sobretudo antes do fortalecimento da cultura cafeeira, a Província de São Paulo estava integrada ao mercado externo por intermédio da produção agrícola de exportação. Aliás, conforme os dados apresentados por Ilana Blaj, mesmo no período colonial São Paulo manteve-se integrado ao mercado externo, com os produtores paulistas engajados em redes mercantis ligadas a outras regiões. A partir de finais do século XVIII, a capitania vivenciava crescimento econômico considerável, impulsionado pela cana-de-açúcar e pela agricultura de abastecimento, como: milho, mandioca e anil. Simultaneamente, também ganhava terreno a cultura do algodão, levando à instalação de incipientes manufaturas. Nesse processo, diversas vilas desenvolveram-se, como Guaratinguetá, Mogi das Cruzes e Lorena. Por este tempo, Sorocaba consolidara-se como centro de comércio de muares, atraindo a atenção de negociantes de diversos lugares, até mesmo do Nordeste brasileiro. Além disso, desde a chegada da família real, a província conheceu algum crescimento com o comércio com a Corte, abastecendo-a de gêneros alimentícios. Nessa atividade, destacava-se a região do Vale do Paraíba, por onde ainda era escoada parte da produção do Sul mineiro, mormente oriunda das vilas de Baependi e Campanha.²⁵⁶

Para facilitar o escoamento, estradas eram abertas, interligando novas áreas ao Rio de Janeiro, despendendo esforços do poder público. Como apresentou Marisa Säenz Leme, a discussão sobre as estradas ocupou boa parte dos trabalhos do Conselho de Governo paulista, tratando da abertura, ampliação, construção de desvios e conservação. Também havia as “querelas cotidianas” que envolviam “solicitações de construção de estradas, de desvios,

²⁵⁶ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: USP, 1995 (Tese, Doutorado em História). Sobre a economia paulista no período colonial, ver: BELLOTO, Maria Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Conselho de Artes e Ciências Humanas, 1979; BELLOTO, M. H. L. Economia na política militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus (1765-1775). *Estudos Econômicos*, 13 (especial): 813-824, 1983.

muitas vezes implicando a disputa entre vilas, ou freguesias; outras vezes tratava-se de briga entre particulares, ou então entre esses e o poder público”.²⁵⁷ Ao atentar para essas lutas, percebe-se a tensão que envolvia as esferas pública e privada, o que indicaria que a centralização ocorreu de maneira paulatina por intermédio de uma “relativa incorporação das autonomias provinciais”.²⁵⁸ Para Marisa Säenz Leme, isso se deveu à imposição de uma esfera político-administrativa sobre as forças localistas num processo longo, árduo e violento que se desenrolou no Primeiro Reinado e nas Regências. Entretanto, ao ler o trabalho de Leme, deparamo-nos com o contraste entre a vivacidade das discussões sobre os caminhos e a imagem modorrenta assinalada por Teodoro Sampaio, para o qual o século XIX despontou para os paulistas sob o signo do esgotamento e da paralisação.²⁵⁹

Por meio da questão das estradas, pode-se observar a importância das mesmas no desenvolvimento político regional. Como província caracterizada pela movimentação, as linguagens políticas de São Paulo levaram em conta esse caráter, com o ideário político sendo constituído concomitantemente à experiência adquirida nos caminhos. Além do mais, era consenso de que as estradas viabilizavam o desenvolvimento econômico e possibilitavam a obtenção de renda por meio da tributação. Desse modo, as principais vias tornaram-se objeto de preocupação do poder público, desejoso de aumentar a arrecadação, gerando divisas para o Estado. Em seu discurso à Assembléia Provincial no princípio de 1838, o Presidente da Província de São Paulo, José Pinto Gavião Peixoto, demonstrava preocupação com a queda nas receitas das Barreiras em decorrência da “minguada safra do assucar”, apontando como solução o melhoramento das estradas. Porém, pela falta de engenheiros qualificados, procurava pessoas que considerava capazes para este fim, como o alferes Luiz dos Santos, a quem foi confiada a manutenção da “Estrada que vai da Villa de S. Luiz para a Serra d’Ubatuba, mui reclamada pelos lavradores circunvisinhos, cujos cafés no trajecto se deteriorão consideravelmente”.²⁶⁰

²⁵⁷ LEME, Marisa Säenz. “São Paulo no I Império: poderes locais e governo central”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, et. al. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 68-69.

²⁵⁸ LEME, Marisa Säenz. “São Paulo no I Império: poderes locais e governo central”, p. 75.

²⁵⁹ SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria de Cultura Ciência e Tecnologia, 1978, p. 62.

²⁶⁰ SÃO PAULO (Província). Discurso do Presidente da Província José Pinto Gavião Peixoto. São Paulo: s/e, 7 JAN. 1838, p. 14.

No discurso de Gavião Peixoto percebe-se um interesse com relação à circulação de riquezas, daí a questão das estradas emergir como um dos pontos fundamentais de sua prática governamental. Pela disposição dos argumentos, evidencia-se a pretensão de se persuadir os ouvintes para os usos do erário público: os informes acerca dos rendimentos antecedem a exposição sobre as estradas. Nesta ordem, o Presidente indicava a necessidade de se ampliar a receita, porém, buscando afastar-se da imagem de instituição parasitária, concluía a fala apontando para o retorno dos dividendos em obras públicas que facilitassem a circulação de pessoas e mercadorias. Nesse sentido, os recursos cobrados nas barreiras, como aqueles que os tropeiros criticavam na Serra do Carioca, tornar-se-iam úteis com a construção e preservação de estradas, pontes e ranchos, favorecendo o crescimento econômico provincial. Essa aparente obviedade expõe a reivindicação de um espaço contínuo e difuso de uma *rede de mercados* na Província, que se estruturava conforme as condições dos meios de comunicação.²⁶¹

Na mesma fala, Gavião Peixoto enfatizou os conflitos com os “mesquinhos interesses locais, que quasi sempre se chocão com os do publico”.²⁶² Esses atritos representavam um entrave para a manutenção dos caminhos e, conseqüentemente, causavam muitos inconvenientes aos viajantes, como demonstra o caso de certo senhor Jozé de Souza, que fechou uma estrada nas proximidades da capital paulista, argumentando que passava por suas propriedades.²⁶³ Esses transtornos também foram sentidos quando Mariano Gomes de Andrade impediu o trânsito por um caminho da Vila de São Roque, chocando-se com os “entereesses Públicos”, conforme ofício do Juiz de Paz local, que afirmava traduzir a “voz Pública que corre por esta Villa entre os tropeiros”.²⁶⁴ Cabe informar que, conforme o marechal Daniel Pedro Müller (1785-1842), além da produção agrícola, São Roque ainda fornecia “grande número de animaes de carga para as conducçoens”.²⁶⁵ Desta forma, haveria um afluxo considerável de pessoas que buscavam aparelhar suas tropas com novos muares,

²⁶¹ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*, p. 119.

²⁶² SÃO PAULO (Província). Discurso do Presidente da Província José Pinto Gavião Peixoto. São Paulo: s/e, 7 JAN. 1838, p. 15.

²⁶³ AESP – Ofícios Diversos (Capital). No. Ordem 873, Doc. 214, 04 OUT. 1836; No. Ordem, 874, Doc. 01, 02 JAN. 1837.

²⁶⁴ AESP – Ofícios Diversos (Capital). No. Ordem 876, Doc. 84 A, 28 ABR. 1838.

²⁶⁵ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. Reedição literal. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1923, p. 67.

dando condições para a formação de um pequeno centro de discussão dos tropeiros, o que sinaliza para a existência de uma “voz pública” rumorosa na Vila.

No âmbito dos “interesses locais” ainda podemos incluir a ação das câmaras municipais, que exploravam a importância das estradas para a receita provincial como argumento para obtenção de recursos:

Sendo o bom estado das estradas o meio mais eficiente de fazer prosperar a agricultura, e por consequencia a riqueza de hum pays, julga a Camara Municipal [de Sorocaba] que deve ser este o primeiro objecto com que deve recuperar a atenção da Assembléa Provincial.

Os camaristas sorocabanos argumentavam que as estradas que se dirigem daquela vila para a capital, passando por Itu, Porto Feliz e Itapetininga, no antigo caminho bandeirista, demandavam o reparo urgente de pontes e aterrados. Porém, em vista da “escacez de rendas do Município”, estes caminhos encontravam-se em péssimo estado. Daí a conclusão de que, como eram vias “de interesse não só do município, como desta e d’outras províncias”, era conveniente que fossem consertadas, “ministrando para isso a Assembléa Provincial os fundos precisos, ou a custa do Cofre Provincial”.²⁶⁶ Cabe lembrar que as estradas foram priorizadas nos orçamentos da Província, cujos investimentos representavam o retorno para os cofres provinciais através de tributos arrecadados nas barreiras e registros. Entretanto, é evidente que os vereadores pretendiam persuadir os deputados sobre a necessidade do dinheiro para aquelas e outras obras, já que era atribuição do governo provincial a construção e manutenção de vias de comunicação.²⁶⁷ Para tanto, utilizavam o forte argumento da ligação com as províncias de Mato Grosso e Goiás, alcançadas pela rota mencionada acima. No entanto, não podemos nos furtar à aproximação que o documento faz com relação a uma noção de riqueza de matiz fisiocrata, na qual a terra era vista como a fonte das riquezas, sendo “que a agricultura as multiplica”, como proclamada nas *Máximas* de François Quesnay (1694-1774).²⁶⁸

²⁶⁶ AESP – Ofícios Diversos (Sorocaba). No. Ordem 1297, Doc. 26 NOV. 1841.

²⁶⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 159.

²⁶⁸ QUESNAY, François. *Maximes du gouvernement économique d'un royaume agricole et notes sur ces maximes*. In.: *Oeuvres économiques et philosophiques*. Paris: Jules Peelman, 1888, p. 331.

Enfocando agora os conflitos que envolvem os proprietários rurais, os tropeiros e os poderes municipal e provincial, vê-se uma transformação nas concepções de propriedade e de bem público, traço marcante do pensamento liberal do Oitocentos. Com a consolidação de uma ordem burguesa em finais do século XVIII, a noção de propriedade passa a ser vinculada à instituição dos direitos individuais, subtraindo-se à esfera de organização política do Estado.²⁶⁹ Assim, a propriedade passa a ser elemento de afirmação da liberdade do indivíduo em face da autoridade do governo, vista com desconfiança na cultura liberal. Mesmo sem expor concepções burguesas, os moradores ao longo das estradas evocavam precisamente essa separação, colidindo com uma idéia de bem público compreendida nos termos de uma “servidão”, isto é, como aquilo que tem serventia para um grupo. No caso, tratava-se de explicitar a utilidade das estradas para o uso comum. Esses atritos colocavam o Estado no papel de mediador entre os interesses individuais e coletivos, apontando para uma nova racionalidade governamental que tentava manipular esses mesmos interesses. Com isso, o governo viu-se frente ao problema de se determinar em que medida o interesse individual não constitui um perigo para o interesse comum. Essa questão norteou parte dos debates travados pela imprensa, como veremos no **capítulo 4** desta tese.

Como já havíamos antecipado, a questão dos direitos individuais relaciona-se, intimamente, com a afirmação da propriedade privada. Nesse sentido, no século XIX presenciou-se um movimento duplo: de um lado, a *desterritorialização* da economia, com a formação de uma rede de mercados interligados pela oscilação dos preços,²⁷⁰ e, do outro, a *reterritorialização* dos direitos de propriedade, num processo que culminaria com a Lei de Terras (1850).²⁷¹ Assim, distinguindo-se dos cartógrafos militares do século XVII, que

²⁶⁹ SECRETO, María Verónica. “A Legislação sobre terras no Século XIX. Definindo o conceito de propriedade”. In: LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Org.). *Mundo Rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 39-56.

²⁷⁰ Nesse sentido são interessantes as constatações de Afonso de Alencastro Graça Filho, que percebe coincidências entre os valores praticados na praça de São João del-Rei e as flutuações internacionais de preços descritas por Kondratieff, indicando um vínculo da vila mineira com o mercado externo. Cf.: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 189.

²⁷¹ Ao lançarmos mão dos conceitos de *reterritorialização* e *desterritorialização*, devemos evidenciar que dizem respeito a processos concomitantes. Conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari, a desterritorialização “é o movimento pelo qual ‘se’ abandona o território”. Por conseguinte, a reterritorialização, como processo simultâneo, não deve ser confundida com a volta a uma territorialidade anterior. “Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, ‘valer pelo’ território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita

concebiam a geografia pelo que *separa* (veja-se o destaque da Serra de Paranapiacaba, quase intransponível, no mapa de Alexandre Massai), aqueles que pensavam nos termos de uma rede de mercados tomavam o conhecimento geográfico pelo que *une*. Por isso, vemos mapas que destacam precisamente os meios de comunicação (**FIGURAS 11 e 12**), estruturando os mercados em formação. Esse aparente contra-senso encontra-se no cerne da cultura liberal: “desterritorializando a economia, territorializa os indivíduos no espaço jurídico da propriedade”.²⁷²

Todavia, quando falamos de territorialização da propriedade, devemos esclarecer que o território é uma noção jurídico-política.²⁷³ Desse modo, o território, como resultado da validade das normas jurídicas, tornava-se um dos instrumentos da formação do Estado imperial brasileiro como elemento da relação política entre a sociedade e o espaço que ela ocupa. Por isso, quando se descobriram “novos campos na margem do Iguassú”, na Comarca de Curitiba, o Presidente da Província, o brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar (1795-1857), apresentava as preocupações com os limites espaciais para a atuação das instituições políticas, “porque em um deserto a acção das leis e das autoridades bem pouca influencia pode ter”.²⁷⁴ Essa inquietação era potencializada quando imensas áreas desocupadas eram visualizadas nos mapas oficiais, como o *Mapa Corográfico* do marechal Daniel Pedro Müller (**FIG. 10**), que apresentava um tenso “Sertão Desconhecido” representando a maior parte do território da Província de São Paulo. Com isto, levantava-se a dúvida: até *onde* poderia agir o Estado?

sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho ou sistema... Por exemplo, o aparelho de Estado é erroneamente dito territorial: na verdade ele opera uma Desterritorialização que, no entanto, é imediatamente recoberta por reterritorializações sobre a propriedade, o trabalho e o dinheiro (é evidente que a propriedade da terra, pública ou privada, não é territorial, mas reterritorializante)”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p. 197.

²⁷² Rosanvallon nos chama a atenção para os modos como a geografia foi apropriada de acordo com o pensamento econômico. Assim, a geografia, conforme o pensamento liberal clássico, seria “lida pelo que une (o rio, o mar) e não pelo que separa”. ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*, p. 132-133.

²⁷³ FOUCAULT, Michel. “Sobre a geografia”. In: *Microfísica do poder*, p. 157.

²⁷⁴ SÃO PAULO (Província). *Discurso recitado pelo exmo. Presidente Raphael Tobias de Aguiar no dia 7 de janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa da Província de S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1841, p. 12.

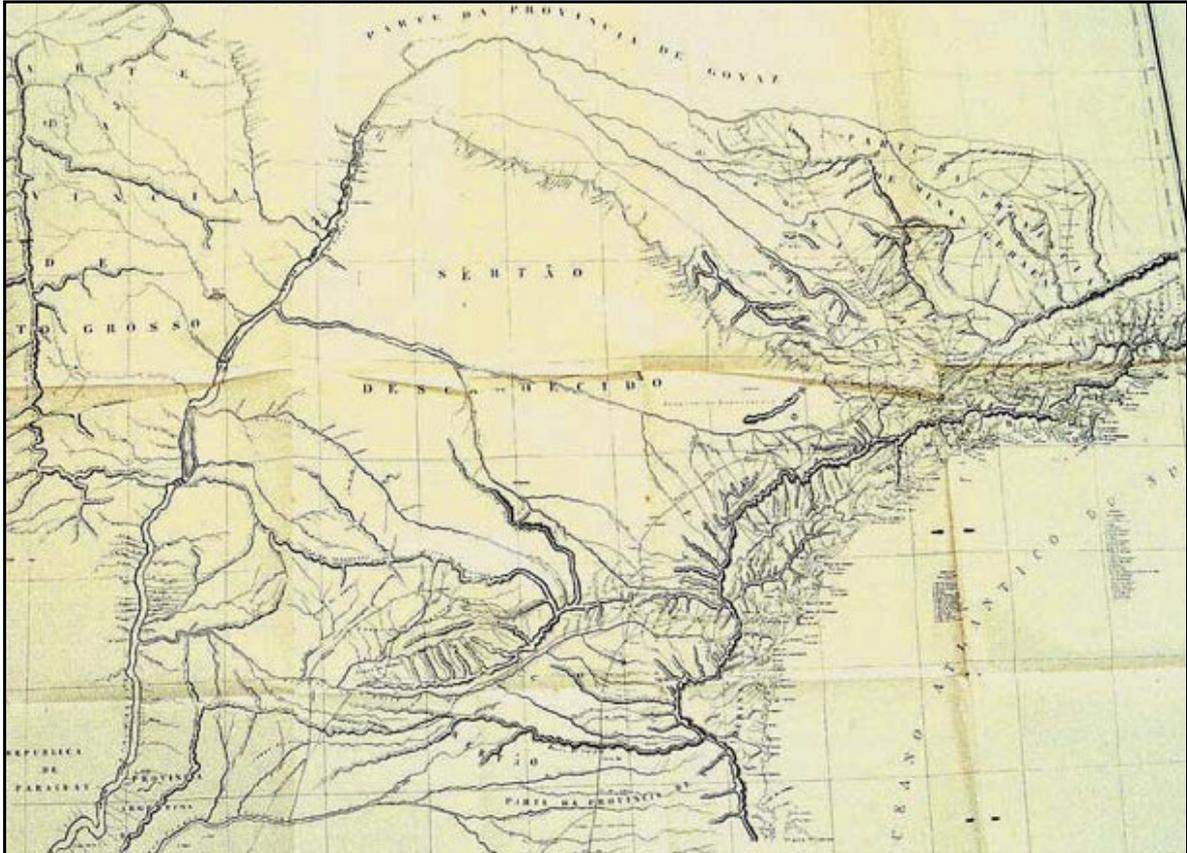


FIGURA 10 - Parte do Mapa corográfico da Província de São Paulo (1837)

Mapa-base: MÜLLER, Daniel Pedro. *Mappa Corographico da Provincia de São Paulo* (1837). In: TAUNAY, Affonso de Escragnole. *Collectanea de mappas da Cartographia paulista antiga*. São Paulo: Museu Paulista, Melhoramentos, 1922 citado por CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. 14 (1), jan./jun. 2006, p. 228.

Para se compreender o espaço de atuação desse Estado em fase de governamentalização, podemos utilizar uma abordagem de inspiração geográfica, percebendo a dinâmica espacial das relações entre o social, o político e o econômico, por meio de noções como deslocamento, lugar, região e território. Essas noções estão ligadas às estratégias com as quais os sujeitos procuravam dar sentido ao mundo à sua volta.²⁷⁵ Por isso, nos deteremos sobre os mapas da páginas seguintes, prosseguindo no reconhecimento das condições históricas que tornaram possível o desenvolvimento de uma *cultura* liberal no Centro-Sul do Império.

²⁷⁵ ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo econômico*, p. 149.

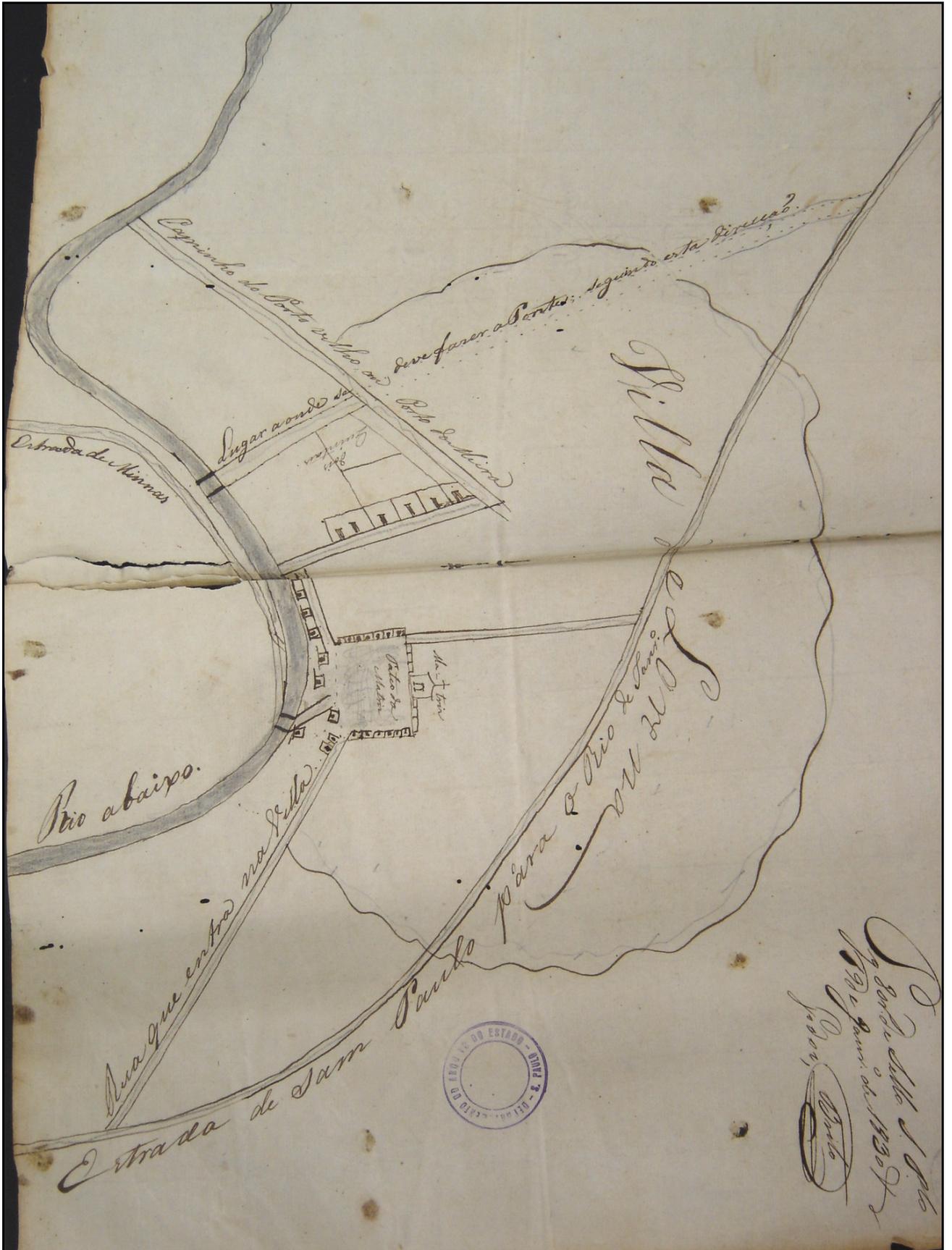


FIGURA 11 - [Mapa da Vila de Lorena e seus caminhos]. AESP – Offícios Diversos (Lorena). No. Ordem 1095, Doc. 78, 19 JAN. 1830.

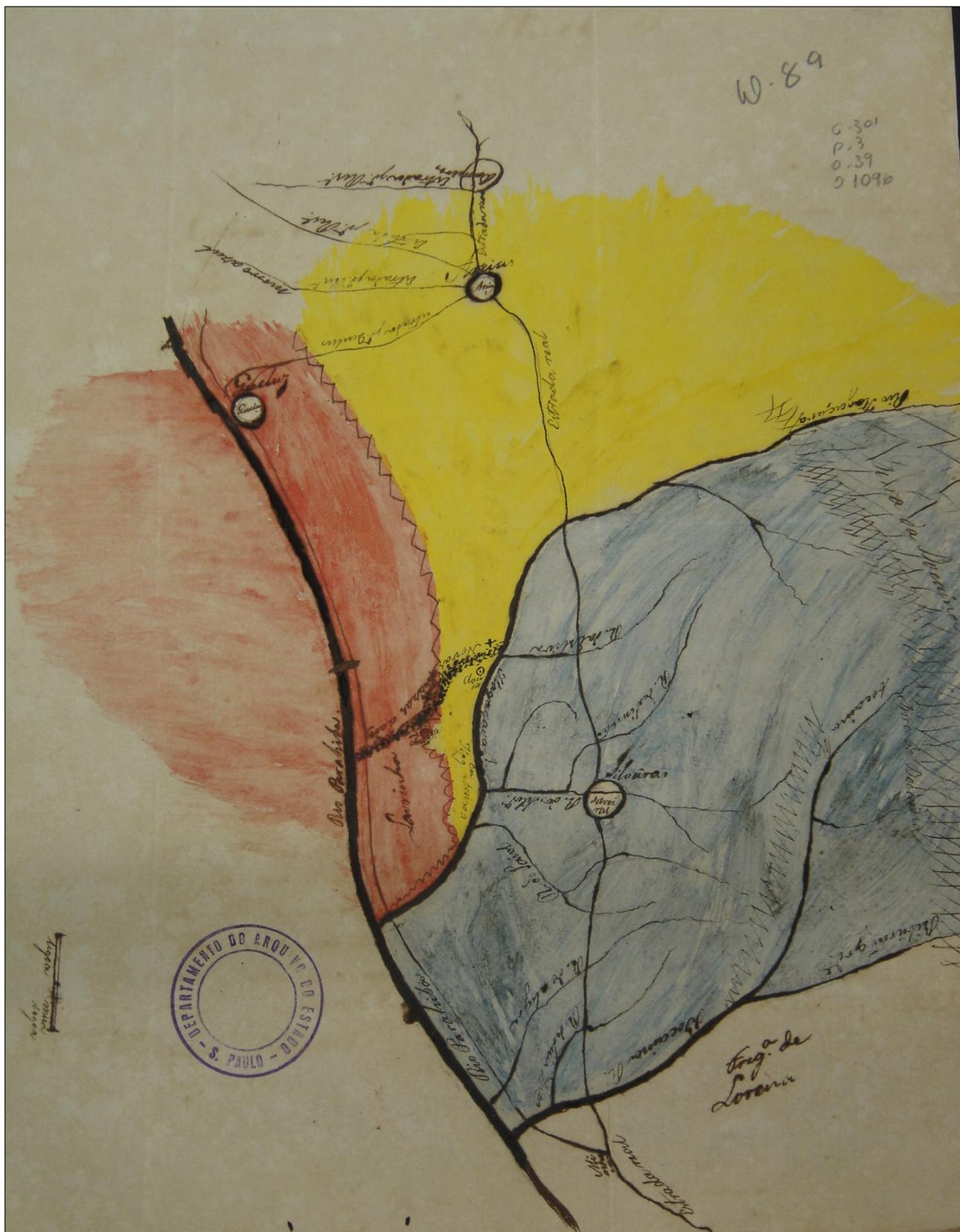


FIGURA 12 - [Mapa dos caminhos e atalhos entre Lorena e Areias]. AESP – Ofícios Diversos (Lorena). No. Ordem 1096, Doc. 39, 15 OUT. 1836.

Como objeto social, os esboços cartográficos das páginas anteriores nos mostram as pretensões de seus realizadores, claramente ligadas ao comércio e ao trânsito de tropas. Por isso, nota-se que não são representados obstáculos naturais para o deslocamento, figurando somente as vias de comunicação que cortavam os municípios, o que nos remete ao conhecimento pessoal de quem os desenhou. Airton Cavenaghi, ao analisar documentos similares, afirma que os desenhistas não tinham noções formais de cartografia.²⁷⁶ Como em outros mapas do mesmo período, não há representação de elementos de orientação, como uma rosa-dos-ventos, ou mesmo uma forma de medida que pudesse nos oferecer uma relação entre o lugar representado no papel e sua dimensão real, exceto pela tímida escala gráfica em léguas na **FIG. 12**. Entretanto, podemos problematizar a afirmativa de Cavenaghi, indagando se os padrões cartográficos eram realmente necessários para os fins a que se destinavam aquelas representações espaciais. Dito isso, devemos nos lembrar que esses mapas tinham objetivos bem evidentes: intentavam apresentar a necessidade de se melhorar e controlar os caminhos, atraindo o fluxo de tropeiros e evitando o seu desvio por atalhos clandestinos.

O mapa da Vila de Lorena (**FIG. 11**) acompanhava a exposição feita pelo mestre Floriano Roiz Solano, encarregado da escolha do local para a construção de uma ponte sobre o rio Paraíba, facilitando o acesso de tropeiros vindos da Estrada de Minas. Essa ponte atravessaria um braço de rio, hoje inexistente, próximo à área urbana. Além da intenção de se ampliar a vila com a criação de novos espaços para “se edificarem prédios”, nesse projeto nota-se o anseio dos proprietários da parte selecionada em se beneficiar do rentável trânsito por suas terras, o que gerou muitos conflitos entre os moradores de Lorena. Argumentava Solano que o lugar que escolhera para a construção era “suficiente” para o volume de tropas e boiadas. Ademais, entre as justificativas para a escolha do local está o afastamento com relação ao Pátio da Matriz, usado para eventos públicos, principalmente as procissões, “com o que evita grandes desordens”.²⁷⁷ Uma petição, assinada por quarenta e cinco cidadãos, também afirmava que o porto defronte à igreja Matriz era “impróprio” para a construção da

²⁷⁶ CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. 14 (1): 195-241, jan./jun. 2006.

²⁷⁷ AESP – Offícios Diversos (Lorena). No. Ordem 1095, Doc.78, 19 JAN. 1830.

nova ponte, requerendo outro lugar para a obra.²⁷⁸ Porém, a Câmara Municipal opôs-se às reivindicações e ao parecer de Solano, o qual tachava de “fictício”, determinando que a ponte fosse edificada no porto fronteiro ao Pátio.

Para além da disputa em torno do local para a nova ponte, observamos que a posição privilegiada da Vila de Lorena era explorada pelos seus moradores, pois está situada entre as vias que interligavam as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, isto é, na principal rota de tropeiros do Vale do Paraíba. Essa conjuntura favorecia a dinâmica comercial da localidade, que apresentava, ao tempo da visita de Auguste de Saint-Hilaire, “várias lojas bem sortidas”, tendo inclusive

algumas de latoeiros, o que é muito raro na capitania de Minas. A igreja paroquial forma um dos lados da pequena praça quadrada [visto na **FIG. 11**]. Em outra praça irregular, e ainda menor que a primeira, fica a segunda igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. [...] Em frente à igreja do Rosário fica o paço municipal, pequena construção de um só andar, mas muito limpa, cujo rés-do-chão é, segundo o costume geral do Brasil, ocupado pela cadeia.²⁷⁹

A fim de se garantir esse progresso comercial, cuidava-se para que as tropas passassem pelos caminhos permitidos. Desse modo, a Câmara preocupava-se com a construção de um atalho que seguia paralelo ao rio Paraíba, driblando a fiscalização da Estrada Real exercida na freguesia de Silveiras. Para demonstrar esse problema, providenciou-se um mapa dos caminhos e atalhos entre Lorena e Areias (**FIG. 12**), o qual acompanhava o ofício enviado à Presidência da Província. Por meio desse mapa, observa-se que a trilha margeava o curso fluvial no sentido da freguesia de Queluz, no município de Areias, e, de lá, seguia para a Vila de Rezende, na Província do Rio de Janeiro. Para se evitar a sonegação, os habitantes da freguesia de Silveiras requeriam a construção de uma barreira no ponto conhecido por “Minhocas”, onde se iniciava o desvio, pedindo que se “acautellasse o extravio das rendas publicas, por que ali não só vigia os que entram por Queluz, mas ainda pode dar algumas outras providencias, a fim de que não entrem por Areias para Resende”.²⁸⁰ Interessante observar que a freguesia de Queluz se beneficiaria da entrada de tropeiros pelo atalho clandestino, gerando algum lucro para os moradores do lugarejo.

²⁷⁸ AESP – Ofícios Diversos (Lorena). No. Ordem 1095, Doc.78A, 19 JAN. 1830.

²⁷⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 82.

²⁸⁰ AESP – Ofícios Diversos (Lorena). No. Ordem 1096, Doc. 39, 15 OUT. 1836.

Os problemas de desvios mencionados pela Câmara de Lorena podem estar ligados à transformação das jurisdições tributárias após o Ato Adicional. Segundo Miriam Dolhnikoff, “de competência provincial passaram a ser basicamente os impostos que taxavam atividades internas”, dentre esses os tributos cobrados nas barreiras, os quais constituíam a principal rubrica da receita de São Paulo.²⁸¹ Isso garantia uma relativa autonomia para a província, que viveria um período de crescimento econômico independente das variações institucionais pelas quais passava o Império.²⁸² Nesse sentido, o deputado paulista Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844), rebatendo o argumento de que as províncias não podiam sofrer mais “imposições” do governo central, lembrava “que esta província [de São Paulo], para ter rendas para suas despesas, estabeleceu impostos, sem se importar se de alguma maneira punhão pêas ao commercio interno, como, por exemplo, o das barreiras”.²⁸³

Ao passo que as tropas criavam desvios e atalhos, buscando desvencilhar-se das peias do governo, as municipalidades eram forçadas a anteparar essa ação. A **FIG. 12** afigura-se como uma narrativa espacial desse conflito, sugerindo onde aplicar as possíveis táticas e estratégias municipais, que se desdobrariam através das tentativas de controle do deslocamento sobre o território. Para tanto, o pretense cartógrafo apontava as alternativas criadas pelos viajantes para burlar os registros, percorrendo os caminhos fluviais e terrestres. Ainda percebe-se que as ações municipais far-se-iam em face das táticas utilizadas pelos tropeiros, que atravessavam pontos de intersecção e desviavam-se dos obstáculos, como as serras e barreiras fiscais. Com isso, chamamos a atenção para o fato de que nas falhas criavam-se as possibilidades de mudança, compelindo todos os envolvidos a reavaliar “o número dos possíveis e os interditos” em suas práticas cotidianas.²⁸⁴

²⁸¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*, p. 156-161.

²⁸² OLIVEIRA, Vinícius de Bragança Müller e. Mudanças institucionais e seus impactos na província de São Paulo: a economia paulista ante a centralização política do Império brasileiro (1835-1850). *Almanack Braziliense*. N. 5, maio 2007, p. 115. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_artigo_4.pdf>. Acesso em 15 AGO 2010. Para uma abordagem das estradas interprovinciais, ver: MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História).

²⁸³ BRASIL. *Anais da Camara dos Deputados*. Sessão de 23 de agosto de 1838, p. 375. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>> Acesso em 20 DEZ. 2009.

²⁸⁴ CERTEAU, Michel de. “Caminhadas pela cidade”. In: *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 178.

Alcir Lenharo lembra-nos que muitas das estradas que abasteciam o Rio de Janeiro foram recunhagens de caminhos clandestinos, criados para encurtar o trajeto ou burlar a fiscalização no século XVIII.²⁸⁵ A Câmara da Vila de Campanha confirma essa afirmativa ao cientificar a Presidência da Província de Minas Gerais sobre um requerimento dos cidadãos da freguesia de Itajubá, que se ofereciam para abrir uma estrada em direção à Vila de Guaratinguetá, aproveitando-se justamente dos terrenos “onde em outro tempo são proibidas as picadas por causa dos estravios” na Serra da Mantiqueira.²⁸⁶ Deste modo, estamos diante de uma prática já bastante conhecida dos tropeiros, que não hesitavam em abrir uma nova trilha para facilitar sua viagem, atualizando uma ordem espacial ao aumentar as alternativas de caminhos e se apartar das estradas lícitas ou obrigatórias.

Enquanto os tropeiros constituíam parte de sua mentalidade política na “antidisciplina” dos atalhos, os moradores das vilas e arraiais também tinham sua vida alterada pelo fluxo constante de mercadorias e idéias. Nas proximidades dos caminhos desenvolviam-se lugarejos que se beneficiavam do dinamismo econômico, como a citada freguesia de Itajubá, cujos moradores justificavam a criação de uma estrada entre as províncias de Minas Gerais e São Paulo, afirmando que esse caminho “promete ser da maior vantagem a todo este Termo, que de dia em dia cresce em população, e relações sociais, dando maior impulso a sua agricultura, e comercio”.²⁸⁷ Contudo, o que os habitantes de Itajubá queriam dizer quando mencionaram o crescimento das “relações sociais”?

Logicamente, o termo está aplicado no sentido dos relacionamentos entre os indivíduos. No entanto, para além da obviedade, analisemos um pouco mais os possíveis sentidos da palavra “relação”, usando um léxico coetâneo. Para o dicionarista Antonio de Moraes Silva (1755-1824), “relação” pode significar “connexão, dependencia, conversação, trato, negócio, dever”.²⁸⁸ Desse modo, poderíamos deduzir que aumentaram-se os vínculos, o comércio e as conversas entre as pessoas da freguesia, ou seja, os germes de uma opinião pública fermentavam em Itajubá. Esta condição também era pressentida nas vilas com as

²⁸⁵ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, p. 59.

²⁸⁶ APM – Presidência da Província. PP¹₃₃, Caixa 47, Doc. 42, 26 OUT. 1833.

²⁸⁷ APM – Presidência da Província. PP¹₃₃, Caixa 47, Doc. 42, 26 OUT. 1833.

²⁸⁸ SILVA, Antonio de Moraes. Verbete: “Relação”. *Diccionario do Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922, v. II, p. 588.

quais a localidade mineira aspirava estabelecer contatos, os quais também podiam dar-se por meio dos Correios. Por isso, a Câmara Municipal de Campanha, “desejando promover as relações entre esta Villa, e as Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo pela maior brevidade em suas comunicações”, requereria a criação de um correio entre esta localidade e a Vila de Lorena.²⁸⁹

O serviço postal figurava entre os principais pedidos das câmaras municipais à Presidência da Província, o que incluía a criação de rotas alternativas, envolvendo vilas de outras províncias. Assim, a Câmara de Pouso Alegre também solicitava a instalação de um “Correio que seguisse desta Villa até a Freguezia Nova de Itajubá onde devem as Cartas entrar na mala, que da Villa da Campanha segue ate a de Lorena, por que desta sorte se obterião as Cartas, e papeis vindos da Corte do Rio de Janeiro em oito dias”.²⁹⁰ Esse trajeto diminuiria pela metade o tempo gasto pelo mensageiro postal para transportar as notícias da Corte para o Sul mineiro, favorecendo a integração regional ao intensificar os laços sociais com os vizinhos paulistas e fluminenses. Para tanto, usava-se a parada dos correios na Vila de Lorena, existente desde 1799, que agregava as correspondências que vinham do Sul Mineiro e da Província de São Paulo com destino ao Rio de Janeiro.²⁹¹

Buscava-se assegurar a receita dos correios através da vistoria feita nas malas de tropeiros e viajantes nos registros e barreiras, como teria acontecido com as bagagens de Saint-Hilaire se este não trouxesse uma recomendação do Príncipe, livrando-o da inspeção. Isso demonstra outra prática dos tropeiros, que se encarregavam de transportar notícias entre parentes, amigos e negociantes em suas bolsas. Por meio deles, os habitantes do interior recebiam notícias “das alternativas políticas pelas quais tanto se interessavam os chefetes locais, dos preços das mercadorias a comprar e dos gêneros a vender”.²⁹² Além disso, as tropas representavam uma alternativa para um serviço postal ainda irregular e incerto, que

²⁸⁹ APM – Presidência da Província. PP¹₃₃, Caixa 46, Doc. 45a, 12 JAN. 1831.

²⁹⁰ APM – Presidência da Província. PP¹₃₃, Caixa 199, Doc. 41, 30 JAN. 1833.

²⁹¹ REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho novo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 73.

²⁹² CALÓGERAS, João Pandiá. Transportes Arcaicos do Brasil. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 2 (23): 1674. Fevereiro, 1945. Ver também: RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 175.

aborrecia os destinatários com os freqüentes atrasos, como os que habitualmente ocorriam na estrada entre o Rio de Janeiro e São Paulo.²⁹³

Ao conjugar os papéis de carreiro e estafeta, o tropeiro poderia ser visto como elemento de ligação entre os espaços rural e urbano.²⁹⁴ Porém, relativizamos essa afirmativa ao nos depararmos com a especificidade da dicotomia campo/urbe no Vale do Paraíba paulista. Afinal, as tropas transitavam por espaços ainda indefinidos, onde o afluxo de pessoas era inconstante nos lugarejos. Hercule Florence, em sua passagem por Porto Feliz, faz observação sobre esse caráter: “a classe dos habitantes agrícolas, a mais numerosa sem dúvida, não concorre a ela senão aos domingos e dias santos, de modo que só nessas ocasiões é que se vê alguma gente nas ruas”.²⁹⁵ Augustin Wernet procurou explicar isso argumentando que “a população da maioria dos municípios paulistas não era concentrada na sede do município, mas distribuía-se por muitas freguesias, nas quais o engenho ou a fazenda se apresentava como organismo quase completo que bastava a si mesmo”.²⁹⁶ O historiador conclui que esse isolamento da população rural foi empecilho para a vida política, pois dificultava a convivência e a formação de uma sociedade com interesses comuns. Contudo, Wernet não levanta outras possibilidades de organização dos sujeitos, como nas ocasiões festivas em feriados e dias santos, quando a vila estaria tomada pela população que habitualmente mora nas freguesias, fazendas e chácaras. Assim, ao passar pela Província do Rio de Janeiro, Auguste de Saint-Hilaire observou que “cada proprietário rural quis ter perto do templo uma casa onde a família pudesse descansar da longa caminhada a que era obrigada para assistir ao serviço divino, receber os amigos ou tratar de negócios no único dia em que se ajuntavam os moradores” (grifos nossos).²⁹⁷

Quando passou por Taubaté, o mesmo viajante observou que “como em todas as cidades do interior do Brasil, a maioria das casas fica fechada durante a semana, só sendo

²⁹³ Sobre os atrasos nessa Estrada, veja a título de exemplo: AESP – Ofícios Diversos (Capital). No. Ordem 0870, Docs. 39, 52, 65, 71, 99, JAN.-MAIO 1834.

²⁹⁴ CUNHA, Alexandre Mendes. Tropa em marcha, mesa farta: Minas Gerais e o abastecimento da corte a partir de 1808. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 28, jan. 2008, p. 64-65.

²⁹⁵ FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Trad.: Visconde de Taunay. São Paulo: Melhoramentos, 1941, p. 11.

²⁹⁶ WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1833)*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978, p. 18-19.

²⁹⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 15.

habitada nos domingos e dias de festa”.²⁹⁸ Traço semelhante foi notado em Aiuruoca, Sul de Minas Gerais, que “não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas nos domingos e dias de festa torna-se um lugar de reunião para todos os cultivadores da comarca” (grifos nossos).²⁹⁹ Retirando-se os preconceitos expressos por Saint-Hilaire, por vezes orientados pelo modo como os habitantes o recebiam, percebe-se que as vilas ganhavam animação nos fins-de-semana. Além disso, o naturalista francês, com sua visão de mundo, apresenta dificuldades em estabelecer o que seria o espaço da fazenda e a urbe, pois esta poderia se configurar como uma extensão daquela no tocante à vida social e política. Embora a população se agrupasse nos dias festivos, a capacidade de organização dos sujeitos superava a dicotomia urbano-rural, talvez pela fragilidade do urbano. Assim, devemos atentar para a tenuidade dos limites entre esses espaços, sendo ainda mais difícil uma diferenciação clara entre esses ambientes para a congregação de pessoas.

Além da reunião de familiares, agregados e amigos, os dias festivos também eram propícios à realização de revoltas, como a Sedição de Sorocaba, que eclodiu a 12 de outubro de 1823, feriado em comemoração pelo aniversário de D. Pedro I. Naquela data, Carlos José da Silva Teles liderou uma insurreição na vila de Sorocaba, insuflando a “mais ínfima plebe” contra os “proprietários de cercados”. O caso não foi o único ocorrido na Província de São Paulo no Primeiro Reinado e nas Regências,³⁰⁰ mas o que se destaca em sua ação foi o modo como arregimentou a população da vila. Como consta dos relatos sobre o movimento, como o do Capitão Joaquim Ferreira Barboza que “com justo motivo teme as maquinações, e fúrias populares”, Carlos Teles publicou “folhas em manuscrito à maneira de gazeta, intitulado-se nellas, Sentinella de Sorocaba, ferindo aos Cidadãos com sarcasmos”.³⁰¹ Teles retomou, desse modo, uma tradição do Antigo Regime, as gazetas manuscritas, para insultar os seus inimigos políticos e, ao mesmo tempo, enervar os ânimos da população sorocabana, levando à eclosão de um levante. Além disso, essa prática remonta à ritualística dos motins do Antigo Regime, nos quais os insurgentes preservavam a figura do soberano e, em contrapartida,

²⁹⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. p. 90.

²⁹⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. p. 62.

³⁰⁰ Veja, por exemplo, o caso da Sedição da Vila Franca do Imperador, a 1º de janeiro de 1838.

³⁰¹ AESP - Ofícios Diversos (Sorocaba). No. Ordem 1294, Doc. sem data. Desses manuscritos, trataremos com mais vagar no **capítulo 3**.

responsabilizavam as autoridades locais “por perverterem as justas ordens emanadas do rei”.³⁰² Nesse procedimento, inimigos políticos valeram-se daqueles indivíduos “excluídos” da participação política legal, intentando a efetivação de seus propósitos.

Acreditamos que o ambiente das reuniões de fins-de-semana favoreceu a articulação do grupo paulista nas eleições para as Cortes de Lisboa. Além dos laços de parentesco, isto explica a relativa coerência na atuação dos líderes liberais, como Vergueiro, Aguiar e Paula Sousa, na organização dos demais membros da elite. Desse modo, para compreendermos a capacidade de organização política daqueles grupos, temos que lançar um olhar diferenciado para a atuação política em São Paulo no período pouco anterior e simultâneo ao advento da imprensa periódica. Embora letrados, como o Padre Feijó, os homens que participaram ativamente nos anos do vintismo, prosseguindo nas primeiras décadas que se seguiram à emancipação, tiveram por ingrediente as práticas de discussão travadas nas fazendas e nas casas de final de semana. Dessa elite política paulista trataremos a seguir, atentando para o ideário vinculado à autonomia local propagado pela tribuna e, sobretudo, pela imprensa.



Isso não se faz assim! Ele é homem rico e considerado lá em S. Paulo. Anda mal vestido porque assim foi criado e não há forças humanas que o façam mudar. Não se ajeita com uma casaca. Tem gostado muito da Josefina, e pediu-ma.³⁰³

O trecho acima, parte de uma comédia de Martins Pena, apresenta o estereótipo do fazendeiro paulista na Corte: caipira simplório que, apesar de ter ascendido socialmente com a ajuda de seus burros, não larga suas raízes provinciais. Numa leitura direta, o dramaturgo explora os tipos roceiros e provincianos, principalmente paulistas e mineiros, apresentando-os como fonte de riso para a platéia fluminense. Embora seja este o objetivo tácito, Martins Pena

³⁰² ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 66.

³⁰³ PENA, Martins. “O Diletante” [1844]. In: *Martins Pena: comédias (1833-1844)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 380.

nos oferece pistas para reconhecermos a presença desses sujeitos na Corte, identificados por traços como as vestes, os trejeitos e as linguagens características.

Ao discursar na Câmara Temporária, em 1832, o padre Diogo Antonio Feijó apropriava-se desse estereótipo, invertendo o sentido exposto por Martins Pena:

Tudo quanto tenho ouvido dentro desta casa já o tinha lido fora dela; nada para mim é novo. Criado pois, na roça, onde só se fala a linguagem do coração, desconhecendo as etiquetas da Corte, onde é mais usual a expressão da razão, eu não asseguro ser tão comedido que deixe de ofender, bem a meu pesar, mas quero antes ser sincero do que prometer atacar só princípios e opiniões, e não pessoas como alguns têm feito, e depois com manifesta contradição esquecem-se dos princípios para ultrajar indivíduos.³⁰⁴

Embora lançasse mão de um recurso retórico para avigorar sua posição, Feijó apresenta em sua fala a especificidade de uma linguagem construída na vivência rural, distanciada das etiquetas da metrópole, como fundamento para a construção de uma identidade regional. A partir da representação construída pelo então deputado, podemos perceber a consistência dos laços que a elite política paulista mantinha com a província natal, fortalecendo uma imagem que conferia legitimidade aos membros de seu grupo como pretensos “representantes dos homens do interior”.³⁰⁵

Além do padre Feijó, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Francisco de Paula Sousa e Raphael Tobias de Aguiar integraram uma liderança liberal que, embora comprometida com o Estado Imperial, se mantinha alinhada com os grupos regionais que representavam. Contudo, ao passo que Vergueiro e Paula Sousa defendiam os interesses paulistas no cenário nacional, o brigadeiro Tobias de Aguiar sustentava as relações com as elites locais, integradas por homens como José Caetano de Oliveira, João da Silva Machado e David dos Santos Pacheco, respectivamente futuros barões de Tibagi, de Antonina e dos Campos Gerais.³⁰⁶ Além dos títulos nobiliárquicos, esses sujeitos têm suas origens ligadas ao tropeirismo, por meio do qual acumularam riquezas com o comércio de muares e o transporte de mercadorias. Ademais, todos possuíam vínculos que transcendiam a esfera econômica, mesmo que dela

³⁰⁴ FEIJÓ, Diogo Antonio. “Discurso do deputado Feijó em 16 de maio de 1832”. In: FEIJÓ. *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 94.

³⁰⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*, p. 31.

³⁰⁶ Para consulta aos títulos nobiliárquicos, ver: VASCONCELOS, Rodolfo Smith de Vasconcelos, Barão de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie la Concorde, 1918, p. 48, 505, 554.

fossem decorrentes, mantendo laços resultantes de acordos matrimoniais, como Silva Machado, cuja filha caçula era nora do senador Vergueiro.³⁰⁷

A tradição conta que essas ligações valeram a salvaguarda do deputado provincial Gabriel José Rodrigues dos Santos (1816-1858) durante o movimento liberal de 1842. Como consta em sua biografia, Rodrigues dos Santos foi auxiliado por José Caetano de Oliveira, que o ocultou em uma de suas fazendas na Comarca de Curitiba. De lá, seguiria para o Rio Grande com a companhia de outros rebelados, guiados por David Pacheco, conhecedor dos caminhos do Sul. Porém, essa caravana foi interpelada pelas forças legalistas, obrigando o deputado a refugiar-se nas matas e a adotar outra identidade. Após assumir o pseudônimo de Luiz Teixeira, Rodrigues dos Santos encontrou segurança e abrigo como capataz na tropa de certo Sampaio, a quem revelou o segredo. A jornada pela Estrada Geral do Sul, “pernoitando nos pouzos”, encerrou-se nas propriedades de João da Silva Machado, “antigo amigo de seu pai o alferes Jeronymo Ribeiro dos Santos, [que] o recebeu no seio da família como um filho saudoso”.³⁰⁸

A aventura do deputado Gabriel Rodrigues dos Santos pela Estrada Geral nos mostra como seu universo relacional lhe garantiu a fuga, driblando as forças repressoras. Esses laços também foram fundamentais para sua ascensão política, com o importante apadrinhamento do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar afiançando-lhe um assento na Assembléia Legislativa Provincial após as tumultuadas eleições de 1839. Naquele tempo, Rodrigues dos Santos era um dos possíveis redatores de *O Noticiador*.³⁰⁹ Pouco depois, no contexto da Revolução Liberal, o então braço direito de Tobias de Aguiar fundava, em companhia de seu protetor, *O Tebyreçá*. Além dessas folhas, atuou no *Jornal do Commercio* como correspondente de São Paulo e assumiu, posteriormente, a redação de *O Ypiranga*.³¹⁰ Portanto, por meio do exemplo de Rodrigues dos Santos, percebe-se a conexão entre a experiência dos tropeiros, que o

³⁰⁷ Os vínculos de Pacheco com o tropeirismo: WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995, p. 32. Para as informações genealógicas de João da Silva Machado, ver: CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 30.

³⁰⁸ “Biographia do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos”. In: SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. *Discursos Parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1863, p. 22-33.

³⁰⁹ HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. *Almanack brasileiro*. [online]. 2007, n.5, p. 74.

³¹⁰ NOBRE, José de Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950, p. 102.

próprio deputado conheceu em seu disfarce em 1842, e a ação política na tribuna e na imprensa. Essa influencia aparece sutilmente na argumentação que fizera pela melhoria das estradas, opondo-se ao senso que indicava o pleno investimento nas ferrovias:

Mas a camara dos Srs. deputados ha de reconhecer que as vias ferreas não satisfazem a todas as necessidades da lavoura; têm uma direcção dada, e deixam no mesmo estado todas as outras localidades, exigindo estradas parciaes para auxilia-las, conduzindo às estações os diversos productos dos centros de producção, por onde as mesmas vias ferreas não passam. Portanto, opino ainda que seria conveniente despende o producto do novo imposto na promoção e melhoramento das vias de comunicação.³¹¹

Nesse trecho, Rodrigues dos Santos apresenta a capilaridade das estradas em contraposição ao sentido que as linhas férreas impunham. Ao valorizar as outras “vias de comunicação”, o deputado oferecia subsídios para a permanência e desenvolvimento das tropas, que se extinguiriam anos depois com a disseminação dos caminhos de ferro. Nesse discurso, ainda apresentava a ação dos poderes provinciais na manutenção das estradas, usando como exemplo justamente a Estrada Geral do Sul, por onde viveu sua aventura em meio aos tropeiros. Cabe advertir que homens como Rodrigues dos Santos tendiam a visualizar as estradas como instrumento da federação, afastando-se das concepções que as tomavam como elemento de imposição da autoridade governamental.³¹²

Nos embates políticos dos últimos anos das Regências, o grupo conservador na Província de São Paulo, autodenominado “Partido da Ordem”, utilizou-se precisamente do caráter provinciano das lideranças liberais para depreciá-las. Assim, *A Phenix* aproveitava-se da imagem pejorativa do caipira na Corte, como seria apresentada nas comédias de Martins Pena, para degradar o “partido *farrapo colossá*”, expondo a linguagem simplória com a qual seus membros se expressariam: “*Sinhó Doutó!! Voce-missê tem algum livro, que dé pra mim lê?*” Em nota, o redator de *A Phenix* explicava a suposta origem da frase, atribuída a Gabriel Rodrigues dos Santos:

Consta que assim se exprimira o Cavalleiro em casa de certo sujeito, quando esteve prestando se ao desfructe na Corte, segundo nol-o denunciou o Instincto; e que este

³¹¹ SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. “Discurso proferido na Câmara dos Deputados, sobre o orçamento dos Negocios da Fazenda, na sessão de 13 de Agosto de 1857”. In: *Discursos Parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1863, p. 716.

³¹² DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*, p. 177; MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História) p. 249.

pedaço de linguagem engraçada vagou por muito tempo entre os moços d'aquela capital, quando querião fazer diversão do serio e mover o riso.³¹³

O riso presente na sátira política ganha espaço no século XIX com as condições proporcionadas pelo desenvolvimento da imprensa periódica e pelo parlamento, locais onde a ironia e o escárnio desempenhavam papel essencial.³¹⁴ Os jornalistas das Regências lançaram mão desse recurso a fim de denegrir seus adversários, fazendo pilhérias a partir das fisionomias, do linguajar e das posturas de inimigos políticos. Assim, quando apresentava o suposto vocabulário dos liberais paulistas, *A Phenix* pretendia desencadear uma crítica aos representantes eleitos, hipoteticamente incapacitados para atuar nas legislaturas provincial e geral. Nesse sentido, seu redator ainda protestava contra o

que [achava] vergonhoso, e aviltante, que em uma chapa para representantes do povo entrem um Sr. Tobias, um Sr. J. Floriano de Toledo, um Sr. Silva Machado, que nem sabem articular os vocábulo de sua língua, e fiquem de fora o Sr. Nebias, o Sr. Dias de Toledo, o Sr. Rodrigues dos Santos, o Sr. Crispiniano Soares e tantos outros, que forão preteridos.³¹⁵

Curiosamente, todos os representantes eleitos citados no trecho relacionam-se ao tropeirismo, o que torna plausível uma linguagem menos afeita à oratória burilada nas academias de Direito, de onde proviam João Crispiniano Soares, Manuel Dias de Toledo e Joaquim Octávio Nébias. Essa estratégia visava apresentar a inépcia dos “traficantes de burros” e “toucinheiros”, como denominava os liberais ligados ao setor agrícola de abastecimento, na “direção das causas públicas”.

Embora constitua uma retórica de oposição, o trecho apresenta a ligação dos principais membros do grupo liberal paulista – os senhores Tobias de Aguiar, Floriano de Toledo e Silva Machado – com o setor agrário. Como eles, Diogo Antonio Feijó também aparecia como

³¹³ PHENIX (A). São Paulo, 17 JUN. 1840. Para a atribuição do texto, ver: HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma, p. 75.

³¹⁴ MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. Trad.: Maria Elena Ortiz Asumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 482. Sobre a ironia nos jornais do século XIX, ver: FELDMAN, Ariel. “Na arena dos gladiadores periodiqueiros”: o Padre Carapuceiro e a discussão política em Pernambuco (1831-1833). *História Questões & Debates*, n. 48/49, Curitiba. 2008, p. 365-388. É importante enfatizar a relativa escassez de trabalhos que versam essencialmente sobre o riso na imprensa brasileira do século XIX, dos quais se destaca: OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte à capital federal (1864 - 1910)*. São Paulo: USP, 2006 (Tese, Doutorado em História). Veja-se, para o período da *Belle Époque*: SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Para a imprensa paulista, veja-se: SANTOS, Délio Freire dos. “Introdução”. In: *Cabrião*. Ed. fac-similar. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

³¹⁵ PHENIX (A). São Paulo, 29 ABR. 1840.

grande proprietário rural, investindo parte de seu capital no cultivo da cana-de-açúcar.³¹⁶ Com isso, ressalto que não era apenas com a agricultura de abastecimento que a província se interligava com a economia imperial. Desde finais do século XVIII, a empresa açucareira foi fomentada na capitania de São Paulo, cujos resultados, no século seguinte, proporcionariam um otimismo com a suposta vocação agrícola: “São Paulo encontrou definitivamente seu modo de vida na agricultura”.³¹⁷ Essa expansão permitiu o acúmulo de capitais que seriam investidos na própria produção canavieira e, depois, na intensificação da cafeicultura no Vale do Paraíba e no antigo Oeste Paulista, ampliando a área de agricultura de exportação. Portanto, nota-se que o grupo liberal apresentava uma heterogeneidade em seu interior, congregando homens vinculados tanto à agricultura de exportação como ao abastecimento da Corte. Além disso, havia diferenças que se exprimiam na origem dos envolvidos, evidenciado nos termos “paulistismo” e “partido paulista”, cunhados pelo *A Phenix*.³¹⁸

Feijó, Vergueiro e Paula Sousa projetaram-se para além da esfera provincial, tornando-se figuras proeminentes na vida política da Corte ao ingressarem no Senado. Nessa ação, os paulistas construíram um “projeto político coeso que refletia os anseios de grupos de outras províncias”, conferindo-lhes capital no embate político na Assembléia Geral. Conforme Miriam Dolhnikoff, o cerne desse projeto assentava-se num discurso de matiz federalista que articulava a conservação das raízes regionais à organização do Estado nacional. Nesse sentido, o discurso paulista estava pautado numa idéia de federação “entendida como autonomia para os grupos regionais gerirem sua província e interferir no jogo político nacional”.³¹⁹ Para Dolhnikoff, distinguido-se das concepções de José Murilo de Carvalho, a unidade do império foi assegurada por essa proposta paulista, que culminou num “pacto federativo”.

³¹⁶ RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 215.

³¹⁷ PETRONE, Maria Thereza. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1705-1851)*. São Paulo: Difel, 1968, p. 27.

³¹⁸ PHENIX (A). São Paulo, 04 AGO. 1838; 11 ABR. 1840. Sobre as identidades em confronto, ver: HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma.

³¹⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. “São Paulo na Independência”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 558-568.

Embora se aproxime das análises de Maria de Fátima Gouvêa,³²⁰ Miriam Dolhnikoff observa que “a organização institucional permitiu o surgimento de uma elite provincial que, ao mesmo tempo que cuidava de seus negócios, enganchava-se à elite política nacional”. Em vista disso, no período regencial, os liberais, propugnadores do federalismo, estavam articulados em torno de um projeto nacional, e o meio para realizá-lo “era o pacto de tipo federalista em uma monarquia constitucional”. Assim, no processo de discussão entre os projetos centralizador e federalista, “prevaleceu um arranjo institucional que conferia grau significativo de autonomia para os governos provinciais”.³²¹ Com isso, não ocorreu uma adesão plena à direção imposta pela Corte. Aliás, a conservação dos interesses e a participação das elites provinciais no governo central foi condição para a manutenção da unidade territorial. Portanto, o federalismo não era tomado apenas no sentido de uma autonomia provincial, mas como fator para a unidade das partes em um todo sob um único governo.

Esse arranjo somente se consolidaria com a organização dos grupos provinciais em torno de um ideário comum. Devia-se, por conseguinte, fomentar o contato entre as elites para além dos espaços institucionais de participação política, como as assembléias geral e provincial. Daí a preocupação com a construção e conservação de estradas e com o ritmo dos correios que se verifica nos debates nas tribunas. Entretanto, como argumentaremos no **capítulo 4**, um dos instrumentos (e espaço) fundamentais para essa interligação foi, efetivamente, a imprensa periódica. Nela, os contatos se firmavam e os conceitos se mantinham em constante discussão, como se percebe na conversa travada entre os redatores de *O Federalista*, *O Astro de Minas* e *O Justiceiro* acerca do ideal federalista.

Os limites entre o federalismo e o pensamento liberal são tênues, já que o princípio federativo sugere uma relação ambivalente entre as esferas econômica e política, que se expressa através da identidade e da distinção entre uma e outra. Sendo assim, para além do medo de uma autoridade ávida por poder, as elites locais pensavam na conservação de sua

³²⁰ GOUVEA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³²¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 292-293.

capacidade de decisão econômica, encontrando no aparelho governamental um meio de estímulo para suas atividades. Isso explica a ênfase dada por Miriam Dolhnikoff às medidas relativas à organização econômica como indício do “pacto federativo” no Império. Todavia, acreditava-se que a limitação de forças do Estado asseguraria a liberdade do indivíduo, territorializado no espaço jurídico da propriedade.³²² Conforme Francisco Trindade, “o federalismo, colocando o princípio da limitação do poder central pelos poderes particulares e os agrupamentos locais, quebra o dogma da razão de Estado e a tendência comum do Estado à concentração”.³²³ No entanto, é interessante notar que o deputado Rodrigues dos Santos não se atemorizava com a centralização política, “porém [temia] muito e [reputava] um grande mal à grande centralização administrativa”, pois do poder administrativo dependiam as medidas de cunho econômico, como a construção de estradas e a tributação.³²⁴

O debate em torno do federalismo envolveu homens que, educados nos seminários brasileiros, “tendiam a se preocupar muito menos com a unidade do país e com o fortalecimento do poder central”,³²⁵ como os padres Diogo Antônio Feijó e José Antônio Marinho, os quais fizeram parte de um grupo que defendeu a descentralização político-administrativa do Império. Para o cônego Marinho, assim como para os pernambucanos de 1824, a unidade do Império “era desejável desde que presidida por um pacto federativo”.³²⁶ Em vista disso, “observando, que (...) alguns individuos ainda ignorão, ou ao menos não formão uma idea exacta do *Systema Federativo*”, Marinho apresentou “aos Leitores [do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*] o seguinte *Cathecismo Federal*, ou o *Conductor do Povo*, que foi publicado em Pernambuco por um Membro da Sociedade Federal, o Sr. João Barboza Carneiro”.³²⁷ Os escritos de Marinho indicavam a adoção do federalismo, afirmando a verdadeira vocação do Novo Mundo, da qual deveria o Império do Brasil partilhar. No entanto, o *Cathecismo Federal* reproduzido pelo *Jornal* não tratava do

³²² ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*, p. 133.

³²³ TRINDADE, Francisco. “Apresentação”. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 10.

³²⁴ SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. “Discurso proferido na Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo, sobre a demissão de officiaes da Guarda Nacional, na sessão de 1849”. In: *Discursos Parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1863, p. 337.

³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 73.

³²⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*, p. 56.

³²⁷ *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Ouro Preto. 21 SET. 1832.

self-government descrito por Thomas Jefferson³²⁸ como fator de garantia das liberdades políticas. Pelo contrário, o *Catecismo* apropriou-se do federalismo de Hamilton, Madison e Jay, em sua acepção unitária. Há clara assimilação das proposições do *Federalista*, sobretudo, a idéia de União como elemento de consolidação do Estado Imperial. Como afirma Hamilton, “a conservação da União nos promete um futuro tão lisonjeiro” e a desagregação, por outro lado, nos privaria “de todas as vantagens que a natureza [...] pôs à nossa disposição”.³²⁹

Após alguns anos, já no periódico *O Americano*, Marinho defendia a autonomia nacional, evocando os *Escritos Políticos* de Thomas Jefferson³³⁰ em epígrafe:

O dia não está longe, em que possamos exigir que hum merediano convencional divida o Oceano, que separa os dous hemisférios; de maneira que nenhum canhão Europeo se faça ouvir a quem, e nenhum canhão Americano além desta linha.³³¹

Provavelmente, o *Federalista* aparecia como uma das leituras dos redatores de *O Observador Constitucional*, sobretudo no tocante às concepções de autogoverno e de União. No debate travado entre os impressos paulistas, *O Observador* definia o federalismo como “uma grande Sociedade composta de muitas pequenas Sociedades, que tem cada uma seu Governo particular, e que são todas ligadas por um Governo Geral”.³³² Podemos inferir desse trecho a ênfase na questão da autonomia dos governos regionais, compreendendo o federalismo no sentido da organização das províncias conforme os interesses locais. Essa acepção concorda com o discurso que defendia a instalação de um Legislativo provincial pretensamente capaz de assegurar a autonomia regional em face do poder central.

Todavia, as discussões acerca do federalismo deslocaram-se da esfera provincial para a municipal já nos primeiros anos da década de 1830. Conforme Ivo Coser, “a idéia de federalismo esteve diretamente associada a um movimento no qual o exercício do poder público é espalhado na sociedade”.³³³ Neste sentido, o poder deveria ser aproximado do cidadão ativo por intermédio de elementos como o júri e o juiz de paz, previstos no Código de

³²⁸ JEFFERSON, Thomas. “Escritos Políticos”. In: *Federalistas*. Trad.: Leônidas Gontijo de Carvalho. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

³²⁹ HAMILTON, Alexander, MADISON, James, JAY, John. “O Federalista”. In: *Federalistas* Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 109.

³³⁰ JEFFERSON, Thomas. “Escritos Políticos”. In: *Federalistas*. p. 24.

³³¹ AMERICANO (O). São João del-Rei, 16 JAN. 1840.

³³² OBSERVADOR CONSTITUCIONAL (O). São Paulo, 01 JUL. 1831.

³³³ COSER, Ivo. O conceito de federalismo e a idéia de interesse no Brasil do século XIX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 2008, p. 952.

Processo Criminal (1832). A inspiração para a revisão da ordem jurídica provinha da experiência norte-americana, que servia de exemplo para os liberais brasileiros, como argumentavam os redatores de *O Observador Constitucional*:

Diremos agora alguma coisa à respeito do Governo Federativo em geral. É elle bom? Para o provar bastará só lembrarmos-nos, que é esse sistema de Governo, que tem feito a felicidade de um Povo, que hoje no mundo inteiro é olhado, como o modello das Sociedades bem constituídas.³³⁴

Como afirmado, o modelo das formulações políticas publicadas em *O Observador Constitucional*, assim como para outros pensadores brasileiros daquele tempo, eram os Estados Unidos da América. Além disso, vários partidários do federalismo no Brasil realizaram leituras dos *federalistas*, convergindo para a tradição jeffersoniana, desenvolvida posteriormente por Alexis de Tocqueville, que enfatiza o *self-government*. Assim, a descentralização era entendida, principalmente, como condição para a autonomia provincial. Por meio deste entendimento, as instituições locais seriam o “foco da liberdade”. Esta formulação concorda, portanto, com a afirmativa de Tocqueville de que “é, entretanto, na comuna que reside a força dos povos livres. As instituições municipais estão para a liberdade como as escolas primárias estão para a ciência: põem-na ao alcance do povo”.³³⁵

A *Matutina Meyapontense*, periódico publicado na vila de Meia-Ponte (atual Pirenópolis, GO), republicou um artigo do *Observador Constitucional*, no qual ponderava sobre a escolha dos magistrados e jurados pela população local:

Mais facil será ao povo de huma Cidade conhecer a capacidade, e a moralidade de hum homem seo Concidadão, do que a qualquer outro em todo o Império, e porquanto bem organizada seja a Cabeça de hum Ministro, nunca poderá elle chegar a conhecer todos os homens, que são capazes de prehencher huma Magistratura em todo o Estado”.³³⁶

Acreditava-se que a escolha dos membros do judiciário pelos cidadãos mais próximos selaria o compromisso dos escolhidos para com o bem público, assegurando a propriedade dos membros da *boa sociedade*. Retomando John Locke, os liberais aceitavam como objetivo primordial da “Sociedade Política” a “preservação da propriedade de todos os membros dessa

³³⁴ OBSERVADOR CONSTITUCIONAL (O). São Paulo, 27 JUN. 1831.

³³⁵ TOCQUEVILLE, Aléxis de. A Democracia na América. In: *Federalistas*. p. 202.

³³⁶ MATUTINA MEYAPONTENSE (A). Pirenópolis, 09 OUT. 1830.

comunidade”.³³⁷ Portanto, manter “a vida, a liberdade e as posses” deveria ser o interesse primordial dos cidadãos no processo de escolha dos juízes, evitando-se os abusos de um representante escolhido por um poder distante e pouco afeito às necessidades locais.

O fortalecimento das instituições municipais também está presente nos argumentos do periódico paulistano *O Federalista*, recopilado pelo *Astro de Minas*, ao afirmar que as arbitrariedades tendiam a diminuir com o regime federativo uma vez que “as autoridades escolhidas pelo mesmo Estado onde tem de exercer as suas funções vem a responsabilidade iminente, como Dâmocles tinha a espada que o devia punir pendente por um fio sobre a sua cabeça”. Além disso, alertava-se para os possíveis inconvenientes da implantação do federalismo no Brasil, como a corrupção e a venalidade dos agentes municipais. Entretanto, o redator ainda indicava, de maneira otimista, “*que para as futuras eleições os Povos já amestrados pelos poucos prejuízos não votarão em semelhantes carrascos, e assim pouco a pouco irão abrindo os olhos acerca da escolha dos candidatos*”. Conclui *O Federalista* que, uma vez formada a “*federação de Estados fazendo as suas leis próprias e peculiares (...) as autoridades sempre vigiadas e prestes a responder pelos seus abusos estarão em contato com os povos que as elegerão*”.³³⁸

O otimismo com relação ao júri e aos juizes de paz desfez-se no decorrer da década de 1830. *O Justiceiro*, jornal redigido pelos padres Diogo Antônio Feijó e Miguel Arcanjo Ribeiro,³³⁹ no momento em que se discutiam as reformas constitucionais, apresentava duras críticas aos juizes eleitos por voto popular:

Os magistrados encarregados té aqui de julgar e impor a pena derão quasi todos os mais vergonhosos exemplos de sua venalidade e corrupção, deixando de cumprir o seu dever, não só pelo interesse do dinheiro, como por empenhos, e atenções com os criminosos, e seus parentes, ou com outras auctoridades, que proteção o crime.³⁴⁰

Feijó e Arcanjo pertenciam ao grupo que pregava a descentralização política e administrativa do Império. Porém, mesmo eles não pouparam críticas às instituições

³³⁷ Por propriedade, na concepção lockeana, entenda-se “a vida, a liberdade e os bens” dos sujeitos. (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. Trad.: E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1973. p. 73).

³³⁸ ASTRO DE MINAS (O). São João del-Rei, 28 JUN. 1832, itálicos no original.

³³⁹ RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*, p. 268.

³⁴⁰ JUSTICEIRO (O). São Paulo, 27 NOV. 1834.

liberais, como o Código do Processo Criminal e a figura emblemática do juiz de paz. O padre Feijó pretendia estender para a sociedade civil a experiência adquirida com sua “sociedade doméstica” através dos ensinamentos sobre as “diretrizes filosóficas da liberdade humana”, buscando corrigir os abusos dos ímpios e valorizar os justos.³⁴¹ Com isso, enfatizamos que não houve um discurso uníssono entre os liberais. Em alguns casos, partidários do mesmo credo político poderiam se tornar opositores, como se depreende das discussões contra a posição do *Astro de Minas* para com o ministro da justiça que estampou páginas de *O Justiceiro*.³⁴² Entretanto, Viviane Penha Carvalho Silva Ameno problematiza a idéia de impunidade e inoperância do júri, ponderando que essa imagem foi resultado da aversão de diversos grupos para com a instituição. Para a historiadora, essa oposição não se pautou em levantamentos sistemáticos de dados, o que não justificaria as críticas tecidas pelos jornalistas. Em seu estudo de caso, que priorizou o Termo de São José do Rio das Mortes, Ameno encontrou indícios que apontam o contrário, apresentando como um júri de uma vila do interior poderia ser ativo e justo.³⁴³

Os padres Feijó e Arcanjo ainda relativizavam as então recentes medidas do Ato Adicional. Tradicionalmente tido como o ápice das ações descentralizadoras da fase de hegemonia liberal-moderada, o Ato não representou, como pretendiam os federalistas, uma ampla e irrestrita autonomia das províncias. Segundo os redatores de *O Justiceiro*, “as Assembléas tem limitadas atribuições, e cujos actos hão de ser revistos pela Assembléa Geral e até cassados quando alheios d’ellas, que o único intérprete da Constituição”.³⁴⁴ Arcanjo e Feijó criticavam justamente a limitação da liberdade das províncias em gerir seus assuntos, defendendo, em contrapartida, a ampliação dos poderes do Legislativo provincial.

Assim como Feijó, os liberais mineiros reafirmavam a atuação das Assembléias provinciais como imperativo para a autonomia local, pois a “Representação de cada uma Província”, como “conhedora das necessidades locais”, seria “o remédio de muitos

³⁴¹ RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*, p. 301.

³⁴² JUSTICEIRO (O). São Paulo, 04 DEZ. 1834.

³⁴³ AMENO, Viviane Penha Carvalho Silva. *Implementação do júri no Brasil: debates legislativos e estudo de caso* (1823-1841). Belo Horizonte: UFMG, 2011 (Dissertação, Mestrado em História), a ser defendida.

³⁴⁴ JUSTICEIRO (O). São Paulo, 05 FEV. 1835.

damnos, e vexames, que tanto tem empedido sua prosperidade”. Comentava o redator de *O Universal* “que as províncias do Sul forão mais conhecedoras dos objetivos de seus interesses peculiares, e todas ellas cuidarão do principal de seus deveres”. Em contrapartida, temia os rumos das assembléias de Pernambuco, Bahia e Maranhão, que se encontravam imersas em dissensões internas.³⁴⁵ Com efeito, o conteúdo do jornal mineiro asseverava a necessidade de coesão entre os grupos políticos regionais, sobretudo na aceitação de um pacto federalista, evocando-o nos termos da manutenção da unidade nacional.

Entretanto, essa elite política de projeção nacional eventualmente entrava em atrito com os fazendeiros e grandes comerciantes da província, o que aponta para a tensão dentro do próprio grupo paulista. Havia uma oposição entre os defensores de um ideal de Civilização, como José Bonifácio de Andrada, e uma “elite branca” que habitava os sertões e que pretendia manter sua preponderância local. Assim, os discursos de homens como Feijó, que atuavam como “diretores de consciência”,³⁴⁶ traziam um conteúdo que asseverava “a necessidade de uma intervenção disciplinadora padronizada do Estado” para garantir uma prática política coerente com os padrões constitucionais. Com esse intuito, o governo provincial, autônomo, deveria controlar o poder local. Isso nos mostra, além da complexidade das negociações e do embate político realizado no período, a necessidade de se tomar cuidado para não reduzirmos a ação dos “paulistas” ao conteúdo discursivo propalado por um grupo que se afirmava como “legítimo” representante da “boa sociedade” da Província.

Com efeito, havia dois lados da disputa política na Província de São Paulo: de um, estavam aqueles que se representavam como ilustrados e “civilizadores” e que visualizavam a política como uma prática efetivada em espaços formais, como a tribuna e a imprensa; do outro, havia uma parcela composta por fazendeiros e comerciantes, notadamente do interior da província, que se inseria no jogo político de maneiras diversas, indicando a especificidade da prática política nas regiões em que mantinham seu poder. Em função disso, quando elementos de uma elite intelectual agiam, havia uma pretensão de influenciar essa parte da

³⁴⁵ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 17 JUL. 1835.

³⁴⁶ RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*, p. 250.

população que se localizava nos sertões e que, por apresentar os qualificativos para o ingresso na “boa sociedade”, deveria ser doutrinada e iniciada nos preceitos da vida constitucional. O choque era inevitável, pois ainda coexistiam práticas de Antigo Regime, além da tentativa de manter a preponderância local, como apresentado por Dolhnikoff.

Ao finalizar este capítulo, é necessário reafirmar a especificidade paulista. Com suas fazendas distantes, tornava-se difícil a convivência intensa e aquela “troca de falas” de que tratava Claude Lefort.³⁴⁷ Contudo, houve uma dinamização da política local, sobretudo com a ação da imprensa periódica, inaugurada pelo *Farol Paulistano*, que levou a efeito um discurso de tendência liberal e federalista. Diferente das práticas políticas realizadas na Corte, extensamente analisadas por Marco Morel,³⁴⁸ para se pensar a vida política na Província de São Paulo deve-se levar em consideração o caráter esparso de sua população e o ambiente das estradas. Como afirmado anteriormente, sabe-se que as notícias chegavam aos lugarejos mais recônditos do interior da Província por intermédio de tropeiros, estafetas e viajantes em geral. Com efeito, as estradas foram fundamentais para o desenvolvimento do debate político no Centro-Sul ao favorecer os contatos entre os diversos sujeitos históricos, independentemente de sua condição sócio-econômica, gerando inúmeras interpretações para as idéias discutidas.

Assim, por mais que os membros de uma elite política e intelectual tivessem acesso a uma cultura letrada, era na vivência diária que se operava a experiência prática desses grupos com relação aos preceitos liberais, sempre levando em conta o caráter móvel e dinâmico dos caminhos paulistas. Além disso, a longa trajetória demandava o pouso no rancho e, nele, as rodas de viola eram permeadas pela prosa do cotidiano que, possivelmente, poderia levar à discussão política. Por isso, trata-se de compreender como os sujeitos históricos propuseram soluções para a realidade que se afigurava diante de seus olhos. Perceber o liberalismo como cultura significa romper com uma tradição historiográfica que afirma as “idéias fora do lugar”, importadas num processo de assimilação passiva. Pelo contrário, as estradas forneceram as condições para o florescimento de uma cultura efetivamente liberal. Aliás,

³⁴⁷ LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revoluções e liberdade*. Trad.; Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

³⁴⁸ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

passo a passo, os tropeiros sedimentavam uma concepção de mercado tomada como uma rede – ou seja, uma interligação dos mercados, criando um espaço contínuo e difuso estruturado pelas condições das comunicações, pelas localizações da população e pela natureza das mercadorias negociadas – e não mais como um lugar, concebendo uma geografia econômica desvinculada da geografia política.³⁴⁹ Essa noção de rede permite compreender a relação que os mercadores paulistas e mineiros estabeleceram quando ultrapassaram os limites políticos entre as províncias do Centro-Sul.

Embora sofresse transformações ao longo do tempo, o emaranhado de caminhos que o cartógrafo seiscentista apresentou no mapa da *Capitania de S. Visente* ainda convergia para a capital paulista, interligando as várias regiões da província. Distante da pobreza unânime realçada por uma historiografia tradicional,³⁵⁰ a cidade de São Paulo dinamizava-se, possibilitando a acumulação de riqueza pelos grupos proeminentes. De acordo com os dados analisados por Maria Lucília Viveiros de Araújo, recolhidos principalmente em fontes cartorárias, indivíduos que se envolveram com crédito e comércio atacadista acumularam riqueza mercantil considerável, reinvestindo o capital acumulado em outras atividades, como os engenhos das novas áreas agrícolas. Esses negociantes forneciam crédito a vasta região, agregando devedores em municípios das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.³⁵¹ Além disso, uma camada média composta por pequenos varejistas, funcionários públicos e agricultores fazia-se presente, movimentando a economia local ao assumir a posição de principal consumidora de mercadorias e crédito na cidade.³⁵² Esse dinamismo nos permite compreender porque a capital concentrou a produção tipográfica durante todo o interstício entre 1827 e 1841, configurando-se como núcleo da atividade impressa na Província de São Paulo.

³⁴⁹ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*, p. 119.

³⁵⁰ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954, Vols. 1 e 2; MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo* (de comunidade à metrópole). São Paulo: DIFEL, 1970; SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*; TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

³⁵¹ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 120.

³⁵² ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*, p. 210.

Todavia, as estradas não eram relevantes apenas para o desenvolvimento econômico regional. Por meio delas, eram transportados e construídos conceitos, idéias e opiniões sobre os rumos que o nascente Império do Brasil estava traçando.³⁵³ Esse caráter foi potencializado com a difusão dos escritos, manuscritos ou impressos, pelas províncias do Centro-Sul. Enfim, não se trata apenas de interligação comercial, pautada em interesses meramente mercantis, mas do fortalecimento dos vínculos políticos entre os habitantes das províncias de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma, acreditamos que o estudo acerca da relação entre as elites paulista e mineira, sobretudo por intermédio da imprensa e das sociedades políticas, possa nos auxiliar na compreensão das escolhas efetuadas pelas personagens daquele tempo, analisando o aparente paradoxo entre a oposição ao “governar em demasia” e o processo de formulação, por parte do Estado, de um conjunto de instituições e táticas que tinha por objetivo principal conduzir a conduta dos homens.³⁵⁴

Da elite imperial à elite regional, vários estudiosos apontaram perspectivas distintas de análise. Entretanto, diferente desses autores, pretendemos explorar a dimensão relacional dessas elites por intermédio da imprensa periódica. Em função disso, torna-se fundamental analisar a dinâmica interprovincial no processo de construção do Estado, percebendo como as elites provinciais negociavam e estabeleciam seus acordos na formulação e manutenção de um projeto para a monarquia constitucional. Não se trata apenas de encontrar o caráter específico dos grupos provinciais, mas de apreender o que tinham em comum em seus discursos e práticas políticas, levando-os a se relacionar e a se perceberem como membros de uma elite imperial de fato. Entre oposição e coligação, os grupos regionais negociavam conforme seus interesses e perspectivas, tecendo uma teia de relações, como os vínculos entre mineiros e paulistas em torno dos projetos políticos e das concepções de “opinião pública”, como apresentaremos na **Parte II**.

³⁵³ Sobre a importância da “palavra do tropeiro”, ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, p. 108.

³⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, p. 258. Sobre o paradoxo do liberalismo, ver também: HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004, p. 6.

PARTE II

Imprensa e opinião pública nas províncias

Conta-se que o prelo utilizado para se imprimir *O Paulista*, primeiro periódico do interior de São Paulo, foi enterrado por Hercule Florence na Estrada de Sorocaba, a fim de impossibilitar seu uso pelos inimigos durante a Revolução Liberal de 1842.³⁵⁵ Ao sepultar a máquina tipográfica, além de simbolizar o soterramento dos liberais diante dos batalhões do barão de Caxias, Florence acabou por conceber a alegoria de um tempo em que “as estradas e a palavra escrita eram estreitamente interligadas”.³⁵⁶ Assim, os mesmos caminhos que serviriam para o avanço das tropas em confronto, em conjugação com a imprensa, tornavam-se meio de transmissão dos conteúdos discursivos, nos quais se divulgavam as representações e linguagens que marcariam as disputas políticas daquele momento.

Através das estradas não circularam somente mercadorias, mas também os instrumentos que contribuíram na construção de um ideário político e social que repercutiu na formação do Estado Imperial brasileiro.³⁵⁷ A interação entre a estrada e a imprensa oferecia outras possibilidades interpretativas e criadoras, potencializando o processo de formulação, compreensão e apropriação do ideário político. Não se pode separar o conteúdo do veículo que o transmite, pensando nisso, o filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980) nos chama a atenção para o meio como elemento fundamental para a compreensão da mensagem. Além disso, na relação do homem com os meios de comunicação, não ocorre apenas a transmissão das idéias, mas a tradução e transformação do sujeito que as conduz, daquele que as recebe e da própria mensagem transportada.³⁵⁸ Deste modo, quando abordamos a história da comunicação no século XIX, temos em vista a seguinte questão: que alterações os tipos móveis trouxeram no universo cultural dos grupos políticos regionais?

³⁵⁵ NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Edições Leia, 1950, p. 84.

³⁵⁶ MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: the extensions of man*. Corte Madera (Califórnia): Gingko Press, 2003, p. 127.

³⁵⁷ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, p. 123.

³⁵⁸ MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media*, p. 127-8.

Para compreender essa transformação, torna-se necessário abordar os primórdios da impressão, principalmente da imprensa periódica, destacando suas particularidades. Assim sendo, em consonância com a especificidade do debate político daquele contexto, enfatizamos que a imprensa tornou-se instrumento e espaço de luta para os homens do Primeiro Reinado e do período regencial. Contudo, é importante frisar que essa mudança vincula-se ao processo de alargamento da circulação dos objetos impressos iniciado com a Revolução do Porto. Naquele período, como nos ensina Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, as discussões políticas foram abertas à “praça pública”, fato sem precedentes na história luso-brasileira. Os periódicos e folhetos políticos tornaram-se os veículos para construção e transmissão dos conceitos em ebulição naquele mundo, contribuindo de maneira decisiva no debate em torno das idéias liberais.³⁵⁹ Após a Independência, foi a vez das províncias experimentarem essa expansão de maneira direta. Porém, o processo de implantação da imprensa periódica aconteceu de maneira heterogênea. Enquanto os mineiros contavam com as máquinas de impressão desde 1822, os paulistas somente vieram a contar com seu primeiro prelo em 1827. Mesmo que Minas Gerais já tivesse tipografias no início do Primeiro Reinado, o periodismo mineiro somente ganhou impulso no mesmo momento em que surgiram as folhas paulistas, ou seja, entre a abertura dos trabalhos da Assembléia Geral e o ocaso do governo de D. Pedro I. Paulatinamente, o impresso ocupou os espaços provinciais, fazendo-se presente nas vilas, cidades e caminhos do Centro-Sul, sobretudo como elemento para a discussão política e a relação entre os grupos regionais.

Com efeito, nas províncias de Minas Gerais e São Paulo forjaram-se espaços propícios à ação das “vozes” da sociedade, repercutindo nas práticas e representações políticas. Para compreendermos como aconteceu essa ação, devemos nos aproximar das práticas relativas aos objetos escritos, nos seus diversos matizes, analisando os **Escritos nas Províncias** a fim de se identificar os elementos constitutivos de uma “esfera pública de poder”. De acordo com o filósofo alemão Jürgen Habermas, a “esfera pública” pode ser compreendida como um espaço embasado na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público, isto é, um

³⁵⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2003.

ambiente comum caracterizado pela igualdade de seus membros. Estes, por seu turno, seriam indivíduos pretensamente capazes de realizar um “uso público da razão” em questões fundamentais para a sociedade, por intermédio do debate oral ou escrito. Esse espaço, como público, não deve ser fechado, pois “todos devem *poder* participar”.³⁶⁰ James van Horn Melton, ao criticar os estudos de Habermas, apresenta uma concepção de esfera pública “esclarecida” ou “ilustrada” que ultrapassava o ambiente burguês, como considerava o filósofo alemão, envolvendo sujeitos que possuíam determinado grau de educação, independentemente do estrato social de que provieram.³⁶¹ Ademais, conforme Leonardo Avritzer, não podemos nos limitar a conceber uma “esfera pública” nos termos de um espaço seletivo, mas como um ambiente formado “por um conjunto de atores sociais diversos, aí incluída tanto a diversidade social, quanto a diversidade racial, de gênero e cultural”.³⁶²

Desta forma, enfocamos a formação dos espaços públicos em sua relação com os veículos de comunicação, de maneira especial as folhas manuscritas e impressas que circulavam pelas províncias em foco. Ao tratarmos dos **Escritos nas Províncias**, faz-se necessário analisar como os objetos impressos foram concebidos, o que exige uma avaliação das transformações advindas com os caracteres tipográficos. Com isso, será analisado o processo de construção de um “clima de opinião” no Primeiro Reinado e seu desenvolvimento no sentido de uma “esfera pública” no período regencial, utilizando o circuito delineado por Robert Darnton, que vai do autor ao leitor, como base para o estudo sobre os escritos.³⁶³ Portanto, por intermédio do cotidiano das tipografias e das relações entre autores, editores e leitores, evidenciaremos, no terceiro capítulo, as bases para a constituição de um espaço favorável ao debate público.

No quarto (e último) capítulo, trataremos do modo como os escritores políticos ambicionavam atrair o olhar do público, ou seja, como se operacionalizava aquela pretensa

³⁶⁰ HABERMAS, Jürgen. “Estruturas sociais da esfera pública”. In: *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 42-74.

³⁶¹ MELTON, James van Horn. *The rise of the public in Elighthenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 11-12.

³⁶² AVRITZER, Leonardo. “Esfera pública”. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 136.

³⁶³ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131. Ver também: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 197-213.

“opinião pública”. Enfatizamos que redes de comunicação foram montadas, permitindo a ampliação da discussão política para além dos limites provinciais. Embora as províncias de Minas Gerais e São Paulo constituam o palco de nossa investigação, ressaltamos que uma ampla rede composta por leitores/ debatedores em pontos diversos do Império também participava da discussão. Por isso, ao percebermos a discussão política por intermédio dos periódicos e folhetos, apresentaremos a possibilidade de abertura desse debate a outros locais, como as províncias de Goiás, Pernambuco e Grão-Pará, através da prática da permuta, da correspondência mútua e da recopilação de trechos de folhas que professavam a mesma fé política. Seguindo os passos do historiador português José Augusto dos Santos Alves, afastamo-nos da discussão sobre a existência (ou inexistência) da opinião pública no século XIX, porque “importa colocar a interpelação problemática de quais são seus efeitos e conseqüências”.³⁶⁴ Trata-se de evidenciar a complexidade que envolve as relações entre os meios de comunicação e o jogo político, tomando o fenômeno da opinião como expressão das transformações culturais processadas com o advento do periodismo impresso.

O quarto capítulo versará, especialmente, sobre a “opinião pública” e no modo como esta era concebida em meio a um embate conceitual nos periódicos das províncias em foco. Ao analisarmos a luta política que se desenrolou pela imprensa, tornaremos evidente o processo de construção das concepções de “opinião pública” em discussão por paulistas e mineiros. Afinal, todos os envolvidos nas disputas políticas, a fim de validar e fortalecer seus pontos de vistas, tinham em mente a adesão de uma pretensa “opinião pública”. Esse termo constituía uma das preocupações constantes dos liberais daquele tempo, que o tomavam como um dos alicerces do sistema político que pretendiam implantar.³⁶⁵ Entretanto, esses sujeitos estavam conscientes de que aquela “opinião” ainda encontrava-se em construção, o que os levou aos **Combates pela opinião pública**. Logo, tratava-se de batalhar pela definição, uso e

³⁶⁴ ALVES, José Augusto dos Santos. “Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 107.

³⁶⁵ COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, Maio/Ago. 2005.

posse de uma entidade abstrata, vaga e transitória, que seria utilizada como um artefato cuja função encontra-se circunscrita à luta política propriamente dita.³⁶⁶

Trataremos da construção das idéias acerca da “opinião pública”, as quais, evidentemente, foram forjadas como instrumentos para a legitimação política. Mais ainda, pois, em meio às definições para um fenômeno então recente, estava em jogo a participação política dos cidadãos. Em conformidade com o entendimento a ser aplicado àquele termo, os autores e leitores desembocariam em noções diferenciadas sobre a liberdade e a cidadania, as quais implicavam no alargamento ou na restrição dos espaços para a ação dos sujeitos políticos. Isso implicava na aquiescência da conservação do espaço necessário para a ação da liberdade política, já que, como afirma Hannah Arendt, “sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer”.³⁶⁷ Assim, as concepções sobre a “opinião pública” ligavam-se à luta pelo que se entendia ser a liberdade, tão cara aos teóricos do liberalismo.

³⁶⁶ CAMPOS, Marcelo da Silveira. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009, p. 480.

³⁶⁷ ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 195.

Escritos nas Províncias

Boldness of type created boldness of expression.

Marshall McLuhan. *Understanding Media*.

Para parcela dos sujeitos que viveram no Império do Brasil, a imprensa era fundamental na vida política. Surgidos no Primeiro Reinado, os jornais difundiram-se pelas províncias, tornando-se presentes no cotidiano das pessoas em lugarejos diversos, por vezes ligados por caminhos ínvios, redefinindo as posições que os sujeitos tinham de si e do mundo que os cercava. Ao passo que se organizavam os espaços do debate político propriamente dito, a imprensa caminhava, modificando as relações que os indivíduos estabeleciam com os poderes e instituições locais. Com efeito, mais do que um simples suporte para os discursos, a imprensa periódica, intimamente ligada à discussão pública, tornava-se um dos *lugares* para a ação dos atores históricos e ingrediente indispensável da vida política das províncias de Minas Gerais e São Paulo. Mais ainda, pois, como propomos nesta tese, a aparição da imprensa foi um acontecimento crucial para a criação de novas condições históricas que viabilizaram o estabelecimento de uma rede de relações entre as elites mineira e paulista, levando à formação de estratégias políticas essenciais no processo de constituição do Estado Imperial.

A ação da imprensa na história brasileira tem suscitado estudos, cujo caráter comum é a compreensão do fenômeno periodista como um elemento intrínseco à vida política nacional.³⁶⁸ Em 1966, Nelson Werneck Sodré lançou *História da Imprensa no Brasil*, clássico e maior estudo sobre o tema. Sodré afirma que o periódico, para o interstício que analisamos,

³⁶⁸ Sobre as relações entre a imprensa e a política, ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994; DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986; LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *O problema da imprensa*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2003; LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

era elemento de difusão de idéias, cujo objetivo era influenciar o jogo político. Em vista disso, a imprensa não constituía a finalidade em si – não tinha sentido comercial – mas “apenas meio de ação política”. Conclui o historiador que a grande virtude do pasquim foi viver “tão de perto os acontecimentos políticos”.³⁶⁹ Em sua análise, Sodré acredita que a proximidade dos periódicos aos “acontecimentos políticos” deveu-se ao seu caráter mediador entre o jornalista, ou grupo que representa, e o espaço público.

Contudo, distinguimo-nos da visão de Sodré, pois acreditamos que os impressos eram o próprio *lugar* da ação política. Daí a aproximação da imprensa ao embate público, pois foi ela, essencialmente, campo de ação dos ideais políticos e laboratório onde tiveram lugar formas embrionárias e imprescindíveis de competição política. Este traço marcou a produção impressa desde a Independência, momento de liberalização política sem precedentes em nossa história, fomentando debates de características democráticas, mesmo que sem regras claramente definidas. Nesse contexto, o periódico tornou-se arma que influenciou e, conseqüentemente, produziu os acontecimentos que levaram à formulação dos contornos políticos do Brasil Império, pois havia uma liberdade de imprensa que incluía determinado anonimato e relativa “democratização do prelo”.³⁷⁰ Podemos considerar, inclusive, que a folha periódica em si foi um *acontecimento*, importante no jogo de forças que se processou no interstício que analisamos.

Há uma tradição historiográfica que insiste em olhar para a imprensa provincial daquele período sob a ótica do retardamento e da censura. Vários autores reiteraram essa posição, como o jornalista cearense José de Freitas Nobre (1921-1990), que apresentava o “espírito realizador da gente do Planalto, sempre sufocado pelas pressões externas, nacionais ou internacionais”, relacionando a história da imprensa à luta dos paulistas contra as “ditaduras” que assolaram o Brasil. Para tanto, Freitas Nobre propunha-se a justificar o relativo *atraso* do aparecimento da imprensa, “denunciando as razões por que São Paulo ficara isolado do resto da Colônia”, por meio da oposição que a “gente bandeirante” exercia

³⁶⁹ SODRÉ, Nelson, Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 160.

³⁷⁰ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 16. Da mesma autora, ver: *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

contra os poderes metropolitanos. Se relacionarmos o texto ao contexto, percebemos que o livro de Freitas Nobre é perpassado pela idéia de que São Paulo seria o baluarte das liberdades constitucionais, em evidente luta contra a ditadura varguista, que corria o risco de retornar no processo eleitoral do ano em que foi publicado.³⁷¹

Outros estudiosos também se indagaram sobre o aparente contra-senso entre a imagem dinâmica de São Paulo e o retardamento na aparição de sua imprensa periódica. Tal é o caso do padre espanhol Francisco Ozamis, missionário claretiano atuante no Estado de Minas Gerais nas décadas de 1910 e 1920, que se admirava com aquela situação “porque na Capital do Brasil houve, em épocas anteriores, paulistas notáveis não só na tribuna, mas na imprensa”.³⁷² Para estudiosos como Ozamis e Freitas Nobre, parecia contraditório a inexistência de uma imprensa combativa justamente na terra onde “foi proclamada” a emancipação política do Brasil. Daí o seu cuidado em analisar por que os paulistas não tinham uma imprensa, mesmo exercendo influência por intermédio de homens como os irmãos Andrada.

Como pondera Marco Morel, devemos nos distanciar de explicações que evoquem o *atraso*, a *censura* e o *oficialismo*, a fim de compreendermos a complexidade da imprensa nas províncias.³⁷³ Neste sentido, a historiografia mais recente tem problematizado o desenvolvimento dos periódicos provinciais, percebendo sua relação com o contexto social, político e econômico da primeira metade do século XIX.³⁷⁴ A análise intensa de periódicos,

³⁷¹ O trabalho desse jornalista constitui-se num apanhado sobre a imprensa paulista desde os primeiros relatos no século XIX até a década de 1950, tornando-se, assim, obra referencial sobre o assunto. NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*, p. 13.

³⁷² OZAMIS, Pe. Francisco. *Os Bandeirantes da Imprensa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917, p. 27.

³⁷³ MOREL, Marco. “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 162.

³⁷⁴ Sobre a imprensa no Império do Brasil, no marco temporal que pesquisamos, ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005; SEABRA, Elizabeth. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (Dissertação, Mestrado em História); LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História) Sobre a imprensa na Província de Minas Gerais no mesmo período, ver: SILVA, Wlamir José da. *Liberals e povo: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009; ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do*

panfletos e pasquins possibilitou a construção de um consenso, quase um truísmo, entre os pesquisadores contemporâneos: os impressos se constituíram num dos principais ingredientes da vida política e elemento em torno do qual forjou-se uma linguagem marcada pela combatividade e doutrinação. A partir desse esforço, no qual pretendemos oferecer nossa contribuição, o impresso passou a ser visto como uma potência na história, que alcançava, palmo a palmo, os diversos lugares e espaços, assumindo um papel decisivo no processo de desenvolvimento das linguagens políticas e fundamentando as relações entre as elites regionais.

Mesmo os recentes estudos sobre a imprensa oitocentista, de reconhecida contribuição para a história dos impressos, não se preocupam com o modo como esses objetos foram concebidos. Neste ponto, distanciamos-nos dos autores tratados até agora, pois um dos nossos objetivos nesta tese diz respeito aos vínculos entre a vida política e os suportes que nos permitem analisá-la, principalmente os jornais e seu tortuoso processo de publicação. Acreditamos que o percurso pelo cotidiano de uma tipografia, com seus percalços e desafios, nos permite perceber o processo de transmissão dos conteúdos escritos. Assim, nossa abordagem, ao priorizar as práticas de composição dos objetos escritos, é devedora dos estudos pioneiros do historiador estadunidense Robert Darnton. Ao analisar a edição da *Encyclopédie* na Suíça do século XVIII, Darnton colaborou categoricamente na transformação da historiografia sobre os impressos em geral, no sentido da percepção da importância de uma história do escrito relacionada com o suporte que o dá a ler.³⁷⁵ A história da imprensa brasileira ainda carece de estudos desse tipo.

Império: Minas Gerais (1823-1831). Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Dissertação, Mestrado em História); SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas...Por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade intelectual, imprensa e pensamento político na província das Gerais (1823-1831)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (Tese, Doutorado em História). O periodismo paulista conta, dentre outros, com os seguintes estudos: DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de O Farol Paulistano (1827-1831). *Revista de História Regional*, n. 12, v. 2, p. 29-50, 2007; HÖRNER, Erik. "A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838/1842)". In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 101-113; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: USP, 2009 (Dissertação, Mestrado em História).

³⁷⁵ DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia*. Trad.: Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ao refletirmos sobre as linguagens políticas do Oitocentos, temos que considerar a forma como as opiniões eram registradas, repassadas e discutidas. Assim, lembramos que o manuscrito foi o formato predominante de registro da informação e de divulgação das idéias até que se vulgarizassem as letras de fôrma. Em vista disso, este capítulo será iniciado com uma discussão acerca da presença do manuscrito e no modo como este se relacionava com a novidade impressa. Apesar de exigirem habilidades distintas para a apreensão de seus conteúdos, manuscritos e impressos não se excluía. Como assevera François Moureau, esses suportes estavam intimamente interligados, afinal, um poderia funcionar como a continuação do outro numa ampla rede de comunicação.³⁷⁶

Prosseguiremos este capítulo com um estudo sobre a arte de imprimir em Minas Gerais e São Paulo, atentando para as tipografias em sua relação com as transformações dos “espaços públicos” no Primeiro Reinado e nas Regências. As dificuldades para se estabelecer uma oficina tipográfica, o que levou os contemporâneos a lançar mão da engenhosidade própria, será apresentada, discutindo-se as características desse empreendimento.

Enfatizamos que a imprensa alterou substancialmente o modo como os textos eram lidos e, conseqüentemente, como seu conteúdo era apropriado pelos leitores. Para confirmar esta idéia, serão analisadas as implicações cognitivas que dimanam dos tipos móveis, utilizando-se as funções da tipografia apresentadas pelo lingüista alemão Hartmut Stöckl, sobretudo o papel na orientação para os sentidos “autorizados” do texto, como apontar para a natureza do documento, transportar valores emocionais, indicar o público-alvo do escritor ou reforçar a estrutura temática através do *layout*, conduzindo a leitura.³⁷⁷ Isto reforçará nossa hipótese de que a imprensa foi um elemento crucial no jogo que levou às inversões da relação de forças na vida política brasileira, desde a ascensão dos liberais até o domínio regressista. Em suma: a imprensa como um *acontecimento*.³⁷⁸

³⁷⁶ MOUREAU, François. *La plume et le plomb: espaces de l'imprimerie et du manuscrit au siècle des Lumières*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006, p. 12.

³⁷⁷ STÖCKL, Hartmut. *Typography: body and dress of a text - a signing mode between language and image*. *Visual Communication*. Junho, 2005, n. 4, v. 2, p. 78.

³⁷⁸ “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, p. 28.

A imprensa, ao mesmo tempo em que criava novas possibilidades para a competição política, paradoxalmente, limitava o novo campo político que se instaurava com o Estado Imperial por meio de um sentido excludente de “opinião pública”, que será analisado com acuidade no **capítulo 4**.



Antes de prosseguirmos com o estudo dos impressos, é importante observarmos que, naquele momento, estava em curso uma transformação marcante na forma como os escritos seriam divulgados, principiada com o advento da tipografia. O formato tipográfico representou uma mudança substancial no padrão de leitura que os indivíduos estavam habituados, fossem eles letrados ou iletrados. Conquanto os adeptos de uma cultura letrada tivessem familiaridade com objetos impressos, principalmente os livros, a população daquele tempo ainda convivia com o manuscrito como forma predominante de registro.³⁷⁹ Isso nos leva a prestar a atenção nas possibilidades de diversificação dos processos de apropriação do escrito, pois, como sugere o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) em seus aforismos, “um manuscrito que se consegue ler fluentemente tem um efeito muito diferente de um manuscrito que se pode escrever, mas que não se decifra *facilmente*. Fecham-se nele os pensamentos como se de um pequeno cofre se tratasse”.³⁸⁰

Se aceitarmos a sugestão de Wittgenstein, podemos afirmar que a leitura em textos escritos à mão permitiria uma multiplicidade de efeitos sobre aquele que exerce sua decifração. Com certeza, ler um manuscrito é diferente de ler um texto impresso. Por isso, o mestre português Antônio Pereira de Figueiredo, em meados do século XVIII, aconselhava “Dar as Lições de Ler por livros impressos, e não por escritos” aos alunos de Primeiras

³⁷⁹ Sobre a presença dos manuscritos, ver: MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009 (Tese, Doutorado em História), p. 261-296.

³⁸⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cultura e Valor*. Trad.: Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 46. Interessante notar que essa citação encontra-se justamente na edição post-mortem do material *manuscrito* do filósofo austríaco.

Letras.³⁸¹ Embora os objetivos dessa recomendação fossem, conforme a historiadora Christianni Cardoso Morais, evitar “a reprodução de erros ortográficos e [facilitar] a propagação e fortalecimento da fé católica entre a mocidade”,³⁸² ponderamos que esse aprendizado praticado por meio dos impressos visava conter os efeitos sobre aqueles que estavam aprendendo a ler, condicionando-os para um conteúdo autorizado do texto.³⁸³ Desse modo, a variedade de formas de apreensão do escrito seria delimitada pela standardização e formalização da linguagem tipográfica, o que facultaria uma leitura mais clara e direta.³⁸⁴

A presença de manuscritos nas disputas políticas acontecia desde a época da Colônia, com a proliferação de pasquins, sátiras e folhas volantes, permanecendo durante o Primeiro Reinado e as Regências. Na Província de São Paulo, sabe-se da divulgação de “gazetas manuscritas”, como a folha publicada pelos esforços do então professor Antônio Mariano de Azevedo Marques (1797-1844), por alcunha o Mestrinho. Seu periódico, intitulado *O Paulista*, constituía-se em jornal bi-semanário, cuja assinatura mensal custaria 320 réis. Principiada em setembro de 1823, a referida folha surgiu em função da falta de um prelo que comunicasse e disseminasse “as idéias úteis e as luzes tão necessarias num Paiz livre”, conforme informações no “Plano de um estabelecimento patriótico para supprir a falta de Typographia” enviado à Presidência da Província de São Paulo. Ainda de acordo com o “Plano”, amanuenses seriam contratados por uma “sociedade patriótica” para a produção dos manuscritos. Evidentemente, o trabalho dos amanuenses não supriria a demanda. Por isso, o idealizador planejou distribuir “a cada 5 subscriptores uma folha, repartindo-se os subscriptores em 8 turnos, arranjando-se em sociedade de 5, dos quaes um deve ficar encarregado de procurar em casa do Redactor”. Desse modo, a folha circularia pela cidade, alcançando número maior de leitores, os quais poderiam, inclusive, partilhar uma leitura coletiva do manuscrito.

³⁸¹ FIGUEIREDO, Mestre Antônio Pereira de. *Reflexões sobre o modo de ensinar as Primeiras Letras*. s.d., citado por MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar*, p. 26.

³⁸² MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar*, p. 72.

³⁸³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 121.

³⁸⁴ ARROYO, Roberto Gamonal. Tipo/Retórica: una aproximación a la Retórica Tipográfica. *Icono 14 revista de comunicación y nuevas tecnologías*, Madri, ano 3, n. 5, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.icono14.net/index/en/revista/historico/ano-3-2005/no-5-retorica>> Acesso em: 03 MAR. 2011.

Além de propor um conteúdo que visava orientar a “opinião pública, cortando pela raiz os boatos que os malevolos não cessam de espalhar”, Azevedo Marques declarava que “se offerec[ia] para inserir na dicta sua folha [matérias] de toda e qualquer causa publica”.³⁸⁵ Lembramos que os boatos eram constantes nas rodas de conversa, sobretudo em momentos tensos, como as notícias espalhadas por um soldado em Guaratinguetá, mencionadas por Saint-Hilaire em 1822, que informava uma suposta revolta dos mineiros contra o Príncipe D. Pedro.³⁸⁶ Boatos, injúrias e inverdades também eram propagados por meio de correspondências insertas nos periódicos. Por isso, conhecedor dos “insultos impressos” que circulavam pela Corte desde os primeiros arroubos liberais, Azevedo Marques afirmava não se obrigar “a transcrever qualquer peça insultante, ou só tendente a satisfazer ódios particulares”, procurando manter a ordem na pacata sociedade paulistana. Contudo, a empreitada do antigo professor não durou mais que alguns meses, deixando a província desprovida de periódicos.³⁸⁷

Enquanto na capital o Mestrinho levava a efeito a divulgação de seu jornal, a Vila de Sorocaba tornava-se palco para a circulação de outra folha manuscrita, desta vez de caráter sedicioso: a *Sentinella de Sorocaba*. Temos notícia desse manuscrito por intermédio dos documentos referentes à Sedição ocorrida naquela localidade a 12 de outubro de 1823, feriado em comemoração pelo aniversário de D. Pedro I. Naquele dia, Carlos José da Silva Telles liderou uma insurreição, insuflando a “mais ínfima plebe” contra os “proprietários de cercados”. O caso não foi o único ocorrido na Província de São Paulo no Primeiro Reinado, mas o que se destaca em sua ação foi o modo como Telles teria arregimentado a população da vila. Como consta nos relatos sobre o movimento, como o do Capitão Joaquim Ferreira Barboza, que “com justo motivo teme as maquinaçoens, e fúrias populares”, o mencionado Telles teria publicado “folhas em manuscrito à maneira de gazeta, intitulado-se nellas, *Sentinella de Sorocaba*, ferindo aos Cidadãos com sarcasmos”.³⁸⁸ Por meio dessa informação, acreditamos que Carlos José da Silva Telles retomou uma tradição do Antigo Regime, as

³⁸⁵ NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*, p. 19-23.

³⁸⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*, p. 114.

³⁸⁷ NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*, p. 19-23.

³⁸⁸ AESP – Offícios Diversos (Sorocaba) No. Ordem 1294, doc. [1823].

gazetas manuscritas, para insultar os seus inimigos políticos e, ao mesmo tempo, enervar os ânimos da população sorocabana, levando à eclosão de uma revolta.³⁸⁹

Para concretizar seus objetivos, Carlos José da Silva Telles organizou o movimento com o auxílio de Manoel Pereira Guilherme, aliciando o povo da vila de Sorocaba com “huma liberdade mal entendida”. De acordo com os depoimentos, todos acusatórios, Telles “principiou a assinalar-se entre o Povo por publicas folhas em manuscrito, nas quaes os aliciava a direitos imaginarios, q lizongeavão o orgulho de pessoas incautas”. A revolta rebentou na ocasião em “que o Povo sahia do Templo depois de dar graças ao Omnipotente pelo felis Anniversario de [Sua Magestade Imperial]”, tomando o nome do Imperador para “Tutella de suas desordens”.³⁹⁰ Esta prática remonta à ritualística de insubordinação dos tempos coloniais, onde a figura do monarca era preservada enquanto as autoridades locais sofriam toda sorte de maledicências, além da ira dos súditos.³⁹¹ Porém, ocorre-nos que folhas como a *Sentinela de Sorocaba*, pródigas em idéias como liberdade, pelo que nos apresenta seus acusadores, quando lidas numa situação diferenciada, passaram a representar uma leitura muito mais “revolucionária” do que teriam tido na intenção inicial de seus autores. Afinal, lembrando Roger Chartier, as práticas em torno dos textos “são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas”.³⁹² Neste sentido, a cada leitura, em lugares diversos, os textos eram apropriados conforme as expectativas e receios de leitores e ouvintes distintos, conferindo significados múltiplos às idéias e conceitos políticos.

Curiosamente, nenhum exemplar da *Sentinela de Sorocaba* foi enviado como prova no processo contra Carlos José da Silva Telles, embora fosse muitas vezes mencionada nos depoimentos. Podemos especular que o público leitor tenha se desfeito do escrito logo após sua leitura, a fim de se livrar de complicações com a justiça, ou mesmo ter sido destruído em

³⁸⁹ Sobre as gazetas manuscritas no Antigo Regime, ver: BELO, André. Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da *Gazeta de Lisboa*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 15-35, jul./dez. 2004; LISBOA, João Luís. “Gazetas feitas à mão”. In: *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. I (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002; MIRANDA, Thiago Reis. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história*. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/gazetas%20noticias%20de%20historia.pdf>> Acesso em 14 MAIO 2009.

³⁹⁰ AESP – Ofícios Diversos (Sorocaba). No. Ordem 1294, Doc. 01 NOV. 1823.

³⁹¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 75.

³⁹² CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: *A história cultural*, p. 136.

decorrência dos possíveis sarcasmos que publicava. Certamente, o conteúdo “incendiário” dos manuscritos provocou a indignação dos inimigos de Telles, que fizeram questão de registrar a existência da “gazeta” como argumento acerca da “periculosidade” daquele sujeito. Até o momento, não conseguimos localizar informações sobre o fim que levou o gazeteiro de Sorocaba. A última menção a Telles encontra-se num documento de 1826, que o apontava, mesmo preso, como “a origem de todos os males [em Sorocaba], e que inda os fomenta com seus pecimos concelhos”.³⁹³

Em meados de 1824, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, então Juiz das Sesmarias de São Paulo, informava à Presidência da Província que na Vila Nova da Constituição (atual Piracicaba) “tem-se publicado pasquins com ameaças”. Segundo Vergueiro, essas folhas continham “opiniões políticas, cubrindo-as esfarrapadamente com patriotismo segundo a moda”.³⁹⁴ Entre os meses de março e abril do ano anterior, cinco edições distintas dos manuscritos insultuosos de que tratava o magistrado, intitulados *Na Imprensa Constitucional do Juízo Imparcial*, circularam de mão em mão pela vila. Segundo Marly Therezinha Germano Percin, romancista e historiadora que se debruçou mais a fundo sobre o caso, cada edição era complementada com um subtítulo que variava conforme a polêmica que se pretendia fomentar: “Quem defende a transição da Rua da Boa Vista”; “Quem tem xamado o Brandam de pixorreiro”; “Por causa de que papéis foi o Brandão e o Teles a Itu”; “Para o lado de quem os dois ferreiros abriram princípio de rua”; e o quinto e último exemplar, “Hynno ao Pichoreiro e aos Dois Ferreiros”.³⁹⁵ Estes escritos da Vila Nova da Constituição, diferente dos pasquins “incendiários” supostamente publicados por Carlos José da Silva Telles em Sorocaba, eram atribuídos a lideranças conservadoras que se opunham ao alargamento e abertura de trechos da rua da Boa Vista.

Além da divulgação pelas casas e vielas de Piracicaba, esses pasquins também foram lidos em espaços de trânsito de tropeiros, como a Venda do Fogo, localizada próxima à Igreja

³⁹³ AESP – Ofícios Diversos (Sorocaba). No. Ordem 1294, Doc. 04 FEV. 1826.

³⁹⁴ AESP – Ofícios Diversos (Capital). No. Ordem 864, Doc. 15 SET. 1824.

³⁹⁵ PERCIN, Marly Therezinha Germano. Os versos “chinfrins” e o crime de ser povo em Piracicaba. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, ano XXVIII, n. 161, abr./jun. 1996, p. 137-138. Ver também: QUEIROZ, Adolpho. “Pioneiros da publicidade nas cidades de São Paulo e Piracicaba: João Castaldi e Manoel de Oliveira”. In: QUEIROZ, Adolpho; SCHAUN, Ângela (orgs.). *Memória, Espaço e Mídia*. São Paulo: Umesp, Mackenzie, 2010, p. 152-155.

Matriz, na praça central da localidade, onde foi encontrado o último exemplar. Curiosamente, o proprietário desse estabelecimento, Romão Alves de Oliveira, aparece como uma das onze vítimas dos manuscritos, os quais continham discursos que satirizavam a “plebe”, isto é, indivíduos que realizavam ofícios mecânicos e que reivindicavam, junto à recém instalada Câmara Municipal, a ampliação da referida rua para construção tanto de casas de morada como de estabelecimentos comerciais. No entanto, os alvos primordiais dos pasquins eram os ferreiros Francisco Telles Barreto e Sebastião Leme da Costa e o oleiro (pichorreiro) João Manuel Carneiro Brandão, alistados na Companhia de Ordenanças e implicados no movimento de derrubada de cercas para a abertura da referida rua, ocorrido em agosto de 1822. Portanto, as vítimas da zombaria eram pessoas cujos interesses se chocavam com os poderosos locais, os quais “invocavam privilégios de nobreza mais antiga e enraizada, com o crédito de relevantes serviços prestados no passado”, como justificativa para impossibilitar a concretização das pretensões populares.³⁹⁶ Os conflitos teriam se iniciado com a elevação do povoado de Santo Antonio do Piracicaba à categoria de vila, com a elite local colocando em movimento todos os recursos para impedir a “uzurpação das terras da Povoação” destinadas à abertura de ruas e à nova municipalidade.³⁹⁷

Conforme Perecin, os envolvidos na publicação dos pasquins foram julgados naquilo que seria o “primeiro processo de crime de imprensa” da vila. Dentre os suspeitos, destacam-se o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda e seu irmão Carlos José Botelho, o Tenente Coronel de Milícias Theobaldo da Fonseca e Souza, o escrivão Francisco José Machado, acusado de ser um dos redatores dos pasquins, e o sacristão Antonio Sampaio de Barros. Cabe enfatizar que a este último, por viver na Matriz e ser tido como “mulato esperto, falante, sabedor da leitura e da escrita”, recaia-lhe a suspeita de distribuir os papeluchos na Venda do Fogo. Porém, todos os implicados na pasquinada foram inocentados, pois, em meio a tantos “ouvi dizer” proferidos pelas testemunhas, o juiz considerou as provas inconsistentes, restando às vítimas a humilhação e as intimidações contidas nos pasquins.³⁹⁸

³⁹⁶ PERECIN, Marly Therezinha Germano. Os versos “chinfrins” e o crime de ser povo em Piracicaba, p. 159.

³⁹⁷ AESP – Ofícios Diversos (Capital). No. Ordem 864, Doc. 17 MAIO 1824.

³⁹⁸ PERECIN, Marly Therezinha Germano. Os versos “chinfrins” e o crime de ser povo em Piracicaba, p. 163.

Os manuscritos das vilas de Sorocaba e da Constituição versavam sobre o mesmo problema: a ocupação do espaço urbano, com a desapropriação de terrenos e ampliação de ruas. Contudo, os objetivos eram bastante diversos. No caso da Vila da Constituição, os antigos proprietários de terrenos usaram os escritos para desacreditar as pessoas que reivindicava as reformas, lançando mão do insulto e do escárnio. Os pasquins de Sorocaba, supostamente escritos por Carlos José da Silva Telles, possuíam outro sentido, ofendendo aqueles que mantinham cercados e que, por isso, dificultavam a abertura de novas ruas na vila. Isso nos mostra que os folhetos manuscritos não foram instrumentos exclusivos deste ou daquele grupo, mas compunham uma estratégia amplamente utilizada naquele momento conturbado, marcado pela proliferação do escrito no processo de alargamento da discussão política no contexto da primeira Assembléia Constituinte.

O insulto também caracterizava os pasquins publicados na Província de Minas Gerais. Têm-se conhecimento da propagação de folhetos, a maioria maledicente e chicaneira, em algumas localidades mineiras, como os manuscritos que alarmavam os habitantes da Vila de Sabará entre 1830 e 1840. Conta-nos Arthur Campos que, na sede da Comarca do Rio das Velhas, existiram “alguns periódicos manuscritos que muito escondidamente eram lançados nos corredores das casas, debaixo das portas”.³⁹⁹ Um desses escritos difamatórios teria sido depositado na casa de um juiz de paz sabarense, certo Sr. Martins, em finais de 1829, como alardeava *O Novo Argos*. Segundo Raphael Rocha de Almeida, outra autoridade de Sabará aconselhou a destruição do folheto, atitude que nos explica, em parte, a raridade desses exemplares nos acervos atuais.⁴⁰⁰ Ressaltamos que objetos desse tipo não eram incomuns. Em Mariana, no princípio de 1831, circularam vários pasquins contendo discursos contrários aos liberais moderados, acoimando-os de planejarem um golpe republicano. Conforme um correspondente de *O Universal*, os papéis foram enviados à sede do bispado “para se copiarem, como de facto se copiarão, e se pregarão em vários lugares”. Se fiarmos nas informações publicadas em *O Universal*, podemos aceitar que os conservadores

³⁹⁹ CAMPOS, Arthur. O jornalismo em Sabará. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Anno VI, Fasc. I, Jan.-Mar. 1901, p. 112.

⁴⁰⁰ NOVO Argos (O). Ouro Preto, 26 DEZ. 1829 citado por ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 63.

protagonizaram uma prática que visava à agitação popular, para enfraquecer seus opositores liberais. A fim de potencializar os efeitos, os manuscritos foram reproduzidos e, em seguida, pregados em vários lugares da cidade. Para tanto, os implicados no movimento contaram com a ação de um “copista” que, dizia-se, tentava apresentar uma “letra disfarçada de um mão Estrangeiro”.⁴⁰¹

Já nas Regências, pasquins “perturbadores” fizeram-se presentes em locais diversos de Minas Gerais. De acordo com um ofício publicado pelo *O Universal*, o Juiz de Paz de Paracatu foi insultado com pedradas em seu telhado e “por pasquins ameaçadores, de que se encherão as ruas desta Villa”, em abril de 1832. Os manuscritos insuflaram a população, que teria se revoltado violentamente contra as autoridades municipais. Em maio do mesmo ano, *O Universal* publicava um artigo em que denunciava a ação de opositores ao governo provincial. Segundo o periódico ouropretano, “rara é a noite em que não espalhão pasquins mais, ou menos incendiarios contra o Presidente da Província que elles tanto dezeção ver fora da Administração”. O conteúdo desses folhetos ainda versaria sobre a imprensa mineira, acusando “os Jornaes do Ouro-preto de vendidos ao Governo”.⁴⁰² Em tempos de “hegemonia liberal-moderada”, a imprensa assumia um papel relevante na dominação política. Talvez por isso que o manuscrito tenha sido usado como alternativa para os grupos rivais, pois o campo impresso estaria submetido a um controle, mesmo que informal, da administração pública. Além disso, os pasquins representavam um instrumento mais autônomo que o impresso, uma vez que sua clandestinidade oferecia relativa proteção aos seus escritores, garantindo-lhes o artifício do anonimato.

Dentre os pasquins que atacavam a administração provincial, um teve seu provável conteúdo “analisado” em um comunicado publicado em *O Universal*. Embora inicie o artigo enfatizando o “despreso” com que seriam tratados os pasquins e folhetos manuscritos, o autor do artigo, que se identificava apenas como “Liberal de coração”, externava o incômodo causado pela circulação desses objetos clandestinos. Conforme o comunicado, “um pasquim

⁴⁰¹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 11 MAR 1831. Outras edições de *O Universal* trataram do tema, repetindo os argumentos contra os conservadores. Raphael Rocha de Almeida também atentou para a circulação desses papéis em Mariana, apresentando documentação diversa. Ver: ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 64.

⁴⁰² UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 02 MAIO 1832.

publicado à maneira de Jornal”, que se intitulava *O Espírito Angelico*, circulava pela capital mineira, sendo sua escrita e distribuição realizadas na “sombria escuridão da noite”. O manuscrito, cujo conteúdo criticava o Presidente da Província, apresentaria uma estrutura composta, primeiramente, por uma “Proclamação aos Mineiros”, seguida por uma “Oração prodigiosa”. Dessa forma, o “Liberal de coração” nos dá a entender que o pasquim apresentava um tom enérgico, talvez virulento, conclamando o povo contra “a chicana, a calúnia, e seus autores, os vendidos Redactores, e o Presidente Barrabás”.⁴⁰³ Pelo interesse do autor em rebater de maneira pontual o discurso do manuscrito, cujo artigo foi publicado em dois números de *O Universal*, percebe-se que o pasquim azucrinou o grupo liberal-moderado, um dos alvos do manuscrito, o qual, possivelmente, atingiu parcelas significativas da população, intensificando o diz-que-diz na capital mineira. Além disso, ao fomentar a divulgação de boatos e desestabilizar o governo provincial, esse tipo de objeto pode ser inserido no jogo que desembocou na Sedição do Ano da Fumaça, auxiliando-nos na compreensão dos modos como o povo foi arregimentado no levante.⁴⁰⁴

Como demonstramos nos casos acima, as fontes que utilizamos sobre os objetos manuscritos foram produzidas pelos inimigos políticos dos pasquineiros e gazeteiros. Obviamente, isso evidencia o caráter tendencioso dos documentos e o limite da análise, afinal não temos como apresentar a própria “voz” dos escritores anônimos que tanto incomodavam os sujeitos que nos legaram os registros de sua existência.

Como Márcio Eurélio Rios de Carvalho insinua, aquele era um momento de transformações profundas: “De uma cultura do manuscrito, em que o livro era escrito e copiado à mão (códice) até o aparecimento da imprensa no século XIX, houve uma mudança na percepção do homem com as palavras bastante considerável”.⁴⁰⁵ Entretanto, o manuscrito e o impresso não são entidades opostas ou distantes entre si. Pelo contrário, como afirma François Moureau, os produtos da *pena* e do *chumbo* conviveram de maneira “natural e

⁴⁰³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 09 MAIO 1832; 14 MAIO 1832.

⁴⁰⁴ Para um estudo sobre os participantes da Sedição do Ano da Fumaça, ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 99-127.

⁴⁰⁵ CARVALHO, Márcio Eurélio Rios de. *Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais (1821-1851)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese, Doutorado em História), p. 10.

necessária”, numa verdadeira simbiose entre a palavra impressa e a palavra escrita à mão.⁴⁰⁶ Ademais, a simples notícia desses pasquins manuscritos por meio de jornais impressos já aponta para a simultaneidade desses veículos. Embora distintos, manuscritos e periódicos poderiam conjugar suas forças, aumentando o potencial do discurso no decorrer da luta política. Essa relação pode ser percebida por meio dos folhetos que circularam no arraial do Tijuco.

Nas Regências, as práticas de comunicação manuscritas, como os pasquins e a folha volante, aliaram-se à novidade da palavra impressa, como se pode avaliar a partir da movimentação ocorrida no arraial Tijuco que se iniciou com a publicação de uma carta em *O Universal*. Em sua edição de 24 de fevereiro de 1826, o periódico apresentava uma correspondência assinada “Por hum Tejucano”, cujo conteúdo criticava a administração do Intendente interino dos Diamantes, Caetano Ferraz Pinto, caracterizando-o como “intrigante, vingativo, orgulhoso, avaro e chicaneiro!”⁴⁰⁷ Os termos depreciativos expõem o atrito entre os interesses dos grupos liberais e as práticas do magistrado, que teria deixado “um nome odioso por ter querido renovar o antigo sistema do despotismo, quando dominavam outras idéias”.⁴⁰⁸ A chegada do jornal no Tijuco, na tarde do dia 8 de março, provocou uma série de ações que pretendiam desacreditar mais ainda o Intendente. Após a leitura do periódico, boatos sobre e idoneidade de Caetano Ferraz Pinto tomaram as ruas, com o palavrório alastrando-se pelas vielas, até ganhar a forma de escritos “insultuosos”. Estes, por sua vez, desembocaram nas prensas, sendo posteriormente afixados e lidos em vários locais do arraial. Relata o Intendente que, “logo que chegou a dita folha, publicarão-se pasquins, e proclamações de noute pelas esquinas”. Algum tempo depois, desconhecidos mandaram “imprimir huma Proclamação assignada debaixo do nome do Amigo da Ordem”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ MOUREAU, François. *La plume et le plomb*, p. 11-12.

⁴⁰⁷ UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 24 FEV. 1826.

⁴⁰⁸ Caetano Pinto Ferraz assumiu o posto de Intendente interino em 1825. Embora fosse caracterizado como “despótico”, Joaquim Felício dos Santos ressaltou o caráter “probo e reto” do Intendente Ferraz, o que evidencia o aspecto tendencioso das correspondências publicadas em *O Universal*. Cf. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1976, p. 287.

⁴⁰⁹ Acontecimentos e costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826 [Correspondência do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, ao Visconde de Caravelas, Tijuco, 11 MAIO 1826]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. p. 111-119.

A mencionada proclamação foi publicada em *O Universal* de 7 de abril, juntamente com outra correspondência de “O Tejucano”, que narrava supostas arbitrariedades cometidas por Caetano Ferraz Pinto.⁴¹⁰ Entretanto, enquanto a proclamação do “Amigo da Ordem” circulava pela localidade,

Justino Machado Coelho e outros, e escravos, que se tinham congregado na casa do mesmo, e na rua em frente da minha residencia; e o mesmo Cabo da Ronda me recontasse mais miudamente todo o successo, afrontas, resistencia, e ameaças, que se fez à Ronda; e o mesmo contasse a V. S. o dito Official, estando eu presente; capeado o dito motim, depois que se impedio a diligencia da prisão dos escravos, com Vivas a S. M. o Imperador; ao mesmo tempo que se alternavão vozes de – morrão esses desavergonhados – respectivas à Ronda; e outras, que depois se seguirão por toda a noite, a mim dirigidas (grifo nosso).⁴¹¹

Nos dias seguintes repetiram-se os “Vivas a S. M. I.”, porém acompanhados de “morra o Ferraz” ou “morra o diabo”.⁴¹² Os “vivas” e “morrás” foram confirmados num protesto dos próprios moradores do arraial contra o Intendente, impresso na Corte pelo *Spectador Brasileiro* e recopilado por *O Universal*: “Já o Povo se remechia, e se preparava a investir respondendo sempre aos Vivas das janellas, e acrescentando – e morra o Ferraz”.⁴¹³ O modo como se desenrolou essa situação remonta claramente à ritualística dos motins do Antigo Regime, nos quais os insurgentes preservavam a figura do soberano e, em compensação, responsabilizavam as autoridades metropolitanas “por perverterem as justas ordens emanadas do rei”.⁴¹⁴ Ademais, num primeiro olhar, percebe-se que os opositores do Intendente Caetano Ferraz Pinto valeram-se de indivíduos “excluídos” da participação política legal para a efetivação de seus propósitos: “Justino Machado Coelho e outros, e escravos” (grifo nosso). Aliás, de acordo com os estudos de Andréa Lisly Gonçalves, a arregimentação de camadas subalternas por poderosos indica-nos o caráter híbrido das insurreições daquele contexto, uma vez que eram “ao mesmo tempo fruto da conturbada conjuntura da época, mas também de sua

⁴¹⁰ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 07 ABR. 1826.

⁴¹¹ PINTO, Caetano Ferraz. *Defesa contra injustas Accusações e Exposição dos pequenos serviços feitos a Administração dos Diamantes, que tantos trabalhos, e sacrificios custarão aos seu Autor*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Plancher – Seignot, 1827, p. 11.

⁴¹² PINTO, Caetano Ferraz. *Defesa contra injustas Accusações*, p. 13.

⁴¹³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 17 JAN. 1827. O mesmo discurso foi transcrito como anexo em: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1976, p. 319.

⁴¹⁴ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes*, p. 75.

ligação com um ‘modelo’ de revolta típica dos motins do período colonial”.⁴¹⁵ Contudo, é necessário enfatizar que o texto de Ferraz também procurava desqualificar seus inimigos, procurando mostrar um uso “ilegítimo” das camadas populares na luta política pelos membros da elite, em desrespeito à “ordem privada escravista”.⁴¹⁶

Por este tempo, certo padre Bernardino “andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população”. O Intendente contou “que o referido Pe. dizia geralmente, e não recorde se também em particular, na Loja do Capm. Silvério Romão – que o seu gosto era cortar a Cabeça de todos os mandoens, e pés de chumbo”. Após alguns dias, “nas portas do Quartel Militar appareção os mesmos pasquins com toda a impunidade”.⁴¹⁷ A ação de sujeitos como o padre Bernardino ampliou o debate, transbordando os efeitos dos escritos para além do que havia planejado seus autores. Pelos relatos dos próprios inimigos do Intendente, a comoção do povo chegara a um ponto ameaçador. Ao dar notícia dos boatos que se espalharam pelo arraial no mês de julho, um correspondente de *O Universal* receava da ação de um “Povo allucinado” que traria “consigo o character de insubordinação, e falta de respeito sempre criminoso”.⁴¹⁸ Interessante notar a separação entre a casa e a rua, delineada por Ilmar Rohloff de Mattos,⁴¹⁹ por ocasião dos “vivas e morras” referidos acima. Enquanto das janelas “alguns” gritavam vivas ao monarca, o povo nas ruas acrescentava: “morra o Ferraz”. Nesse momento, o povo irritado promovia o medo aos que viam o movimento das janelas, pois “tudo era confusão e desordem”.⁴²⁰

Embora as correspondências e a proclamação fossem assinadas sob pseudônimos, o que talvez assegurasse o anonimato, seus autores foram rapidamente reconhecidos. Segundo Ferraz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto era o autor das cartas publicadas em *O Universal* debaixo do pseudônimo “Tejucano”. O “Amigo da Ordem”, por sua vez, foi identificado de maneira mais complexa. O Inspetor de Milícia dera um jantar em sua casa e,

⁴¹⁵ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 57.

⁴¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 20.

⁴¹⁷ Acontecimentos e costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826, p. 111-119.

⁴¹⁸ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 07 AGO. 1826.

⁴¹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 126.

⁴²⁰ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 17 JAN. 1827.

em dado momento da festa, o Capitão Bernardo da Silva Brandão “fizera uma saude dirigida para o Pe. Joaquim Gomes de Carvalho (íntimo amigo do ditto Tenente Coronel, e liberal como elle) concebida nas palavras – Viva o Amigo da Ordem – que este mais circunspecto olhara para o vigario e não respondera”.⁴²¹ Elizabeth Seabra, num estudo perspicaz, afirma que o anonimato “não implicava que os supostos responsáveis não pudessem ser identificados”, ou seja, os autores poderiam ser reconhecidos de forma implícita pela comunidade de discurso de que faziam parte.⁴²²

Do impresso ao manuscrito e retornando ao primeiro, as proclamações e notícias contra Caetano Ferraz Pinto percorreram um caminho tortuoso, apontando para a circularidade da notícia, onde o que estava em jogo era certa “opinião pública” a respeito da autoridade no arraial do Tijuco. Além do mais, percebemos que o impresso não excluiu o manuscrito. Ao contrário, as duas formas coexistiram, aliando-se na transmissão de “insultos ocultos” contra o Intendente interino dos Diamantes. Ofensas que tiveram como característica um relativo anonimato, ocultado por detrás de pseudônimos. O “Amigo da Ordem”, possivelmente o padre Joaquim Gomes de Carvalho, e o Tejucano Manoel Vieira Couto, liberaram a virulência da linguagem, alcançando leitores de condições distintas em situações variadas. Este fluxo de informação iniciou-se com a leitura do jornal, alastrou-se para as esquinas e lojas, penetrou nas residências e ganhou nova forma nos prelos, regressando ao leitor inicial no arraial do Tijuco. Entretanto, este trajeto da notícia, como salienta Robert Darnton, “não se trata simplesmente de uma relação de causa e efeito”⁴²³, mas de um reforço mútuo de manuscritos, impressos e boatos na formação de um ambiente político dinâmico.

O manuscrito também poderia se fazer presente no próprio impresso, reforçando ou criticando o conteúdo inicialmente publicado. Esta relação evidencia-se nas anotações feitas nos espaços em branco do papel, por meio da prática da marginália tratada com mais vagar adiante, as quais podem ser compreendidas como uma espécie de diálogo entre o editor e o leitor. Este, naquele contexto, interfere diretamente no escrito inicial, criando novas possibilidades de interpretação para o impresso. Ao passo que o editor pretendia impor um

⁴²¹ Acontecimentos e costumes do Tijuco em 1826, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 111-119.

⁴²² SEABRA, Elizabeth. *A escrita e a fala*, p. 59.

⁴²³ DARNTON, Robert. *Os best sellers proibidos da França pré-revolucionária*, p. 206.

sentido “legítimo” para sua obra, o leitor registrava sua parcela de autonomia perante o texto através de sua intervenção manuscrita. Podemos perceber essa operação por meio do “Extracto de huma carta”, espécie de panfleto impresso na Tipografia da Sociedade Typografica de Barbacena, publicado por ocasião da Revolução Liberal de 1842. Observemos o documento (FIG. 13):

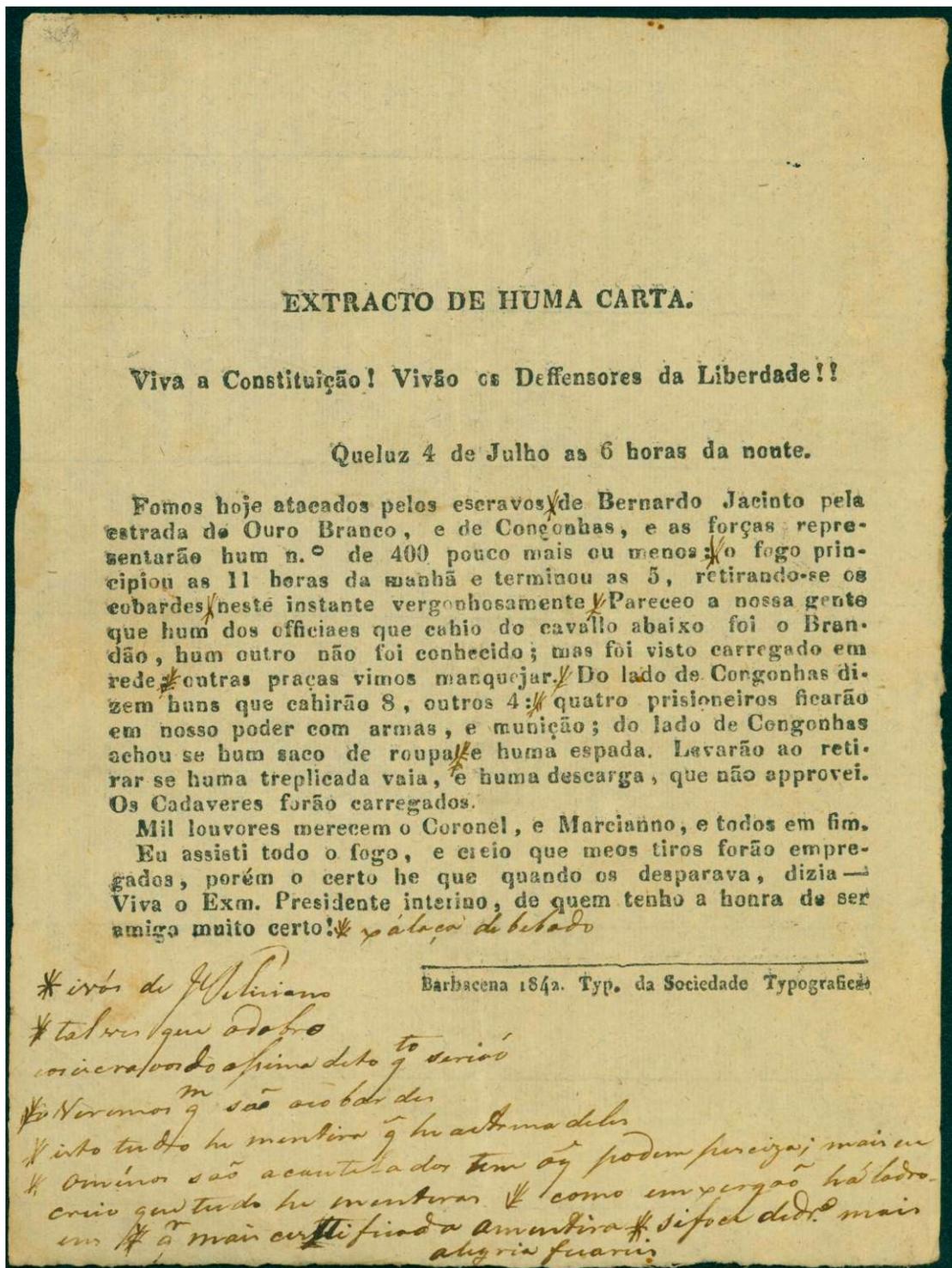


FIGURA 13 - APM/ PP¹ 17 Cx. 02 doc. 22. Extracto de Huma Carta [proclamação]. Barbacena, 1842.

O *Extracto* impresso apresenta um conteúdo que pretendia assegurar e consolidar as posições dos revolucionários liberais, valorizando a ação de suas tropas e infamando as lideranças legalistas, numa composição típica das práticas discursivas rivais.⁴²⁴ Para além do conteúdo evidente, o suporte permite-nos apreender outros sentidos que se desejavam com aquela folha. A estrutura correspondente a uma carta, explícita no próprio título, sugere um tom mais íntimo do escrito, evocando a simplicidade que aproximava os companheiros de luta. Não obstante, há um traço impessoal no texto, pois não são mencionados o remetente e o destinatário. Isso aponta, possivelmente, para o objetivo de ampliar seu uso, complementado pelo formato de impressão (pequena proclamação de uma página), o que facilitava a difusão da folha de diversas maneiras, como por debaixo das portas, pela afixação em lugares públicos ou pelo repasse de mão em mão, até ser lida coletivamente. Entretanto, chamam-nos a atenção as respostas manuscritas na própria folha, levando-nos a acreditar que aquele *Extracto de Huma Carta* também foi lido pelos “legalistas”, os quais, provavelmente, interpolaram as notas manuscritas ao impresso no processo de leitura oral. Isso indica uma utilização distinta do impresso, que envolvia respostas não somente aos “revolucionários”, mas a uma platéia que estava atenta, ouvindo a leitura.

A complexa relação entre o impresso, o manuscrito e a composição oral potencializava-se na prática da leitura coletiva. A vivacidade do discurso, presente na formulação que prioriza o discurso direto, fortalecia-se com os períodos curtos e as saudações à Constituição e aos “Deffensores da Liberdade”. Os “vivas” que iniciam a carta, provavelmente lidos com bastante vigor, fazem sentido num contexto em que a leitura era compartilhada, seja ela praticada no interior das casas ou na publicidade das praças. Assim sendo, podemos afirmar que os indícios de estratégias de composição oral evidenciam-se ao longo do documento.⁴²⁵ Certamente, destinava-se à leitura em voz alta, que, ao passo em que comunicava o conteúdo, pretendia adquirir a adesão dos ouvintes por meio de entonações, posturas e gestos específicos, os quais escapam à nossa análise. Este é apenas um dos muitos

⁴²⁴ As práticas discursivas rivais consistem na formação de representações que, de um lado, beneficiam o poder cuja causa os autores defendem e, do outro, depreciam os adversários. Cf.: DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201.

⁴²⁵ SEABRA, Elizabeth. *A escrita e a fala*, p. 42.

exemplos que coletamos nas produções impressas de Minas Gerais e de São Paulo que apresentam a relação entre o oral, o manuscrito e o impresso. Portanto, a imprensa não determinava sozinha as formas do escrito, mas interagiu com uma prática cultural permeada pela oralidade e marcada pela permanência da forma escrita à mão.



Durante o período regencial, o Império do Brasil foi inundado por produções impressas de variados tamanhos, formas e gêneros. O impresso, passo a passo, invadiu o cotidiano das vilas e arraiais, tornando-se presente no universo cultural de mineiros e paulistas. O advento das tipografias, afastando-nos do tom hiperbólico que comumente caracteriza os estudos sobre o surgimento da imprensa, representou mudança importante na forma de produção, divulgação e apreensão dos discursos.⁴²⁶ Ultrapassando a mera “curiosidade”, a análise do processo de estabelecimento de uma oficina tipográfica, com seus atropelos e carências, possibilita-nos esclarecer o processo de transmissão dos textos.⁴²⁷ Os obstáculos da produção do impresso e os traços específicos dessa atividade indicam-nos algumas das maneiras pelas quais as idéias foram difundidas e penetraram nas sociedades paulista e mineira das primeiras décadas do Império. Nosso trabalho insere-se no campo da história dos livros e da leitura, sobretudo nos termos da formação de uma cultura da imprensa que permitiu a transformação tênue, mas progressiva, das práticas e das relações que as pessoas estabeleciam com os poderes e instituições locais.⁴²⁸

Sabe-se que as primeiras tipografias desempenharam um papel vital na criação dos espaços públicos das províncias, intervindo com as mais variadas publicações nos combates políticos que orientaram os rumos do Estado Imperial brasileiro no Primeiro Reinado e nas

⁴²⁶ LYONS, Martyn. *A palavra impressa: histórias de leitura no século XIX*. Trad.: Cyana Leahy. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, p. 13.

⁴²⁷ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 124.

⁴²⁸ CHARTIER, Roger. “La culture de l’imprimé”. In: CHARTIER, Roger (org.) *Les usages de l’imprimé (XV^e – XIX^e siècle)*. Paris: Fayard, 1987, p. 8

Regências. Ressaltamos que as fontes sobre as tipografias e os tipógrafos em Minas Gerais e São Paulo exigem acuidade no seu trato. Aliás, não encontramos, até o momento, nenhum arquivo ou fundo exclusivamente dedicado às tipografias mineiras e paulistas em seus primórdios. Porém, é possível encontrar pistas sobre o cotidiano dessas empresas por meio de outras fontes ditas “oficiais”. Os registros da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, e os Ofícios Diversos enviados à Presidência da Província de São Paulo, conservados no Arquivo do Estado de São Paulo, apresentam-nos alguns rastros das oficinas tipográficas. Ademais, a documentação das câmaras municipais mineiras e da capital paulista, arquivadas, respectivamente, no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz, permite-nos fazer apreciação semelhante. Além do mais, de acordo com a legislação vigente à época, as tipografias deveriam ser registradas na própria Câmara, em código específico.⁴²⁹

Encontramos dois desses códigos: um no Fundo Câmara Municipal de São Paulo,⁴³⁰ outro no Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP).⁴³¹ Esses encadernados informam-nos a quantidade de oficinas existentes nas capitais das duas províncias, suas localizações, os proprietários e impressores, além de algumas questões envolvendo os donos, os funcionários e até os poderes públicos. As próprias folhas periódicas podem nos proporcionar registros sobre seu cotidiano por intermédio dos anúncios, avisos e discursos concernentes à assinatura, aos pontos de venda, à periodicidade e, sobretudo, à sua tendência política. A partir desses dados, podemos começar a trilhar os caminhos percorridos pelas primeiras oficinas tipográficas mineiras e paulistas, atentando para as transformações que proporcionaram na percepção dos objetos que trouxeram à luz.

Na província de Minas Gerais, a imprensa periódica passou por um processo difícil para se estabelecer. Sabe-se, no entanto, que houve uma experiência ainda nos tempos da Colônia, com a atuação criativa do padre José Joaquim Viegas de Meneses, que construiu uma prensa para a impressão de uma obra laudatória composta por Diogo Pereira de

⁴²⁹ BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 3. ed. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1831. cap. VIII, art. 303, p. 217-218.

⁴³⁰ AHMWL – Fundo Câmara Municipal de São Paulo. Código 0144 (Termos de responsabilidade para publicações de jornais).

⁴³¹ APM – Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP 251 “Participações de Tipografias”, 1831-1866.

Vasconcelos em homenagem ao então governador da Capitania de Minas Gerais, o capitão-general Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello.⁴³² Relata-se que o governador, desejando ver impresso o panegírico, recorreu à engenhosidade do padre Viegas de Menezes, que imprimiu o poema construindo um tórculo de madeira, além de preparar todo o material necessário para a iniciativa.⁴³³ Para efetivar seus objetivos, Viegas de Menezes utilizou-se da arte da calcografia, tendo aprendido as técnicas com o frei José Mariano da Conceição Veloso, parente de Tiradentes, na Typographia Calcographica, Typoplastica e Litterária do Arco do Cego, em Lisboa.⁴³⁴ Cabe ressaltar que a Oficina do Arco do Cego encerrou suas atividades em 1801, ano em que apresentou o *Tratado da gravura a água forte, e a buril, e em madeira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce*, de Abraham Bosse, obra traduzida pelo próprio Viegas de Menezes.⁴³⁵ Acredita-se que uma prensa existente atualmente no Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, seja a lendária máquina construída pelo artífice mineiro. Entretanto, embora o prestimoso padre tivesse conhecimento do modelo de tórculo tradicionalmente utilizado para se imprimir em folhas de cobre, sua prensa resumia-se a uma estrutura de madeira com uma espiral semelhante a uma morsa, como podemos notar com a comparação entre a imagem da prensa e a estampa de Bosse (**FIGURAS 14 e 15**).

⁴³² Jose Pedro Xavier da Veiga afirma que o Canto Encomiástico foi impresso em 1807. No entanto, há dúvidas quanto à data de impressão do documento. O historiador mineiro pauta-se no volume sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, doado por Artur Alves d'Alcântara Campos, em 1895, para endossar sua conclusão (ver: VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes* (1807-1897). Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, p. 11-16). Contudo, há um volume pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em que consta a seguinte nota manuscrita: "Impresso em Ouro Preto pelo celebre Pe. Je. Joaquim. Viegas de Menezes em 1806?". A interrogação no final da nota expressa dúvida, no entanto, crê-se que o volume foi impresso antes da transmigração da Corte portuguesa, em 1808. Para um estudo aprofundado do *Canto Encomiástico*, ver: CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Estudo biobibliográfico. In: UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA. O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986. p. 19-41.

⁴³³ FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957. p. 217. Para uma abordagem recente sobre o tema, ver: MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos.

⁴³⁴ Para uma descrição pormenorizada do processo de composição do *Canto Encomiástico* e breve biografia de Viegas de Menezes, ver: CUNHA. Estudo biobibliográfico; RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 313; VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 11-16; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. p. 629-634.

⁴³⁵ BOSSE, Abraham. *Tratado da gravura a água forte, e a buril, e em madeira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce*. Trad.: José Joaquim Viegas de Menezes. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.



FIGURA 14 - Prensa de madeira atribuída ao padre José Joaquim Viegas de Menezes. Vila Rica, *circa* 1806. Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Retirado de: MOREIRA, Luciano da Silva. *Combates tipográficos. Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 27.

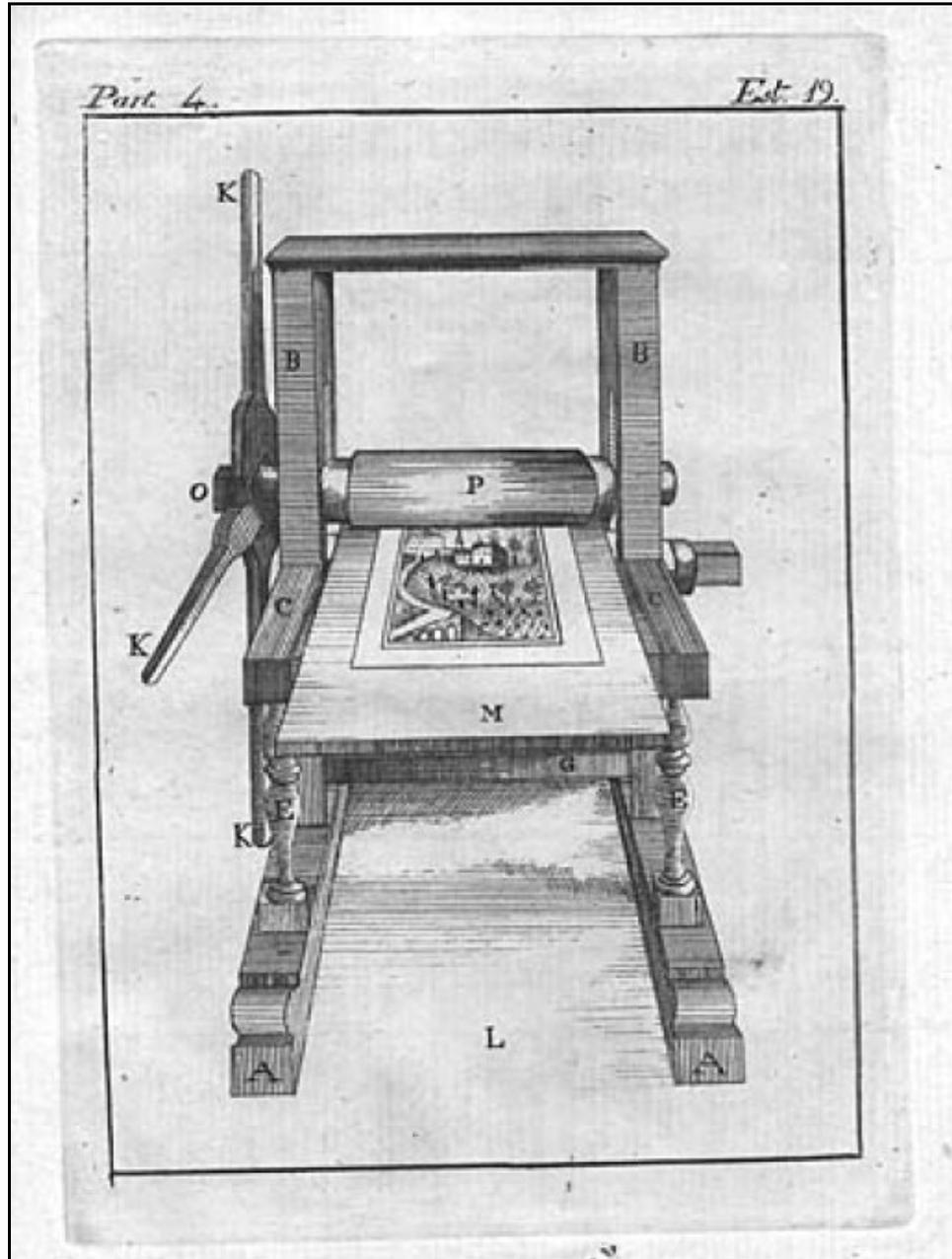


FIGURA 15 - Tórculo para impressão. Retirado de: BOSSE, Abraham. *Tratado da gravura*, Estampa 19.

A diferença entre os modelos de prensa expõe as dificuldades pelas quais passou o padre Viegas de Meneses, levando-o a lançar mão do material encontrado na própria região para elaborar uma ferramenta capaz de chegar a resultados semelhantes aos exibidos na obra de Abraham Bosse.⁴³⁶ Essa inventividade não foi exclusiva do referido padre, como percebemos em outros casos ocorridos no século XIX.

⁴³⁶ Sobre a presença de brasileiros na oficina do Arco do Cego, ver: BOSCHI, Caio César. “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego”. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 495-510. Sobre a tipografia do Arco do Cego, ver: BRAGANÇA, Aníbal. “Antônio Isidoro da Fonseca

Evidentemente, Viegas de Menezes não produziu uma tipografia. Esta somente viria a aparecer nas Minas Gerais no contexto da Independência. Além disso, 20 anos após a empreitada do antigo funcionário da oficina do Arco do Cego, a arte de imprimir ainda permanecia artesanal e incipiente. Porém, diferentemente daquele mundo da época da Capitania, os poemas laudatórios cediam espaço para a crítica e a disputa nos periódicos provinciais. A efervescência política estimulava a criação de prelos em pontos distantes do Império, os quais se revelavam poderosos no debate político. Assim, quando os primeiros jornais surgiram em Minas Gerais, as técnicas de impressão ainda eram rudimentares, constituindo-se de tórculos de madeira e de tipos fundidos na própria província.⁴³⁷

Ao passo em que as mudanças políticas alteravam a vida da população do Império, a imprensa ganhava novos usos e sentidos. Paulatinamente, as tipografias se fizeram presentes no universo cultural brasileiro, tornando-se um dos elementos fundamentais no processo de transformação da sociedade imperial da primeira metade do século XIX. Mesmo ao acompanhar as mudanças na vida política do Brasil, a transmissão dos discursos impressos em Minas Gerais e São Paulo enfrentou muitas dificuldades, como a escassez de materiais tipográficos e de profissionais habilitados. Além disso, a formação dos espaços públicos provinciais também foi árdua, imersa nas lutas entre os diferentes atores históricos: comerciantes, agricultores, mulheres, agregados, escravos e toda sorte de pessoas que não tinham um lugar no cosmo imperial.

Em Minas Gerais, o mitológico padre Viegas de Menezes ainda auxiliaria na criação da oficina de impressão de Manuel José Barbosa. Conforme seu proprietário, esse estabelecimento tipográfico merecia “o epíteto de Patrícia pelo Emprego de Letra e machinas construídas na mma Imperial Cidade” de Ouro Preto.⁴³⁸ Iniciavam-se, assim, os trabalhos da Officina Patrícia de Barbosa e Cia., cuja trajetória demonstra as dificuldades para a aquisição e manutenção de uma tipografia daquele tempo. Relata o redator da *Abelha do*

e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores”. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 25-40.

⁴³⁷ MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, n. 1, jan.-jun. 2008, Belo Horizonte, p. 24-41.

⁴³⁸ Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província [s.d.] citado por VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 20.

Itaculumy, segundo periódico a ser impresso naquela oficina, que a tipografia foi montada com matéria-prima da própria província, pois “Todos os seus utensis forão aqui fabricados sem modelos, e sem outra direcção, que o achado em alguns Livros; e para maior glória dos mesmos [redatores] grande porção de typos se fundio de chumbo estrahido de nossas Minas”.⁴³⁹ Desse modo, o alto custo dos materiais tipográficos levava os naturais da província, seguindo o exemplo do antigo funcionário da oficina do Arco do Cego, a procurarem meios de transpor suas dificuldades. Além dos problemas para se adquirir a prensa, cabia ao empreendedor, geralmente uma única pessoa, montar prelos e fundir tipos, além de redigir e imprimir seus jornais, como comprova personagens exemplares: Geraldo Pacheco de Melo, no Arraial de Itambé do Serro (atual Itambé do Mato Dentro - MG); Manuel Sabino de Sampaio Lopes, auxiliado por João Nepomuceno Aguillar, no Arraial do Tijuco (atual Diamantina - MG); e o padre José de Sousa Lima, na Vila da Campanha da Princesa (atual Campanha - MG).

Os exemplos indicados acima nos mostram um dos principais símbolos da imprensa artesanal: o tipo fundido na própria província. O caractere grosseiro, para além de ser um indicativo da qualidade rudimentar da empresa, funcionava como uma representação do esforço do tipógrafo para adentrar a arena política. Assim, *O Universal* reconhecia a criatividade e o empenho do ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes, divulgando a criação de uma tipografia no Arraial do Tijuco:

Vimos uma amostra da nova Tipografia do Tejuco, obra do nosso patricio, o Sr. Manoel Sabino de Sampaio, Moço de extraordinario talento, que sem ter sahido nunca de Tejuco, sem ter visto Officina alguma Tipografica, e guiado só pelo seu genio transcendente, emprehendeo, e conseguiu formar os Tipos para uma Imprença. Ella está em principio, mas espera-se que seja brevemente concluída; e ha todo o fundamento para assegurarmos que apparecerá alli um novo Periodico, escripto em sentido, e linguagem Constitucional, e que fará causa commum com o Astro e Universal.⁴⁴⁰

A 10 de junho de 1829, *O Universal* noticiava o primeiro número do *Echo do Serro*, periódico impresso e redigido pelo citado ourives.⁴⁴¹ Tão logo vinha a lume a folha serrana, os opositores provavelmente aproveitaram-se da origem humilde de Manuel Sabino para desqualificar seu invento e seu jornal, como teria feito o redator de *O Telegrapho* ao chamar o

⁴³⁹ ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, 12 jan. 1824.

⁴⁴⁰ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 JAN. 1829.

⁴⁴¹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 10 JUN. 1829.

Echo do Serro de “mal nascido”. Um correspondente de *O Universal* rebateu os insultos, questionando: “Será mal nascido, porque é fructo d’um engenho raro, que aninado de nobre patriotismo, venceo incriveis difficuldades, para brindar seo Paiz natal com uma Tipografia patrícia?” Além disso, quando Sabino interrompeu temporariamente sua oficina, *O Telegrafo* teria anunciado a “morte” e a “mal fadada” sina da folha do Tijuco. Em vista disso, o correspondente, que se identificava simplesmente como “Um Mineiro”, explicava “que aquelle Periodico cessou por auzencia do dono da Tipografia, que veio a esta Capital, instruir-se nos meios de aperfeiçoa-la, mas que este já se acha em Tejuco, cuidando no seu andamento”.⁴⁴²

De mais a mais, num contexto caracterizado pelos discursos que asseveravam o “amor à pátria”, afirmar que os tipos foram forjados na terra natal possuía um significado forte, vinculando-se às discussões em torno de conceitos como “país”, “pátria” e “nação”, tão caros no momento da emancipação.⁴⁴³ Com o propósito de “defender a pátria”, um dos correspondentes do *Echo do Serro* principiava na redação de um periódico na mesma comarca. Teófilo Benedito Otoni, segundo narra em sua *Circular*, transportou uma tipografia do Rio de Janeiro, publicando posteriormente *A Sentinela do Serro*.⁴⁴⁴ Entretanto, uma notícia divulgada pelo *O Novo Argos* nos faz especular sobre a origem dos tipos que imprimiram a folha de Otoni. Segundo o redator de *O Novo Argos*, “da Tipografia do Universal partirão os Typos para o novo Periódico, que vai apparecer nesta Villa [do Serro]”.⁴⁴⁵ A notícia não explicita quem comprou os tipos, nem qual periódico será impresso com esse material. Porém, com base nas datas em que surgiram os jornais serranos – a notícia ocorre em junho e a *Sentinela* aparece em setembro de 1830 – podemos supor que os tipos foram enviados para a tipografia que Otoni conduziu da Capital imperial. Desconfiamos que esses caracteres de chumbo provavelmente foram forjados num “Aparelho de fundir tipos”, que o proprietário da Tipografia do Universal afirmava, em dezembro de 1835, servir “para composições

⁴⁴² UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 12 OUT. 1829.

⁴⁴³ Sobre os debates em torno desses conceitos, ver: ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*.

⁴⁴⁴ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil de. M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860, p. 12.

⁴⁴⁵ NOVO Argos (O). Ouro Preto, 26 JUN. 1830.

ordinárias”. Essa máquina produzia “a letra denominada leitura, e grifo, e capital completos”, bem como letras maiúsculas e “para leitura grossa”.⁴⁴⁶

Enquanto Manuel Sabino construía sua prensa no Tijuco, Luiz Maria da Silva Pinto estabelecia sua Typographia de Silva na Rua do Carmo nº 26, na Cidade de Ouro Preto, informando que “alem de typos, já [empregava] gravuras”.⁴⁴⁷ A informação prestada por Silva Pinto nos permite supor que o mesmo produzia seu próprio material, principalmente os tipos móveis que serviam de matriz para suas obras. Embora esse novo estabelecimento se ocupasse da impressão de papéis oficiais, ele também produzia obras de caráter educativo, destacando-se o *Diccionario da Língua Brasileira* (1832), de autoria do próprio Silva Pinto, cujas despesas para a edição do léxico foram custeadas por “Assignantes desta, e mais Províncias do Império”.⁴⁴⁸ Como várias oficinas daquele tempo, o estabelecimento de Silva passava por dificuldades como a escassez de material apropriado, como nos sugere Paulo Mário Beserra de Araújo. Observando-se o uso indiscriminado dos acentos agudo e grave na impressão do *Diccionario*, Araújo afirma que haveria possíveis “problemas na caixa de tipos da Tipografia de Silva”, apontando para a improvisação como recurso para se concluir a obra.⁴⁴⁹

Embora os naturais de Minas tivessem lançado mão da engenhosidade para produzir as prensas e o restante necessário para a publicação de seus escritos, era esperado que prelos procedentes do Rio de Janeiro – como a máquina trazida por Otoni – passassem a fazer parte da paisagem política do interior do Brasil. Conforme José Pedro Xavier da Veiga, o secretário de governo da Província de Minas Gerais, o citado Luiz Maria da Silva Pinto, pouco antes de estabelecer sua oficina na Rua do Carmo, pretendia instalar uma Typografia Nacional da Província de Minas Geraes, da qual seria o inspetor. O projeto inicial objetivava imprimir

⁴⁴⁶ APM – Presidência da Província. PP ¹ 54 Cx. 03 Doc. 13. “Inventário da Tipografia do Universal”. Ouro Preto, 13 DEZ. 1835.

⁴⁴⁷ APM – CMOP 251. Participações de tipografia. Tipografia de Silva, f.1v. Ouro Preto, 18 abr. 1831. Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), natural de Goiás e radicado em Minas, foi secretário de governo do último período dos capitães-generaes até os primeiros anos do Império. Cf. VEIGA. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 21.

⁴⁴⁸ PINTO, Luiz Maria da Silva. Prólogo. In: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Para estudo preliminar desse *Diccionario*, ver: FRIEIRO, Eduardo. Um velho dicionário impresso em Minas. In: FRIEIRO, Eduardo. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

⁴⁴⁹ ARAÚJO, Paulo Mario Beserra de. *Hum diccionario sem auctor versus hum ‘auctor’ com diccionario*. Rio de Janeiro: NON EDICTANDI, 2009, p. 45.

“200 exemplares de uma folha diária em 4º, ou de 3 numeros em semana, na qual incluão-se artigos officiaes do exm. governo de interesse nacional, particular do Brazil e provincia, noticias geraes e variedade”. Silva Pinto contaria com pelo menos um redator, um “director-machinista” (possivelmente tratava-se do impressor) e alguns compositores. Almejava uma receita em torno de 3:000\$000rs (três contos de réis) provenientes da venda dos diários e de “differentes obras que se poderão imprimir”.⁴⁵⁰ Contudo, seu plano não alcançou os objetivos desejados, pois “não correspondeo ao conceito que delle se fisera e por isso foi suspenso de vencimentos e despedidos os respectivos Empregados e quando mal podia satisfazer ao comprometimento a que se sujeitara foi obrigado a ceder a maior parte dos ditos Operários”.⁴⁵¹ Os objetos pertencentes à pretensa Tipografia Nacional de Silva foram remetidos aos Armazéns Nacionais por ordem da Junta da Fazenda em dezembro de 1828. Dentre os artefatos que restaram em poder de Silva Pinto, constavam:

Duas arrobas, e vinte e duas libras de xumbo em letra, ornatos
 Huã maquina de madeira para imprimir
 Duas caixas subdivididas em caixetins para tipos
 Huã dita pequena, que trouxe a letra do Rio de Janeiro
 Alguãs peças de madeira para o mesmo fim num sacco
 Hum tinteiro com almofada de couro para a tinta
 Duas balas para empregar a tinta
 Duas galés forradas de latas para suas paginas de mais folio ⁴⁵²

Material semelhante deveria ter sido enviado às autoridades paulistas no princípio de 1823. Conforme a documentação levantada por Freitas Nobre, uma portaria de 8 de janeiro daquele ano determinava o encaixotamento e o envio de materiais tipográficos da Corte para a cidade de São Paulo. Além das peças, também foi determinada a contratação de profissionais para o estabelecimento de uma imprensa oficial. No entanto, os objetos nunca chegaram ao seu destino, pois, após meses de espera pelo “aviso de embarque”, uma ordem do Ministro da Fazenda anulou a autorização de remessa, privando os paulistas de seu primeiro prelo. O material acabou por ser utilizado para os trabalhos da recém-aberta Assembléia Constituinte,

⁴⁵⁰ Plano para administração da Typographia Provincial (08 MAR. 1822) citado por VEIGA. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 24.

⁴⁵¹ Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província [s.d.] citado por VEIGA. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 20.

⁴⁵² APM – Presidência da Província. PP ¹₅₄ Cx. 03, Doc. 06. 20 DEZ. 1828.

que viria, posteriormente, a ser dissolvida pelo imperador.⁴⁵³ Carlos Eduardo França de Oliveira nos chama a atenção para a discussão historiográfica em torno do “atraso” da imprensa paulista, destacando as explicações tradicionais que versavam ora sobre a incompetência da administração pública, ora sobre a carência material.⁴⁵⁴ De qualquer forma, a impressão ainda tardaria alguns anos para surgir na Província São Paulo.

Embora contassem com o requerimento do Presidente da Província de São Paulo, instando o governo imperial a enviar “quanto antes a esta Cidade a Imprensa que já estava para isso destinada”, os paulistas não conseguiram um resultado favorável. Como temiam de antemão a negação do pedido, os representantes provinciais também solicitavam a “licença para a sua criação por conta dos particulares, que não duvidão subscrever para um fim tão interessante”. A solução acabou por ser a organização de entusiastas locais, que se mobilizaram para obter o prelo e a contratar os profissionais capacitados para o serviço. Desse modo, cinco anos após as primeiras negociações com a Tipografia Nacional, a primeira oficina de impressão foi instalada a expensas de um grupo capitaneado por José da Costa Carvalho, com a criação do jornal *O Farol Paulistano*.

Logo nos primeiros números, o redator de *O Farol Paulistano* questionava as condições que dificultaram o estabelecimento da imprensa em São Paulo, sugerindo uma possível má vontade do governo imperial no episódio do prelo da Tipografia Nacional. Para tanto, comentava o ofício que impediu o transporte do maquinário, afirmando que “portarias liberaes e grandiosas apparecerão no Diário Fluminense a cerca da Typografia, que para S. Paulo devia vir, mas nada de Typografia para S. Paulo!” Contudo, ao se instalar a primeira tipografia, regozijava-se, pois “a Cidade de S. Paulo já tem uma Typografia, e o seu tal qual Farol Paulistano”. Porém, temerariamente o redator lembrava que

Não podemos todavia nos conter a nossa admiração à vista das seguintes palavras do Offício = peço licença para sua erecção por conta dos particulares; que não duvidão subscrever para um fim tão interessante = Estas linhas fazem despertar reflexões bem tristes à face da ampla faculdade da Constituição na emissão de seus pensamentos. Será mister licença para exercer todos e quaesquer direitos constitucionaes, ou só para este é que se faz precisa?⁴⁵⁵

⁴⁵³ NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*, p. 25.

⁴⁵⁴ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História), p. 54.

⁴⁵⁵ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 21 FEV. 1827.

Em meados de 1829, o redator do *Farol Paulistano* anunciava a renovação da oficina, avisando “que nos chegara ao Rio de Janeiro os typos, e novo Prelo, que mandamos vir d’Inglaterra, e que brevemente teremos esse socorro para então podermos fazer mais ampla a nossa Folha, acrescentando-lhe uma parte Commercial, e dando-a talvez trez vezes por semana”.⁴⁵⁶ A partir dessa informação, podemos perceber a proveniência da prensa que imprimiu a folha paulista, o que nos permite deduzir o tipo de máquina usada no momento, provavelmente um modelo semelhante à prensa *Stanhope* (FIG. 16), produzida na Inglaterra no começo do século XIX. Além disso, notamos que se pretendia auferir algum rendimento com a tipografia, mesmo que este não representasse o objetivo primordial do estabelecimento.

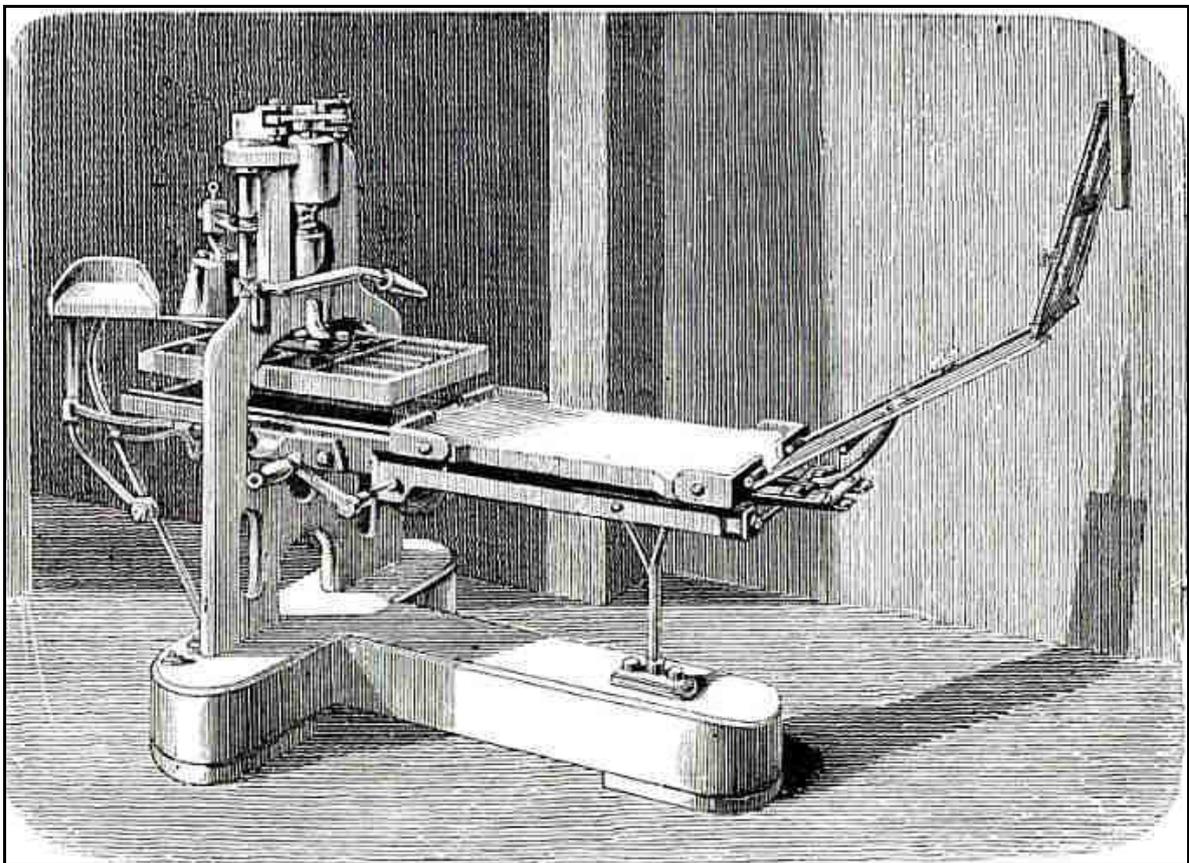


FIGURA 16 - Primeiro modelo da prensa *Stanhope*. Retirado de: MORAN, James. *Printing presses: history and development from the fifteenth century to modern times*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 55.

Mesmo com o amparo de particulares, como José da Costa Carvalho, São Paulo ainda carecia de oficinas tipográficas no Primeiro Reinado. Para os viajantes estrangeiros, acostumados aos padrões europeus de circulação de impressos, essa situação parecia absurda. O artista e inventor francês Hercule Florence pretendia externar sua angústia, decorrente da

⁴⁵⁶ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 08 JUL. 1829.

carência de tipografias na província paulista, por meio da alegoria *La Civilisation apporte une Imprimerie a la Province de St Paul* (FIG. 17), datada de 1830. Nessa imagem, Florence apresenta-nos personagens ligadas à “civilização”, cada qual portando uma peça do maquinário de uma tipografia, em sua chegada triunfal à Província de São Paulo, ainda cercada pelos elementos da natureza. Para o artista francês, ao retomar uma concepção ilustrada acerca dos efeitos benéficos da tipografia, fazia-se necessária a instalação da imprensa para o “esclarecimento” dos paulistas, retirando-os da barbárie em que se encontrariam. Paradoxalmente, o interesse de Florence pelo Brasil seria a própria natureza, pois pretendia publicar uma memória sobre as vozes dos animais, a *Zoophonia*, que coletou durante sua aventura fluvial do Tietê ao Amazonas.⁴⁵⁷



FIGURA 17 - FLORENCE, Hercule. *La Civilisation apporte une Imprimerie a la Province de St Paul* (1830). Retirado de: KOSSOY, Boris. *Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3. ed. rev e aum. São Paulo: Edusp, 2006, p. 88.

Contudo, a representação acima expressa um sentido “civilizador” imputado às tipografias, isto é, o prelo era representado como a ferramenta de um movimento rumo ao “progresso”, o qual foi incessantemente buscado pelo artista francês em sua trajetória criativa no Brasil.⁴⁵⁸ A vontade de ver suas obras publicadas, bem como de imortalizar seu nome no panteão dos inventores, fez com que Hercule Florence instalasse uma oficina de impressão na

⁴⁵⁷ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. A *Zoophonia* foi publicada em: FLORENCE, Hercule. *Zoophonia*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXXIX, parte 2, 1876, p. 321-336. Curiosamente, Florence informava que a relevância da zoofonia residia na necessidade de registrar os sons dos animais, pois estes “tornar-se-hão cada vez mais raros, esquivos; e por fim sumir-se-hão, inocentes vítimas da conquista do homem à solidão” (p. 336).

⁴⁵⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 24.

capital da Província, registrando o estabelecimento no livro de participação de tipografias da Câmara Municipal de São Paulo no dia 21 de março de 1831. Todavia, enfatizamos que o viajante francês não instalou uma tipografia, como poderia se supor, mas uma oficina litográfica, que funcionaria na “Travessa de cima do Quartel do 6º Batalhão, casa Numero 12”. Além disso, Florence aproveitava a ocasião para informar às autoridades ser o “inventor de um novo methodo de imprimir e publicar escritos e desenhos”.⁴⁵⁹

Sabe-se que a primeira oficina litográfica do Brasil pertenceu ao gravador Arnauld Julien Pallière, estabelecida no Rio de Janeiro no ano de 1817. Entretanto, oficialmente coube a John Steinmann a introdução do método em terras brasileiras.⁴⁶⁰ De acordo com o *Diccionario tecnico e histórico de pintura, esculptura, architectura e gravura* composto por Francisco de Assis Rodrigues, o processo litográfico é uma arte aperfeiçoada pelo artista tcheco Alois Senefelder (1771-1834) em 1796. Caracteriza-se por “reproduzir pela impressão todos os desenhos ou letras traçadas com lápis gorduroso ou uma Penna de aço molhada em uma tinta gordurosa, sobre uma pedra calcarea chamada pedra lithographica”.⁴⁶¹ Todo o material utilizado nas oficinas litográficas brasileiras era importado, sendo a principal peça – a pedra calcária – originária da Europa, principalmente de jazidas alemãs e russas, aumentando consideravelmente os gastos com a atividade.⁴⁶²

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Hercule Florence ofereceu seus serviços no estabelecimento de Pierre Plancher, copiando “mapas, plantas e desenhos de qualquer objeto”.⁴⁶³ Na casa do conhecido editor, o artista possivelmente teria estabelecido contatos com outros tipógrafos, gravadores e litógrafos da Corte, o que lhe granjearia alguns laços com o mundo da imprensa. Pouco tempo depois, ao tomar conhecimento de um anúncio sobre a vaga de segundo pintor na expedição organizada pelo cônsul russo, o Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), o artista francês deixou a capital imperial para seguir numa

⁴⁵⁹ AHMWL – Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Códice 0144, f. 2.

⁴⁶⁰ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 313-423.

⁴⁶¹ RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario tecnico e histórico de pintura, esculptura, architectura e gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 241.

⁴⁶² FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*, p. 232.

⁴⁶³ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*, p. 352.

viagem pelo interior do Brasil que duraria cinco anos.⁴⁶⁴ Após a malfadada expedição, fixou residência na Província de São Paulo, onde fundou a primeira oficina litográfica da região.

Porém, os altos custos com a litografia e a dificuldade de se obter bons prelos fizeram com que Hercule Florence se dedicasse a uma arte de imprimir mais acessível. Em 4 de janeiro de 1832, informava à Câmara paulistana que estabeleceria “uma officina Authografica de sua invenção, e que por ella propoem-se a imprimir scrittos e desenhos”.⁴⁶⁵ Na Província de São Paulo era concebido um processo que se distinguia, conforme seu inventor, pelo uso de uma tábua embebida de tinta uma única vez para toda a tiragem e pela impressão simultânea de todas as cores. Por essas características, Florence posteriormente denominou-a *polygraphia*.⁴⁶⁶ Alguns meses depois, transferiu-se para a Vila de São Carlos (atual Campinas), estabelecendo sua invenção na “Rua do Rosário casa N. 2”.⁴⁶⁷ Foi nessa oficina que imprimiu, por ordem do Governo provincial, um Mapa de Itinerários presente no *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo*, utilizando o novo método.⁴⁶⁸

A verve inventiva desse viajante francês foi-nos apresentada por Boris Kossoy, sobretudo suas preocupações com a reprodutibilidade da informação, destacando-se as pesquisas sobre os registros imagéticos. De acordo com os manuscritos divulgados por Kossoy, Hercule Florence analisou os efeitos da luz sobre o nitrato de prata, base para o desenvolvimento da fotografia. Contudo, o ponto que destacamos da vida do artista e inventor francês diz respeito à criação de novos métodos de impressão, com ênfase na *poligrafia*.⁴⁶⁹ Enfim, o caso de Hercule Florence demonstra o caráter específico dos primórdios da imprensa no interior do Brasil, que se distinguia pela inventividade dos entusiastas ao criarem seus próprios instrumentos para a publicação dos escritos, driblando as necessidades e carências do meio.

⁴⁶⁴ Sobre a experiência de Hercules Florence na Expedição Langsdorf, veja seu relato em: *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*.

⁴⁶⁵ AHMWL – Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Códice 0144, f. 2.

⁴⁶⁶ FLORENCE, Hercule. Reflexões (manuscrito) citado por KOSSOY, Boris. *Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2006, p. 81.

⁴⁶⁷ Petição à Câmara Municipal de São Carlos (Campinas), 20 MAIO 1832. Acervo Câmara Municipal de Campinas citado por KOSSOY, Boris. *Hercule Florence*. p. 72.

⁴⁶⁸ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo*, entre páginas 244 e 245.

⁴⁶⁹ KOSSOY, Boris. *Hercules Florence*, p. 71. Também sobre a capacidade inventiva de Florence, ver: TURAZZI, Maria Inez. O ‘homem de invenções’ e as ‘recompensas nacionais’: notas sobre H. Florence e L. J. M. Daguerre. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 11-46, 2008.

Em 1836, Hercule Florence dirigiu-se novamente à Corte, onde comprou uma tipografia completa ao custo de 850\$000rs (oitocentos e cinqüenta mil réis), uma das primeiras do interior paulista, cujo dinheiro proveio de seu sogro, o líder liberal Francisco Álvares Machado. No princípio, o estabelecimento tipográfico montado por Florence ocupou-se da impressão de rótulos, opúsculos e documentos oficiais. Somente nos idos de 1842 que essa oficina publicaria seu primeiro e único periódico, *O Paulista*, redigido por Diogo Antônio Feijó, inserindo-se no movimento liberal que abalou as províncias de São Paulo e Minas Gerais naquele ano.⁴⁷⁰ Como afirmado na abertura desta **Parte II**, conta-se que esse prelo teria sido enterrado na Estrada de Sorocaba após o malogro da revolta, a fim de se evitar seu confisco por parte das tropas legalistas. Apaziguados os ânimos, a prensa foi desenterrada e vendida aos irmãos João e Francisco Theodoro de Siqueira e Silva, redatores e impressores do hebdomadário *Aurora Campineira*, surgido em 1858.⁴⁷¹

Do mesmo modo como se deu a compra do maquinário tipográfico utilizado por Hercule Florence, foi adquirido o material que originou a Typografia da Sociedade Pacificadora. Em sessão da Sociedade Pacificadora de Sabará ocorrida a 13 de dezembro de 1831, Manoel Soares do Couto exigia uma “Letra de 4:400\$000 [quatro contos e quatrocentos mil réis] a sua ordem no Rio de Janeiro, onde mandar[ia] se effectuar a compra da Typografia por incumbencia da Sociedade”.⁴⁷² Os sócios auxiliaram com doações pecuniárias, até se atingir a quantia requerida por Soares do Couto. No ano seguinte, a Sociedade Pacificadora de Sabará já contava com sua oficina tipográfica e publicava seu jornal bi-semanário intitulado *O Vigilante*.

Além de demonstrar que a aquisição de prelos provenientes da Corte tornava-se mais comum, as tipografias de Florence e da Sociedade Pacificadora de Sabará nos chamam a atenção pela diferença entre os valores despendidos para as respectivas compras. Aliás, o capital levado ao Rio de Janeiro pelo francês ainda contrasta com o valor de outra oficina, negociada no mesmo período na Província de Minas Gerais. Em dezembro de 1835, José Pedro Dias de Carvalho oferecia sua tipografia ao governo provincial mineiro pelo preço de

⁴⁷⁰ BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*, vol. 6. Campinas, s.e., 1958, p. 39.

⁴⁷¹ NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*, p. 85-86.

⁴⁷² VIGILANTE (O). Sabará, 19 JAN. 1833.

6:400\$000 (seis contos e quatrocentos mil réis).⁴⁷³ Apesar de constar na listagem de Carvalho uma variedade de peças, inclusive três prelos e uma máquina de fundir tipos, a diferença permanece notável. Embora seja considerável a variação de preços entre o material comprado por Florence em 1836 e aqueles negociados por Soares do Couto e Dias de Carvalho, respectivamente em 1832 e 1835, não temos condições de determinar precisamente os motivos dessa diferença. Talvez apenas se tratasse de modelos distintos. Todavia, não podemos deixar de especular sobre as relações que Hercule Florence teria estabelecido com o ambiente tipográfico carioca em sua breve estada na Corte, o que lhe facultaria facilidades para a obtenção de material tipográfico, justificando o valor relativamente baixo.

As associações políticas, como a Pacificadora de Sabará, lançaram mão da imprensa para ampliar sua atuação na sociedade, divulgando suas atividades, principalmente as ações de cariz ilustrado. Assim, no mesmo ano em que se estabelecia a Tipografia da Sociedade Pacificadora em Sabará, Caetano Antonio de Moraes, como secretário de “uma Sociedade de vários cidadãos”, informava à Câmara municipal de São Paulo que estava “estabelecida uma Typographia n`esta Cidade na rua da Esperança casa N. 9, a qual pertence à dita Sociedade e tem a denominação de Typographia Patriótica”.⁴⁷⁴ Nesse estabelecimento foi impressa a segunda fase do *Observador Constitucional*, folha fundada e redigida por Giovanni Baptista Líbero Badaró, jornalista italiano assassinado de 1830.⁴⁷⁵

Os poderes públicos, a exemplo das sociedades patrióticas, passaram a utilizar a imprensa, primeiramente, para a divulgação dos atos oficiais e, depois, como instrumento para a salvaguarda dos interesses governamentais. A Câmara Municipal de Ouro Preto, após 1823, substituiu gradativamente a produção de editais manuscritos, passando a imprimir suas determinações. Mais da metade dos editais arrolados na documentação da Câmara da capital mineira foi impressa pela Tipografia do Universal, que se encontrava apta a produzir diversos

⁴⁷³ APM – Presidência da Província. PP ¹ 54 Cx. 03 Doc. 13. “Inventário da Tipografia do Universal”. Ouro Preto, 13 DEZ. 1835.

⁴⁷⁴ AHMWL. Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Códice 0144, f. 2.

⁴⁷⁵ Giovanni Baptista Líbero Badaró (1798-1830) foi jornalista de origem italiana de atuação relevante no Primeiro Reinado. Foi assassinado em 20 de novembro de 1830. Sua morte aumentou a insegurança com relação à política considerada absolutista de D. Pedro I, complicando o clima político da época. (Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 118.).

tipos de impressos, como cartas, proclamações, editais, folhinhas e opúsculos.⁴⁷⁶ Do mesmo modo a Câmara Municipal de São Paulo, que remeteu à Tipografia do Governo “cópias das Actas das Sessões, e as Contas ultimamente aprovadas” para publicação na Folha Oficial, conforme discutido e aprovado em sessão de 19 de agosto de 1835.⁴⁷⁷ Esses trabalhos, bem como a produção de pequenos impressos, respondiam por parcela considerável dos afazeres no interior das oficinas, que complementavam a renda com a impressão de livros, jornais e folhetos.

A Tipografia do Governo de que tratavam os camaristas da capital paulista adveio da antiga oficina do Farol Paulistano, comprada pelo governo provincial em 9 de março de 1835. Além do prelo, a Presidência da Província também providenciou um “hábil compositor que se mandou contratar na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro”.⁴⁷⁸ Essa oficina, que principiava seus trabalhos sob a administração de Emydio Antonio da Silva, publicava *O Paulista Official*, folha responsável pela divulgação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo da Província de São Paulo.⁴⁷⁹ Com isso, os atos do governo ganhariam publicidade, condição indispensável no sistema representativo idealizado pelos liberais, indicando-nos a importância da nascente “opinião pública” para o jogo político da Província de São Paulo. Entretanto, a Tipografia Provincial funcionava no sistema de arrendamento, figurando como arrendatários Manoel Francisco da Costa Silveira e Francisco José da Silva Sobral, principais proprietários de tipografias na capital paulista nos anos finais das Regências. O primeiro era um conhecido empreendedor quando instalou uma “Officina Typographica” na Rua São Gonçalo. Por volta de 1842, quando já havia deixado de arrendar a Tipografia do Governo, Costa Silveira transferiu seu estabelecimento para a “Travessa que vae da Rua da Esperança para a do Quartel em uma casa de sobrado, que não tem ainda numeração”.⁴⁸⁰

Conforme o relatório da Presidência da Província do ano de 1838, a Tipografia do Governo “preciza[va] de maior quantidade de typos, e reforma de prelos, porque estes se

⁴⁷⁶ APM – Presidência da Província. CMOP², cx. 01. Editais da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1823.

⁴⁷⁷ SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (1835). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935, p. 120.

⁴⁷⁸ Relatório do Presidente de Província (1837) citado por NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*, p. 45.

⁴⁷⁹ SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (1835), p. 69.

⁴⁸⁰ AHMWL – Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Códice 0144, f. 2v.

ach[av]ão deteriorados, e aquelles não cheg[av]ão para a impressão de obras volumosas, e aceiadas”.⁴⁸¹ Com isso, percebe-se que o maquinário estava desgastado, indicando a escassez de investimentos públicos na repartição. Em 1840, o governo provincial lembrava que “o arrendamento da Typographia, e contracto para impressão de certas peças officiaes” estava para findar “em dias de abril de 1841”. Ponderava, porém, que “da typographia, e dos contractos subsistentes, podereis dal-as n’esta sessão, tanto mais que duvido muito que o Impressor queira continuar com as mesmas condições depois de findo o termo”.⁴⁸² Naquele ano, a Tipografia Provincial registrou uma receita de 160\$000rs ao governo, proveniente do arrendamento a particulares. Contudo, os gastos com a publicação dos atos oficiais eram superiores ao montante recebido do arrendatário.

O outro arrendatário, Francisco José da Silva Sobral, havia se associado ao primeiro administrador da Tipografia do Governo, Emydio Antonio da Silva, para estabelecer uma oficina tipográfica na “rua Nova de Sam José, Casa N. 41”, no ano de 1838.⁴⁸³ No ano seguinte, Emydio declarava à Câmara Municipal que a referida oficina ficava sob a responsabilidade exclusiva de Sobral.⁴⁸⁴ Em julho de 1842, o citado Sobral declarava “ter mudado sua Typographia para o Palácio do Governo”, substituindo a Costa Silveira.⁴⁸⁵ Naquele momento, efervescente para a Província de São Paulo, a nova “Typografia do Governo arrendada por Silva Sobral” exerceu papel importante, publicando *O Governista*. Mesmo que a manutenção de uma tipografia representasse “prejuízos” financeiros para o governo, fazia-se necessária a ação do estabelecimento conforme as intenções da Presidência da Província. No cenário de lutas discursivas, onde a tribuna era complementada pela imprensa, os periódicos representariam a preservação dos grupos em disputa, atuando sobre uma “opinião pública” em construção. Assim, a tipografia do governo foi fundamental no desenrolar das Regências e, sobretudo, nos movimentos políticos de 1842, como baluarte da legalidade. Contudo, ao passo que a Tipografia do Governo divulgava a intervenção imperial

⁴⁸¹ SÃO PAULO. Discurso de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto. 7 JAN. 1838. São Paulo: s.e., 1838, p.10. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.

⁴⁸² SÃO PAULO. Discurso de Manoel Machado Nunes. 7 JAN. 1840. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1840, p. 13. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.

⁴⁸³ AHMWL – Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Códice 0144, f. 2v.

⁴⁸⁴ SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (1839), p. 143.

⁴⁸⁵ AHMWL – Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Códice 0144, f. 2v.

sobre a insurreição, Hercules Florence enterrava sua tipografia. Esse fato é sintomático do jogo político do período, pois, enquanto a autoridade era imposta pelos batalhões imperiais, as visões de mundo de uma facção eram soterradas em nome da ordem.

Por sua vez, o governo mineiro somente obteve sua tipografia provincial em 1856, como determina a Lei Mineira n. 791, de 20 de junho do mesmo ano.⁴⁸⁶ Segundo Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província entre 1856 e 1857 e antigo redator do *Novo Argos*, a instalação de uma tipografia do governo vinha a solucionar problemas de ordem prática, “pois não se pod[ia] esperar que a competencia de diversas Empresas particulares de em resultado a baratesa das impressões”, representando uma “reducção da consideravel despeza” que se fazia com a publicação do expediente.⁴⁸⁷ Em relatório do ano posterior, Pena afirmava que se a Folha Oficial “desempenar, como é de crer, o programa contido no referido Regulamento, conservando-se inteiramente alheia à polemica dos partidos”, os leitores “só terão motivos para apreciar a continuação da sua existência”.⁴⁸⁸ A preocupação de Pena em se afastar da contenda política estava em concordância com o interesse de D. Pedro II, apresentado nos seus *Conselhos à Regente*, para o qual a escolha dos presidentes de província deveria priorizar nomes desvinculados das questões políticas e eleitorais. Contudo, como conhecedor das artimanhas da imprensa, Herculano Ferreira Pena sabia que uma Folha Oficial “apolítica” era uma quimera, assim como era irreal a existência de uma administração desligada do político na gestão da Presidência da Província.⁴⁸⁹ O artifício retórico presente no relatório mostra a imparcialidade como um suposto valor, utilizando-a para cobrir a ação da imprensa,

⁴⁸⁶ MINAS GERAIS. Lei n. 791 de 20 de junho de 1856. Sobre a Tipografia Provincial, ver os documentos: APM – Seção Provincial. SP 642 “Registro de ofícios da Presidência ao Inspetor da Tipografia Provincial” (1856-1862); APM – Seção Provincial. SP 897 “Originais de ofícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre eclesiásticos, hospitais, estatísticas, catequese, assembléia e tipografia” (1861).

⁴⁸⁷ MINAS GERAIS. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1856, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856, p. 22. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.

⁴⁸⁸ MINAS GERAIS. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1857, p. 66. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.

⁴⁸⁹ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. “Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado)” In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 447.

contrastando com o papel que desempenhou no Primeiro Reinado ao atuar de maneira intensa nos debates por meio do *Novo Argos*.

Porém, a publicação dos atos oficiais da Presidência da Província de Minas Gerais, no período regencial, estava claramente vinculada à luta política. Na capital provincial, o regressista *O Correio de Minas*, como órgão da “Sociedade Defensora do Trono e da Constituição”, criada em dezembro de 1837, combateu ferozmente os opositoristas liberais. Conforme o editorial de seu primeiro número, havia

um periódico intitulado o Universal que se encarregara de publicar os Offícios da administração provincial; mas tendo-se passado ultimamente para as fileiras da nova opposição ao regimen de 19 de Setembro [investidura de Pedro de Araújo Lima na Regência], não tivemos outra folha official que nos pusesse ao corrente dos actos administrativos, e os defendesse das censuras da opposição [...] Nestas conjecturas [o Correio de Minas] manifestou a S. Excia o Sr. Presidente toda sua adesão e respeito, asseverando-lhe que podia dispôr da Imprensa e do Periódico como lhe aprouvesse.⁴⁹⁰

O editor de *O Correio de Minas* apresenta a prática exercida pelos principais periódicos daquela época, também desempenhada pelo *O Universal* durante o período de hegemonia liberal-moderada: “publicar os Offícios da administração provincial”. No momento do Regresso, a Tipografia do Correio de Minas ficou responsável pela impressão de todos os atos do Executivo, inclusive serviços ordinários como a impressão de editais, circulares e mapas demonstrativos. Por esses serviços como esses, a Tipografia do Correio recebeu, em 1840, a quantia de 539\$540rs (quinhentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta réis).⁴⁹¹ Mais ainda, a folha “oficial” não seria somente o repositório dos atos do governo, pois representava sua defesa contra as “censuras da opposição”. Isso nos permite compreender outra característica da imprensa mineira, que se via sob a influência do governo provincial. Dessa forma, a imprensa representava tanto a ampliação do debate das tribunas como um espaço para a conservação do poder executivo.

O que fez com que pessoas como Manuel Sabino de Sampaio Lopes, Hercule Florence e Manuel José Barbosa despendessem tantos recursos e esforços para construir máquinas de impressão? Uma das respostas, já apontada pela historiografia, encontra-se na idéia de participação política e na ampliação da fala por meio dos impressos. Todavia, esses sujeitos poderiam ter lançado mão do manuscrito de maneira imediata, solucionando uma necessidade

⁴⁹⁰ CORREIO de Minas (O). Ouro Preto, 05 JAN. 1838.

⁴⁹¹ APM – Presidência da Província. PP³ 4 Caixa 01, Doc. 41, 03 MAR. 1840.

do momento, como fez o Mestrinho com seu *O Paulista*. Em vista disso, acreditamos que a impressão não era vista apenas como um meio de divulgação imediata de discursos. Para os homens que se aventuraram na fabricação de tipografias, os objetos impressos possuíam sentidos que superavam a simples publicação de opiniões. A fim de apresentar esses outros significados, devemos analisar os caracteres tipográficos enquanto forma inovadora no processo de leitura e cognição, bem como seu potencial como representação simbólica na luta política.⁴⁹²

O ato de imprimir conferia capital simbólico àquele que o efetivava, fortalecendo sua atuação no espaço político. Com efeito, imprimir tornava-se uma prática legitimadora, pelo menos aos olhos daqueles que enalteciam o surgimento dos jornais partidários da mesma causa, o que se explica pelo entusiasmo com que era noticiado o aparecimento de tipografias e periódicos no Império. Em contrapartida, o manuscrito, sobretudo quando surgia isolado na forma de pasquim, era paulatinamente visto como meio ilegítimo de comunicação da opinião, sendo sua figura relacionada à clandestinidade, à maledicência e à sedição. Como nos ensina Iara Lis Schiavinatto, “vingou, em médio prazo, uma hierarquia entre o impresso e o manuscrito, o que reputaria ao primeiro a capacidade de significar a verdade”.⁴⁹³ Nesse processo, a tipografia passava a ser adotada como um dos instrumentos “legítimos” para a participação no jogo político, complementando a ação formal exercida nas tribunas. Dessa forma, ao transportar o maquinário de imprensa, José da Costa Carvalho pretendia consolidar a atuação já empreendida na Assembléia Geral, o que lhe conferiu prestígio e autoridade, tornando-se um dos mais ativos representantes da elite paulista no cenário imperial. Porém, não bastava se fazer presente na arena impressa; importava saber como essa presença se concretizava.

⁴⁹² BRISOLARA, Daniela V.; FONTOURA, Antonio M. Contribuições e lacunas da psicologia cognitiva em pesquisas sobre design informacional textual. In: *Anais do 3º Congresso Internacional de Design da Informação*. Disponível em: <<http://www.design.ufpr.br/Pesquisa/Publicacoes/Artigos/arquivos/DVBrisolara.pdf>> Acesso em 10 MAR. 2011.

⁴⁹³ SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre os manuscritos e o impresso”. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 14.



Na história dos impressos, os “sentidos não são inerentes aos textos”, uma vez que estão sujeitos a diferentes momentos de transmissão e apropriação, como a redação, a composição tipográfica e a leitura propriamente dita.⁴⁹⁴ Nesta seção, priorizamos a questão da composição tipográfica como produtora de sentidos, lembrando que o estilo tipográfico também carrega as marcas da cultura de que faz parte.⁴⁹⁵ No entanto, a maior parte dos trabalhos que tratam das culturas políticas do Oitocentos, os quais privilegiam aspectos conceituais e linguísticos, não apresenta uma análise sobre o suporte enquanto componente fundamental para a própria linguagem política. Os estudos mais tradicionais limitam-se a informar as dificuldades técnicas, o local onde foram instaladas prensas e os nomes de redatores e patrocinadores, sem, no entanto, perceber a própria composição tipográfica como elemento capaz de produzir significado. Ao analisar os anúncios de espetáculos circenses publicados em jornais mineiros do século XIX, a professora Regina Horta Duarte supera a limitação que marca parte da historiografia, reconhecendo estratégias de composição não escritas contidas nos cartazes dos circos, os quais sensibilizavam os espectadores por meio de recursos que uniam a leitura e o olhar.⁴⁹⁶

A relação entre o olhar e o ler poderia acontecer nos periódicos do Primeiro Reinado e das Regências de maneira sutil, como quando as palavras eram invertidas e impressas de ponta-cabeça, indicando uma ironia por parte do redator ou do tipógrafo. *O Telegrapho*, a fim de ironizar o líder liberal Batista Caetano de Almeida, invertia a palavra “santo” [*santo*] para adjetivá-lo. O mesmo periódico inverteu o termo “pai da pátria” [*Pai da Pátria*] ao tratar de outra liderança liberal, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, então seu adversário político.⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, 2009, p. 559.

⁴⁹⁵ MCKENZIE, Donald F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 19.

⁴⁹⁶ DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*. Belo Horizonte: EINTHOVEN Científica, 2001, p. 13.

⁴⁹⁷ TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 01 MAR. 1831.

O Telegrapho nos mostra apenas um exemplo de composição tipográfica que possivelmente influenciaria os sentidos do texto no processo de leitura. Outros impressores também usaram de maneira inventiva os caracteres tipográficos, como apresentado por *O Pensador*, jornal satírico paulista que fazia oposição discreta à Igreja, tido por isso como “pornográfico” pelos seus coetâneos.⁴⁹⁸ Este periódico, ao satirizar certo Sr. Fradinho que se alimentava de caldos de galinha muito “magros” durante a Quaresma, utilizou a mesma estratégia tipográfica apresentada pelo jornal mineiro. Além de inverter o adjetivo “magros” [*sozdeu*], o impressor destacou o termo por meio de vinhetas pictóricas que representavam mãos com dedos indicadores apontando para a contraditória alimentação penitencial do religioso (FIGURAS 18 e 19). A inversão das palavras, prática partilhada por redatores coevos, exercia uma função similar ao caligrama: “compensar o alfabeto; repetir sem o recurso da retórica; prender as coisas na armadilha de uma dupla grafia”.⁴⁹⁹ Esse caligrama arcaico, criado seja pela ousadia do tipógrafo ou pela irreverência do redator, pretendia direcionar o processo de compreensão do objeto escrito, explicitando a ironia contida na frase. Neste sentido, o conteúdo irônico, presente tanto na idéia de Vasconcelos como “pai da pátria” como nos caldos “magros” do Sr. Fradinho, expressava-se não apenas na leitura da frase, mas também no olhar de quem observava o jornal.

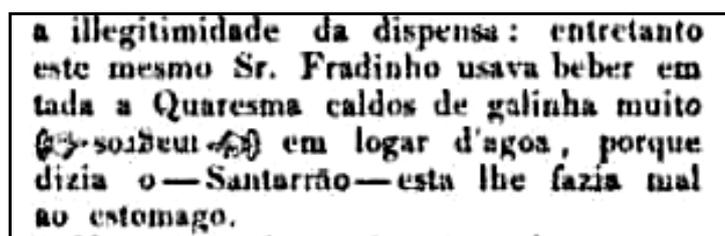


FIGURA 18 - Detalhe do Frontispício de *O Pensador* indicando a inversão do adjetivo “magros”.

⁴⁹⁸ Ao tratar da “tristeza” da imprensa paulista, Alcântara Machado teceu comentário interessante e igualmente irônico sobre *O Pensador*: “Não é preciso mais nada: o primeiro jornal pornográfico de S. Paulo sabem como é que se chamava? O ‘Nu Piratiningano’? Não. ‘S. Paulo em camisinha de meia’? Também não. ‘O gemido do Ipiranga’? Também não. Chamava-se ‘O Pensador’. Formidável. E muitíssimo significativo.” (MACHADO, Antonio de Alcântara. *Cavaquinho e saxophone*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940, p.169 citado por SANTOS, Délio Freire dos. “Introdução”. In: AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antonio Manoel Reis. *Cabrião: semanário humorístico*. Ed. fac-similar. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial, 2000, p. xxi.

⁴⁹⁹ FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 22-23 citado por DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*, p. 13.

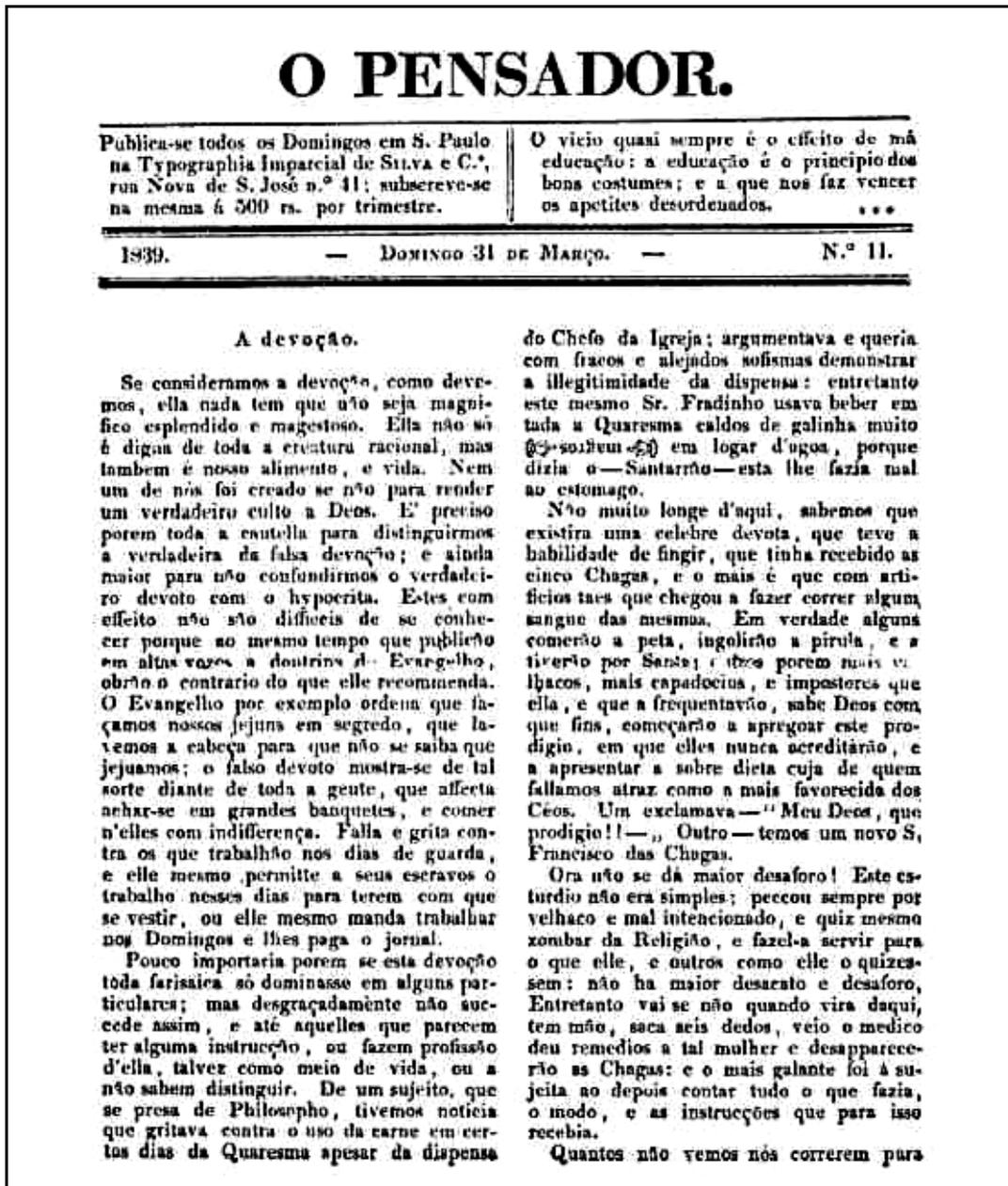


FIGURA 19 - Frontispício de *O Pensador*, de 31 de março de 1839. Retirado de: SANTOS, Délio Freire dos. “Introdução”. In: AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antonio Manoel Reis. *Cabrião: semanário humorístico*, p. xxiii.

A inversão apresentada no adjetivo “magros”, ao contrastar com a sobriedade do frontispício de *O Pensador*, nos permite afirmar que a presença desses “caligramas” ganha significado maior quando postos em evidência diante da diagramação do jornal. Aproveitamos esse exemplo para enfatizar que um traço pouco apontado pelos estudos acerca da imprensa oitocentista refere-se ao *layout* aplicado na composição dos objetos impressos. O historiador e perito tipógrafo inglês Stanley Morison (1889-1967), um dos criadores da fonte *Times New Roman*, chama a atenção para a diferença entre as diagramações do periódico e do

livro, tendo como base as transformações na imprensa inglesa ao final do século XVIII. Enquanto o livro tem seu *layout* concebido levando-se em consideração uma leitura atenta, exigindo uma composição consecutiva e homogênea, o jornal é diagramado tendo em vista que será lido sem atenção, o que determina uma composição heterogênea e descontínua. Morison, ao analisar os periódicos londrinos, afirma que “os parágrafos de notícias que relatam ocorrências do mais variado caráter exigem uma diagramação diferente da dos parágrafos consecutivos num livro, seja qual for o seu assunto”.⁵⁰⁰ A imprensa periódica do Brasil Imperial passou por mudanças ao longo do século que corroboram essas observações de Stanley Morison. Entretanto, longe de aparentar uma imprensa “inglesa”, os jornais mineiros e paulistas, publicados no marco que nos ocupamos, ainda apresentavam um formato influenciado pelo livro, tanto na paginação quanto na organização seqüencial das edições.

A clareza do impresso reproduzido acima (**FIG. 19**) em nada se assemelha aos jornais britânicos do mesmo período, que já se destacavam pela impressão em grandes fólhos, com suas colunas estreitas ocupadas por uma profusão de vinhetas pictóricas. Contudo, os contemporâneos conheciam a especificidade das folhas inglesas, como o *Morning Chronicle*, citado por Bernardo Pereira de Vasconcelos na Assembléia Geral, em 1826, e encontrado na Biblioteca Pública de São João del-Rei, em 1828, pelo reverendo britânico Robert Walsh.⁵⁰¹ Deste modo, acreditamos que o formato utilizado pelos jornalistas brasileiros, que se assemelhava aos livros, não pode ser tomado nos termos de uma “estagnação” tipográfica; mas como um recurso que os mesmos empregaram para se “esclarecer” o texto. Essa diagramação “esclarecida” pode ser visualizada no espaçamento entre linhas e no tamanho da fonte, sugerindo uma tentativa de se orientar o leitor para uma apropriação “correta” do conteúdo impresso, o que aproximava o resultado do trabalho de editor/impressor à metáfora da “taça de cristal” de que falava a tipógrafa e historiadora norte-americana Beatrice Warde (1900-1969).

⁵⁰⁰ MORISON, Stanley. *The English Newspaper: an account of the physical development of journals printed in London (1622-1932)*. Ed. Fac-similar (1ª Ed. 1932). Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 185.

⁵⁰¹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed 34, 1999, p. 157; WALSH, Robert. *Notices of Brazil*, v. II, p. 142.

Em conferência apresentada em 1955, Warde utilizou uma metáfora para explicar a função da tipografia moderna. Para ela, a tipografia eficiente, ou seja, aquela que consegue transmitir a informação sem distorções, pode ser comparada a uma fina e transparente taça de cristal. A autora inicia sua comparação ao apresentar duas taças, uma dourada e outra transparente, propondo a seguinte questão: “Qual taça escolheria o conhecedor e degustador de vinho?” Obviamente a transparente, responde a tipógrafa, pois possibilita apreciar todas as qualidades da bebida. Assim, o editor deveria fazer a mesma escolha, optando pela transparência e legibilidade ao suprimir os adornos supérfluos e os caracteres que dificultariam a leitura. Conclui Warde que a transparência é fundamental para a compreensão do texto, por isso propõe um formato tipográfico “invisível”, isto é, uma impressão que não distraia a atenção do leitor a fim de “esclarecer” o conteúdo escrito.⁵⁰² Essa também parecia ser a preocupação que tomava a mente dos periodiqueiros mineiros e paulistas quando lançaram mão de um *layout* limpo, contínuo e monótono.

Vinhetas, motivos ornamentais e imagens também compunham, de maneira sutil e delicada, o *layout* dos impressos. Embora a maior parte dos impressos apresentasse uma face sisuda, alguns periódicos ornamentaram suas frentes com figuras. *O Astro de Minas* (FIG. 20) e a *Sentinella do Serro* (FIG. 21) são os únicos periódicos mineiros identificados que ilustraram seus cabeçalhos com imagens que evocavam seus interesses, objetivos e ideais. O primeiro mostra a figura de um sol brilhante com uma face, assemelhando-se ao Sol de Maio do pavilhão argentino, numa evidente alusão ao esclarecimento. Isto pode ser compreendido a partir do papel desempenhado por seu criador, Baptista Caetano de Almeida, que realizou diversos empreendimentos de cunho ilustrado na Vila de São João del-Rei, como a manutenção de aulas e a fundação da Biblioteca Pública local. Assim, a imagem no frontispício de *O Astro de Minas* não funcionava como mero adorno, mas personificava as luzes e sua importância no projeto liberal de que seu criador fazia parte.

⁵⁰² WARDE, Beatrice. *The Crystal Goblet, or Printing Shold Be Invisible* (1955). Disponível em: <<http://gmunch.home.pipeline.com/typo-L/misc/ward.htm>> Acesso em: 10 MAR. 2010.



FIGURA 20 - Frontispício do *Astro de Minas* de 29 de janeiro de 1829.



FIGURA 21 - Frontispício da *Sentinella do Serro* de 12 de outubro de 1831. Retirado de: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição commemorativa do primeiro centenário da imprensa periódica no Brasil, parte I, p. 65, 1908.

Teófilo Benedito Otoni ainda cursava a academia da marinha no Rio de Janeiro quando se envolveu com a vida política nacional. Por aquele tempo, era secretário da associação secreta Clube dos Amigos Unidos, cuja presidência honorária era ocupada pelo redator da célebre *Sentinella da Liberdade*, o médico baiano Cipriano Barata de Almeida. A ligação entre os dois expressava-se para além do título dos periódicos que redigiam, com o mineiro aproximando-se do republicanismo do farroupilho Barata, mesmo que com uma “democracia da gravata lavada”.⁵⁰³ A imagem do soldado “alerta” somava-se à epígrafe,

⁵⁰³ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*, p. 17.

sugerindo que a resistência à opressão era um direito garantido pelo cidadão em armas, tal como o fizera Otoni pouco antes da Abdicação.

O formato tipográfico empregado nos periódicos publicados no século XIX, pouco a pouco, assumiu a heterogeneidade de que tratava Stanley Morison. Porém, isso somente se concretizaria na segunda metade da centúria, quando o método de preparo da pasta mecânica de celulose, desenvolvida em 1840, disseminou-se, diminuindo os custos da impressão em maiores dimensões. Ainda assim não podemos desprezar as diferenças técnicas entre as imprensas européia e brasileira, pois a aquisição de papel no Brasil, principalmente nas províncias do interior, era bastante dispendiosa. Conforme Laurence Hallewell, naquele tempo usava-se, preferencialmente, material importado, embora existissem fábricas de papel de trapos no Rio de Janeiro desde o período joanino.⁵⁰⁴ Portanto, produzir um jornal em grande formato representava uma despesa que os proprietários das tipografias não estavam dispostos a arcar, a não ser em casos especiais, como os impressos que criticavam o redator de *O Universal*, cujo surgimento foi noticiado pelo periódico: “acaba de sahir à luz hum novo *in folio* (AO PUBLICO) feito pelo Reverendo Francisco José Pereira de Carvalho, Vigario de Ouro Preto, em que desenvolve mil impropérios contra do Redactor do Universal”.⁵⁰⁵

Solucionado o problema da aquisição de papel, imprimiam-se os periódicos em folhas no formato in-quarto (11,5 x 9 in.), com quatro páginas preenchidas por uma mancha gráfica afastada cerca de dois centímetros da borda do papel, deixando-se um considerável espaço em branco. Deixar este espaço “vazio”, longe de ser visto como um desperdício, representava uma estratégia para tornar mais agradável a leitura e evitar intervenções no texto provenientes do manuseio descuidado, como mãos sujas e anotações de leitores.⁵⁰⁶ Além do mais, este espaço possibilita a prática da marginália, procedimento que compreendia as anotações e comentários feitos pelos leitores nas margens dos impressos, principalmente livros, revelando informações sobre o processo de recepção da obra. Ponderamos que, a partir do século XX,

⁵⁰⁴ Segundo Hallewell, frei José Mariano da Conceição Veloso, o mesmo da oficina do Arco do Cego, empreendeu a construção de uma fábrica de papel em Andaraí Pequeno, em 1808, visando atender à Impressão Régia recém instalada. Cf.: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. Trad.: Maria da Penha Vilalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2005, p. 204.

⁵⁰⁵ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 21 JUN. 1826. itálicos e maiúsculas no original.

⁵⁰⁶ WARDE, Beatrice. *The Crystal Goblet, or Printing Shold Be Invisible* (1955).

marginar passou a ser visto como sinal de mau uso do livro, sendo os grafômanos tidos como verdadeiros criminosos, principalmente se realizassem sua ação em bibliotecas públicas.⁵⁰⁷ Todavia, mesmo que representasse certo “descuido”, era usual o proprietário do impresso “dialogar” com os autores através das margens do papel. Em vista disso, afirmamos, junto com Roger Chartier, que pesquisar estes vestígios “representa um dos caminhos que permitem encontros com os leitores” do passado.⁵⁰⁸

Mas encontrar marcas da marginália realizada em impressos brasileiros do século XIX é tarefa difícil, tornando esses objetos verdadeiros tesouros quando descobertos nos acervos documentais. Tais achados nos apresentam os passos da leitura e da recepção do impresso, como o *Extracto de Huma Carta* publicado durante a Revolução Liberal de 1842. Este documento, já apresentado neste capítulo (**FIG. 13**), nos oferece um modelo do que poderia ocorrer aos impressos no desenrolar de uma guerra, com as margens invadidas pela pena dos leitores adversários. Como afirmamos anteriormente, este exemplo nos mostra como o discurso foi respondido por um leitor, que nos legou pistas do processo de apropriação por meio de suas notas manuscritas. Entretanto, distanciando-se da marginália introspectiva e solitária de que falava o romancista e editor norte-americano Edgar Allan Poe (1809-1849),⁵⁰⁹ aquelas respostas não ficariam limitadas ao próprio comentarista. Isto pode ser deduzido pelo próprio envio do documento a uma instituição pública, o arquivo da Secretaria de Governo da Província de Minas Gerais, ao que anotara o arquivista no verso da folha: “Já chegou-me com as notas nessa”.⁵¹⁰

No acervo de Obras Raras e Patrimoniais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, encontramos alguns rastros da leitura gravados nas margens de alguns livros. A obra *Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a Tentativa Theologia do padre Antonio de Figueiredo*, publicada em 1832, foi intensamente marginada por um

⁵⁰⁷ FRIEIRO, Eduardo. *Os livros nossos amigos*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 105.

⁵⁰⁸ CHARTIER, Roger. Diálogos Midiológicos 11: Da história da cultura impressa à história cultural do impresso. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Vol. XXVIII, n. 1, jan./jun. 2005, p. 88. Para uma abordagem contemporânea acerca da marginália, ver: JACKSON, H. J. *Marginalia: readers writing in books*. New Heaven: Yale University Press, 2001.

⁵⁰⁹ POE, Edgar Allan. “Marginália”. In: *The works of Edgar Allan Poe*. v. III. Nova York: W. J. Widdleton, 1849, p. 484.

⁵¹⁰ APM – Presidência da Província. PP¹₁₇ Cx. 02 doc. 22. *Extracto de Huma Carta* [proclamação]. Barbacena, 1842, verso.

incógnito leitor que apontou, em várias páginas, “os objectos mais interessantes para o [seu] caso” (FIG. 22).⁵¹¹

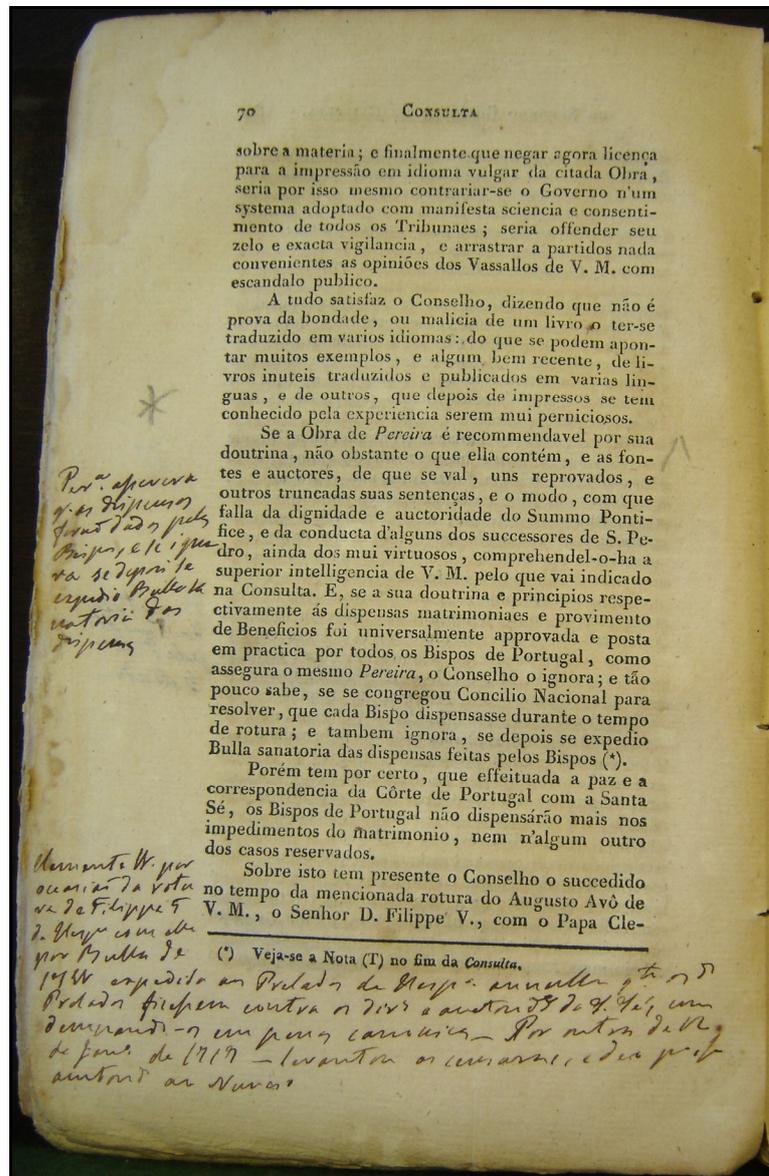


FIGURA 22 - Reprodução de página com anotações na obra *Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a tentativa theologica*, p. 70. Volume pertencente ao acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Luiz de Bessa.

Outros livros são mais explícitos com relação aos rastros daqueles que os leram. Exemplo disso é um volume das *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França* que pertenceu a um dos implicados da Sedição Militar de 1833, o tenente coronel Pedro Muzzi de Barros. Sabemos do trajeto desse volume, que passou de mão em mão em Ouro Preto no princípio do século XIX, por meio do registro deixado pelos próprios leitores,

⁵¹¹ S.A. *Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a tentativa theologica*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1832, anotações manuscritas ao final do volume. Acervo de Obras Raras e Patrimoniais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

onde pessoas como o Capitão Nicolau Soares do Couto declararam que “tinham lido” no verso do próprio exemplar (FIG. 23).

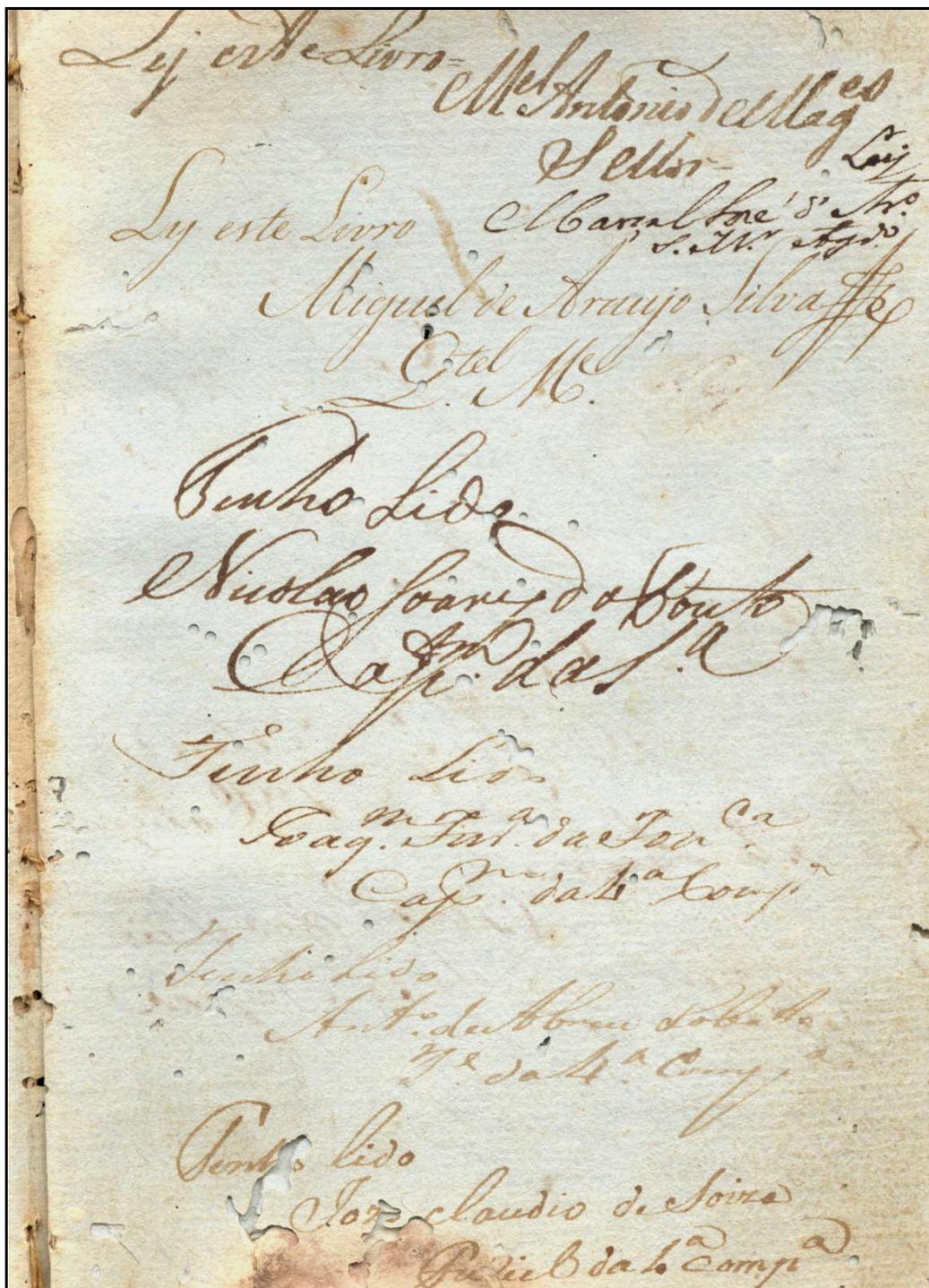


FIGURA 23 - Assinaturas na última folha da obra: HARPER, Roberto Goodloe. *Reflexões sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*. Londres: s.n., 1798. Volume pertencente ao acervo de Obras Raras do Arquivo Público Mineiro.

No entanto, essa prática do empréstimo continha riscos. Por isso, temendo furtos ou desvios, os donos escreviam nos livros seus nomes ou a biblioteca que pertenciam os

volumes, como o fizera Pedro Muzzi de Barros para assinalar sua posse sobre as referidas *Reflexoens*:

Este livro he meu
Pedro de Barros
Este livro he de Pedro Muzzi de Barros
quem achar entregue a seu dono que pagara
o achado. Imperial Cidade de Ouro Preto
em 12 de Março
de 1825.⁵¹²

Cabe ressaltar que não há estudos específicos sobre a marginália escrita em periódicos. A historiadora H. J. Jackson, num estudo que abarcava um período dilatado de tempo (1700 a 2000), chegou mesmo a propor que “as pessoas não fazem anotações em jornais”.⁵¹³ Ela justificava essa afirmativa com o argumento de que o caráter efêmero dos periódicos desestimularia a escrita marginal, pois o leitor não teria interesse em fazer comentários num material que seria descartado brevemente. Porém, Jackson certamente não levou em consideração o caráter diverso dos jornais no século XIX, pois os mesmos não eram simples objetos de leitura e descarte. Isso decorre de uma relação mais perene com o impresso, o qual era tomado como um objeto de consulta e rememoração. Assim, no número 131, um correspondente de *O Farol Paulistano* declarava que se lembrava “de tornar a ler os N.os 15 e 16 de sua folha” para retomar um “artigo excellente acerca de eleições”.⁵¹⁴

Leitores como o escritor e jornalista Lima Barreto (1881-1922), que publicou um “ajustamento da marginália” que escreveu nas margens de diários fluminenses, poderiam se apropriar das páginas dos jornais e tecer suas impressões sobre os mais variados assuntos.⁵¹⁵ Por vezes, os comentários poderiam ser sutis, mas não menos significativos. Numa margem de *O Universal*, um leitor desconhecido deixou sua impressão acerca da representação em que a Câmara de Barbacena reivindicava, junto à Assembléia Geral, a continuidade do tráfico

⁵¹² HARPER, Roberto Goodloe. *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*. Londres: s.n., 1798, folha de rosto.

Para as informações sobre Pedro Muzzi de Barros na Sedição de 1833, ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro*, p. 105.

⁵¹³ JACKSON, H. J. *Marginália: readers writing in books*, p. 14.

⁵¹⁴ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 19 JUL. 1828.

⁵¹⁵ BARRETO, Lima. *Marginália: artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

intercontinental de escravos, escrevendo a famosa sentença de Cícero: “Oh tempora! Oh mores!” (FIG. 24).⁵¹⁶

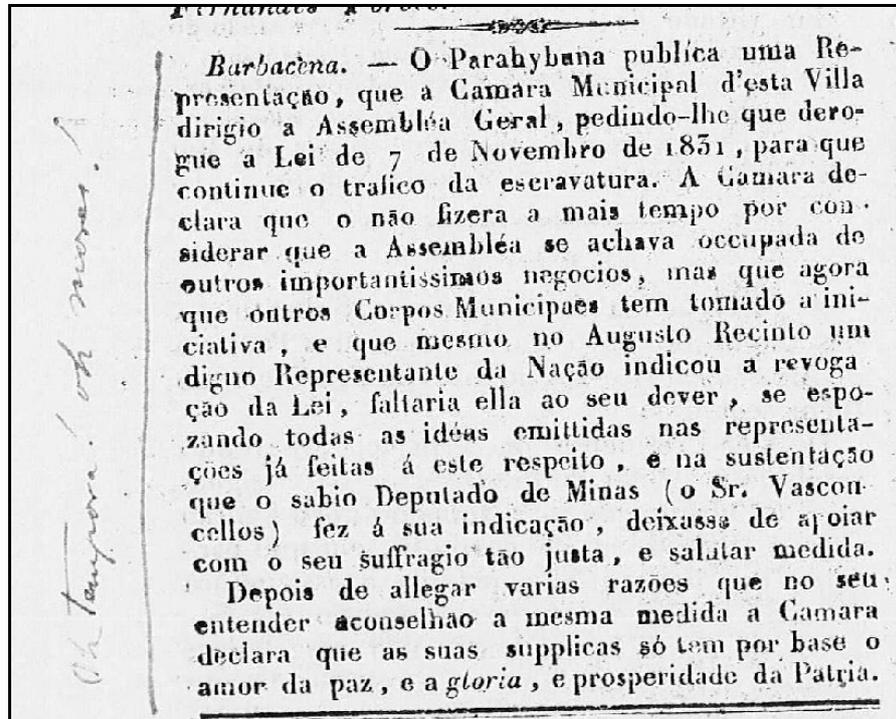


FIGURA 24 – Detalhe de *O Universal* (05 AGO. 1836) onde se vê anotação manuscrita à margem.

O caráter perene das folhas oitocentistas pode ser identificado a partir da numeração seqüencial das páginas, que continuava a cada nova edição, sugerindo que as folhas periódicas eram publicadas em forma de fascículos. Estes poderiam ser arrolados em coletâneas que, posteriormente, seriam vendidas, como a coleção do periódico “caramuru” *O Mineiro*, que um correspondente liberal afirmava ter sido enviada para a freguesia de Caldas, em 1833.⁵¹⁷ Além disso, não são raros os casos em que leitores evocam números antigos para argumentar em correspondências, indicando que o uso não era tão efêmero como acreditava H. J. Jackson.

Se a marginália era uma prática tão difundida como dizem os especialistas, então não seria exagero afirmar que os autores e editores a esperavam. Os editores também reconheciam que a largura das colunas, o espaçamento entre linhas, o número médio de caracteres por linha, além do tamanho e do formato dos caracteres, interferiam no processo de leitura e interpretação do conteúdo escrito. Essas características macro-tipográficas influenciariam a

⁵¹⁶ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 05 AGO. 1836 (exemplar da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand). Tradução do manuscrito: “Ó tempos! Ó costumes!”

⁵¹⁷ RECOPIADOR *Mineiro* (O). Campanha, 11 JAN. 1834.

legibilidade do texto, facilitando ou dificultado sua apreensão pelo leitor. Os tipógrafos do século XIX, apesar de não terem conhecimento formal acerca dos efeitos do *layout* sobre o pretenso público leitor, tinham noção de que uma composição clara possibilitava uma transmissão mais eficiente do conteúdo que produziam. Assim sendo, retomando as investigações de Donald McKenzie, acreditamos que os elementos não-verbais das notações tipográficas exercem uma função expressiva na transmissão de sentidos, conceitos e idéias.⁵¹⁸

O modo como apareceriam os caracteres tipográficos também era percebido pelos leitores, que retiravam significados da renovação do impresso. Neste sentido, um correspondente de *O Novo Argos* exclamava que “muito tristes estão os Telegraficos com o aparecimento do Universal de 3 de Maio com novos typos!.., como é possível, dizem elles, que esta folha não só continue, mas até renasça, ou para melhor dizer remoce?”⁵¹⁹

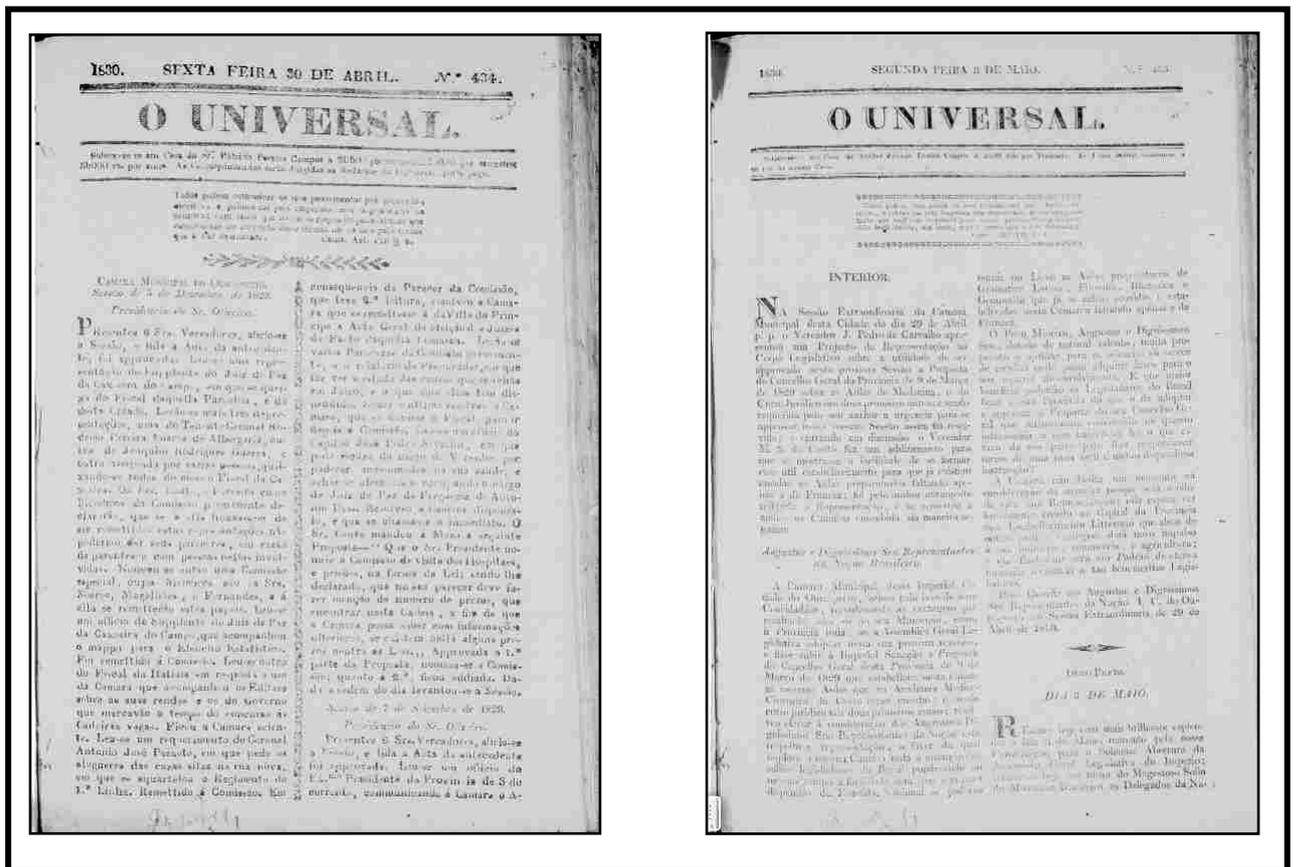


FIGURA 25 - Comparação entre os layouts de *O Universal* de 30 de abril e 03 de maio de 1830, respectivamente edições 434 e 435.

⁵¹⁸ MCKENZIE, Donald F. *Bibliography and the sociology of texts*, p. 16.
⁵¹⁹ NOVO Argos (O). Ouro Preto, 15 MAIO 1830.

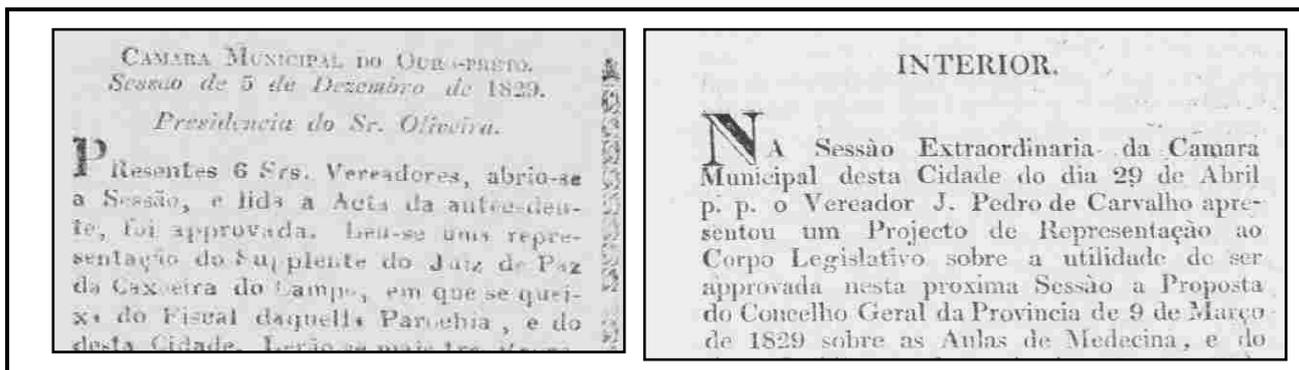


FIGURA 26 - Comparação entre os caracteres de *O Universal* de 30 de abril e de 03 de maio de 1830.

Certamente, a renovação feita com os caracteres foi notada por outros leitores de *O Universal*, os quais poderiam comparar a nitidez da edição publicada a 3 de maio de 1830 com os números anteriores da folha (FIG. 26). Se olharmos de maneira apressada para as edições 434 e 435 (FIG. 25), teríamos a impressão de que pouca coisa mudou na paginação do periódico. No entanto, observando-se mais detidamente as edições expostas, nota-se como o editor deu um tom mais claro e nítido ao jornal. A principal diferença entre a edição nova e as versões anteriores estava no divisor de colunas, que tornava a página um pouco mais carregada nos números antigos. Além disso, os tipos grosseiros utilizados nas edições anteriores, provavelmente herdeiros da fundição da época da *Abelha do Itacolomi*, apresentavam desgaste, tornando a impressão menos nítida. A transformação proporcionada pelos novos tipos era evidente, permitindo perceber detalhes sutis, como o serifado da fonte.

A aplicação de determinado *layout* está relacionada aos objetivos que os editores tinham com os textos que publicavam. Para os redatores das primeiras décadas do Império, tratava-se de doutrinar o público leitor, orientando-o para os sentidos “legítimos” do escrito. Não se pretendia noticiar, mas doutrinar os leitores nos preceitos liberais. A fim de assegurar essa finalidade, a paginação deveria ser sóbria e limpa, como afirmamos anteriormente. Talvez por isso os jornais tenham a aparência triste que tanto incomodava o historiador paulista Alcântara Machado (1901-1935).⁵²⁰ Logo, levamos mais adiante a noção de que “o documento não é inócuo”,⁵²¹ já que a intencionalidade incide até mesmo sobre os elementos

⁵²⁰ MACHADO, Antonio de Alcântara. *Cavaquinho e saxophone*, p. 60.

⁵²¹ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e memória*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 537.

não verbais que concebiam uma roupagem, no limite, enganadora do próprio texto, mesmo que de maneira “invisível”, como pretendia Beatrice Warde.

Doutrinava-se recorrendo “aos Publicistas de maior renome e aos Litteratos mais abalisados, antigos e modernos, assim nacionaes como estrangeiros”.⁵²² A recopilação desses tipos de escrito foi traço comum das folhas da primeira metade do século XIX. *O Amigo das Letras*, hebdomadário paulistano voltado para conteúdo beletrista, reproduzia trechos e até capítulos inteiros de obras de pensadores como Raynal, Madame de Staël e Montesquieu. Contudo, parte vultosa dos escritos não foi publicada de maneira integral, como as considerações de Benjamin Constant sobre a “liberdade individual” transcritas continuamente do segundo ao quinto número do semanário.⁵²³ A estratégia editorial de dividir textos extensos, fragmentando-os em diversas edições, pretendia excitar o leitor a adquirir os números seguintes dos jornais, na esperança de complementar o artigo de interesse. No entanto, além de apontar para um caráter contínuo das folhas periódicas, refutando a concepção que as visualiza apenas como objetos efêmeros, essa prática pode ser compreendida nos termos de uma fragmentação dos discursos. Dessa forma, continuidade e fragmentação eram articuladas no projeto editorial dos periódicos daquele período, o que pode ser compreendido atentando-se para os textos, cuidadosamente escolhidos e ordenados, que continuavam a cada nova edição.⁵²⁴

Não podemos nos esquecer do papel dos leitores, os quais reorganizam o conteúdo ao selecionar os escritos e, posteriormente, reunificar a miscelânea discursiva impressa, dando sentido original ao texto. De fato, o leitor peregrina por um sistema imposto pelos autores e editores, mas não a realiza de maneira passiva, uma vez que ele cria significados distintos para o conteúdo escrito.⁵²⁵ Em vista disso, a questão da totalidade e da fragmentação apresenta duas faces com relação aos periódicos: a primeira é concebida pelo redator/editor, que seleciona, recorta, edita e publica os discursos que considera favoráveis à causa que

⁵²² AMIGO das Letras (O). São Paulo, 04 ABR. 1830.

⁵²³ AMIGO das Letras (O). São Paulo, 18 ABR. 1830; 25 ABR. 1830; 02 MAIO 1830; 09 MAIO 1830.

⁵²⁴ BOTREL, Jean-François. La construcción de una nueva cultura del libro e del impreso en el siglo XIX. Disponível em: < http://bib.cervantesvirtual.com/bib_autor/botrel/ > Acesso em 10 JUL. 2010.

⁵²⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 264.

defende; outra na ação do leitor, que refaz as operações dos editores ao agregar os fragmentos dispersos e propor uma nova unidade, reconstruindo o impresso em sua mente.⁵²⁶

Conforme Jean-François Botrel, a forma do escrito influencia os sentidos no momento de apreensão do conteúdo por parte do leitor. Assim, o texto fragmentado, publicado numa folha in-quarto e diagramado de maneira monótona, possibilitava entendimentos distintos do discurso político. Com isso, podemos inferir que a apropriação de um periódico ou folha avulsa diferenciava-se da compreensão que ocorria com um livro, pois a leitura realizada neste suporte “sempre percebia a totalidade da obra, identificada por sua própria materialidade”.⁵²⁷ No caso dos periódicos, mesmo que a paginação fosse semelhante aos livros, o caráter fragmentário sobrepunha-se. O leitor teria noção da totalidade se mantivesse um vínculo com as folhas periódicas, assinando-as ou comprando-as religiosamente nas boticas e tipografias. Entretanto, em meio a fragmentação dos escritos em fascículos e excertos, os liberais moderados conceberam um projeto totalizante numa verdadeira pedagogia impressa.⁵²⁸ Esse projeto liberal ampliava-se com a recopilação de textos, contribuindo para a circulação do discurso pelo território brasileiro. Assim, a imprensa foi fundamental para se construir uma idéia de unidade para o Império, atuando na formação de uma “opinião pública”, conforme argumentaremos no capítulo seguinte.

⁵²⁶ CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 69, 2010, p. 6-30.

⁵²⁷ CARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 30.

⁵²⁸ SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, DP&A Editora, 2006, p. 37-59.

Combates pela opinião pública

A guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto a noção de tempo deve ser levada em conta quanto à natureza da guerra, do mesmo modo que quanto à natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é de paz.⁵²⁹

No trecho acima, Thomas Hobbes, ao expor a natureza conflituosa do homem, afirma que a guerra não se resume ao combate em si, mas encontra-se vinculada à “disposição para tal”. Para o filósofo inglês, não haveria meio-termo entre a guerra e a paz.⁵³⁰ O “lapso de tempo” entre uma e outra, mesmo que a batalha não se concretize, designa um estado em que o que está em questão “não são as próprias forças mas a vontade”. Esta é dotada de um sistema de representações que disfarça a si própria e camufla as inquietudes dos sujeitos beligerantes através de um conjunto de práticas, saberes e discursos que, ao final, fundamentam uma dominação.⁵³¹ No fragmento citado, Hobbes trata claramente da vontade e da tensão que precede a luta, mas não da guerra propriamente dita. Isto está presente em outra obra, o *De Cive*, na qual o pensador inglês complementa a assertiva: “Pois o que é a guerra, senão aquele tempo em que a vontade de contestar o outro pela força está plenamente declarada, seja por palavras, seja por atos?”⁵³²

Este capítulo trata, precisamente, de guerras travadas por palavras e atos. Pretendemos apresentar um quadro das lutas que se desenrolaram *na e pela* imprensa periódica, tomando como mote a construção dos espaços para a própria ação política dos sujeitos históricos. Embora tenhamos em mente uma crítica à noção herdada da historiografia saquarema, que

⁵²⁹ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril, 1974, p. 79-80.

⁵³⁰ RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 55.

⁵³¹ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 106.

⁵³² HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 38.

imputava ao período regencial o caráter anárquico e conturbado, não pretendemos esvaziá-lo de sua dimensão belicosa, porque não visualizamos o conflito como algo puramente negativo. A imprensa foi arma e campo de batalha para os escritores públicos na luta política. Isso não se constitui como mera analogia. A belicosidade também está presente no vocabulário utilizado pelos redatores. Termos como “estratégia”, “trincheira” e “sentinela” evocam o sentido combativo da imprensa periódica nas primeiras décadas do Império do Brasil. A constância dessas palavras indica-nos que, para aqueles homens, a imprensa era, simultaneamente, espaço e instrumento estabelecidos para a relação de forças. Como momento efervescente, os anos entre o ocaso do Primeiro Reinado e as Revoluções Liberais no princípio do governo de D. Pedro II foram verdadeiro laboratório político-social, onde conceitos, idéias e vocábulos foram construídos, confiscados e recompostos numa verdadeira guerra pela imposição de uma direção.⁵³³ O envolvimento dos próprios prelos no combate simboliza, de maneira alegórica, a ligação entre imprensa e vida política, como se denota da legendária Tipografia do Universal, com seus tipos transformados em balas, e da prensa de Hercule Florence, enterrada ao final da Revolução de 1842.

Para compreendermos esse fenômeno devemos inverter, tal como Michel Foucault, o aforismo de Clausewitz, afirmando que “a política é a guerra continuada por outros meios”.⁵³⁴ Deste modo, a imprensa foi manifestação de uma relação de forças estabelecida no momento em que o campo político encontrou-se aberto para a ação dos sujeitos. Essa ocasião deu-se a partir de 1826, quando os cidadãos puderam participar da vida política formal, com a abertura da Assembléia Legislativa do Império. Vinculados ao início dos trabalhos legislativos, os periódicos foram instrumento e espaço para o enfrentamento político-doutrinário, reinserrindo a própria guerra na linguagem política. Além disso, as transformações nas relações de força podem ser tomadas como continuidades da própria guerra. Essa condição obriga o sujeito a tomar partido. Aliás, mesmo que os discursos criticassem o sectarismo e as divisões facciosas, a imprensa não se via como imparcial, pelo menos até o advento do Regresso. O que se

⁵³³ BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-119.

⁵³⁴ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, p. 22.

percebe nos periódicos é a tomada de posição por parte dos redatores, assumindo a escrita como um “exercício de poder”. Mesmo quando os redatores advogavam contra a idéia de partido, não o faziam com um sentido de neutralidade, mas como afirmação de uma verdade que se manifestava na posição que o autor assumia na luta. Antes de prosseguirmos com os combates travados nas páginas impressas, é necessário apresentar quais eram as principais armas da luta: os periódicos.

Iniciaremos este capítulo com uma apresentação das folhas periódicas que circularam em Minas Gerais e São Paulo. Estas se mostraram potentes nos embates conceituais travados entre os grupos em disputa, tecendo as concepções que embalaram os embates políticos em diversos locais do Império. Destacamos que, ao longo do século XIX, a atividade impressa desenvolveu-se ao passo que se organizavam os lugares dos debates políticos. Perceber este movimento dos espaços públicos, relacionando-os à imprensa periódica, torna-se tarefa árdua se não levarmos em conta os vínculos entre a imprensa e a vida política no Império do Brasil. Deste modo, é fundamental para o historiador que se ocupa do Oitocentos perceber a inserção do impresso na vida política, analisando a própria imprensa como um elemento ativo no processo histórico. Procuramos reconstituir os passos da relação entre o jornalismo e a vida política, apresentando um quadro acerca do desenvolvimento dos periódicos nas referidas províncias.

Em seguida, analisaremos como uma esfera pública de discussão política era operacionalizada nas províncias, acompanhando a trajetória dos impressos. Acreditamos que é possível apreender esse fenômeno ao observarmos os rastros da ação dos indivíduos que compuseram essa esfera de discussão. Desta forma, trataremos do modo como os redatores pretendiam atrair os potenciais leitores, pretensamente capazes de participar da vida política nacional, a partir da recomposição das redes de comunicação tecidas em torno dos produtos dos prelos, o que ampliou os debates e potencializou a ação dos próprios “escritores públicos”. Neste estudo, afastando-nos da discussão sobre a “(in)existência” da opinião pública,⁵³⁵ seguimos os argumentos de José Augusto dos Santos Alvez, para o qual “importa

⁵³⁵ BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe”. In: *Questões de sociologia*. Trad.: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003, p. 233-245.

colocar a interpelação problemática de quais são seus efeitos e conseqüências”.⁵³⁶ Cabe enfatizar que a profusão de jornais para o interstício analisado assinala o alargamento dos locais de discussão e, ao mesmo tempo, sugere a “idéia de que a circulação do impresso modificava as relações de poder”.⁵³⁷ Trata-se, por conseguinte, de lançar um olhar sobre a atuação dos grupos provinciais para além dos limites geográficos, percebendo a capacidade de negociação e organização dos atores políticos.

Finalmente, analisaremos a discussão em torno das idéias de “opinião pública”, evidenciando as concepções expostas pelos periódicos mineiros e paulistas. No processo de definição conceitual da “opinião pública”, os redatores viram-se diante de uma controversa noção de “liberdade de imprensa”. Esta seria o cerne de várias contendas, colocando em evidência questões como a regulação da imprensa e a própria idéia de liberdade. Para os escritores liberais, determinar os limites da ação da imprensa era quase uma quimera, uma vez que visualizavam o periodismo como um dos baluartes da limitação do poder do Estado. Por isso, a “opinião pública” constituía uma das preocupações constantes dos liberais daquele tempo, que a tomavam como um dos alicerces do sistema político que pretendiam implantar.⁵³⁸ Portanto, como conceito em construção, os grupos em disputa travaram batalha pela definição, uso e posse de uma entidade que seria utilizada como um artefato cuja função encontra-se circunscrita à luta política propriamente dita.⁵³⁹



Para parcela dos homens que viveram no Império do Brasil, os periódicos eram fundamentais para a vida política. Surgidos no Primeiro Reinado, os jornais difundiram-se pelo território imperial, tornando-se presentes no cotidiano das pessoas em pontos diversos,

⁵³⁶ ALVES, José Augusto dos Santos. “Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820)”, p. 107.

⁵³⁷ LIMA, Ivana Stolze. “Pasquins e cidadania no período regencial”. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 57.

⁵³⁸ COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, Maio/Ago. 2005.

⁵³⁹ CAMPOS, Marcelo da Silveira. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009, p. 480.

por vezes ligados por caminhos ínvios, redefinindo as posições que os leitores tinham de si e do mundo que os cercava. Ao passo que se organizavam os lugares do debate político propriamente dito, a imprensa caminhava, modificando as relações que as pessoas estabeleciam com os poderes e instituições locais. Com efeito, mais do que um meio, a imprensa periódica, intimamente ligada à discussão pública, tornava-se um dos *espaços* para a ação dos indivíduos e ingrediente indispensável das linguagens e da vida política das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Essa afirmativa, tão decantada pela historiografia, nos aparece como um truísmo. Assim sendo, não faremos outra coisa senão analisá-lo.

Quando os primeiros periódicos surgiram nas referidas províncias, as técnicas de impressão ainda eram rudimentares.⁵⁴⁰ Tórculos de madeira e tipos fundidos na própria província alimentavam a produção impressa, trazendo à luz folhas como *O Companheiro do Conselho* e *a Abelha do Itaculumy*, ambas ouropretanas. Embora tímido e artesanal, o princípio da imprensa caracterizou-se pela ação política, trazendo à baila assuntos relativos ao liberalismo. Logo em seu número inicial, o *Compilador Mineiro*, primeiro periódico de Minas, discutia o sistema monárquico representativo, lançando-se em defesa da Assembléia Constituinte em oposição tanto ao despotismo como ao republicanismo.⁵⁴¹ Nesse debate, sobressaiam-se os conceitos de pátria, país e nação usados, conforme Raphael Rocha de Almeida, na “adesão a determinado projeto político em detrimento de outro”, sobretudo após o advento da Confederação do Equador. Ao procurar “compreender as utilizações do impresso como um ingrediente de transformação da realidade”, Almeida atenta para a atuação dos primeiros periódicos mineiros nas discussões impressas como instrumentos fundamentais no processo de gestação e emergência de uma esfera pública de poder, mapeando seu papel na afirmação e na construção das identidades políticas no Primeiro Reinado.⁵⁴²

A afirmação do liberalismo entre os leitores mineiros veio, de fato, com *O Universal*, o mais longo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências. Como outras folhas de seu tempo, *O Universal* representava o prolongamento da ação na tribuna, sendo espaço

⁵⁴⁰ MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 24-41.

⁵⁴¹ COMPILADOR Mineiro. Ouro Preto, 13 OUT. 1823.

⁵⁴² ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Dissertação, Mestrado em História), p. 15-21.

fundamental para a atuação da elite política, como exemplificado pela redação velada de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Aproveitamos para destacar que a maioria das folhas do Primeiro Reinado era anônima. No entanto, como ocorrera com diversos autores, o escritor poderia ser reconhecido pelo estilo literário, marcante tanto nos impressos como na tribuna, como Vasconcelos, a quem ainda eram atribuídos os textos de *O Companheiro do Conselho*.⁵⁴³ Outros redatores também se destacaram no panorama político imperial, como José Bento Leite Ferreira de Mello e José da Costa Carvalho, os quais figuram, inclusive, na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson.⁵⁴⁴ Evidentemente, aqueles autores, dispostos no **QUADRO 1**, mantinham relações com o campo político, inserindo-se nas discussões e sustentando uma preponderância local.

QUADRO 1: REDADORES DE PERIÓDICOS DAS PROVÍNCIAS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO (1825-1844)		
Título (período de circulação)	Local	Redação
<i>Americano</i> (1840)	São João del-Rei	Padre José Antônio Marinho
<i>Americano</i> (1844)	São Paulo	Antonio Manoel de Campos Melo João da Silva Carrão José Ignacio Ramalho
<i>Amigo da Verdade</i> (1829-1830)	São João del-Rei	Padre Luiz José Dias Custódio Padre Verruga
<i>Amigo das Letras</i> (1830)	São Paulo	Josino do Nascimento Silva
<i>Astro de Minas</i> (1827-1839)	São João del-Rei	Francisco de Assis Braziel (atrib.) Padre José Antônio Marinho
<i>Atheneu Popular</i> (1843)	Ouro Preto	Padre Antonio de Souza Braga
<i>Companheiro do Conselho</i> (1825)	Ouro Preto	Bernardo Pereira de Vasconcelos (atrib.)
<i>Constitucional Mineiro</i> (1832-1833)	São João del-Rei	Francisco Freire de Carvalho (atrib.)
<i>Correio de Minas</i> (1838-1844)	Ouro Preto	Manoel Soares do Couto Antonio Gomes Cândido
<i>Correio Paulistano</i> (1831)	São Paulo	José Gomes Segurado
<i>Despertador Mineiro</i> (1842)	São João del-Rei	Dr. Jacintho Rodrigues Pereira Reis
<i>Diamantino</i> (1832)	Diamantina	João Nepomuceno Aguilár
<i>Echo da Razão</i> (1840-1842)	Barbacena	Dr. Camillo Maria Ferreira Armonde
<i>Echo do Serro</i> (1828-1832)	Diamantina	João Nepomuceno Aguilár Manuel Sabino de Sampaio Lopes
<i>Estafeta</i> (1835)	Sabará	Antônio Gomes Batista Padre Marciano Gomes Batista
<i>Farol Paulistano</i> (1827-1831)	São Paulo	Antonio Mariano Azevedo Marques José da Costa Carvalho
<i>Federalista</i> (1831)	São Paulo	José Ignácio Silveira da Mota

⁵⁴³ SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Vol. V. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 23. Sobre o reconhecimento dos escritores, ver: SEABRA, Elizabeth. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁵⁴⁴ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)*. São Paulo: Martins Editora, 1948.

QUADRO 1: REDATORES DE PERIÓDICOS DAS PROVÍNCIAS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO (1825-1844)		
Título (período de circulação)	Local	Redação
<i>Futuro</i> (1844)	São Paulo	Clemente Falcão de Souza Joaquim José Pacheco
<i>Grito do Povo</i> (1833-1834)	Ouro Preto	José Gonçalves Cortes (atrib.)
<i>Guarda Nacional Mineiro</i> (1838-1840)	Ouro Preto	Eleitor Fortunato José Felicissimo
<i>Itacolomy</i> (1843-1845)	Ouro Preto	Teófilo Benedito Otoni
<i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i> (1832-1834)	Ouro Preto	Padre José Antônio Marinho
<i>Justiceiro</i> (1834-1835)	São Paulo	Padre Diogo Antônio Feijó Padre Miguel Archanjo Camargo
<i>Legalista</i> (1842)	Ouro Preto	Jacques Augusto Cony
<i>Liberal do Serro</i> (1831-1832)	Itambé do Serro	Geraldo Pacheco de Melo
<i>Noticiador</i> (1840)	São Paulo	Gabriel Rodrigues dos Santos
<i>Novo Argos</i> (1829-1834)	Ouro Preto	Herculano Ferreira Penna Padre Antônio José Ribeiro Behring
<i>Novo Farol Paulistano</i> (1831-1837)	São Paulo	Francisco Bernardino Ribeyro José Manuel da Fonseca João da Silva Carrão
<i>Observador Constitucional</i> (1829-1832)	São Paulo	Giovanni Baptista Líbero Badaró
<i>Observador Paulistano</i> (1838)	São Paulo	Padre Diogo Antônio Feijó Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel
<i>Opinião Campanhense</i> (1832-1837)	Campanha	Bernardo Jacinto da Veiga
<i>Oposição Constitucional</i> (1835)	São João del-Rei	Padre José Antônio Marinho
<i>Ordem</i> (1842-1844)	São João del-Rei	Padre Luiz José Dias Custódio
<i>Parahybuna</i> (1836-1839)	Barbacena	Padre Justiniano da Cunha Pereira
<i>Paulista</i> (1842)	Sorocaba	Padre Diogo Antonio Feijó
<i>Paulista Oficial</i> (1834-1837)	São Paulo	Luiz Maria Paixão
<i>Phenix</i> (1838-1841)	São Paulo	Joaquim José Pacheco Clemente Falcão de Souza
<i>Pregoeiro Constitucional</i> (1830-1831)	Pouso Alegre	Padre José Bento Leite Ferreira de Mello
<i>Publicola</i> (1840)	São Paulo	Antonio Pereira Pinto
<i>Recopilador Mineiro</i> (1833-1836)	Pouso Alegre	Padre José Bento Leite Ferreira de Mello
<i>Revista da Sociedade Philomatica</i> (1833)	São Paulo	Carlos Carneiro de Campos Francisco Bernardino Ribeyro José Ignácio Silveira da Mota
<i>Sentinela do Serro</i> (1830-1832)	Serro	Teófilo Benedito Otoni
<i>Solitário</i> (1840)	São Paulo	Antonio Manoel de Campos Melo
<i>Tareco Militar</i> (1833)	Ouro Preto	João Martins de Moura Duque Estrada
<i>Tebyreçá</i> (1842)	São Paulo	Brigadeiro Raphael Tobias Aguiar Gabriel Rodrigues dos Santos Pinto Júnior (?)
<i>Telegrapho</i> (1829-1831)	Ouro Preto	José Gonçalves Cortes
<i>Universal</i> (1825-1842)	Ouro Preto	Bernardo Pereira de Vasconcelos (atrib.) Joaquim Antão Soares Leão José Pedro Dias de Carvalho
<i>Vigilante</i> (1832-1835)	Sabará	Coronel Pedro Gomes Nogueira Antonio Pereira da Fonseca
<i>Voz Paulistana</i> (1831)	São Paulo	Francisco Bernardino Ribeyro

Fontes: ASTRO de Minas. São João del-Rei, 20 ABR. 1833; CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 08 JAN. 1833; HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma, p. 74; IGLÉSIAS, Francisco. “O Cônego Marinho e 1842”. In: MARINHO, José Antonio. *História do movimento político de 1842*. 3. ed. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 17; MATA-MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tijuco, cidade*

Diamantina. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980; NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*; RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*, p. 268; SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1926; SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*; UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 FEV. 1834; VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte, s.n., 1953; VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas-Geraes*; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998; VIGILANTE (O). Sabará, 04 JUN. 1834.

A figura do autor nos leva a pensar sobre o seu papel na discussão política e na construção de um ambiente comum, ou seja, trata-se de perceber quem, de fato, detinha a prerrogativa inicial da *fala* no processo de emergência das “opiniões públicas”. Adiantamos que não acreditamos em uma opinião pública unívoca e monolítica, representante de uma “vontade geral”, mas da emergência de várias opiniões na praça pública. Todavia, os redatores das Regências tinham em mente a usurpação do direito de fala, transformando a disputa em torno da definição de “opinião pública” numa questão de dominação. Instituir a “opinião pública” significa dominá-la, confiscando para si o direito de impor uma visão de mundo. Direito esse que se tornaria privilégio de uma parcela que assumiu posição preponderante na sociedade e que se via como esclarecida e liberal. Por meio do quadro acima, vemos algumas das personagens que participaram ativamente da arena impresso, sendo que parte dos escritores era composta por membros de uma elite política e intelectual que assumia para si o papel de condutora da sociedade, tomando o periodismo como uma espécie de “magistério” e um exercício de poder.⁵⁴⁵

Entretanto, para além da doutrinação, a crítica e a disputa passaram a ocupar os impressores nos anos finais do Primeiro Reinado, indicando uma ruptura com a “civilização elitista” da imprensa do Antigo Regime.⁵⁴⁶ Com efeito, recrudescia “a luta entre os elementos monárquico e democrático”, preenchendo o campo político com a proliferação dos jornais que se ocupavam do exame e discussão acerca do liberalismo. Desse embate tomaram parte *O Farol Paulistano*, em São Paulo, e, na capital mineira, *O Telégrapho*. Este representou o apoio ao Imperador, procurando “desenvolver o princípio da autoridade”; o outro integrou o

⁵⁴⁵ NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*, p. 55-88.

⁵⁴⁶ HESSE, Carla. “Transformações econômicas da edição”. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel. *A Revolução Imprensa: A imprensa na França, 1777-1800*. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 133.

grupo daqueles “que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade”.⁵⁴⁷

O Farol Paulistano, a primeira folha periódica paulista, foi criada em 1827 como um instrumento para a consolidação da ação que José da Costa Carvalho empreendia nas tribunas, tornando-o um dos mais ativos representantes da elite paulista no cenário imperial. Nesse processo, embora tenha surgido tardiamente na capital Planaltina, a imprensa paulistana rapidamente logrou êxito e influência no cenário político brasileiro.⁵⁴⁸ Junto aos esforços de Carvalho para se estabelecer a imprensa periódica, estava o intuito de se articular a elite letrada local no jogo político que se seguiu à instalação da Assembléia Geral.⁵⁴⁹ Essa estratégia, empregada para a organização dos grupos políticos, também norteou o desenvolvimento do periodismo em outras regiões, como a Paraíba (*Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*) e o Rio Grande do Sul (*Diário de Porto Alegre*), que presenciaram o início da imprensa periódica no mesmo contexto político em que surgia *O Farol Paulistano*. Cabe lembrar que, enquanto São Paulo dava seus primeiros passos no jornalismo impresso, a *Aurora Fluminense* iniciava sua publicação, com a redação do gaúcho José Apolinário Pereira de Moraes, antes de Evaristo da Veiga assumir sua direção.⁵⁵⁰

A efervescência política dos anos finais do Primeiro Reinado e dos primórdios das Regências favoreceu o surgimento de outras oficinas tipográficas. No Arraial do Tijuco, o ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes fundiu tipos e montou uma prensa, editando, em 1828, o *Echo do Serro*.⁵⁵¹ No calor das lutas que desembocaram na Abdicação, diversas

⁵⁴⁷ ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

⁵⁴⁸ DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de *O Farol Paulistano* (1827-1831). *Revista de História Regional*, n. 12, v. 2, p. 29-50, 2007.

⁵⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ, FAPESP, 2000, p. 52-53.

⁵⁵⁰ Sobre a imprensa gaúcha e a figura de José Apolinário, ver: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986, p. 30.

Com relação à imprensa paraibana, há controvérsia sobre seus primórdios. De acordo com José Leal, o primeiro folheto impresso na Paraíba teria sido *O Português*, em 1818, supostamente publicado numa tipografia apanhada de um navio inglês que naufragou nas costas do Cabo Branco. Oficialmente, no entanto, a imprensa periódica surge na Paraíba com a *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, impressa na Tipografia Nacional da Paraíba, em 1826. Cf. LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 1962, p. 9-18.

⁵⁵¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 287.

personagens ingressaram na arena impressa, como Giovanni Baptista Líbero Badaró, fundador e redator de *O Observador Constitucional*, e Teófilo Otoni, que transportou uma pequena tipografia para a Vila do Príncipe e foi lá publicar a *Sentinela do Serro*.⁵⁵² Folhas de tendência liberal, os periódicos de Badaró e Otoni foram fundamentais no processo de crítica à autoridade monárquica, contribuindo no processo de derrocada do primeiro imperador. Na mesma época, na Vila da Campanha da Princesa, o padre José de Sousa Lima montava uma tipografia e uma fundição de tipos.⁵⁵³ Porém, pelo que se sabe, desse empreendimento não nasceu nenhum periódico, fato que ocorreria naquela vila somente em 1832, com a aparição da *Opinião Campanhense*, fundada e redigida por Bernardo Jacinto da Veiga, irmão do célebre Evaristo da Veiga.

Porém, havia aqueles que pretendiam radicalizar o processo, ampliando os sentidos da palavra “liberdade”. *O Observador Constitucional*, que passava a ser impresso na Tipografia Patriótica em sua segunda fase, entrava em choque com seus antigos aliados. *O Farol Paulistano* acusava o redator de *O Observador* de pregar um sentido mais amplo para o federalismo, preenchendo-o com tons perigosamente mais democráticos. Nas Minas Gerais, ao afirmar, na *Sentinela do Serro*, o “direito que tem qualquer povo para alterar e modificar sua Constituição”,⁵⁵⁴ Teófilo Otoni pretendia tornar lícita a organização popular na defesa e reivindicação de seus direitos. Contra essa proposta “democrática”, os liberais moderados travaram intensos combates, culminando na perseguição aos jornais contrários ao governo regencial. Com isso, a *Sentinella do Serro*, considerada o principal periódico exaltado na Província de Minas Gerais, foi processada e seu redator “viu-se na necessidade de suspender a sua publicação”, em março de 1832.⁵⁵⁵

A imagem da *Sentinela* serrana, sempre alerta, estimulou o jovem ourives Geraldo Pacheco de Melo, morador na mesma Comarca. Sem recursos financeiros, aquele habitante do Arraial de Itambé, por esforço e engenhosidade próprios, construiu um prelo e publicou o

⁵⁵² OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*, p. 12.

⁵⁵³ VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. V. 3 (Vida Cultural) São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942, p. 212. Ver também: VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Gerais*, p. 194.

⁵⁵⁴ SENTINELLA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 citado por OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*, p. 19.

⁵⁵⁵ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*, p. 19.

Liberal do Serro, inserindo-se nos debates de então.⁵⁵⁶ Conquanto imprimir na Minas oitocentista significasse participar na contenda política, criar um periódico demandava recursos e obstinação de seus promotores. Como evidenciamos no capítulo anterior, com recursos suficientes, encomendava-se uma prensa no Rio de Janeiro. Contudo, escassas as fontes de renda, restava ao visionário publicista produzir o prelo e o restante necessário para a impressão, além de redigir e imprimir seus jornais. Deste modo, a imprensa não representava exclusivamente um negócio, pois as tipografias trabalhavam de acordo com os anseios e temores dos atores políticos. O resultado dessa obstinação está presente no número de jornais lançados nas Províncias em foco nos anos finais do Primeiro Reinado e no princípio das Regências. Conforme dados de Xavier da Veiga, entre 1828 e 1833, foram lançados trinta e sete periódicos em Minas Gerais,⁵⁵⁷ indicando a expansão da atividade impressa, como se infere do **GRÁFICO 1**. A profusão de jornais não foi fenômeno exclusivo de Minas. Segundo Ivana Stolze Lima, houve um aumento significativo do número de periódicos impressos na Corte no mesmo período, o que assinala o alargamento dos locais de discussão.⁵⁵⁸ Embora a maioria das folhas tivesse caráter efêmero, podemos considerar que os jornais tornaram-se um dos locais onde as diversas vozes da sociedade se fizeram presentes, erigindo-se como espaço fundado politicamente para a ação dos indivíduos, sejam eles aristocratas, padres, comerciantes ou simples ourives, como Geraldo Pacheco de Melo.⁵⁵⁹

⁵⁵⁶ SENNA, Nelson Coelho de. Traços biográficos de serranos ilustres. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano X, p. 167-210, 1905.

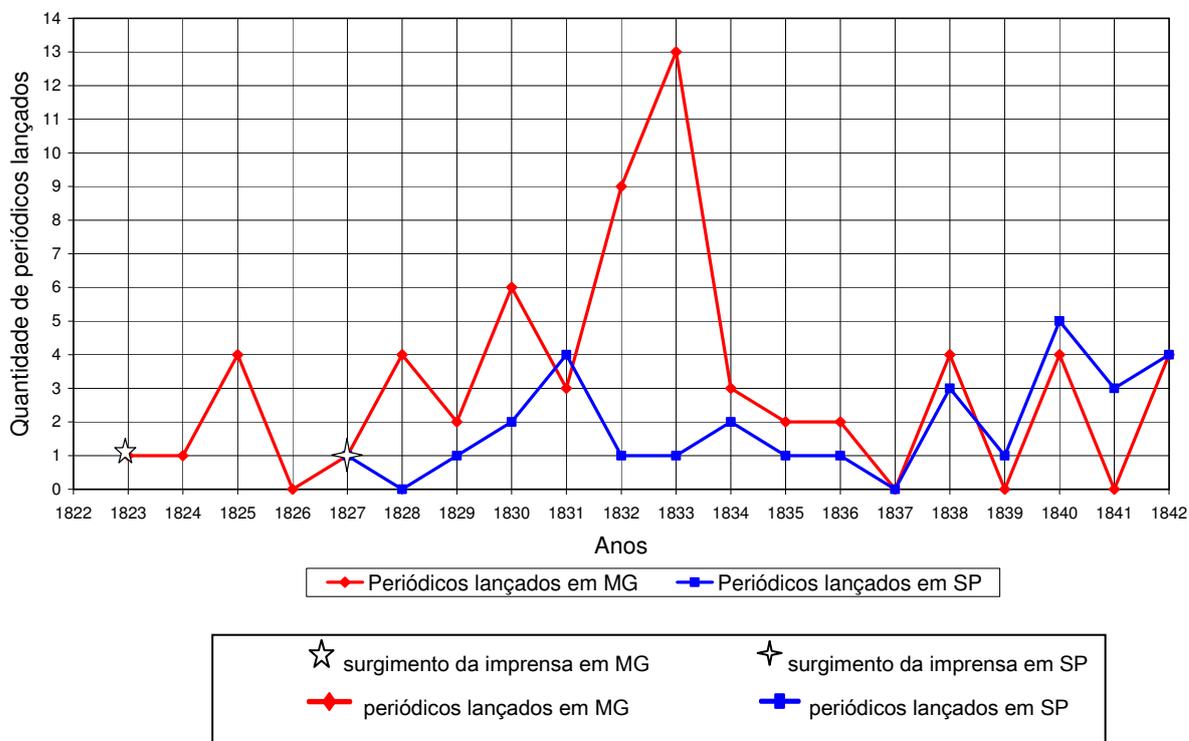
⁵⁵⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas-Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, p. 36-55.

⁵⁵⁸ LIMA, Ivana Stolze. “Pasquins e cidadania no período regencial”. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 57.

⁵⁵⁹ Para um estudo sobre o desenvolvimento da imprensa mineira no século XIX, ver: MOREIRA, Luciano da Silva. “Imprensa periódica e vida política na Província de Minas Gerais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Oitocentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo/ Autêntica, 2011 (no prelo).

GRÁFICO 1

Evolução do lançamento de periódicos nas províncias de Minas Gerais e São Paulo (1823-1842)



Fontes: VEIGA, Xavier. *A imprensa em Minas-Geraes*, p. 36-55; NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*, p. 101-103.

O gráfico acima apresenta uma estimativa acerca do desenvolvimento das imprensas periódicas de Minas Gerais e São Paulo, levando-se em conta o número de jornais lançados por ano conforme Xavier da Veiga e Freitas Nobre. As estrelas assinalam o “nascimento” do periodismo impresso nessas províncias. Optamos pela estimativa do número de títulos lançados porque não temos como determinar a quantidade de jornais em circulação, já que, mesmo que uma folha tenha encerrado sua publicação, ela permanecia como objeto de leitura e rememoração. Assim, vale lembrar que a queda em determinados anos, como 1828 e 1837, não significa a inexistência de jornais em circulação, mas apenas que não foram lançados títulos novos. Se relacionarmos a imprensa à participação política, tomaríamos a evolução do lançamento de periódicos paulistas e mineiros como sinal de uma incipiente organização política local. Não obstante São Paulo e Minas Gerais tivessem passado por processos distintos de implantação das tipografias, o jornalismo de ambas as províncias ganhou impulso

no interstício entre a abertura da Assembléia Geral e a abdicação de D. Pedro I. Conforme os dados correspondentes aos periódicos mineiros, o desenvolvimento da imprensa culminou na publicação de treze novos títulos em 1833, sinalizando para a efervescência do momento. Porém, no caso paulista, quando comparados com os números mineiros no gráfico acima, salta aos olhos uma aparente letargia da imprensa que duraria até o advento do Regresso, quando a Província de São Paulo apresentou uma variação no número de jornais lançados semelhante ao verificado com a imprensa mineira. Podemos comparar, ainda, a quantidade de localidades em que surgiram jornais no período analisado. Enquanto a capital paulista era a única localidade em que se publicavam periódicos no Primeiro Reinado e nas Regências, na província de Minas Gerais doze localidades presenciaram o desenvolvimento da imprensa: Ouro Preto, São João del-Rei, Diamantina, Mariana, Serro, Pouso Alegre, Campanha, Sabará, Caeté, Barbacena, Tiradentes e Itambé do Mato Dentro.

O aparente retardamento na aparição da imprensa periódica paulista foi tomado como uma contradição por vários historiadores, como os citados Francisco Ozamis e Freitas Nobre. Mas não pretendemos discorrer sobre os “males de origem” da imprensa brasileira ou sobre as “causas” de seu “retardamento”.⁵⁶⁰ Importa-nos analisar o momento em que se desenvolveu a imprensa nas províncias, percebendo os vínculos entre a participação política formal, possibilitada com a abertura da Assembléia Legislativa Geral, e o periodismo impresso. Ao iniciar-se o processo eleitoral, os membros das elites regionais encontraram na imprensa um dos espaços para o convencimento dos eleitores, construindo um verdadeiro ambiente para “troca de falas” entre os agentes políticos, ligada à tribuna desde sua instalação. Isso nos faz compreender, em parte, o processo de estabelecimento das tipografias em outras regiões do Império, com a proliferação de periódicos logo após principiarem os trabalhos legislativos, quando as elites encontraram os canais abertos à organização e prática política.⁵⁶¹ Nesse sentido, a propagação de periódicos nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, bem como nas demais unidades do Império, relaciona-se à articulação das elites regionais no jogo

⁵⁶⁰ MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

⁵⁶¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 70.

político, já que, naquele momento, a política não era mais ambientada apenas na Corte, mas passava a ser jogada nos espaços provinciais. Para compreendermos essa relação entre a participação política e a imprensa, devemos ter em mente a noção de que, para os homens do Oitocentos, o periódico era considerado “o veículo da opinião pública”.⁵⁶² Contudo, como analisaremos mais adiante, essa noção ainda representava uma novidade em termos políticos.

Naquele tempo, a tônica dos debates girava em torno do liberalismo. Além dos editoriais e artigos, a força do discurso liberal pode ser verificada por meio dos cabeçalhos dos periódicos. Em meio à euforia política, havia títulos que pretendiam chamar a atenção do público para a causa *Constitucional*, ou mesmo cativá-lo para um uso público da *Razão*.⁵⁶³ Além disso, o conteúdo liberal também poderia ser reconhecido através das epígrafes, que variavam da inserção de trechos de pensadores estrangeiros a excertos da carta constitucional do Império do Brasil. Todavia, não podemos nos pautar somente nos “frontispícios” para estabelecermos o ordenamento de um periódico em certa inclinação política.⁵⁶⁴ Lembramos que, sob a luz de um mesmo vocabulário, grupos políticos distintos podiam digladiar-se, buscando impor um entendimento considerado “legítimo” para os conceitos que empregavam.

A elucidação nos preceitos liberais deveria atingir, inclusive, o público feminino. Para alcançar esse público foi impresso *O Mentor das Brasileiras*, periódico publicado em São João del-Rei entre os anos de 1829 e 1832. Naquele tempo, a participação feminina apresentava-se, aos olhos dos liberais moderados, como potencial a ser explorado e controlado, difundindo-se as *Luzes* no seio das famílias da “boa sociedade”. *O Mentor* buscava orientar suas leitoras por intermédio de narrativas edificantes e instrutivas, sempre acompanhadas por “reflexões” que orientavam a interpretação do conteúdo escrito, direcionando-a para um entendimento “autorizado” do texto.⁵⁶⁵ Para o redator mineiro, esses artifícios coercitivos eram necessários, já que o gênero feminino ainda não estaria “naquella perfectibilidade de principios capazes de o tornar habil para a comprehensão de materias

⁵⁶² FAROL Paulistano (O). São Paulo, 14 MAR. 1827.

⁵⁶³ CONSTITUCIONAL (O). Ouro Preto, 1832; ECHO da Razão (O). Barbacena, 1840-1842.

⁵⁶⁴ SEABRA, Elizabeth. *A escrita e a fala*, p. 49.

⁵⁶⁵ Sobre a autoridade do texto, ver: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 121-139.

díficeis por sua natureza”.⁵⁶⁶ Entretanto, essa aparente contradição entre o discurso liberal e a afirmação da subordinação intelectual feminina pode ser solucionada pelo fato de que a mulher era “esposa e mãe de hum cidadão”.⁵⁶⁷ Afinal, naqueles idos, o direito em participar na vida política formal competia exclusivamente ao homem.⁵⁶⁸

Aproveitando-se do surgimento de *O Mentor das Brasileiras*, o redator do *Farol* lançava um pedido:

Temos que seria bem bom que alguém n’esta Província se lembrasse de redigir uma pequena folha dedicada unicamente às Senhoras, e que contivesse instrucção accomodada à capacidade d’ellas [...] O bello sexo tem muito mais influencia social do que muita gente pensa, e as nossas Paulistas são tão inclinadas à Constituição, que bem merecião que fossem instruídas, e illustradas convenientemente.⁵⁶⁹

Atendendo ao apelo de *O Farol Paulistano*, no princípio de 1830 surgia o *Manual das Brasileiras*. Esse jornal, assim como o *Mentor* sanjoanense, era voltado para o esclarecimento do público feminino, esperando-se “que as mulheres sejam instruídas, e que se decidão pelas instituições liberaes que igualmente são proveitosas aos homens e a ellas”. Entretanto, tanto o *Manual* como *O Mentor* asseveravam uma concepção passiva da mulher como genitora dos cidadãos do Império por meio da “nobre tarefa de dar novos campeões às públicas liberdades”.⁵⁷⁰ Afinal, o belo sexo deveria ser educado para apoiar o virtuosismo do marido e inspirar civicamente seus filhos, pois seu destino maior era ser “esposa e mãe de hum cidadão”.

Em Minas Gerais e São Paulo, a efervescência política proporcionou a organização de “sociedades patrióticas”.⁵⁷¹ O fenômeno associativo, como afirma Maurice Agulhon, “é

⁵⁶⁶ MENTOR das Brasileiras (O). São João del-Rei, 30 DEZ. 1829.

⁵⁶⁷ MENTOR das Brasileiras (O). São João del-Rei, 21 DEZ. 1830.

⁵⁶⁸ MOREIRA, Luciano da Silva. “O Mentor das Brasileiras: gênero, ficção e política em um periódico da província de Minas Gerais (1829-1832)”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008b, p. 45-65. Ver também: JINZENJ, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Tese, Doutorado em Educação); SILVA, Wlamir. ‘Amáveis patricias’: o *Mentor das Brasileiras* e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, jan./jun. de 2008, p. 108.

⁵⁶⁹ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 24 DEZ. 1829.

⁵⁷⁰ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 21 JAN. 1830.

⁵⁷¹ WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo Brasília: Cultrix; INL, 1978; AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Sociedades Fundadas no Brasil Desde os Tempos Coloniaes até o Começo do Actual Reinado*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1885. Tomo XLVIII, parte primeira, p. 265-322.

tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais”.⁵⁷² De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada ao momento intenso da vida política brasileira. Sabe-se que as associações políticas representavam locais de sociabilidade onde se davam a difusão das luzes, a filantropia e, principalmente, a organização política dos sujeitos. Além disso, promoviam a impressão de periódicos como a *Revista da Sociedade Philomatica*, organizada pelos estudantes da Academia de Direito de São Paulo, em 1833. Em janeiro de 1832, Caetano Antonio de Moraes, como secretário de “uma Sociedade de vários cidadãos”, afirmou à Câmara municipal de São Paulo que estava “estabelecida uma Typographia n`esta Cidade na rua da Esperança casa N. 9, a qual pertence à d[ita]. Sociedade e tem a denominação de Typographia Patriótica”.⁵⁷³ Nesse estabelecimento foi impressa a segunda fase do *Observador Constitucional*, folha fundada pelo legendário Giovanni Baptista Líbero Badaró, morto em 1830. Algumas sociedades chegaram a implantar um periódico como portavoz, como é o caso do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, editado e impresso na capital da Província de Minas Gerais. Além deste exemplo, em Minas sabe-se da publicação de *O Vigilante*, folha da Sociedade Pacificadora de Sabará, e, após o Regresso Conservador, do *Correio de Minas*, organizado pela Sociedade Defensora do Trono e da Constituição, em Ouro Preto.

Na primeira metade da década de 1830, a imprensa periódica foi dominada pelos liberais moderados, senhores da situação. Porém, o ano de 1836 assinala mudança crucial no panorama político do Império do Brasil. Como afirma Francisco Iglesias, “à maré liberal segue-se a conservadora, ou ao momento progressista o regressista”.⁵⁷⁴ A produção jornalística seguiu esse “marear”. Num primeiro momento, encontramos a proliferação de folhas liberais, sobretudo de tendência moderada, indicando a prevalência e a divulgação de uma pedagogia liberal nas províncias do Centro-Sul.⁵⁷⁵ Em contrapartida, em finais de 1835, ganhava força um discurso que asseverava o fortalecimento da autoridade no Império,

⁵⁷² AGULHON, Maurice. *Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence*: Essai sur La sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984, p. VIII.

⁵⁷³ AHMWL. Fundo Câmara Municipal. Códice 0144 (Termos de responsabilidade para publicações de jornais).

⁵⁷⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 161.

⁵⁷⁵ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009. Ver também: SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”, p. 37-59.

culminando na revogação do conteúdo descentralizador do Código do Processo Criminal e do Ato Adicional. Assim, sob a influência do Regresso, a partir de 1836 diversos periódicos conservadores assumiram a posição deixada pelos extintos periódicos liberais, como *O Parahybuna*, na Província de Minas Gerais, e *A Phenix*, na capital paulista.

A queda no número de jornais lançados após o Ato Adicional, principalmente em Minas Gerais, visualizada no **GRÁFICO 1**, relaciona-se à implementação de medidas repressoras contra os “abusos da imprensa”. Segundo Ivana Stolze Lima, o declínio da quantidade de jornais lançados nos anos finais das Regências está relacionado à “uma legislação que progressivamente limitou as condições da liberdade de imprensa”.⁵⁷⁶ A autora refere-se ao decreto de 18 de março de 1837, que dava “instruções sobre o processo e sentenças nos crimes por abuso de liberdade de imprensa”.⁵⁷⁷ Acreditamos que a diminuição do número de folhas também esteja relacionada com a repressão após os eventos sediciosos de 1833, em Minas Gerais, com a vigilância reforçada pelo temor com relação ao elemento servil. Não podemos relegar a “estratégia de desinformação e censura” que teria sido praticada pelas autoridades para dificultar a divulgação de notícias sobre revoltas escravas, como a que ocorrera em Carrancas (MG), a fim de se “evitar o pânico na população e a eclosão de outras rebeliões”.⁵⁷⁸ Ponderamos que essa “desinformação e censura” seria possível num contexto de controle mais efetivo da imprensa, o que implica o embargo de tipografias e o cerceamento de jornalistas, como aconteceu com a Tipografia de Leyraud, fechada após ter seu proprietário acusado de tomar parte na Sedição Militar de Ouro Preto,⁵⁷⁹ e com o redator de uma das folhas publicadas naquele estabelecimento, *O Tareco Militar*, “denunciado por abuso da liberdade de imprensa”, em 1834.⁵⁸⁰

Na capital da Província de Minas Gerais, o regressista *O Correio de Minas*, como órgão da “Sociedade Defensora do Trono e da Constituição”, criada em dezembro de 1837, combateu ferozmente os liberais. Conforme o editorial de seu primeiro número, havia

⁵⁷⁶ LIMA, Ivana Stolze. “Pasquins e cidadania no período regencial”, p. 58.

⁵⁷⁷ BRASIL. Decreto de 18 de março de 1837. *Collecção das leis do Império do Brasil de 1837*. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, p. 11-13. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em: 20 ABR. 2011.

⁵⁷⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 314.

⁵⁷⁹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 23 DEZ. 1833

⁵⁸⁰ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 FEV. 1834.

um periódico intitulado o Universal que se encarregara de publicar os Offícios da administração provincial; mas tendo-se passado ultimamente para as fileiras da nova opposição ao regimen de 19 de Setembro [investidura de Pedro de Araújo Lima na Regência], não tivemos outra folha official que nos pusesse ao corrente dos actos administrativos, e os defendesse das censuras da opposição [...] Nestas conjecturas [o Correio de Minas] manifestou a S. Excia o Sr. Presidente toda sua adesão e respeito, asseverando-lhe que podia dispôr da Imprensa e do Periódico como lhe aprouvesse.⁵⁸¹

O redator de *O Correio de Minas* confirma a prática a que estavam relacionados os principais periódicos daquela época e exercida por *O Universal* durante o período de hegemonia liberal-moderada: “publicar os Offícios da administração provincial”. Mais ainda, a folha “oficial” não seria somente o repositório dos atos do governo, pois representava sua defesa contra as “censuras da opposição”. Dessa forma, a imprensa representava tanto a ampliação do debate das tribunas como um espaço para a conservação do poder executivo. Erik Hörner chama-nos a atenção para a diferença entre as folhas governistas e opositoras daquele momento, que eram expostas, respectivamente, como “informadoras” e “formadoras”. O caráter doutrinário que emanava dos discursos impressos na primeira metade das Regências era duramente criticado pelas folhas regressistas, que se apresentavam como pretensamente neutras.⁵⁸² Esse caráter evidenciava-se no cabeçalho desprovido de epígrafe de *O Correio de Minas*, editado por Jacques Augusto Cony, evocando a imparcialidade com uma proposta editorial sóbria. Embora ocupasse boa parte de seu espaço com a divulgação dos atos governamentais, *O Correio de Minas* era a principal folha na defesa dos conservadores mineiros, ao qual se juntavam *A Phenix*, na Província de São Paulo, e *O Brasil*, na Corte.

Diferente do que ocorreu em Minas Gerais, a presidência da província paulista contava com uma folha oficial para a divulgação de seus atos desde 1834 através de *O Paulista Official*. Inicialmente, sua impressão se fazia por contrato entre o governo e a Tipografia do Farol Paulistano. Essa situação muda com a compra, em 9 de março de 1835, do referido estabelecimento tipográfico pelo governo provincial. Com isso, os atos oficiais ganhavam publicidade, condição indispensável no sistema representativo, mostrando-nos a importância da nascente “opinião pública” para a sustentação do Executivo no embate político da Província de São Paulo. No desenrolar desse jogo político, como viemos apresentando até

⁵⁸¹ CORREIO de Minas (O). Ouro Preto, 05 JAN. 1838.

⁵⁸² HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. São Paulo: USP, 2010 (Tese, Doutorado em História), p. 187.

agora, a formação de facções e “partidos” implicou o embate na arena impressa. O padre Diogo Antônio Feijó, mesmo após renunciar ao cargo de regente uno, utilizou o espaço dos periódicos para expor suas propostas tecer suas críticas ao seu sucessor, o conservador Pedro de Araújo Lima, como se depreende de jornais como *O Observador Paulistano* e *O Paulista*, ambos redigidos pelo religioso. No entanto, deve-se atentar para as sutilezas e matizes dos discursos impressos. Como salienta Erik Hörner, a “imprensa paulistana apresentava um grande dinamismo, impossibilitando a existência de um discurso único e hegemônico” nos anos finais do período regencial.⁵⁸³

A crescente perda de espaço político levou os liberais a promoverem a campanha pela antecipação da maioria de Pedro de Alcântara. *O Guarda Nacional Mineiro*, impresso na Tipografia do Universal, chegou a mudar sua epígrafe para uma conhecida quadra sobre a campanha maiorista:

Só Pedro e Constituição
Ao Brazil podem salvar,
Quem aos dezoito governa
Pode aos quinze governar.⁵⁸⁴

A maioria do príncipe D. Pedro aparecia como alternativa forte. Mesmo os grupos conservadores eram favoráveis a encerrar o regime eletivo regencial.⁵⁸⁵ Conforme Erik Hörner, jornais como o paulista *A Phenix* e o mineiro *O Correio de Minas*, não divulgavam discursos anti-maioristas, mas argumentavam “a favor da ordem monárquica e continuidade da Regência até seu encerramento legal”. Essas folhas articulavam seus discursos de modo a desmoralizar os maioristas, evitando-se “atacar frontalmente a maioria sob risco de ser entendido como um ataque ao monarca”.⁵⁸⁶ Contudo, mesmo com a aversão do grupo conservador que se encontrava na direção do Estado, a maioria concretizou-se, alçando consigo os liberais e um novo ministério.

Porém, como tornaria a acontecer em diversas ocasiões ao longo do Segundo Reinado, os promotores da maioria ocuparam brevemente governo, sendo substituídos pelos

⁵⁸³ HÖRNER, Erik. “A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838/1842)”, p. 111.

⁵⁸⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas-Geraes*, p. 38.

⁵⁸⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 67.

⁵⁸⁶ HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*, p. 95.

conservadores. Em contrapartida, os liberais mineiros e paulistas recorreram à alternativa das armas, no conhecido Movimento Liberal de 1842. Nesse conflito, os impressos exerceram papel fundamental, principalmente as proclamações utilizadas tanto por legalistas como por revoltosos, colocadas por debaixo das portas ou expostas em lugares públicos, buscando persuadir os leitores e ouvintes por meio de uma retórica que levaria à ação de fato. A força dos impressos ainda ficaria evidente por meio de episódio exemplar. Enquanto os batalhões do Barão de Caxias subjugavam os rebeldes em Santa Luzia, na capital da província mineira o material da Tipografia do Universal era derretido a fim de produzir munição para as forças revolucionárias. Essa ação encarnaria a verdadeira forma da imprensa daquele período: munição para uma guerra contínua e intensa.⁵⁸⁷ Por sua vez, o prelo que publicou *O Paulista*, folha rebelde redigida por Diogo Antônio Feijó, foi sepultado a fim de se evitar seu confisco pelas forças legalistas. O fim dessas tipografias simboliza, de forma alegórica, o soterramento de parte do projeto liberal, que se viu submetido em nome da “ordem” conservadora.

Com a Revolução debelada pelos batalhões do Barão de Caxias, consolidava-se a “autoridade” na Província de Minas Gerais, como propugnado por um periódico de São João del-Rei: *A Ordem*. O filólogo Gabriel Mendes dos Santos, diretor daquela folha, sabia da força dos escritos na história de um país. Assim, esse título, potente no contexto pós-revolucionário, já definia todo o programa conservador:

A ordem, concepção chimerica em politica, quando não cimentada na monarchia, e na liberdade, a ordem, o apoio inabalavel da moral, e da indústria, o primeiro elemento de grandeza e prosperidade das nações, deve ser de hoje em diante o voto ardente de todos os bons brasileiros, o alvo de todos os seus desejos, o centro para que devem convergir todos os seus esforços.⁵⁸⁸

A partir de então, os elementos que forjaram o grupo Saquarema trataram de “convergir todos os seus esforços” para impor à sociedade uma direção, firmando o primado da “ordem” conservadora sobre a “anarquia” liberal.

A Ordem contava, inicialmente, com os artigos anônimos de Firmino Rodrigues Silva, que os enviava de Barbacena, procurando fortalecer o princípio monárquico, tal como fizera,

⁵⁸⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas-Geraes*, p. 30.

⁵⁸⁸ ORDEM (A). São João del-Rei, 28 SET. 1842.

em parceria com Justiniano José da Rocha, pelas páginas de *O Brasil*, editado na Corte.⁵⁸⁹ Além disso, as ligações entre Firmino e as lideranças Saquaremas, sobretudo com Honório Hermeto Carneiro Leão, expressam a posição do periódico sanjoanense no quadro político do Império, inserindo-se no exercício de uma orientação intelectual e moral sobre a sociedade. Conforme esclarece Ilmar Rohloff de Mattos, Firmino, assim como outros “escritores públicos”, redigia “para unir a seus ideais e proposições os demais componentes da ‘boa sociedade’ e muitos homens livres, proprietários unicamente de suas pessoas”.⁵⁹⁰ Tratava-se de apontar um caminho para o Estado Imperial, pois, como demonstrado pelos movimentos liberais, não havia consenso sobre qual seria o melhor arranjo institucional para os setores dominantes.⁵⁹¹

A imposição dos Saquaremas passava pela desqualificação do movimento de 1842, classificando-o como uma revolta. Em São Paulo, *O Governista*, folha responsável pela divulgação dos atos oficiais, tratou de consolidar o “soterramento” da imprensa liberal. Com seus ideais esvaindo-se, restava aos liberais combater pela anistia. Dessa forma, Teófilo Otoni e outros comprometidos no levante em Minas, encarcerados em Ouro Preto, publicaram *O Itacolomy*, rebatendo os artigos de Firmino. Porém, mesmo com a vitória nos tribunais, os liberais não conseguiram reverter o projeto conservador de organização do Estado Imperial. A ação dos conservadores arrefeceu o cenário impresso da Província de Minas Gerais, assinalando um período sem grandes exaltações políticas. Embora uma tensão intestina não nos permita afirmar que houve um apaziguamento, como pretende certa tradição historiográfica,⁵⁹² a aparente tranqüilidade representaria o momento que Justiniano José da Rocha apresentou como o da consolidação da *reação* conservadora, conclamando uma época de *transação*.⁵⁹³

⁵⁸⁹ MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império: Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961, p. 59.

⁵⁹⁰ MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*. 4. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, p. 173.

⁵⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 254.

⁵⁹² Para uma crítica à tradição que concebeu o Segundo Reinado sob a ótica da ordem e da estabilidade, ver: MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O “Ronco da Abelha”. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXVIII. São Paulo, p. 53-76, 1977/1978.

⁵⁹³ ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade”, p. 216.

Para Francisco Ozamis, “o livro é monólogo, mas o jornal é diálogo”.⁵⁹⁴ Nessa sentença, o padre expressa a noção de que o jornalismo seria um instrumento de contato mais íntimo entre autores e leitores. Essa concepção, que acreditamos presente no século XIX, credita ao periódico uma capacidade dialogal mais ampla que o livro. Pressupunha-se, nesse sentido, que o jornal seria um dos lugares privilegiados para debate e relação entre os sujeitos, possibilitando a formação de uma “opinião pública”. Tomamos esta concepção dialógica de imprensa para entendermos os esforços de homens como Antônio Mariano de Azevedo Marques e Geraldo Pacheco de Melo, personagens que atuaram na edificação de um ambiente de debate nas províncias de Minas Gerais e São Paulo. Numa trajetória tortuosa, os periodistas dessas regiões agiram no processo de construção de um clima de opinião e seu desenvolvimento no sentido de uma “opinião pública”, organizando uma ampla rede de comunicação, como argumentaremos a seguir.



O desenvolvimento de um ambiente crítico politicamente organizado no Brasil Imperial foi um processo gradativo, no qual atores diversos desempenharam papel decisivo em sua constituição. Como dito anteriormente, esse processo está ligado à abertura dos canais participativos nas províncias, impulsionada pelo início dos trabalhos da Assembléia Legislativa Geral, em 1826. Diogo Antônio Feijó destacava esse ano como momento do “crepúsculo de liberdade”. Para Feijó, “aos poucos deputados mais corajosos, a medo foram deixando escapar na tribuna expressões que bem incomodavam o governo”. Concomitantemente, a imprensa periódica se fortalecia, não apenas como extensão dos trabalhos na tribuna, mas como lugar para a discussão e a luta política, afinal “um ou outro escritor animado com este exemplo começou a emitir suas opiniões sobre os negócios da pátria, sendo porém imediatamente alvo do ódio e da desconfiança do Monarca, e seu

⁵⁹⁴ OZAMIS, Francisco. *Os badeirantes da imprensa*, p. 15.

governo”.⁵⁹⁵ Apontando para ruptura com a “civilização elitista do livro”,⁵⁹⁶ esse espaço não permaneceu circunscrito aos círculos letrados locais, mas expandiu-se, tornando-se *locus* para o intercâmbio político em várias regiões do Império. Com base nisso, faz-se necessário indagar: como os grupos regionais dialogaram e estabeleceram, por meio das páginas impressas, um ambiente para o debate em torno do ideário político?

A partir dessa questão, este capítulo observa as relações entre os grupos provinciais e a construção das linguagens políticas em um dos momentos mais experimentais da história brasileira, atentando para as outras formas da ação política que surgiram naquele tempo. Para tanto, enfocaremos a relação entre os periódicos mineiros e paulistas no período entre 1827, quando surge o primeiro jornal de São Paulo, e 1842, com os movimentos liberais que abalaram o Centro-Sul do Império. Neste interstício, a profusão de jornais é considerável, o que aponta para a expansão dos espaços de debate e, ao mesmo tempo, sugere a “idéia de que a circulação do impresso modificava as relações de poder”.⁵⁹⁷ Trata-se, por conseguinte, de observar a atuação dos grupos provinciais para além dos limites geográficos, percebendo a capacidade de negociação e organização dos atores políticos. Destacamos que os periódicos não serviram apenas de instrumento para a ampliação dos debates que aconteciam na Assembléia Legislativa Geral. Andréa Slemian chama-nos a atenção para as demandas de uma população cada vez mais politizada e que, por isso, mais necessitava de lugares e meios para a discussão política. Desta forma, pode-se tomar a imprensa daquela época como um dos elementos da politização dos setores sociais, no sentido de sua efetiva participação no processo de concepção das alternativas de governo.⁵⁹⁸

Esse processo de politização esteve ligado a mudanças profundas nos espaços públicos. Um clima de opinião, que se evidenciou em diversos lugares do Império no decorrer do Primeiro Reinado, progrediu, paulatinamente, para uma “esfera pública de discussão política” nos anos que se seguiram à Abdicação de D. Pedro I. Os periódicos foram um dos

⁵⁹⁵ JUSTICEIRO (O). São Paulo, 07 NOV. 1834.

⁵⁹⁶ HESSE, Carla. “Transformações econômicas da edição”. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: A imprensa na França, 1777-1800*. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 133.

⁵⁹⁷ LIMA, Ivana Stolze. “Pasquins e cidadania no período regencial”, p. 57.

⁵⁹⁸ SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c. 1822-1834). *Lócus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 34-51, 2007.

ingredientes fundamentais dessa transformação, interligando sujeitos para além dos tênues limites provinciais. Nas províncias de Minas Gerais e de São Paulo, as quais se configuraram como regiões centrais no panorama estratégico do Estado Imperial, os impressos fortaleceram laços políticos e econômicos, disseminando não apenas as idéias políticas, mas o conjunto de práticas que revelavam a adesão dos grupos regionais em torno de uma proposta. Contudo, o que acompanharemos a partir deste ponto não são os discursos em si, mas os suportes que permitiram sua leitura. Trata-se, dessa forma, de seguir os passos da imprensa pelo território imperial, acompanhando os jornais em sua materialidade.

No decorrer do Primeiro Reinado e do período regencial, forjou-se um ambiente crítico politicamente organizado em Minas Gerais e São Paulo, perceptível por intermédio das práticas relativas ao impresso, da redação à leitura. Dos prelos mineiros e paulistas, saíam publicações que ganhavam os mais diversos espaços, como as casas, lojas e ruas dos mais recônditos lugarejos. Naquele momento, a praça pública, local de trânsito de vários segmentos da sociedade, assistiu à difusão dos objetos impressos, os quais eram lidos coletivamente de maneira oral, potencializando o conteúdo escrito e ampliando a discussão política. Acreditamos que as próprias formas e gestualidade da leitura, como apontado por Roger Chartier, podem levar a ressignificações múltiplas do ideário transmitido pelos periódicos.⁵⁹⁹

Antes de prosseguirmos com a opinião pública nas províncias, lembramos que a formação dos espaços públicos na Corte foi intensamente pesquisada por profissionais como Marco Morel e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, os quais incentivaram inúmeros estudos sobre o tema.⁶⁰⁰ Dos diversos trabalhos historiográficos que contemplam a questão da “esfera pública” no Brasil do Oitocentos, destacamos os de Marcello Otávio Néri de Campos

⁵⁹⁹ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad.: Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

⁶⁰⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003. Alguns estudos tributários de Morel e Neves: MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Campinas: Unicamp, 2006 (Dissertação, Mestrado em História); PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Assis: UNESP, 2007 (Tese, Doutorado em História); FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças: espaço público e periodismo político das regências (1832-1842)*. Curitiba: UFPR, 2006 (Dissertação, Mestrado em História); GALVES, Marcelo Cheche. *“Ao público sincero e imparcial”: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. Niterói: UFF, 2010 (Tese, Doutorado em História); ANDRADE, Fernanda Costa Carvalho de. *A medida da liberdade: a imprensa da Corte no período regencial (1831-1833)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).

Basile, que versa mais especificamente sobre os projetos nacionais e a ação política na capital imperial durante as Regências.⁶⁰¹ A partir da leitura criteriosa de jornais de variadas tendências, Basile identifica o processo de discussão em torno de uma “idéia de Brasil” na Corte regencial, reconhecendo concepções distintas sobre do que deveria ser aquela “nação” brasileira em construção. Nessas discussões, o principal argumento utilizado pelos grupos contendores era a “razão nacional”, a qual implicava numa concepção de Brasil calcada na integridade da nação acima de tudo. Evidentemente, essa concepção de “integridade nacional” possuía força nos discursos proferidos na Corte, tendendo a ser matizada nas províncias mais distantes. Embora aceitemos as hipóteses de Basile, distinguimo-nos de seu trabalho, pois acreditamos que essa idéia de unidade não se limitou aos círculos cortesãos e aos jornais fluminenses. Conforme argumentaremos adiante, a afirmação da idéia de união, claramente atrelada à formação do Estado Imperial, levou à ampliação da uma rede de impressos que ultrapassou os limites provinciais e atuou decisivamente na constituição da unidade político-administrativa do Império.

Necessita-se ressaltar que a construção da opinião pública não deve ser pautada pela simples definição de termos e conceitos políticos. Estes nos ajudam a perceber o fenômeno, mas em larga medida não consegue captar sua complexidade, reduzindo-o a proposições e significados que simplificam a tortuosidade do processo. Assim, o que se pretende a partir deste texto é pensar a dinâmica da opinião pública no século XIX, já que ela se efetiva na ação dos indivíduos ao estabelecerem os ambientes para a discussão política. Um desses lugares foi precisamente a imprensa periódica, a qual atingia parcelas consideráveis da população com a faina dos redatores em ilustrá-las e guiá-las para os caminhos que consideravam corretos. Como instrumentos fundamentais para a propagação de um ideário de cunho liberal, jornais como *O Universal*, *Farol Paulistano* e *Aurora Fluminense* constituíram uma rede que se difundia por diversas regiões do Império. Essa teia foi fundamental para a propagação de uma pedagogia que tinha como finalidade da afirmação do liberalismo, garantindo um consenso de parcela considerável da sociedade imperial. A imprensa periódica

⁶⁰¹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 (Tese, Doutorado em História).

desenvolvia-se, naquele contexto, como instrumento capaz de difundir “um conjunto de conceitos e possibilitar sua retenção pela recorrência”,⁶⁰² transpondo os limites dos círculos fechados.

Esta transposição incluía a divulgação de notícias, selecionadas de modo a oferecer um sentido político claramente vinculado ao contexto em discussão. Assim, tão logo as notícias das Jornadas de Julho em Paris – revoluções de 1830 – cruzaram o Atlântico, os periódicos liberais de várias províncias conclamaram seus leitores a celebrar o acontecimento. As notícias dos eventos franceses foram recebidas com júbilo pelos paulistas, que promoveram alvoradas, deram vivas e acompanharam as músicas dos batalhões nas vilas e arraiais das províncias. As festividades em São Paulo foram noticiadas na capital mineira pelo *O Universal*:

Com a recepção das notícias da França, espalhou-se a maior alegria nos honrados habitantes de S. Paulo por verem o triunfo da Causa Nacional contra as invasões do Poder, alcançada por uma Nação briosa, que em um abrir e fechar de olhos quebrou os laços da Santa Aliança.⁶⁰³

A folha mineira, evidentemente, relacionava o movimento francês à situação vivida pelos brasileiros naqueles que seriam os anos finais do reinado de D. Pedro I. Passo a passo, a imagem do imperador do Brasil era associada à figura de Carlos X, sobretudo no que diz respeito à desconfiança com relação às suas tendências consideradas autoritárias e “anti-nacionais”. O caráter lusitano de seus ministérios, contrariando a “Causa Nacional”, bem como o desastre de suas políticas militar e econômica, levaram-no à crescente perda de apoio político. Seu reinado decaía vertiginosamente. Cada vez mais, tropa e povo descontentavam-se, querendo um desfecho para a crise política. Assim, a sucessão de desencontros políticos, o fim do apoio popular e a origem portuguesa conduziram D. Pedro a tomar a solução que julgou possível, encerrando seu governo.⁶⁰⁴

Ressaltamos que as informações sobre os festejos na província de São Paulo, largamente noticiadas pelos jornais mineiros, foram extraídas de *O Farol Paulistano*, folha

⁶⁰² SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na Província de Minas Gerais (1825-1842)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et. all. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006, p. 49.

⁶⁰³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 15 NOV. 1830.

⁶⁰⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*, p. 119.

com a qual o redator de *O Universal* mantinha correspondência assídua. A relação entre esses jornais durou enquanto circulou o periódico paulistano, ou seja, entre os anos de 1827 e 1831. Nesse contato, textos políticos, notícias, citações filosóficas e atos oficiais eram trocados, transcritos e recopilados entre os periódicos, intensificando laços e reforçando a divulgação do ideário liberal em muitos locais do Brasil. Assim, logo após o surgimento do primeiro número do jornal paulista, *O Universal* tratou de recopilar o prospecto, destacando o trecho em que afirmava a imprensa como “o baluarte da liberdade, o terror dos déspotas, a protectora da humanidade”.⁶⁰⁵ Desta forma, a imprensa se desenvolvia sob o signo do liberalismo político, sobretudo nos termos de uma valorização dos direitos individuais em contraposição ao poder do Estado. Portanto, *O Farol Paulistano* e *O Universal*, para aproveitar a afirmação de Justiniano José da Rocha, integravam a facção daqueles “que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade”.⁶⁰⁶

Os redatores de *O Farol Paulistano* e *O Universal* não foram os únicos a firmar alianças, trocando exemplares e correspondências. Os escritores liberais no princípio da década de 1830 chegaram a tecer uma considerável rede que reforçava a atuação que empreendiam na busca por um consenso entre os grupos regionais. Uma glosa, publicada em *O Universal* contra o redator de *O Telegrapho*, mostra-nos algumas das principais folhas que compunham essa rede:

Ai de mim por quanto os Poetas
Fazem meus dias amargos
Este Universal, este Argos
Contra mim disparão setas
O Echo me diz mil petas
Mesmo o Farol Paulistano
Contra mim é desumano:
Se o meu mal muito empeora
Junto com a Astréa a Aurora
O Astro de S. João
Direi como o Bom ladrão
Domine memento mei....
Eu só só só só fiquei.⁶⁰⁷

⁶⁰⁵ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 05 MAR. 1827 recopilado de FAROL Paulistano (O). São Paulo, 07 FEV. 1827.

⁶⁰⁶ ROCHA, Justiniano José da. “Ação, Reação e Transação”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 169.

⁶⁰⁷ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 03 MAIO 1830.

O Universal, Novo Argos, O Echo do Serro, O Farol Paulistano, Astréa, Aurora Fluminense e Astro de Minas, todos publicados no Centro-Sul, integravam um grupo mais amplo, que congregava periódicos em províncias do Sul e Nordeste do país em torno do liberalismo. Das folhas citadas, a *Aurora Fluminense* figurava como uma das mais referenciadas pelos jornalistas de outras regiões do Império, como exemplifica o *Recopilador Sergipano*, que reproduziu vários trechos da folha redigida por Evaristo da Veiga. Essa relação entre os periodistas se intensificou em momentos nevrálgicos da política nacional, como a fase final do reinado de D. Pedro I e os anos imediatos à sua abdicação. Em meio à ebulição do período, a imprensa tornava-se espaço fundamental para a ação política, constituindo-se como ambiente aberto à discussão, construção e veiculação de conceitos e idéias. *O Farol Paulistano*, que nasceu por iniciativa de José da Costa Carvalho, foi importante instrumento no processo político, ao potencializar o alcance dos jornais de outras regiões e, também, congregar em suas páginas o grupo liberal moderado. Para reforçar o sentido de unidade do grupo liberal e, dessa forma, estabelecer uma esfera pretensamente capaz de limitar o poder do governo, os periódicos acompanhavam o desenvolvimento da imprensa em outras partes do Império. Assim sendo, a ampliação da imprensa mineira era acompanhada pelo *Farol* ao noticiar que

A Província de Minas Geraes já conta cinco periódicos [no princípio de 1829], trez liberaes, e dois Ministeriaes. O Astro e o Universal já mui conhecido nesta Província, o Amigo da Verdade, publicado expressamente para combater o Astro, e o Telegrafo discípulo e imitador do Analista, e finalmente o Echo do Serro, que agora principia, e nos dizem que em sentido liberal.⁶⁰⁸

Acompanhar a imprensa das províncias vizinhas era uma maneira de afirmar o desenvolvimento e a coerência do grupo liberal no Império, fazendo frente aos grupos políticos rivais. Desse modo, em finais de 1829, *O Farol Paulistano* afirmava que “a imprensa periódica tem prosperado muito no Brazil, são mesmo pasmosos os progressos d’ella: só a Província de Minas conta 7 periodicos”, dentre os quais se destacavam o *Novo Argos* e o *Mentor das Brasileiras*. Contudo, ao noticiar o comportamento da imprensa em outras unidades do Brasil, *O Farol Paulistano* sinalizava para um caráter aglutinador da

⁶⁰⁸ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 08 JUL. 1829.

imprensa periódica no sentido de reforçar os laços nacionais e, sobretudo, ampliar a discussão em torno da “questão nacional”.⁶⁰⁹

A maioria dos jornais dava notícia do aparecimento de “colegas” na arena dos debates impressos, exaltando o desenvolvimento da imprensa no Brasil. Dessa forma, ao informar o surgimento de outros periódicos no império, os jornalistas concebiam a imprensa como um acontecimento no sentido mais primitivo dessa palavra, ou seja, como “aquilo sobre o que alguém dá testemunho”, complementando uma memória arquivada.⁶¹⁰ Ressaltando o caráter seletivo dos acervos consultados, acreditamos que a ausência de determinadas folhas nas instituições públicas vincula-se ao processo de construção da própria memória, onde a seleção, organização e guarda de determinados documentos em detrimento de outros faz parte do jogo político. Com isso, os editores, ao inserir em suas folhas notícias sobre o surgimento de outros jornais, fizeram parte de um esforço conjunto em torno da construção dos “lugares de memória”, assinalando a emergência “mascarada” de um poder.⁶¹¹ Poderíamos, ainda, indagar sobre os outros jornais, isto é, aqueles que não são contemplados nos arquivos, mas constam nas páginas dos jornais arquivados, sobretudo como inimigos no mesmo campo impresso. Esses periódicos “silenciados” nos remetem ao rastro, pois são vestígios do cenário de confronto em que se instituiu uma distância e uma dominação. Por serem rastros, essas “vozes caladas” nos remetem ao próprio acontecimento.⁶¹²

Para estender o debate, os periódicos não se limitaram às regiões em que eram publicados. Com efeito, as folhas públicas poderiam ser encontradas em vários lugares do Império, alargando a incipiente “esfera pública” que se formava no período em questão. Assim, acreditamos que o estudo das práticas em torno dos impressos, por meio dos processos de criação e difusão, permite-nos compreender como as idéias foram transmitidas e como afetaram a constituição das culturas e das linguagens políticas daquele tempo. Como argumentamos no **capítulo 3**, o impresso, paulatinamente, invadiu o cotidiano das vilas e

⁶⁰⁹ BASILE, Marcelo. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et. all (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006, p. 60.

⁶¹⁰ RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, 191.

⁶¹¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, p. 28.

⁶¹² RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 192. Para a emergência como lugar de confronto, ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, p. 24.

arraiais, tornando-se presente no universo cultural das províncias. Posto isso, atentamos para a ampliação dos usos do escrito e a construção de “uma rede de práticas específicas, que definem uma cultura original”, possibilitando a formação de uma “cultura dos impressos” no Brasil imperial.⁶¹³ Com efeito, essa “cultura impressa”, em verdade dinâmica e transformadora, modificou de maneira tênue, mas progressivamente, as práticas sociais e redefiniu sobremaneira as relações que as pessoas estabeleciam com os poderes e instituições locais.

Como espaço para a discussão política, a imprensa foi utilizada, inclusive, pelos governos provincial e municipal. As câmaras municipais costumavam assinar os principais periódicos, inclusive de outras províncias, como se percebe do requerimento de Cândido Gonçalves Gomide que, em 1829, propunha à Câmara da cidade de São Paulo assinar o *Diário Fluminense*. A proposta de Gomide justificava-se, pois “não [estava] ainda bem regulada a publicação dos diários das Camaras Legislativas, e não [havia] diário do Conselho Geral, periodicos estes que as Camaras Municipaes são obrigadas a assignar, e [cumpria] ter algum periódico que seja vehiculo dos negócios públicos”.⁶¹⁴ Esse fato apresenta-nos a dificuldade para a produção de impressos na província de São Paulo, vindo a obtê-los na Corte e em Minas Gerais, como a *Opinião Campanhense*, obtida pela Câmara de Guaratinguetá. Em Minas, a Câmara da Vila de Campanha da Princesa despendeu 32\$400rs (trinta e dois mil e quatrocentos réis) pela assinatura dos periódicos *Diário da Câmara dos Deputados*, *Opinião Campanhense*, *Astro de Minas* e *O Universal*, conforme tabela de receita e despesa de 1834.⁶¹⁵ Na lista de credores figuravam Bernardo Jacinto da Veiga, Domingos Ferreira Lopes e Ignácio Gomes Midões. Este último era um dos principais responsáveis pela rede de impressos em Minas Gerais, o que lhe facultava algumas vantagens, como ser “leitor grátis” dos periódicos que apoiava.⁶¹⁶

⁶¹³ CHARTIER, Roger. “La culture de l’imprimé”. In: CHARTIER, Roger (dir.). *Les usages de l’imprimé* (XV^e – XIX^e siècle). Paris: Fayard, 1987, p. 8.

⁶¹⁴ SÃO PAULO (Capital). *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1826-1829). Vol. XXIV. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922, p. 338.

⁶¹⁵ APM – Presidência da Província. PP¹ 33 Caixa 48, Doc. 33, 24 DEZ. 1834.

⁶¹⁶ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 07 NOV. 1825. Na casa de Ignácio Gomes Midões poderiam ser assinados *O Mentor das Brasileiras* e *o Novo Argos*. Cf., respectivamente: MENTOR das Brasileiras (O). São João del-Rei, 16 DEZ. 1831; NOVO Argos. Ouro Preto, 06 OUT. 1830.

Ao percorrermos a trajetória do impresso, podemos traçar um caminho da formação dos espaços públicos e da leitura dos textos. Esse movimento pode ser acompanhado por meio dos locais de subscrição do periódico, os quais são encontrados nas próprias páginas do objeto escrito. Assim, sabe-se que os jornais eram negociados no próprio local de impressão, como *O Universal*, cujas “folhas avulsas [vendiam-se] a 80 réis na mesma Typografia”.⁶¹⁷ Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como lojas, tabernas e boticas. Tal é o caso do *Federalista*, cuja subscrição era feita “na loja do Sr. Francisco Garcia Ferreira, Rua do Commercio n. 39 e na do Sr. José Gomes Segurado, Rua Direita n. 32”, em São Paulo.⁶¹⁸ Outra folha, o *Vigilante*, periódico da Sociedade Pacificadora de Sabará, foi comercializado em vários pontos da mesma vila sem, contudo, manter uma fidelidade para com seus locais de venda. No período de um ano, a Sociedade Pacificadora mudou sete vezes de vendedor até resolver comercializar seu jornal na própria tipografia.⁶¹⁹

Outros periódicos também tinham como local de venda as lojas e casas de particulares, provavelmente partidários do mesmo credo político. *O Justiceiro*, folha redigida por Diogo Feijó, poderia ser assinado na Tipografia do Farol Paulistano, onde era publicado. No entanto, números avulsos eram vendidos “a 80 rs na casa do Sr. Lucio Manoel Felix dos Santos Capello, Rua do Rosario”.⁶²⁰ *A Opinião Campanhense*, por sua vez, era encontrada na casa de seu redator, Bernardo Jacinto da Veiga, na vila da Campanha da Princesa. Além disso, ela poderia ser solicitada em outras localidades. Subscreviam-se

para esta folha nas Casas dos Srs. João Pedro da Veiga e C., no Rio de Janeiro, Manoel Soares do Couto no Ouro Preto, Martiniano Severo de Barros e C. em São João d’El Rei, Francisco de Paula Pereira e Mello em Pouso Alegre, Joaquim Antônio Alves Alvim em S. Paulo, Antônio Clemente dos Santos em Guaratinguetá.⁶²¹

Aponta-nos, a *Opinião Campanhense*, uma pequena rede de correspondentes e possíveis correligionários, localizados em pontos diversos do Império, abrangendo as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Marco Morel, assinar um periódico indicava uma possível afinidade entre redator e leitor, onde este poderia

⁶¹⁷ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 16 JUL 1827.

⁶¹⁸ FEDERALISTA (O). São Paulo, 03 MAIO 1832.

⁶¹⁹ VIGILANTE (O). Sabará, 2 JAN 1833 – 26 JUL 1834.

⁶²⁰ JUSTICEIRO (O). São Paulo, 18 DEZ 1834.

⁶²¹ OPINIÃO Campanhense. Campanha, 29 DEZ 1832.

partilhar as orientações políticas expressas no impresso.⁶²² Embora não devêssemos generalizar esse caráter de cumplicidade, podemos inferir que as ligações políticas repercutiam na formação das redes de comunicação. Certamente, eram homens envolvidos diretamente com a vida política, acostumados aos debates nas tribunas, que fomentavam a produção das prensas nas províncias. Além disso, o periódico poderia se tornar um instrumento para se estabelecer e reforçar laços regionais no Império, como se visualiza no mapa seguinte (FIG. 27).



FIGURA 27 - Localidades onde era possível assinar a *Opinião Campanhense* [Mapa elaborado pelo autor a partir de projeção cartográfica atual].

O alcance desses periódicos pode ser notado pela presença de um exemplar da *Opinião Campanhense* – folha que Francisco de Paula Ferreira de Rezende lembrava de ter exercido alguma influência, mesmo que nunca a tivesse lido⁶²³ – encontrado em meio aos ofícios enviados pela Câmara Municipal de Guaratinguetá à Presidência da Província de São Paulo (FIG. 28). O motivo para que essa folha estivesse na documentação do Arquivo do Estado de São Paulo está na notícia de construção de uma estrada que interligaria a vila de

⁶²² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, p. 212.

⁶²³ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988, p. 114.

Campanha ao porto de Ubatuba, passando pelas vilas de Itajubá e de Guaratinguetá. A Câmara desta, por sua vez, utilizou o impresso para comprovar o interesse dos mineiros em construir uma via que facilitasse o contato e, por conseguinte, o comércio entre as duas províncias.⁶²⁴ Além disso, os guaratinguetaenses pretendiam obter auxílio do governo provincial para terminar projeto anterior que levaria as tropas de muares a passar nas proximidades da vila, atraindo

o commercio de Minas, pois estando prompta esta estrada que vai ter ao Porto de Ubatuba [...] os tropeiros a preferirão em razão de evitar a grande Serra do Parati, e a Província [de São Paulo] ganhará com o augmento do commercio [...] além de cada vez mais se facilitar a comunicação com aquela de Minas sua limitrophe”.⁶²⁵

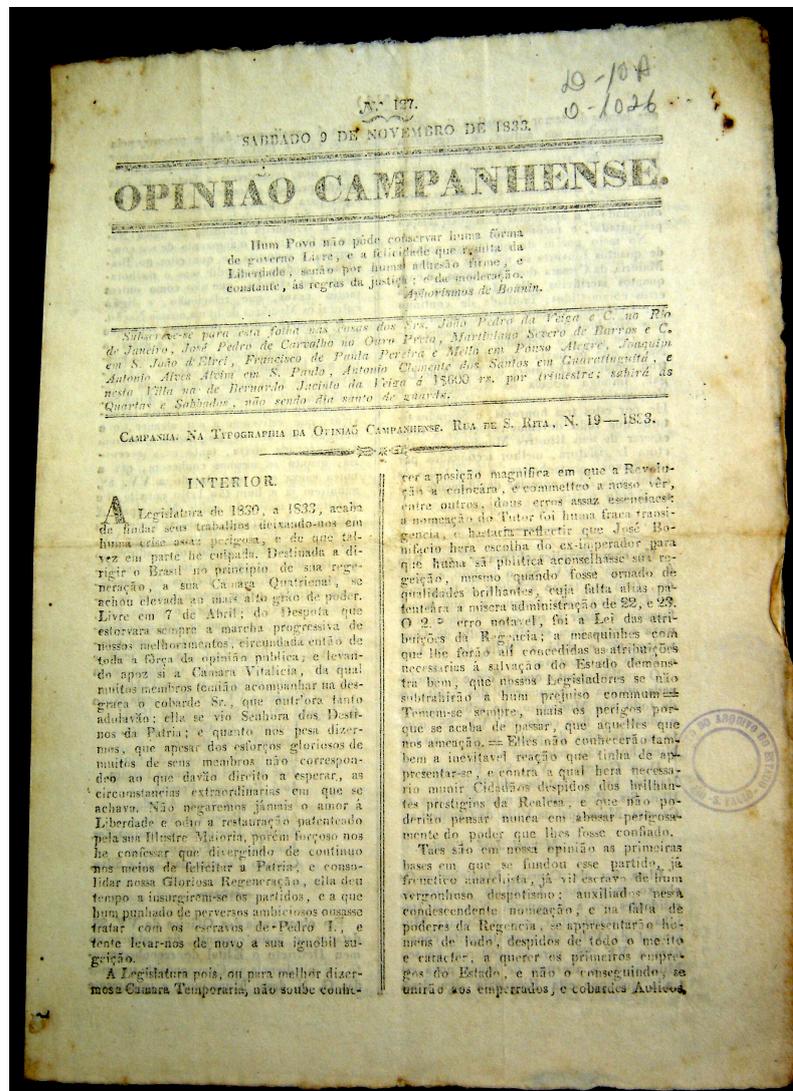


FIGURA 28 - Exemplar de 9 de novembro de 1833 da *Opinião Campanhense* encontrado em meio aos arquivos da Câmara Municipal de Guaratinguetá. (AESP – Arquivos Diversos (Guaratinguetá). No. Ordem 1026, Doc. 10A).

⁶²⁴ AESP – Arquivos Diversos (Guaratinguetá). No. Ordem 1026, Doc. 10, 28 NOV. 1833.

⁶²⁵ AESP – Arquivos Diversos (Guaratinguetá). No. Ordem 1026, Doc. 97, 27 ABR. 1833.

Interessante observar que o próprio jornal, provavelmente, percorreu as antigas estradas que noticiava, uma vez que foi remetido em meio à correspondência entre as localidades envolvidas. A presença da *Opinião Campanhense* em São Paulo nos faz pensar que os impressos percorriam o território imperial, apalpando-o em todas suas dimensões. Essa amplitude pode ser localizada ao traçarmos uma cartografia da opinião pública, localizando os objetos impressos nos espaços que percorreram. Um dos instrumentos que permitiram essa caminhada da imprensa foi o serviço postal, que figurava entre as principais reivindicações dos habitantes de vilas, arraiais e distritos, principalmente, como meio para desfrutarem dos “frutos commerciaes e politicos que este prompto canal da Civilização a mãos largas espargia”.⁶²⁶

Geralmente, os jornais poderiam ser assinados e remetidos pelos Correios, restando ao assinante recolher os exemplares na agência de sua localidade. Sabemos que Antonio Rodrigues Pereira, mais tarde Barão de Pouso Alegre, recebia jornais de Ouro Preto na Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) por uma informação contida em carta enviada por Joaquim José Vaz de Oliveira, em que afirmava: “Remetto-lhe folhas do Universal e do G.N. [Guarda Nacional], hé o que por agora achei na Administração do Correio”.⁶²⁷ A fim de se ter uma noção dos gastos necessários para se receber os impressos, a Câmara de Sabará, que assinava *O Universal* e o *Astro de Minas* pagou, no ano de 1837, 4\$970rs (quatro mil, novecentos e setenta réis) “ao Agente do Correio desta Villa pelos portes dos periódicos”.⁶²⁸ Nesse ano, a assinatura anual de *O Universal* custava 10\$000rs (dez mil réis), o que nos permite perceber a dimensão das despesas a que estavam sujeitos os subscritores para receber seus jornais, que girava em torno de 20 réis por cada exemplar enviado.

⁶²⁶ APM – Presidência da Província. PP¹ 7 Caixa 02, Doc. 18, 09 MAR. 1835. (Correspondência da Sociedade Anti-restauradora de Santa Quitéria à Presidência da Província, pedindo o retorno do serviço dos correios no distrito).

⁶²⁷ APM – Coleção Família Rodrigues Pereira. FRP¹ Caixa 01, Doc. 09 (9.5) 07 NOV. 1841. Antonio Rodrigues Pereira (1803-1883) foi fazendeiro, oficial do Regimento de Cavalaria e juiz de paz de Queluz. Podemos ter uma idéia das tendências políticas de Antonio Rodrigues Pereira por meio dos nomes de seus filhos, batizados em homenagem às personagens da Revolução Americana: Washington Rodrigues Pereira (1831-1912) e Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917). Este, importante político do Segundo Reinado, daria seu nome ao local em que nasceu: Conselheiro Lafaiete (MG). Cf.: TEIXEIRA, Sávio de Figueiredo. *Compromisso com o Direito e a Justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 217-218.

⁶²⁸ APM – Câmara Municipal de Sabará. CMS 203, f. 4, 16 JAN. 1837.

Entretanto, a chegada dos jornais aos seus destinatários não era garantida. Durante o trajeto, as folhas estariam sujeitas aos leitores furtivos, como o administrador da agência dos Correios de Resende (RJ), acusado de abrir exemplares de *O Farol Paulistano* destinados a um assinante daquela vila.⁶²⁹ O administrador da agência da Vila de Tamanduá (MG) foi mais indiscreto, “emprestando” aos seus amigos os periódicos que teriam como destino a Vila de Araxá. Conforme noticiava um indignado correspondente de *O Universal*, os assinantes legítimos não recebiam seus devidos exemplares por causa da “permissão que se costuma fazer naquella Estação intermedia de levarem os leitores graciosos as folhas para le-las em suas casas, e tornarem a traze-las no dia seguinte”, coisa que poderia não acontecer, pois os impressos eram frequentemente surrupiados.⁶³⁰ Em setembro de 1835, “alguns Cidadãos da Villa Diamantina [princiariam] a queixarem-se” que, na Administração dos Correios do Serro, ficavam “paralizados parte dos periódicos que aos mesmos são dirigidos da Corte, e de outras povoaçoens, privando-os d’esta forma de noticias interessantes”.⁶³¹ Esses casos são importantes registros de uma prática realizada no meio do trajeto do periódico, isto é, entre a tipografia e a residência do assinante, permitindo-nos observar algumas das formas de leitura desses objetos por sujeitos “desautorizados”. Isso sugere uma ampliação do alcance do periódico, onde um mesmo exemplar atingia número considerável de leitores por onde passava.

No princípio das Regências, o envio de “jornaes nacionaes” foi facilitado pela isenção de porte, conforme disposto no Art. 7º do Decreto de 7 de junho de 1831.⁶³² Essa lei foi recebida com entusiasmo pelos jornalistas, que acreditavam que

a imprensa por uma mais rápida extracção das suas obras tomará novo vôo, e muitos que por suas posses não podião carregar a dupla despeza de subscrições e portes se verão hoje habilitados a lerem as folhas periódicas não só deste, como de muitos outros lugares do Imperio.⁶³³

Embora representasse uma medida importante para a divulgação dos impressos no Brasil, a dispensa de taxas para “folhas periódicas” provocou alguns inconvenientes, como o envio de cartas no meio de maços de jornais, burlando a arrecadação das agências dos

⁶²⁹ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 23 FEV. 1830.

⁶³⁰ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 08 ABR. 1836.

⁶³¹ APM – Presidência da Província. PP¹ 8 Caixa 03, Doc. 07, 14 SET. 1835.

⁶³² BRASIL. Decreto de 7 de junho de 1831. p. 10.

⁶³³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 20 JUL. 1831.

Correios.⁶³⁴ Não se sabe se em decorrência dos abusos com a sonegação do valor cobrado pelo expedição das cartas, a isenção foi revogada pela Lei n. 99 de 31 de outubro de 1835, que determinava o pagamento da “quarta parte do porte das cartas” para o envio de impressos.⁶³⁵ O Decreto n. 399 de 21 de dezembro de 1844 era mais cuidadoso com relação ao envio de periódicos, determinando o pagamento das mesmas taxas “huma vez que estejam fechados de modo, que se reconheça não conterem carta alguma”.⁶³⁶

Superados os problemas com a remessa do impresso, o assinante poderia ler seu exemplar no sossego da residência. Deste modo chegariam os jornais na Campanha, por meio dos quais Francisco de Paula Ferreira de Rezende teria acompanhado as discussões sobre a maioria de D. Pedro, evocando as reminiscências em torno das notícias que “ouvia ler” ou lia individualmente:

Assim, não só me recordo do grande interesse com que ouvia ler as discussões que a propósito da maioria tiveram então lugar nas câmaras; mas até mesmo me parece, que eu próprio já não deixava, embora ainda um pouco gaguejadamente de as ler ou repisar, quando achava o jornal desocupado.⁶³⁷

Outro indício do alcance do periódico eram as correspondências dos leitores. As cartas impressas na própria folha noticiam os lugarejos do correspondente, o tempo de entrega dos periódicos, as formas da leitura e correspondentes apropriações dos discursos impressos. Os leitores encontravam neste espaço uma oportunidade para “troca de falas”, debatendo algum artigo ou polemizando contra particulares e o governo. Estas cartas não eram inseridas a esmo. Ocorria uma seleção que levava em conta as afinidades políticas, a relevância (para o editor) e, obviamente, a capacidade da própria tipografia. Entretanto, ressaltamos que há possibilidade de várias correspondências serem de autoria dos próprios redatores, como estratégia para orientar os leitores e fomentar discussões sobre assuntos candentes, como provavelmente ocorreu com as cartas enviadas sob o pseudônimo “Paraopebano”, atribuídas a

⁶³⁴ APM – Presidência da Província. PP² 6 Caixa 04, Doc. 06, 23 FEV. 1832.

⁶³⁵ BRASIL. Lei n. 99 de 31 de outubro de 1835, p. 111.

⁶³⁶ BRASIL. Art. 185, Decreto N. 399 – de 21 de dezembro de 1844, p. 298-299.

⁶³⁷ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*, p. 105.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, divulgadas pelo *O Universal*, entre os anos de 1825 e 1826.⁶³⁸

As fronteiras provinciais não limitavam o trânsito de impressos, como apresenta o *Pregoeiro Constitucional*, periódico impresso no arraial de Pouso Alegre que, a exemplo da *Opinião Campanhense*, poderia ser assinado na Província de São Paulo e na Capital Imperial, ou seja, seu possível caminho de circulação interligava as províncias do Centro-Sul. Além do mais, o proprietário da “Typographia do Pregoero Constitucional”, o padre José Bento Leite Ferreira de Mello, recebia “um grande nº de Periodicos da Corte e províncias do Império”, oferecendo-os para serem lidos na própria casa, “onde comodamente [os concidadãos] poderão vir ler”.⁶³⁹ Essa prática realizada na casa do padre Mello poderia envolver tanto uma leitura introspectiva quanto um exercício mais coletivo, como a leitura oral seguida de discussão que provavelmente ocorria nas reuniões de caráter político.

O potencial dos impressos efetivava-se com a prática da leitura. Assim, em 1829, o bibliotecário Francisco de Assis Brasiel, por meio do *Astro de Minas*, avisava que se encontravam

na Bibliotheca desta Villa [de São João del-Rei] para quem quizer ler os seguintes periódicos:

Farol Maranhense / Abelha Pernambucana / Constitucional de Pernambuco / Cruzeiro / Amigo do Povo / Gazeta Parahybana / Bahiano / Farol Paulistano / Diário Fluminense / Aurora / Astréa / Malagueta / Luz Brasileira / Jornal do Commercio / Courier / Universal / Amigo da Verdade / Astro de Minas⁶⁴⁰

Percebe-se uma variedade de títulos que ultrapassava as folhas das províncias tidas como centrais, indicando a leitura de jornais provenientes de pontos distantes do Império. Periódicos do Rio de Janeiro, Ouro Preto, São Paulo, Salvador, São Luiz, Paraíba e Recife poderiam ser lidos e discutidos na Vila de São João del-Rei. Em função dessa quantidade de títulos, podemos deduzir que a leitura daqueles jornais, oriundos de locais tão distantes, tinha como intenção instituir uma esfera mais ampla, que envolvia completamente o Império e conferia uma unidade de pensamento e de ação às elites regionais. As sociedades políticas

⁶³⁸ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 24 AGO a 30 NOV. 1825; 15 FEV. 1826. Sobre a atribuição das cartas a Vasconcelos, ver: VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: [s.n.], 1953, p. 10.

⁶³⁹ PREGOEIRO Constitucional. Pouso Alegre, 12 MAR. 1831.

⁶⁴⁰ ASTRO de Minas. São João del-Rei, 29 OUT. 1829.

também estavam envolvidas nesse projeto, facultando a leitura de periódicos de diversas partes, como a Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro, sediada no Arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado (atual Januária, MG). Conforme seus estatutos, a entidade procurava

aumentar os conhecimentos dos habitantes deste Salgado pretendo-lhe para isto a leitura dos Periódicos da Bahia, Pernambuco, S. Paulo e Goiás e não se assinam os desta Província [de Minas Gerais] por serem oferecidos pelo reverendo padre José Antônio Marinho.⁶⁴¹

A leitura de folhas de outras regiões, além de “aumentar os conhecimentos dos habitantes”, intentava constituir uma coesão em torno de um projeto político unificador que concretizasse uma concepção de soberania efetivamente “nacional”. Afinal, a imprensa representava o único meio para se conduzir um debate em vasta escala, tateando todos os lugares do território brasileiro.

Para além das sociedades políticas, a ampliação da esfera de influência dos periódicos pode ser apreendida por meio das constantes referências em outros jornais do Império. Desta forma, as opiniões do *Astro de Minas* acerca da liberdade constitucional expandiram seu alcance através da recopilação do conteúdo discursivo pelo *O Farol Paulistano*, em meados de 1828, atingindo leitores e possíveis ouvintes para além da província mineira.⁶⁴² Essa prática constituía uma via de mão dupla, pois envolvia o intercâmbio discursivo através da cópia de textos de ambos os periódicos. A interação que se desenvolvia entre os redatores reforçava esse caráter dialogal da imprensa, especialmente, ao instituir um ambiente para a troca discursiva, onde os mesmos praticavam a permuta de textos e artigos, como havia anunciado *O Farol* logo que o *Astro* surgiu:

Foi-nos enviado por seu Redactor o primeiro numero [do *Astro de Minas*], que contém o Prospecto, e fomos convidados para a troca de nossas folhas, que mui gustosamente acceitamos. A Província de Minas Geraes já conta duas Folhas Periódicas, e ambas escriptas no sentido liberal.⁶⁴³

O desenvolvimento dessas trocas de folhas contribuía para a organização de uma efetiva “esfera pública” nas Províncias de Minas Gerais e de São Paulo. Com o intuito de expandir esse intercâmbio, o *Constitucional Mineiro* anunciava:

⁶⁴¹ APM – Presidência da Província. PP¹₇ Caixa 01, Doc. 20, 24 SET. 1832.

⁶⁴² FAROL Paulistano (O). São Paulo, 23 ABR. 1828.

⁶⁴³ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 15 DEZ. 1827.

O Redactor desta Folha tem a honra de enviar a seus Illustres Colegas o primeiro Numero do Constitucional Mineiro, e continuará com os subseqüentes; convidando-os desta maneira à troca dos seus Periodicos. N'este procedimento assas manifesto o desejo d'aproveitar se das suas excellentes doutrinas, e de concorrer quanto possivel for, para o bem da ordem e do socego, e para a prosperidade da Pátria.⁶⁴⁴

Outros exemplos nos permitem observar as relações entre as elites mineira e paulista no estabelecimento de um espaço de debates que, ao final, tinha como objetivo o fortalecimento de uma “esfera pública” no Império ou, pelo menos, no Centro-Sul. Assim, o redator da *Estrella Mariannense* agradecia aos seus correligionários:

Senhores Redatores. Quanto nos distinguistes, e animastes com a troca dos nossos jornais é um motivo sobejo para nosso júbilo, e reconhecimento, vossas doutrinas muito contribuirão para nossa Ilustração, e progresso na carreira que temerariamente incitamos. Agradecemos vossos obséquios, em nome da Pátria vos pedimos que continueis com o mesmo fervor a defender seus direitos, a pugnar pela liberdade único bem que devemos ambicionar, e pela qual são poucos todos os sacrifícios. (grifo nosso)⁶⁴⁵

A discussão política propagava-se de vila em vila, criando a sensação de pertencimento a um extenso ambiente de debates. Por meio da prática da troca de jornais e da recopilação, os periódicos favoreceram o intercâmbio de idéias, sobretudo nos momentos mais intensos. Contudo, essa interação não se resumiu à citação de trechos das folhas que partilhavam as mesmas idéias políticas. Além da recopilação de textos de outros jornais, os periódicos também contavam com uma rede de colaboradores que forneciam artigos próprios e transcrições de livros, geralmente traduções de pensadores europeus. Carlos Eduardo França de Oliveira chama-nos a atenção para a importância da figura do “colaborador” na manutenção de um jornal, alimentando as folhas com os chamados “artigos comunicados”. Porém, pondera Oliveira, o “ato de colaborar podia ser constante ou esporádico”, pois o “colaborador” não tinha o compromisso diário, por isso suas contribuições não eram freqüentes.⁶⁴⁶ Como se não bastasse, não identificamos nenhum colaborador até o momento, embora possam ser encontradas menções, como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, imputado como colaborador da *Astréa*.⁶⁴⁷

⁶⁴⁴ CONSTITUCIONAL Mineiro. São João del-Rei, 18 SET. 1832.

⁶⁴⁵ ESTRELLA Marianense. Mariana (MG), 14 NOV 1832.

⁶⁴⁶ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 2, n. 3, jul. 2010 [online], p. 8.

⁶⁴⁷ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 05 JAN. 1828 citado por OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado, p. 8.

O Novo Farol Paulistano, que substituiu seu antecessor em agosto de 1831, mantinha correspondência assídua com o *Novo Argos* e *O Universal*, transcrevendo muitos discursos de seus colegas mineiros. A prática de imprimir, integral ou parcialmente, algum texto considerado interessante de periódicos de mesma tendência, cuja proveniência era identificada no final da cópia, era uma maneira de externar os vínculos políticos e de demonstrar uma unidade de pensamento e de postura. Além disso, a reimpressão de artigos não era entendida como plágio pelos redatores das Regências, mas como um meio de legitimar as “doutrinas” e de difundir o debate pelas províncias, como justificou o redator do *Recopilador Mineiro*:

Recopilando nós em nossa folha hum ou outro pensamento das outras folhas, e não o contradictando, parece ser a prova mais forte de que aquella doutrina he a nossa e nós a aprovamos, ou he para dar a discussão publica o seu objecto por nos parecer momentoso.⁶⁴⁸

Entretanto, a recopilação deveria ser seguida pela indicação da fonte de onde foi extraído o texto pelo editor. Caso contrário, o responsável pela cópia poderia ser tomado como um plagiário, isto é, aquele “que usa pensamento ou expressões alheias como suas sem as referir ao seu autor”, como definiu o dicionarista Antonio de Moraes Silva.⁶⁴⁹ Recopilar, portanto, teria o sentido de resumir “escriptura difusa ou mais larga e volumosa”,⁶⁵⁰ indicando o autor do escrito. Voltaire, ao aconselhar aqueles que pretendiam se enveredar pelo jornalismo, apresentava, de maneira irônica, o exemplo de Bayle, “o mais profundo dialético que jamais escreveu; é quase o único compilador que tem gosto”. Compilar, para o filósofo francês, seria uma prática dotada de critérios, passando do “bom gosto” à utilidade, desde que o compilador não se perca num estilo descuidado e negligente.⁶⁵¹

Ao defenderem o liberalismo, os membros de uma elite política, econômica e intelectual sabiam que a liberdade necessitava da conservação do espaço criado para sua própria ação. Em função disso, formularam ampla rede de comunicação em torno dos produtos dos prelos, praticando a permuta, correspondendo-se mutuamente e recopilando trechos de periódicos que professavam a mesma fé política. Entretanto, a troca de textos não

⁶⁴⁸ RECOPIADOR Mineiro. Pouso Alegre. 18 JAN. 1834.

⁶⁴⁹ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario do Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922, p. 457.

⁶⁵⁰ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario do Lingua Portuguesa*. p. 569

⁶⁵¹ VOLTAIRE, François Marie-Arouet, dito. *Conselhos a um jornalista*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 33.

envolveu apenas jornalistas paulistas e mineiros. Grande parte dos jornais brasileiros ingressava numa ampla rede, contribuindo com a proposta unificadora liberal. Esse verdadeiro universo relacional em torno da imprensa alcançou pontos diversos do Brasil, como atestam as informações da *Matutina Meyapontense*, publicada no Arraial de Meia-Ponte (atual Pirenópolis), em Goiás:

Talvez pareça audácia, pertender eu offerecer aos meos Patricios Goyanos, hum Periodico, em hum Arrayal, se bem que o mais populoso [...] Possuido pois de hum verdadeiro Patriotismo, so tendo em vista o bem ser da Nação, e soccorrido pelas sabias doutrinas da Aurora, Astro, Pharol e outros mais Periodicos verdadeiramente amigos do IMPERADOR, e do Brasil espero satisfazer o que tenho empreendido. (grifos nossos)⁶⁵²

Como dito, indício da prática da permuta era a constante recopilação de artigos de outros jornais. O redator da *Matutina Meyapontense* reproduzia textos de seus colegas mineiros e paulistas, partidários do liberalismo moderado, como os extratos do *Pregoeiro Constitucional*, *Astro de Minas*, *Observador Constitucional* e *O Farol Paulistano* encontrados em diversos números do primeiro ano em que circulou. Em contrapartida, excertos do periódico goiano foram recopilados em jornais como *O Universal*, o qual destacava a afinidade ao ideário liberal e a moderação em sua escrita.⁶⁵³

O conteúdo dos jornais poderia se fazer presente em locais distantes de maneira indireta. *O Vigilante*, publicado em Sabará, teve uma notícia reproduzida pelo *Recopilador Sergipano*, jornal editado na Vila Constitucional da Estância (SE). O periódico de Sergipe, por seu turno, havia retirado o conteúdo do *Diário de Pernambuco*, mencionando as duas fontes.⁶⁵⁴ A presença da folha mineira em Pernambuco não nos surpreende, uma vez que a província nordestina poderia ser alcançada pelos mineiros através do rio São Francisco, cujo principal afluente, o rio das Velhas, atravessa justamente o município de Sabará. Esse caminho, uma das prováveis portas de entrada dos emboabas na região mineradora, permitiu a circulação de “virulentos e incendiários escritos” da Confederação do Equador na Vila de Paracatu, alarmando as autoridades locais.⁶⁵⁵ Isso também explica a referência a periódicos de Bahia e Pernambuco no Brejo do Salgado, conforme mencionamos anteriormente. Contudo, a

⁶⁵² MATUTINA Meyapontense. Pirenópolis (GO), 5 MAR. 1830.

⁶⁵³ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 09 JUN. 1830.

⁶⁵⁴ RECOPIADOR Sergipano. Estância (SE), 24 JUL. 1833.

⁶⁵⁵ APM – Câmara Municipal de Paracatu. CMP 11, f. 10, 15 SET. 1824.

partir do vestígio deixado pelo *Recopilador Sergipano*, podemos especular sobre a amplitude do poder do escrito e seus efeitos sobre os leitores, o que compreendia a promoção de uma coerência política entre os grupos provinciais. Importante notar que a epígrafe, atribuída a George Washington, conclamava justamente a união: “Sede justos se quereis ser livres; Sede unidos se quereis ser fortes”.

A amplitude do impresso não é percebida apenas nas relações amistosas. No desenrolar do jogo político, a formação de facções e “partidos” implicou o embate na arena impressa. Vários personagens utilizaram o espaço dos periódicos para expor suas propostas e fazer valer seus pontos de vista, infamando os rivais, como se depreende do embate entre jornais como *O Justiceiro* e *A Phenix*. Interessante observar que, nessa ofensiva, os redatores acabaram por indicar o alcance de determinados periódicos. *O Observador Constitucional*, por exemplo, fazia referência a *O Telégrafo* em janeiro de 1830, imputando-lhe imagem anticonstitucional e autoritária. Em outro momento, *O Observador* continuava a atacar *O Telegrafo*, o qual afirmava ter em favor do caramuru Chichorro da Gama “a opinião dos homens sensatos da Província de S. Paulo, e do Império”, rebatendo: “em huma palavra podemos afiançar ao servil Telegrapho, sustentado, protegido, e redigido pelo J. J. Lopes, que se alguma opinião tem Chichorro n’esta Província, he para com os muleques”.⁶⁵⁶

Os redatores de *O Observador Constitucional*, para tecerem suas críticas à folha ouro-pretana, deveriam ter acesso ao jornal na capital paulista. Todavia, por vezes, a luta entre os periódicos poderia apontar para a tortuosidade dos caminhos da informação. Em novembro de 1830, o redator do *Amigo da Verdade* criticava o *Astro de Minas*. Essa contenda mineira foi noticiada pelo *O Republico*, folha da Corte, o qual partiu para o ataque contra os periódicos “ministeriaes”. Porém, o que nos salta aos olhos é a notícia ter sido reproduzida pelo *O Farol Paulistano*.⁶⁵⁷ De Minas Gerais ao Rio de Janeiro, encaminhando-se em seguida para São Paulo, a discussão ganhou uma amplitude que poderia não estar nos planos iniciais dos redatores de São João del-Rei. A partir desse exemplo, mais do que perceber a guerra de

⁶⁵⁶ OBSERVADOR Constitucional (O). São Paulo, 03 MAR. 1830.

⁶⁵⁷ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 13 NOV. 1830.

penas travada entre os publicistas,⁶⁵⁸ pretendemos apontar para a circularidade do discurso impresso, possibilitada por uma rede de comunicadores que se ocupavam com a crítica e o debate em torno das idéias políticas. Embora a discussão pudesse se degenerar para o insulto, a maior parte do conteúdo impresso era composta por discursos doutrinários, como os colóquios em torno da descentralização político-administrativa do Império que ocuparam as páginas dos jornais paulistas e mineiros do período.

Mesmo que os redatores provinciais idealizassem um grupo letrado e distinto, formado por cidadãos potencialmente capazes, muitas vezes os jornais ultrapassaram as barreiras sociais, alcançando um público amplo composto por toda sorte de pessoas destituídas do direito de participar da vida política formal. Com isso, aceitamos as observações feitas por Marco Morel sobre a polissemia do conceito de “espaço público”, cujos sentidos podem se reportar tanto à rede de interações entre sujeitos distintos estabelecida num ambiente público independente do Estado, como aos espaços físicos de sociabilidades, sem perder, contudo, a dimensão que diz respeito à esfera literária.⁶⁵⁹ Logo, não deve-se pensar a ação do impresso apenas nos meios letrados, mas atentar para o alargamento de seus usos, ampliando a esfera de debates ao abranger parcelas significativas da população.

Ao passo em que se desenvolvia o periodismo brasileiro, os redatores trataram de reforçar seus vínculos, como se depreende da freqüente citação e recopilação de artigos, cartas e anúncios. Neste sentido, a relação estabelecida entre os redatores tinha como objetivo primordial a comunhão em torno dos ideais por eles defendidos, conferindo-lhes legitimidade e certa unidade aos seus projetos políticos. Entretanto, a trajetória dos impressos mineiros e paulistas aponta-nos para o fato de que “a difusão de uma linguagem pode ser uma história muito diferente da sua criação”.⁶⁶⁰ Embora os escritos tivessem sido produzidos levando-se em conta um público leitor idealizado, a rede de comunicação que se formava a partir dessas produções impressas potencializava o discurso, ampliando o raio de ação dos escritores

⁶⁵⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*. Niterói, v. 4, n. 8, p. 41-65, Agosto 1999.

⁶⁵⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 18.

⁶⁶⁰ POCOCK, John. “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”. In: *Linguagens do ideário político*. Trad.: Fábio Fernandez. São Paulo: EdUSP, 2003, p. 69.

políticos. Assim, a relação entre as folhas periódicas do Império, com destaque para as de Minas Gerais e São Paulo, mostra-nos que o ideário liberal se propagava por caminhos que, por vezes, os próprios editores não tinham planejado, alcançando um público amplo, diversificado e capaz de reordenar o conteúdo que lhes chegava às mãos.

Pelo menos no ideário liberal, a formação de uma dilatada esfera de discussão apresentava-se como um valor. Assim, para seus adversários nas eleições paroquiais de 1833, aconselhava o redator de *O Universal*:

Que receio pode haver de trabalhar nas Praças, nas esquinas, nos lugares mais frequentados, quando se trata de sustentar a Religião, a Constituição, e o Sr. D. Pedro 2.? Por que não seguem os caramurus o mesmo exemplo dos moderados? elles tambem se reúnem em sociedades as suas Sessões se fazem publicamente, e ainda correm pela Imprensa.⁶⁶¹

No fragmento acima, podemos visualizar os componentes de uma esfera pública: discussões “nas Praças, nas esquinas e nos lugares mais frequentados”, reuniões em sociedades políticas e “ainda correm pela Imprensa”. Contudo, além de sugerir o desenvolvimento dos espaços de debate, o redator pretendia convencer os eleitores de que a “opinião pública” apoiava os liberais moderados. Se aprofundarmos na leitura da frase, perceberemos que se tratava de afirmar a posse dos lugares de discussão política e impor um sentido para a própria opinião pública.



Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito nos casos e pela forma que a Lei determinar.⁶⁶²

O excerto mencionado, parte da carta constitucional do Império do Brasil, foi muitas vezes utilizado como epígrafe nos periódicos regenciais. Sua citação era uma evocação do poder das leis contra as arbitrariedades, representando uma confiança otimista nas instituições

⁶⁶¹ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 01 MAR.1833.

⁶⁶² BRASIL. Constituição (1824). *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal, 1999, art. 179, § 4º, p. 103.

políticas como garantidoras das liberdades públicas. No momento de luta política, a Constituição, para os liberais, representava o caráter essencial das leis, podendo ser vista como “uma forma de constrangimento à ‘ação dos absolutistas’”. Mesmo os grupos conservadores valorizavam-na, sobretudo como instrumento para a garantia “das instituições governamentais fundadas na tradição e no costume”.⁶⁶³ Contudo, as epígrafes baseadas naquele artigo constitucional retomavam uma atribuição fundamental do Estado de Direito: a garantia da liberdade de expressão.

A questão da liberdade de imprensa ocupou boa parte dos trabalhos da Assembléia Geral em sua primeira legislatura. Na sessão de 22 de julho de 1826, o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, imbuído do arcabouço liberal, afirmava que a fiscalização do trabalho dos “funcionários públicos” era o maior benefício da liberdade de imprensa. Na mesma ocasião, Manoel José de Souza França complementava a exposição de Vasconcelos, destacando que a liberdade de imprensa representava “um os pilares do edificio do systema constitucional”. O mesmo parlamentar ponderava que nenhum jornalista atacaria um funcionário bem quisto pela opinião pública, “porque elle também teme de ser taxado de mentiroso”. Prosseguia o raciocínio com o argumento de que o escritor público deveria exprimir a opinião pública, ou seja, a opinião pública precederia o trabalho do jornalista, tendo este o dever de provar o que ela já havia estabelecido. Deste modo, pressupunha-se que a opinião pública deteria a verdade, que os redatores tratariam apenas de explicitar. O deputado pernambucano Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, por sua vez, direcionou a discussão para os “atos da administração pública”, afirmando que “não se abusa da liberdade da imprensa, quando se escrever contra os actos da administração publica, porque realmente se se tira isto, se houver alguma alteração, acabou-se a liberdade da imprensa”. Ao final, arrematou: “a liberdade da imprensa é o verdadeiro sustentáculo da liberdade civil e politica. Desde que se acaba a liberdade da imprensa, perde-se tudo”.⁶⁶⁴

⁶⁶³ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil* (1822-1834). São Paulo: USP, 2006 (Tese, Doutorado em História), p. 23.

⁶⁶⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro Câmara dos Srs. Deputados, sessão de 1826*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 275-286. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 20 ABR. 2011.

Das considerações dos parlamentares brasileiros entre 1826 e 1830, sobressaiu-se a concepção da liberdade de imprensa como fundamento para a construção de um Estado de Direito, que acreditavam ser capaz de satisfazer aos requisitos básicos para a segurança jurídica, como a garantia da liberdade de expressão do pensamento.⁶⁶⁵ A discussão sobre a liberdade de imprensa trazia, em seu bojo, os valores relativos à Constituição, à ilustração e à opinião pública, reconhecendo, porém, uma visão restritiva das leis inspirada na obra de Montesquieu. Embora reconhecessem a limitação que a lei sobre o abuso de liberdade de imprensa impunha, entendiam que a legislação era necessária para a garantia da própria liberdade, pois “se um cidadão pudesse fazer tudo o que [as leis] proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder”.⁶⁶⁶ Enfatizamos que, naquele momento, as discussões políticas estavam ligadas ao movimento de constituição dos Estados Nacionais, o que envolvia a afirmação de uma ordem liberal e, simultaneamente, a instituição de um tipo de Estado que seria capaz de controlar e garantir as liberdades proclamadas pelo liberalismo. Esse movimento levou os construtores do Império a uma verdadeira encruzilhada, porque, enquanto o Estado deveria ser instituído, fortaleciam-se os meios que, teoricamente, o limitariam. Neste sentido, a formação do Estado Imperial brasileiro esteve ligada ao processo de desenvolvimento de um discurso que asseverava a limitação do “exercício do poder de governar”.⁶⁶⁷ Lembramos que o liberalismo possui como uma de suas características fundamentais a aceitação do princípio da limitação das forças e do domínio da ação do governo, cujos meios para tal são: o parlamento, a constituição, a imprensa e a organização da opinião pública.⁶⁶⁸

Ao passo que se discutiam os papéis do jornalismo na vida política brasileira, sobretudo como instrumento para a restrição da ação estatal, o governo atuava no sentido de regular a atividade impressa, interferindo na dinâmica da “esfera pública”. Essa relação de forças teve como resultado imediato a Lei de 20 de setembro de 1830, fruto das discussões

⁶⁶⁵ KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Trad.: João Baptista Machado. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 346.

⁶⁶⁶ MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de La Brède et de. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril, 1973, p. 156.

⁶⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004, p. 29.

⁶⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, p. 23.

travadas desde 1826 na Assembléia Geral, promulgada sob o reinado de D. Pedro I. Como lei penal, a determinação de 1830 estabelecia uma punição de três a nove anos de prisão para aqueles que atacassem, por meio de impressos e manuscritos, o sistema monárquico, o imperador e a religião do Império.⁶⁶⁹ As tentativas de regular a imprensa pela autoridade instituída continuaram nas Regências, como se depreende do Decreto de 18 de março de 1837, promulgado sob a regência de Feijó, em que se regulamentava o processo contra “abusos de liberdade de expressão”. Isso nos permite afirmar que a liberdade da imprensa não era cerceada somente pela “liberdade da faca”, como acreditava o naturalista inglês Charles Bunbury (1809-1886),⁶⁷⁰ mas através de um aparato jurídico que pretendia conter os escritores públicos.

Podemos deduzir que a Lei de 20 de setembro de 1830 representava uma tentativa de refrear a opinião pública que, naquela época, voltava-se contra a figura do monarca. O próprio D. Pedro tinha conhecimento do potencial da imprensa, pois nela atuou como “o mais agressivo dos colaboradores” durante a agitação emancipacionista.⁶⁷¹ Temia-se a conturbação social e, com ela, o enfraquecimento da autoridade. Contudo, ainda nos debates de 1826, o deputado paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro argumentava que “os escriptos são sempre posteriores às verdadeiras causas das revoluções, e as causas das revoluções são os erros do governo”.⁶⁷² Como lembrava Feijó, os escritores perderam o temor pelas represálias que marcaram o imediato pós-Independência, apontando os “erros do governo”, o que contribuiu para o descrédito do imperador, cada vez mais apresentado como um tirano pelos jornais oposicionistas.⁶⁷³

A oposição entre liberdade e despotismo encontra-se inscrita no prospecto do *Farol Paulistano*. Segundo o redator, houve diversos problemas para o estabelecimento da imprensa

⁶⁶⁹ BRASIL. Lei de 20 de setembro de 1830. *Collecção das Leis do Império do Brasil* (1830). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

⁶⁷⁰ BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1833-1835). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981, p. 38.

⁶⁷¹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*, p. 435.

⁶⁷² BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro Câmara dos Srs. Deputados, sessão de 1826*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 71. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 20 ABR. 2011.

⁶⁷³ Sobre a perseguição aos jornalistas, ver: NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História), p. 56.

em São Paulo, como uma possível má vontade do governo imperial, referindo-se ao episódio do prelo da Tipografia Nacional. O redator do *Farol Paulistano* comentou o ofício que negava o transporte do maquinário, afirmando que “portarias liberaes e grandiosas aparecerão no Diário Fluminense a cerca da Typografia, que para S. Paulo devia vir, mas nada de Typografia para S. Paulo!” Contudo, ao se instalar a primeira oficina tipográfica, regozijava-se, pois “a Cidade de S. Paulo já tem uma Typografia, e o seu tal qual Farol Paulistano”. Mas o temeroso redator lembrava que

Não podemos todavia nos conter a nossa admiração à vista das seguintes palavras do Officio = peço licença para sua erecção por conta dos particulares; que não duvidão subscrever para um fim tão interessante = Estas linhas fazem despertar reflexões bem tristes à face da ampla faculdade da Constituição na emissão de seus pensamentos. Será mister licença para exercer todos e quaesquer direitos constitucionaes, ou só para este é que se faz precisa?⁶⁷⁴

A presença de uma prensa na província representava o exercício dos “direitos constitucionaes”, principalmente, da liberdade de expressão, a qual encontrava lugar nas folhas públicas. Estas, para os homens do século XIX, eram “o vehiculo da opinião pública”.⁶⁷⁵ Os elementos que restringiriam as forças do governo – Constituição, parlamento, imprensa e opinião pública – emergiram nas páginas dos periódicos, indicando o fortalecimento de discursos de cunho liberal. No entanto, cabe realçar que a noção de “opinião pública” não estava plenamente estabelecida naquele tempo, pois comportava uma variedade de elementos que a tornavam imprecisa, polissêmica e polêmica.⁶⁷⁶

Francisco José de Sales, editor do *Astro de Minas*, inseriu uma citação do jurista italiano Gaetano Filangieri (1752-1788), em que afirmava que

Existe em cada Nação hum Tribunal de alguma sorte invisível, mas cuja acção he continua, e mais poderosa, que as da Lei, dos Magistrados, dos Ministros, e do Príncipe; hum Tribunal que dirigido por más Leis, pode tornar-se em huma origem de abusos e de erros de todo o gênero, mas que regido por boas Leis, pode ser o órgão da justiça e da virtude, he este Tribunal, cujo poder he invencível, quem nos mostra sobre tudo, que a Soberania existe constante e realmente no Povo, e que este não deixa de a exercer, ainda que a authoridade immediata seja collocada nas mãos de muitos, ou de hum só, de hum Senado, ou de hum Rei. Este Tribunal he o da Opinião Publica.⁶⁷⁷

⁶⁷⁴ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 21 FEV. 1827.

⁶⁷⁵ FAROL Paulistano (O). São Paulo, 14 MAR. 1827.

⁶⁷⁶ Para a discussão acerca do conceito de “opinião pública” na Corte, ver: MOREL, Marco. “Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção”. In: *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 200-218.

⁶⁷⁷ ASTRO de Minas. São João del-Rei, 23 ABR. 1829. Citação corresponde ao capítulo LIII do Livro 4 da *Ciência da Legislação*. Cf.: FILANGIERI, Gaetano. “De la libertad de la imprenta”. In: *Ciência de la legislación*. Tomo VI. Madri: Imprenta de D. Fermin Villalpando, 1822, p. 88-89.

Como integrante do esclarecimento reformista italiano, Filangieri considerava a opinião pública importante para as garantias das liberdades civis. Porém, ela não seria simplesmente o baluarte da sociedade contra o soberano, como se fosse um tribunal preparado para fiscalizar e condenar os abusos que ele cometesse, mas deveria ser, também, “o resultado da decisão e da ação esclarecedora do próprio soberano”.⁶⁷⁸ Ao recorrer à obra do jurista italiano, o *Astro de Minas* apresentou um sentido da “opinião pública” corrente naquele tempo, tomando-a como um “tribunal invencível”, capaz de depor ministros e destronar príncipes. Invencível, mas não infalível. Pois, se for “dirigido por más Leis”, esse tribunal poderia levar aos abusos e erros, impossibilitando a justiça, preocupação que percorre a obra de Filangieri. Dessa forma, a opinião pública seria o resultado da dialética entre os juízos da sociedade e a ação reguladora do Estado, sujeita tanto ao nível de esclarecimento dos cidadãos, quanto à ilustração do governante. Como afirma Girolamo Imbruglia, em sua análise sobre o iluminismo napolitano, esta opinião idealizada por Filangieri, “que pode ser manipulada pelas leis, mas que não está sob seu controle, é uma força social”.⁶⁷⁹

O trecho apresentado pelo *Astro de Minas* ainda vinculava a opinião pública à idéia de soberania do “Povo”. Num primeiro olhar, tomaríamos essa inserção como um exemplo da ambigüidade que marcava os discursos dos liberais moderados, já que estes defendiam uma soberania fundamentada na nação. Porém, esse problema poderia ser solucionado com uma noção excludente de “povo”, visto, pelos moderados, como o conjunto dos cidadãos ativos que exerciam plenamente os direitos políticos e civis, sendo detentores da prerrogativa de julgar o governo no tribunal da opinião pública.⁶⁸⁰ Além disso, esse “povo” deveria ser capaz de efetivar, “diante do grande público do *mundo letrado*”, aquele uso público da razão como

⁶⁷⁸ COSTA, Pietro; PASCALE, Carla de; RICCARDI, Mario. Gaetano Filangieri's The Science of Legislation, Edizioni della Laguna, 2003-2004. *Íris*. Firenze, vol. 1, n. 1, abril 2009, p. 259 (tradução nossa). Disponível em <<http://ejour-fup.unifi.it/index.php/iris>>. Acesso em: 01 MAIO 2011.

⁶⁷⁹ IMBRUGLIA, Girolamo. “Enlightenment in eighteenth-century Naples”. In: IMBRUGLIA, Girolamo (org.). *Naples in the Eighteenth Century: The Birth and Death of a Nation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 88.

⁶⁸⁰ BASILLE, Marcelo. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et. all. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006, p. 62. Para a apropriação de Filangieri no pensamento político brasileiro, ver: TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada* (Teoria política do Império do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957, p. 57-60.

preconizado por Immanuel Kant.⁶⁸¹ Embora se embasasse na concepção de Filangieri, que conciliava a liberdade dos cidadãos com a autoridade do governante, o *Astro* ingressava nas fileiras oposicionistas.

Outro periódico sanjoanense publicado na mesma ocasião, *O Amigo da Verdade*, também reconhecia a liberdade de imprensa como “hum dos bens mais preciosos, que nos outorgou a Constituição Política do Império”. Porém, ressaltava que “o abuso desta Liberdade he tãobem sem contradicção a origem mais funesta de erros perniciosos, e de males incalculáveis, que provem, ou podem provir à sociedade”. Para os conservadores e liberais moderados, a liberdade desenfreada poderia fomentar o conflito, tornando-se a “origem dos erros” da sociedade. Por isso, a opinião pública, sob a ótica dos redatores de *O Amigo da Verdade*, apresentava-se como um “tribunal” influenciável pelo temido “abuso da liberdade de imprensa”. A fim de se evitar a queda da opinião pública perante esse abuso e assegurar a autoridade instituída, os conservadores deveriam entrar na arena impressa, então dominada pelos liberais, apresentando uma verdade que transcenderia à própria opinião pública. Aliás, “sendo [a verdade] só huma”, os redatores prometiam fazê-la “aparecer com todo o brilhantismo, de que he adornada, tendo afugentado de si a illusão, e a escuridade do erro”. Embora os jornalistas reconhecessem a opinião pública como um poder capaz de se opor aos ministros e príncipes, não a viam como força infalível, pois ela “cede, dobra-se, desfigura” sob a ação da retórica. Os redatores de *O Amigo da Verdade* inverteram as considerações que Vergueiro havia apresentado nos debates parlamentares de 1826, afirmando que os erros podem ter origem nos escritos, o que exige a ação da imprensa na conservação da autoridade instituída. Contra-pondo-se ao *Astro de Minas*, os responsáveis por *O Amigo da Verdade* não admitiam em sua folha “qualquer correspondência, ou artigo, em que sejam atacados os Membros do Governo, e as Authoridades Constituídas”.⁶⁸² Essa concepção evidencia a aceitação da prevalência da autoridade sobre a liberdade, marcando a posição do jornal nos debates impressos.

⁶⁸¹ KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’? (‘Aufklärung’)”. In: *Textos seletos*. Trad.: Floriano de Sousa Fernandes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 66.

⁶⁸² AMIGO da Verdade (O). São João del-Rei, 08 MAIO 1829.

Para os grupos que se apoiavam nas tradições de Antigo Regime, a idéia de uma discussão pública era ameaçadora. *O Telegrapho*, periódico de tendência conservadora que circulou entre 1829 e 1831, afirmava “que existe no Brasil a seita do Illuminismo”, a qual, sob a influência de “energúmenos franceses”, divulgava “fantasmas políticos, a quem denominão liberdade, e igualdade, onde dizem elles consistir a felicidade do Gênero humano”. Para homens como José Gonçalves Cortes, redator de *O Telegrapho*, a liberdade não representava um valor que suplantasse a ordem e a integridade imperial, entendida como a reunião de “todas as Províncias do Império a do Rio de Janeiro como centro geral” (grifo nosso).⁶⁸³ Por isso, da ampliação da discussão política para um domínio “público”, compreendida nos termos de uma liberação da fala, “só havia a esperar-se em resultado a terrível anarchia; isto he a destruição da ordem social e da mesma sociedade”.⁶⁸⁴ Importante enfatizar que os mesmos escritores que minimizavam a liberdade valeram-se justamente do espaço público mediatizado, garantido pelo direito à liberdade de expressão expresso na Carta Magna, para fazer frente aos avanços liberais.

Os redatores de *O Observador Constitucional*, folha de forte discurso oposicionista da Província de São Paulo, afirmavam que

O Império não deve ser governado pelas Gazetas. He verdade: mas os que governão devem governar segundo quer a opinião pública, aliás a Nação não hade querer ser governada por elles, porque governão mal. He por todos sabido no Brazil que as folhas são os órgãos da maioria dos governados, e que nos paizes bem regidos he esta maioria que dirige a marcha dos que são ao leme dos negócios públicos; e toda a vez que os Ministros se apartarem d’ella he preciso que tarde ou cedo recuem, e se arrependão.⁶⁸⁵

Ao argumentar que o governo deveria desempenhar suas funções “segundo quer a opinião pública”, os autores do trecho consideravam essa opinião como personificação da vontade soberana “da maioria dos governados” expressa nas gazetas. Conforme a tensão aumentava, os jornalistas “livres”, isto é, aqueles que criticavam a autoridade constituída, estabeleciam uma concepção de opinião pública como responsável pela fundação e

⁶⁸³ TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 01 MAR. 1831.

⁶⁸⁴ TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 28 DEZ. 1830.

⁶⁸⁵ OBSERVADOR Constitucional (O). São Paulo, 28 JAN. 1830.

conservação do próprio Estado, funcionando como a fonte abstrata de uma legitimidade.⁶⁸⁶ No limite, esse entendimento nos remete à idéia de vontade geral, trabalhada por Jean-Jacques Rousseau, pois somente ela “pode dirigir as forças do Estado”.⁶⁸⁷ Se relacionarmos a opinião pública à noção rousseauiana de “vontade geral”, poderemos compreender a concepção defendida em *O Observador Constitucional* nos termos de uma entidade “indivisível” e “estável”. Afinal, conforme Ricardo Monteagudo, “se existe vontade geral, existe um julgamento capaz de designar o interesse comum, e por conseguinte, o aspecto estável da opinião pública pode ser estabelecido”.⁶⁸⁸ No entanto, haveria somente uma opinião pública única, que se atrelaria exclusivamente ao interesse comum, entendida como vontade geral não como expressão da razão, mas como censura da magistratura pública.

Esse tipo de formulação era recorrente nos discursos impressos, sobretudo como expressão da bipolarização que se estabeleceu no palco político entre governistas e oposicionistas nos momentos que antecedem à Abdicação. O mesmo *Observador*, em abril de 1830, retomava o entendimento “indiviso” e “soberano” da opinião pública, afirmando que “nem um poder se installa, se sustenta, ou decae se não pela *opinião*, que inspira”.⁶⁸⁹ Ressaltamos que *O Observador Constitucional*, após a queda de D. Pedro, projetou-se para a ala exaltada, defendendo propostas de cunho federalista, além de simpatizar com a forma de governo republicana.⁶⁹⁰ Importante observar que, justamente no momento em que radicalizava seu discurso, *O Observador Constitucional* passou a ser impresso em outra oficina tipográfica, opondo-se aos seus antigos “colegas” impressos na Tipografia do Farol Paulistano. Porém, conhecemos apenas um exemplar dessa nova fase, impresso no ano de 1832, o que não nos permite identificar com segurança o conteúdo discursivo desses tempos radicais.

⁶⁸⁶ BAKER, Keith Michael. Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 1987, 42e année, n. 1, p. 55. Disponível em: <<http://www.persee.fr/web/revues>>. Acesso em 10 JUL. 2010.

⁶⁸⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 85.

⁶⁸⁸ MONTEAGUDO, Ricardo. *Entre o direito e a história: a concepção do legislador em Rousseau*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 153.

⁶⁸⁹ OBSERVADOR Constitucional (O). São Paulo, 23 ABR. 1830.

⁶⁹⁰ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História), p. 96.

Atrás de uma formulação que asseverava “que todo o Poder depende da *Opinião Pública*”,⁶⁹¹ percebemos a utilização do conceito como uma “máquina de guerra” construída para minar as forças da autoridade.⁶⁹² Podemos situar esse discurso no momento em que emergem as forças liberais, avançando contra a figura do Imperador. Esse sentido foi partilhado pelo redator do *Astro de Minas*, o qual lembrava que “o Governo Constitucional que se não guia pela opinião pública, ou que a ignora, torna-se o flagello da humanidade”. A opinião pública seria o anteparo contra o absolutismo, expressando o descontentamento da “nação” com relação aos abusos do governo. Por isso, o mesmo *Astro* questionava: “Quando deixaremos de ser tratados como huma Nação conquistada? Quando veremos em roda do Throno do Brasil homens sinceros, inimigos da lisonja, e da adulação, e que se guiem pela opinião pública?”⁶⁹³

A opinião pública passava a ser vista como um instrumento de orientação, por meio do qual a autoridade constituída poderia se pautar para exercer suas funções, reconhecendo o que lhe competia ou não fazer. Essa concepção concorda com a abordagem que partilhamos nesta tese de que o Estado Imperial passou por momentos de governamentalização, indicando a ligação do conceito a uma razão governamental gestora da própria liberdade. Desta forma, a opinião pública foi concebida como um meio para se efetivar a “autolimitação” da atuação do governo por intermédio de um “regime de verdade”, influenciando na maneira como as instituições seriam organizadas. Portanto, a opinião pública, na acepção estritamente liberal, seria um dos procedimentos que permitiriam ao Estado saber “como governar apenas o bastante”.⁶⁹⁴

Porém, para além de guia de conduta dos governantes, a opinião pública era representada como a “autoridade suprema”. Para que ela pudesse alçar-se a essa posição,

⁶⁹¹ OBSERVADOR Constitucional (O). São Paulo, 23 ABR. 1830.

⁶⁹² CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião pública: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 48. Para o conceito de “máquina de guerra” empregado por Champagne, ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Tratado de nomadologia: a máquina de guerra”. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Trad.: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 7-96.

⁶⁹³ ASTRO de Minas. São João del-Rei, 03 MAR. 1831.

⁶⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, p. 20. Sobre os regimes de verdade, ver: FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: *Microfísica do poder*, p. 12.

como afirma Mona Ozouf, era preciso que o mundo fosse esvaziado de outras autoridades.⁶⁹⁵

Esse esvaziamento da autoridade pode ser captado a partir de um comentário publicado em *O Recopilador Mineiro*:

Em quanto as sinistras pretensões de D. Pedro erão mal conhecidas, sustentou-se este Príncipe no throno, apesar da opposição, que lhe fazião aquelles, que estavam convencidos da sua política machiavelica; mas, tanto que se fizerão patentes à Nação, e que a – Opinião Pública – manifestou-se contra elle, abdicou immediatamente a coroa na pessoa do Sr. Dr. Pedro 2º, sem fazer o menor esforço para conserval-a. Ora seria isto por desapego à Magestade? Ninguém de boa fé o afirmará, principalmente vendo-o depois empenhado na mais finda luta com seo irmão, a fim de destronal-o: logo abdicou porque não pode resistir ao poder da – Opinião Pública – a qual da mesma sorte que altera as leis, muda os costumes, e estabelece os interesses, assim também arranca os septros, quando assas declarada, das mãos imbeces, que não podem sustental-o [...] A vista de taes exemplos, ó Governantes do Mundo respeitae a – Opinião Pública; – respeitai como deveis à essa – Rainha Universal – Temei que ella se declare contra vossos criminosos caprixos, contra vossas arbitrariedades, e erros!⁶⁹⁶

O excerto aborda as forças que teriam levado D. Pedro I à renúncia. Conforme o redator, o surgimento da opinião pública foi fundamental para a revelação das “sinistras pretensões” do imperador. A “política machiavelica” abrigada nos corredores palacianos foi exposta pela “Rainha Universal”, destronando o monarca pela força da “verdade”. O escritor elaborou uma imagem da opinião pública de tal maneira soberana, que o próprio monarca teria reconhecido seu poder, abdicando sem fazer o menor esforço para conservar a coroa. D. Pedro, embora fosse apresentado como ambicioso pelo autor, teve que aceitar as “verdades inequívocas” apregoadas pela opinião pública. Se levarmos ao limite a concepção de verdade que compõe essa opinião, podemos afirmar que o maior mal de um governo não é o governante ser ruim, mas ser ignorante.⁶⁹⁷ Portanto, a função da opinião pública seria tornar as autoridades cientes de uma verdade construída no amadurecimento das discussões públicas e, especialmente, por meio da imprensa. Neste sentido, o redator de *O Constitucional Mineiro* informava que havia resolvido começar a publicação de um jornal para “fazer conhecer a opinião publica” e “fazer chegar ao conhecimento dos Governantes os clamores dos Povos”.⁶⁹⁸

⁶⁹⁵ OZOUF, Mona. Le concept d’opinion publique au XVIIIe siècle. *Sociologie de la communication*, 1997, vol. 1, n. 1, p. 356. Disponível em: <<http://www.persee.fr/web/revues/home>>. Acesso em: 01 MAIO 2010.

⁶⁹⁶ RECOPIADOR Mineiro (O). Pouso Alegre, 06 JUN. 1835.

⁶⁹⁷ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, p. 19.

⁶⁹⁸ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 18 SET. 1832.

Entretanto, diferente do *Recopilador*, *O Constitucional Mineiro* pregaria o “respeito as Autoridades constituídas: he em virtude da Lei que ellas nos governao, e sem obediencia as Leis he vazia de sentido a palavra = Liberdade”.⁶⁹⁹ Com isto, o redator de *O Constitucional Mineiro* advogava a manutenção da estrutura política, opondo-se às reformas empreendidas pelos liberais moderados, argumentando que mais importante que as mudanças nas instituições é a garantia das liberdades individuais. Em outro número, o mesmo escritor afirmava que “a liberdade individual, um dos três direitos mais sagrados do homem, será sempre uma chimera, se elle não for tão senhor de suas acções, como de suas opiniões”. Criticava, também,

Todo o governo pois que, em vez de sujeitar a manifestação das opiniões à lei geral, que regula os actos humanos, toma o caminho mais curto, e por consequência arbitrário e despotico, de prohibir toda e qualquer manifestação de opiniões contrárias às suas, sujeita de facto todos os pensamentos humanos à bitola do seu entendimento.⁷⁰⁰

Ser senhor de suas opiniões significa sair da menoridade, isto é, tornar-se capaz de usar de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo.⁷⁰¹ A liberdade é condição primordial para que esse esclarecimento aconteça, evadindo-se da bitola arbitrária dos “tutores do povo”. Essa formulação, claramente vinculada ao esclarecimento kantiano, permeia as concepções de opinião pública veiculadas pelos periódicos oitocentistas, independente da opção política dos redatores. Assim, os redatores do exaltado *O Observador Constitucional* concluíam que “a opinião de homens instruídos formou a Publica”,⁷⁰² ou seja, a opinião pública seria o resultado da reunião de sujeitos esclarecidos e tornada pública, tendo como base “os cidadãos que se reuniam em assembléia para decidir do bem comum”.⁷⁰³

Contudo, essa noção não implica, necessariamente, na perenidade do espírito público. Assim, afirmavam os redatores do mesmo *Observador* que, “quando os súbditos estão descontentes em as Monarchias, os Reis sacrificão seus Ministros e o Governo então parece que cambeia, o Povo socega, suspende-se a opinião Publica e he necessario formal-a de novo com as substituição de novos Ministros”. Nesse trecho, a imagem de uma opinião pública

⁶⁹⁹ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 18 SET. 1832.

⁷⁰⁰ CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 04 JAN. 1833. Os outros direitos fundamentais, no sentido lockeano, são a vida e a propriedade.

⁷⁰¹ KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’? (‘Aufklärung’)”, p. 63.

⁷⁰² CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 18 SET. 1832.

⁷⁰³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, p. 210.

“suspensa” sugere a idéia de uma efemeridade de sua ação, que manteria sua vigilância primordialmente nos momentos candentes, encerrando-se com o término das polêmicas. Isso nos permite compreender o caráter efêmero dos chamados pasquins, mencionados por Nelson Werneck Sodré, que não duravam mais do que o calor dos debates.⁷⁰⁴ Contudo, os mesmos redatores enfatizavam que a força da opinião pública permanecia com a continuidade dos motivos que a fizeram surgir, pois, “se continua a ser entretida com os mesmos ou outros sacrifícios bastará uma sucessiva mudança para infundir uma outra nova esperança e fazer variar todas as idéias”.⁷⁰⁵

Para Giovanni Baptista Líbero Badaró, um dos redatores do *Observador Constitucional*, a opinião pública se estenderia ao indivíduo, entendida como resultado da interdependência social. Dessa forma, questionava:

Mas se por viver na sociedade se entende gastar o espaço da nossa vida útil a si e aos mais, bem recebido pelos nossos concidadãos, admittido em seus divertimentos, se se entende ter amigos que confiêm as suas penas e os seus praseres, e aos quaes nos confiemos os nossos, se se entende pôr-se em estado de poder *legitimamente* gosar dos louvores que são premio da virtude; então como *se pode viver sem opinião pública?*⁷⁰⁶

Líbero Badaró, que assinou o escrito, mostra outra concepção, que tomava a opinião pública como imagem resultante do modo como os sujeitos interagiam em sociedade. O público, nesse sentido, é o resultado das formas de sociabilidade, onde o sujeito angariaria a simpatia de seus concidadãos, legitimando sua posição na sociedade. A opinião que surge dessa interdependência era visualizada em termos positivos, uma vez que contribuiria na formação de um *ethos* baseado no reconhecimento do mérito pessoal, opondo-se à antiga distinção pautada em privilégios de nascimento.

No entanto, algumas pessoas passaram a ver uma carga negativa na opinião pública, como exposto por Quintiliano José da Silva, na época Ouvidor da Comarca de Paracatu, em um número de *O Vigilante*. Quintiliano injuriava-se da difamação promovida por certo Arachano, correspondente de *O Universal*:

Calumniado como funcionario publico, e coberto de injurias, eu busco o prelo não para imitar ao Arachano meo adversario, mas sim para apresentar a classe pensante da sociedade uma succinta exposição dos factos, que eu sou argüido. [...] mas respeitando

⁷⁰⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 159.

⁷⁰⁵ OBSERVADOR Constitucional (O). São Paulo, 23 ABR. 1830.

⁷⁰⁶ OBSERVADOR Constitucional (O). São Paulo, 23 ABR. 1830.

eu a opinião pública como soberana do Universo não devo forrar-me ao trabalho de render-lhe homenagem, quando sou apresentado como refractario das Leis.⁷⁰⁷

O periódico foi o meio encontrado pelo magistrado para se opor às injúrias propagadas por seu adversário político. Relevante notar que, embora reconhecesse a “opinião pública como soberana do Universo”, Quintiliano não aceitava o veredicto que esse tribunal apresentou de si. Nesse escrito, percebe-se uma relativização da opinião pública, a qual não seria aquele tribunal soberano e unívoco que se afirmava no final do Primeiro Reinado. Mais adiante, apresentaremos como essa relativização levou à reorientação do discurso, destituindo o conceito de sua carga emocional para impor uma idéia pretensamente neutra da opinião pública.

Afastados momentaneamente os opositores em meados das Regências, os liberais trataram de reorganizar as instituições políticas nacionais. Das discussões em torno das reformas, foi promulgado o Ato Adicional, que instituía o legislativo nas províncias, o que foi visto como uma vitória dos grupos que advogavam o federalismo. Ao discutir as eleições para a formação da primeira legislatura da Assembléia Provincial, o redator de *O Universal* invitava os

Collegas no Jornalismo Provincial a que se occupem de um objecto que lhes não deve ser indifferente, e que tanto importa que seja meditado, e discutido com sangue frio, e imparcialidade para que dessa sorte se forme a Opinião pública, o espírito provincial, e bem pezados na balança da Justiça as vantagens ou inconvenientes d'elle, a Legislatura Provincial fique habilitada para decidir o negocio, segundo for mais consentâneo aos verdadeiros interesses do Paiz.⁷⁰⁸

Para o redator mineiro, a opinião pública precisava ser “formada”, isto é, os eleitores deveriam ser instruídos para o processo de escolha dos seus representantes no Poder Legislativo. Dessa forma, o sucesso da implantação das Assembléias passava necessariamente pela educação do cidadão ativo, ilustrando-o nos preceitos constitucionalistas e liberais. O jornal aparecia como elemento fundamental desse esclarecimento, tornando-se espaço para o diálogo numa escala “nacional”. Para concretizar essa função do jornalismo, *O Universal* lançava um apelo aos seus colegas, conclamando-os ao debate à “sangue frio”, aperfeiçoando um espírito “imparcial” que pudesse interagir com a recém aberta Assembléia Provincial.

⁷⁰⁷ VIGILANTE (O). Sabará, 18 JUN. 1834. Quintiliano José da Silva foi Presidente da Província de Minas Gerais entre 1844 e 1847.

⁷⁰⁸ UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 03 JAN. 1835.

O sentido exposto pelo *O Universal* concorda com as acepções apregoadas, anteriormente, pelo escritor português Almeida Garrett (1799-1854), o qual havia formulado suas teorias sobre a “opinião pública” atrelando-a ao processo eleitoral. Segundo Garrett, o cidadão deveria pautar-se pela “opinião que nasce do espírito público”. Essa “opinião” era concebida como “a parte mais ou menos activa que toma a porção illustrada da população no systema geral de seu governo, e nos actos particulares de sua administração” (grifos nossos).⁷⁰⁹ O caráter ativo e ilustrado do indivíduo ganha destaque na concepção de Garrett, afinal é livre o sujeito dotado de *capacidade*. A partir das proposições do *doctrinaire* François Guizot (1787-1874),⁷¹⁰ afirmava-se que a atuação no mundo público era prerrogativa de uma “maioria dos capazes” composta pelos elementos da “parte melhor e mais escolhida do povo”, distinta por sua riqueza e ilustração. Posto isso, a riqueza constituiu-se na “pedra angular da ordem social”, preenchendo as condições para o exercício do ato de eleger.⁷¹¹ Por outro lado, a *capacidade* pode ser entendida nos termos de um uso público da razão. Desta maneira, nas páginas de *O Universal*, afirmava-se, categoricamente, que “a verdadeira medida da liberdade é a civilização”, cujas bases eram a instrução e a “difusão das luzes”. O periódico mineiro justificava essa relação afirmando que “quanto mais ignorantes são os homens, menos liberdade tem, e quanto mais ilustrados mais livres são”.⁷¹² Ao partirmos dessa premissa, podemos considerar que quanto maior o grau de esclarecimento, mais ampla poderia ser a participação política do indivíduo e, conseqüentemente, a opinião pública estaria consolidada. Além do mais, quando os redatores pregavam uma concepção de opinião pública assentada sob a riqueza e a educação, ao mesmo tempo havia o intuito de promover uma “razão pública” por meio do esclarecimento dos membros da *boa sociedade*. Afinal, do ponto de vista dos liberais moderados, as *luzes* de uma “Nação” estão diretamente relacionadas às capacidades “daqueles que compartilham o *status* da cidadania igual”.⁷¹³

⁷⁰⁹ GARRETT, Almeida. *Carta de guia para eleitores*. Lisboa: T. de Desidério Marques Leão, 1826, p. 4. Para uma discussão sobre a concepção de opinião pública em Garrett, ver: TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006, p. 123-133.

⁷¹⁰ GUIZOT, François. *Histoire des origines du gouvernement representatif en Europe*. Tome I. Paris: Didier, Libraire-Editeur, 1851, p. 111.

⁷¹¹ JORNAL da Sociedade Promotora da Instrução Pública. Ouro Preto, 21 JAN. 1833.

⁷¹² UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 JUN. 1834.

⁷¹³ RAWLS, John. *O liberalismo político*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 261.

O fortalecimento das instituições municipais estava presente nos argumentos do periódico paulistano *O Federalista*, recopilado pelo *Astro de Minas*. O artigo recopilado indicava, de maneira otimista, “*que para as futuras eleições os Povos já amestrados pelos poucos prejuízos não votarão em semelhantes carrascos [os agentes municipais eleitos], e assim pouco a pouco irão abrindo os olhos acerca da escolha dos candidatos*”. Conclui que, uma vez formada a “*federação de Estados fazendo as suas leis próprias e peculiares (...) as autoridades sempre vigiadas e prestes a responder pelos seus abusos estarão em contato com os povos que as elegerão*”.⁷¹⁴ A confiança nas instituições representativas repousava na possibilidade de fiscalização pelos eleitores devidamente “amestrados”. Além da experiência adquirida em votações anteriores, esse “amestramento” se dava pela ação doutrinadora dos redatores, desejosos de promover a ilustração do público leitor. Assim, a “opinião pública” era concebida como um tribunal censor capacitado, pela experiência e pela razão, para vigiar os representantes escolhidos justamente para se aplicar a justiça.

Ao passo em que o cenário impresso arrefecia, como aconteceu a partir de 1834, os periódicos deixavam de problematizar o conceito de opinião pública. *O Universal*, o mais longevo periódico do período, nos fornece um parâmetro da recorrência de determinados termos. Por meio dos exemplares que pesquisamos, percebemos que a idéia de opinião pública foi intensamente discutida nos anos finais do Primeiro Reinado e na primeira metade do período regencial. Após o Regresso, o termo tornou-se mais raro nas páginas do jornal. Da mesma forma, os outros periódicos que consultamos pouco abordaram a questão no final das Regências, eximindo-se das definições. Entretanto, não podemos generalizar essa situação, uma vez que os acervos consultados são fragmentos da arena impressa, resultantes de uma seleção. Essa diminuição dos debates acerca do conceito de opinião pública pode indicar a imposição de uma definição, assinalando o consenso em torno de um vocabulário específico.⁷¹⁵ Ressaltamos que, com o Regresso, fortaleceu-se um conteúdo que destituía a

⁷¹⁴ ASTRO de Minas (O). São João del-Rei, 28 JUN. 1832, itálicos no original.

⁷¹⁵ Talvez por isso, Marco Morel tenha privilegiado periódicos do Primeiro Reinado e do início do período regencial em sua análise sobre a noção de opinião pública, não figurando fontes posteriores ao Regresso. Cf.: MOREL, Marco. “Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção”. In: *As transformações dos espaços público*, p. 200-218.

liberdade de um conteúdo que pudesse suscitar o arrebatamento. Apropriando-se de Thomas Hobbes, os escritores saquaremas, como os redatores de *A Phenix* e *O Brasil*, teceram uma concepção que pretendia “esvaziar a carga afetiva de uma palavra particularmente intensa”.⁷¹⁶ Ao afirmar que “à época de entusiasmo sucede a da reflexão”, o redator de *O Correio de Minas* informava que a liberdade passou a ser “melhor compreendida e desenvolvida” após a política regressista.⁷¹⁷ Os defensores da ordem tendiam a visualizar a opinião pública baseada exclusivamente na razão, livre das paixões, retirando seu sentido supremo e infalível. Por isso, no contexto pós-revolucionário, os redatores de *A Ordem* pretendiam dar uma “direção inteligente e enérgica” ao “espírito publico transviado pelas doutrinas erroneas dos facciosos”.⁷¹⁸

Reconhecemos, junto com Marco Morel, que os sentidos da opinião pública expostos neste capítulo não expressam a riqueza e a diversidade do conceito, muito mais complexo, nuançado e contraditório.⁷¹⁹ Contudo, não se trata de elencar as possíveis definições, mas de apresentar o vocábulo envolto em uma luta discursiva, sujeito às redefinições formuladas pelos sujeitos na arena política. Como conceito que se “manifesta ao mesmo tempo em que se justifica”,⁷²⁰ a opinião pública foi usada como artefato tanto para justificar a contestação política como para consolidar uma dominação. Desse modo, a opinião pública era formada no seio de uma luta perene, que se materializava através das estratégias de pessoas ligadas, direta e indiretamente, ao ambiente impresso. Esse ambiente foi um espaço efetivamente público, uma vez que envolveu “uma pluralidade de atores políticos decididos a debater e a agir em comum”.⁷²¹ Como espaço público, a imprensa foi fundamental para a atuação política, afinal, “fazer a guerra” e “persuadir as assembléias pela arte da retórica, tudo isso não é propriamente política, mas é condição para o exercício dela”.⁷²²

⁷¹⁶ RIBEIRO, Renato Janine. “O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade”. In: NOVAES, Aduino. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 147.

⁷¹⁷ CORREIO de Minas (O). Ouro Preto, 07 AGO. 1841.

⁷¹⁸ ORDEM (A). São João del-Rei, 28 SET. 1842.

⁷¹⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, p. 210.

⁷²⁰ ALVES, José Augusto dos Santos. “Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 140.

⁷²¹ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 266-317.

⁷²² FOUCAULT, Michel. *Segurança, população e território*. p. 194

No momento em que o discurso liberal tentava se consolidar, um dos espaços para a discussão das questões políticas que possibilitaria o controle do exercício da autoridade foi a imprensa periódica. Do clima de opinião evidenciado nas estradas do Centro-Sul no alvorecer do Império à formação de uma “opinião pública” nas províncias, os periódicos foram um dos espaços fundamentais de exercício político. Como demonstramos, esses veículos não se limitaram às fronteiras provinciais, pois jornais paulistas e mineiros eram enviados e lidos na Corte e em outras províncias do Império, alargando os territórios de formação daquela “esfera pública”. Essa circularidade do discurso impresso, possibilitada por uma rede de comunicadores que se ocupavam com a crítica e o debate em torno das idéias políticas, foi crucial para a divulgação de uma noção de integridade que seria adotada pelos grupos dirigentes provinciais. Pensar nessas formas de divulgação do objeto impresso implica em tomar a imprensa como elemento integrante da dinamização de uma opinião pública. Afinal, a esfera por excelência da opinião pública é a da própria política.

CONCLUSÕES

A história da imprensa periódica em sua relação com a vida política nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, entre 1826 e 1842, é o mote desta tese. A imprensa foi um ingrediente fundamental das lutas políticas, nas quais os diversos atores sociais buscaram usurpar, moldar e impor os entendimentos que consideravam legítimos para os conceitos que empregavam. Entre esses conceitos, destacamos o de “opinião pública”, intensamente discutido nos anos iniciais das Regências.

As províncias de Minas Gerais e São Paulo foram verdadeiros laboratórios para a criação, apropriação e experimentação de práticas e idéias políticas, nos quais se colocou à prova o ideário liberal desenvolvido em meio às práticas mercantis. Ao analisarmos a complexidade das sociedades mineira e paulista na primeira metade do Oitocentos, atentando para a dinamização que beneficiou o desenvolvimento de grupos ligados à atividade mercantil, percebemos a formação de uma mentalidade com tonalidades liberais pelas elites das províncias. Embora tivessem acesso a uma cultura letrada, era na vivência diária que se operava a experiência prática desses grupos com relação aos preceitos do liberalismo, sempre levando em conta o caráter móvel e dinâmico dos caminhos que favoreceram a integração regional. Essa vivência das estradas foi essencial no processo de constituição de um arcabouço intelectual que, ligado à novidade da imprensa, possibilitou a formação de uma cultura que tomava a liberdade como elemento dinâmico, repercutindo nos modos como o Estado era concebido. Além disso, por meio das estradas eram transportados e construídos conceitos, idéias e opiniões sobre os rumos que o Império do Brasil estava traçando. Esse caráter comunicacional foi potencializado com a difusão dos escritos, manuscritos ou impressos, fortalecendo os vínculos políticos entre os habitantes das províncias do Império.

O trabalho com o comércio proporcionou a constituição de certos padrões liberais, que levaram à expansão dos espaços para o debate político, desembocando na praça pública, o que indica a formação de uma opinião pública efervescente. Os espaços públicos, como as praças,

ruas e tabernas, possibilitavam a inserção de múltiplos sujeitos na vida política, envolvendo homens livres e pobres e parcela da mão-de-obra escrava, o que amedrontava as mesmas elites que deles se beneficiavam, até mesmo em querelas políticas. Com isto, a imprensa desenvolvia-se como elemento para a construção de um consenso entre as elites regionais, pelo menos no que diz respeito aos anseios dos redatores, tornando-se instrumento fundamental da luta em torno da própria “opinião pública” em constituição no Brasil Império.

Através das estradas não circularam somente mercadorias, mas também os instrumentos que contribuíram na construção do ideário político e social que repercutiu na formação do Estado Imperial brasileiro. A interação entre a estrada e a imprensa oferecia outras possibilidades interpretativas e criadoras, potencializando o processo de formulação, compreensão e apropriação do ideário político. Nesse processo, os atores políticos conceberam a formação do Estado Imperial não como um processo de estatização da sociedade, mas como resultado do exercício de um conjunto de procedimentos que permitiriam às instituições identificar o que lhes competia ou não fazer.

Os impressos não se limitaram às fronteiras das províncias, pois periódicos paulistas e mineiros eram enviados e lidos na Corte e em outras províncias do Império, alargando os territórios de formação de uma “esfera pública”. A amplitude do discurso impresso, possibilitada por uma rede de comunicadores que se ocupavam com a crítica e o debate em torno das idéias políticas, foi decisiva para a divulgação de uma idéia de integridade que seria adotada pelos grupos dirigentes provinciais. Pensar nessas formas de divulgação do objeto impresso significa tomar a imprensa como elemento integrante da dinamização de uma opinião pública efetiva. Isso incluía a guerra em torno das definições de “opinião pública”. Nessa contenda, a opinião pública passava a ser vista como um instrumento de orientação, por meio do qual a autoridade constituída poderia se pautar para exercer suas funções, reconhecendo o que lhe competia ou não fazer. Essa concepção de “opinião pública” concorda com a abordagem que partilhamos nesta tese de que o Estado Imperial passou por momentos de governamentalização, ou seja, a noção de opinião pública vinculava-se a uma

razão governamental que se projetava como gestora da própria liberdade, organizando as condições que possibilitariam o exercício das liberdades civis.⁷²³

Concluimos que a aparição da imprensa foi um acontecimento crucial para a criação de novas condições históricas, as quais viabilizaram o estabelecimento de uma rede de relações entre as elites provinciais, levando à formação de estratégias políticas essenciais no processo de constituição do Estado Imperial. Todavia, em sua trajetória, a atividade impressa foi marcada por descontinuidades e rupturas. Mesmo que o desenvolvimento técnico tenha exercido papel fundamental, a proliferação dos impressos nos anos entre o ocaso do Primeiro Reinado e os momentos que se seguiram à Abdicação deveu-se, especialmente, ao anseio dos sujeitos em atuar no processo político, envolvendo grupos rivais e atores políticos em diversos lugarejos das províncias. Conquanto a maioria dos jornais não durasse mais do que o calor dos debates, seu caráter efêmero não diminuiu a força de sua presença, redefinindo as relações que os indivíduos estabeleciam com as instituições e os poderes locais. Além disso, lidos de maneira coletiva, os impressos ultrapassaram o círculo dos letrados, atingindo todas as camadas da sociedade. Através desse artifício, para aproveitar a síntese de um periódico mineiro, o jornal tornava-se, efetivamente, “o livro do povo”.⁷²⁴ Assim, se aceitarmos que “a ação é a única faculdade humana que demanda uma pluralidade de homens”,⁷²⁵ então a imprensa periódica foi um dos importantes pontos estratégicos de ação política dos homens que viveram em Minas Gerais e São Paulo no período das Regências.

⁷²³ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, p. 65.

⁷²⁴ APOSTOLO (O). Ouro Preto, 01 FEV. 1851.

⁷²⁵ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Trad.: Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990, p. 140.

REFERÊNCIAS

I – Manuscritos

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - APM

Fundo Arquivo Público Mineiro - APM

APM-JXV cx. 02 Gestão José Pedro Xavier da Veiga (1895-1901)

Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

AL¹₄ Eleições em Oliveira, Ouro Fino e Ouro Preto (1835-1888)

AL¹₅ Correspondência Recebida.

AL¹₆ Requerimentos (1835-1836)

AL¹₈ Partidos Políticos;

AL³₂ Documentação Interna Segunda Legislatura (1838-1839)

Arquivo Privado Família Joaquina Bernarda do Pompéu - FJBP

FLBP cx. 03 Família Oliveira Campos

Arquivo Privado Alferes Luís Antônio Pinto - ALP

ALP cx. 02 pasta 3 volume 3.2

Arquivo Privado Família Rodrigues Pereira - FRP

FRP cxs. 01 e 02 Antônio Rodrigues Pereira

Fundo Presidência da Província - PP

PP¹₇ Sociedades musicais, políticas e literárias (1831-1889)

PP¹₈ cx. 01 a 03 Correios (1823-1836)

PP¹₁₃ Estatística jurídica (1828-1835)

PP¹₁₇ Rebelião de 1842 (1842-1844)

PP¹₁₈ Magistratura e Administração de Justiça – Serro (1834-1852)

PP¹₂₄ cx. 01 Polícia (1834-1842)

PP¹₃₃ cx. 46 a 52 Câmaras Municipais – Campanha (1824-1842)

PP¹₃₃ cx. 199 a 203 Câmaras Municipais – Pouso Alegre (1833-1842)

PP¹₃₃ cx. 217 Câmaras Municipais – Queluz (1838-1840)

PP¹₃₃ cx. 228 Câmaras Municipais – Sabará (1829-1830)

PP¹₃₃ cx. 229 Câmaras Municipais – Sabará (1830-1832)

PP¹₃₃ cx. 270 Câmaras Municipais – São João del-Rei (1821-1831)

PP¹₃₇ Sedição de 1833 (1831-1836)

PP¹₅₄ cx. 03 Tipografia (1822-1869)

PP²₆ Assuntos diversos (1832-1833)

PP³₄ Assuntos diversos (1832-1833)

Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP (caixas)

CMOP¹₁₀ Diversos (irmandades, sociedades, outras províncias) (1821-1849)

CMOP²₂ Editais e circulares (1823-1836)

CMOP³₁ Atas e pareceres de comissões (1829)

Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP (códices)

CMOP 246 Registro de resoluções e posturas (1830-1837)
CMOP 251 Participações de tipografias (1831-1866)

Fundo Câmara Municipal de Paracatu - CMP

CMP 10 Registros de decretos, portarias e mais atos régios (1822-1828)
CMP 11 Registro de ofícios da Câmara aos Governos Geral e Provincial (1824-1825)

Fundo Câmara Municipal de Sabará - CMS

CMS 111 Testamentos (1800-1845)
CMS 196 Receita e despesa da Câmara (1831-1836)
CMS 203 Receita e despesa da Câmara (1837-1841)

Fundo Câmara Municipal de Mariana - CMM

CMM 46 Registro de decretos (1837)

Fundo Câmara Municipal de Curvelo - CV

CV cx. 01 (1833-1841)
CV cx. 02 (1842-1844)

Fundo Conselho Geral da Província - CGP

CGP¹ 1 cx. 07 Correspondência recebida (1833-1834)
CGP² cx. 01 Correspondência expedida (1825-1834)
CGP³ 1 cx. 06 Documentação interna – atas (1833-1834)

Fundo Junta do Governo Provisório - JGP

JGP¹ 3 cx. 05 Correspondência recebida - Câmaras Municipais (1821-1824)
JGP¹ 7 cx. 04 Correspondência recebida – Requerimentos (1823)

Fundo Seção Provincial - SP

SP 65 Correspondências (1828-1833)
SP 100 Atos do Conselho de governo de São João del-Rei (1833)
SP 116 Registro de diplomas, cartas e provisões do governo (1833-1836)
SP 211/ 212 Juizes Municipais (1839)
SP 213 a 220 Juizes de Paz (1839)
SP 232 a 235 Círculos Literários (1839)
SP 236 Instrução Primária (1839)
SP 258 Originais de papéis avulsos (1839)
SP 304 Instrução Pública (1841-1843)
SP 637 Registro de ofícios da Diretoria Geral de Instrução Pública (1856-1860)
SP 642 Tipografia Provincial (1856)
SP 897 Eclesiásticos, hospitais, estatísticas, catequese, assembléia e tipografia (1861)

Fundo Secretaria de Governo (província) - SG

SG 41 Agentes dos correios (1834-1860)
SG 550 Títulos honoríficos (1818-1863)

CASA BORBA GATO (SABARÁ) - CBG

Câmara Municipal de Sabará (Atas) - CMS-ATA

CMS-ATA 03 (1822-1848)
CMS-ATA 04 (1830-1832)
CMS-ATA 05 (1832-1834)

CMS-ATA 06 (1834-1836)
CMS-ATA 07 (1836-1838)
CMS-ATA 08 (1838-1841)
CMS-ATA 09 (1842-1845)

Avaliação de Bens - AVA

AVA (01) 27
AVA (01) 56
AVA (01) 58
AVA (01) 59

Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sabará - CPON

CPON (3) 62
CPON (4) 120
CPON (4) 144
CPON (21) 607
CPON 105
CPON 277

Cartório do Segundo Ofício de Notas de Sabará - CSO

CSO (78) 1
CSO (67) 1
CSO (7) 12
CSO (71) 14 cx. 112
CSO (67) 16 cx. 121

Cartório do Crime - CC

CC (2) 38
CC (2) 53
CC(33b) 1385

BIBLIOTECA PÚBLICA BATISTA CAETANO DE ALMEIDA – (SÃO JOÃO DEL-REI) - BBKA

Câmara Municipal de São João del-Rei - CMSJDR

CMSJDR/ACOR 14 Acórdãos e termos de vereança (1823 a 1831)
CMSJDR/ATA SES 27 Atas das sessões da Câmara de São João del-Rei (1831 a 1835)
CMSJDR/CAED 68 Editais e correspondências avulsas (1823-1831)
CMSJDR/SUB 208 Subscrições para biblioteca pública de São João del-Rei (1828)

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - MRSJDR

Processo-crime de Insurreição (1833), Processo referente à Revolta de Carrancas, São João del-Rei (1833).

Testamentos e Inventários *post-mortem* – cxs. 37 a 615 (1827 a 1865)

Testamento de João Antônio da Silva Mourão (1865)
Inventário de Francisco de Paula Almeida de Magalhães (1848)
Inventário de João Martins de Carvalho (1837)
Inventário de Miguel Ferreira (1841)

Processos criminais

Processos cx. 220

Processos cx. 249A
Processos cx. 254

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - AESP

Fundo Atas do Conselho da Província (1823-1834)

Volumes 6148 a 6150

Fundo Autos Cíveis e Autos Crimes

São Paulo (Capital) (1820-1844)
Sorocaba (1820-1844)
Campinas (1817-1845)

Fundo Registro de Ofícios Diversos (1822-1850)

Capital: N°. Ordem 864-878 (1823-1840)
Campinas: N°. Ordem 850 e 851 (1829-1840)
Mogi-Mirim: N°. Ordem 1115 (1827-1833)
Piracicaba: N°. Ordem 1167 (1831-1836)
Santos: N°. Ordem 1209 a 1220 (1831-1842)
Sorocaba: N°. Ordem 1294-1297 (1823-1841)
São Paulo: N°. Ordem 867 a 874 (1830-1842)
Taubaté: N°. Ordem 1309 (1830-1835)
Guaratinguetá: N°. Ordem 1026 (1833)
Lorena: N°. Ordem 1095-1096 (1830-1836)

ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETPA - AMG

Câmara Municipal de Guaratinguetá

Atas da Câmara 01 (1814-1822)
Atas da Câmara 02 (1833-1837)
Atas da Câmara 03 (1837-1841)
Atas da Câmara 04 (1842-1849)
Documentos Diversos (1842-1889)

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUIZ - AHMWL

Fundo Câmara Municipal de São Paulo

Código 0144 - Termos de responsabilidade para publicações de jornais

CENTRO DE MEMÓRIA CULTURAL DO SUL DE MINAS - CMCSM

Atas da Câmara Municipal de Campanha

Livro de Atas 01 (1830-1833)
Livro de Atas 02 (1836-1838)
Livro de Atas 03 (1839-1841)
Livro de Atas 04 (1841-1845)

ARQUIVO PARTICULAR DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE SÃO JOÃO DEL-
REL - AOTSF

Livro I de Termos e Deliberações da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis
(Séculos XVIII e XIX)

II – Periódicos

Periódicos mineiros

1. *Abelha do Itaculomy*.
Ouro Preto. Officina Patricia de Barbosa e C^a., 1824.
2. *Americano* (O).
São João del-Rei. Typographia de Pimentel, 1840.
3. *Amigo da Verdade* (O).
São João del-Rei. Typ. de J. Maximiano Baptista & Comp., 1829.
4. *Apóstolo* (O).
Ouro Preto. Typographia de Duarte e Gama, 1851.
5. *Astro de Minas* (O).
São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1827-1839.
6. *Athenêo Popular* (O).
Ouro Preto. Typ. do Itacolomy, 1843-1844.
7. *Boletim Oficial*.
Ouro Preto. Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Souza, 1845.
8. *Buletim da Legalidade no Serro*.
Serro. Typographia de Verissimo P. dos R., 1842.
9. *Compilador Mineiro*.
Ouro Preto. Officina Patricia de Barboza e C^a., 1823.
10. *Constituição em Triunfo* (A).
São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1833.
11. *Constitucional* (O).
Ouro Preto. Typ. de Bernardo Xavier Pinto de Souza, 1846.
12. *Constitucional Mineiro* (O).
São João del-Rei. Typographia do Constitucional Mineiro, 1832-1833.
13. *Correio de Minas* (O).
Ouro Preto. Tipografia do Correio de Minas, 1838-1844.
14. *Despertador* (O).
Sabará. Tip. Patriótica Sabarense, 1842.
15. *Despertador Mineiro*.
São João del-Rei. Typographia de Pimentel, 1842.

16. *Diário do Conselho de Governo da Província de Minas Geraes*.
Ouro Preto. Officina Patricia de Barbosa e C^a., 1825.
17. *Echo da Razão* (O).
Barbacena. Typographia da Sociedade Typographica, 1840-1842.
18. *Estafêta*.
Sabará. Tip. Patriotica Sabarense / Typographia de P. G. Nogueira, 1842.
19. *Estrella Mariannense*.
Ouro Preto/Mariana. Typ. Patricia do Universal/Typografia Marianense, 1830-1832.
20. *Guarda Nacional Mineiro* (O).
Ouro Preto. Typografia Patricia do Universal, 1838-1840.
21. *Itacolomy* (O).
Ouro Preto. Tipografia do Itacolomy, 1843.
22. *Itamontano* (O).
Ouro Preto. Tip. Joaquim Carlos de Figueiredo, 1848.
23. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública no Ouro Preto*.
Ouro Preto. Typografia do Universal, 1832-1834.
24. *Legalista* (O).
Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas, 1842.
25. *Mentor das Brasileiras* (O).
São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1829-1832.
26. *Mineiro* (O).
Ouro Preto. Typografia de Leyraud, 1833.
27. *Noticiador* (O).
Ouro Preto. Typographia do Noticiador, 1848.
28. *Novo Argos* (O).
Ouro Preto. Officina Patricia do Universal, 1829-1834.
29. *Opinião Campanhense*.
Campanha. Typographia da Opinião Campanhense, 1832-1836.
30. *Ordem* (A).
São João del-Rei. Typographia da Ordem, 1842-1844.
31. *Parahybuna* (O).
Barbacena. Typographia do Parahybuna, 1837-1839.
32. *Popular* (O).
São José do Rio das Mortes (atual Tiradentes). Typ. de Silva Lima & Velloso, 1840.

33. *Pregoeiro Constitucional* (O).
Pouso Alegre. Typographia do Pregoeiro Constitucional, 1830-1831.
 34. *Publicador Mineiro* (O).
Ouro Preto. Typographia do Publicador Mineiro, 1844-1846.
 35. *Razão* (A).
Sabará. Typografia Sabarense, 1836.
 36. *Recopilador Mineiro* (O).
Pouso Alegre. Typographia do Pregoeiro Constitucional, 1833-1836.
 37. *Recreador Mineiro* (O).
Ouro Preto. Typ. Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza, 1845-1848.
 38. *Selecta Catholica*.
Mariana. Typographia Episcopal, 1846-1847.
 39. *Tareco Militar* (O).
Ouro Preto. Typographia de Leyraud, 1833.
 40. *Telegrapho* (O)
Ouro Preto. Typographia de Cortes e Companhia, 1828-1831.
 41. *Unitário* (O).
Ouro Preto. Typografia do Correio de Minas, 1838-1840.
 42. *Universal* (O).
Ouro Preto. Typografia do Universal, 1825-1842.
 43. *Vigilante* (O).
Sabará. Typografia da Sociedade Pacificadora, 1833-1835.
 44. *Viva a Legalidade!*
Ouro Preto. Typografia do Correio de Minas, 1842.
 45. *Voz do Povo Opprimido* (A).
Ouro Preto. Typ. de M. M . Franco e C^a., 1849-1850.
- Periódicos paulistas
46. *Americano* (O).
São Paulo: Typ. do Americano, 1844.
 47. *Amigo das Letras* (O).
São Paulo. Typ do Farol Paulistano, 1830.
 48. *Conservador* (O).
São Paulo: Typ. do Governo, 1849-1850.

49. *Farol Paulistano (O)*.
São Paulo: Imprensa de Roa e C., 1827-1831.
50. *Federalista (O)*.
São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, 1832.
51. *Justiceiro (O)*.
São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, 1834-1835.
52. *Novo Farol Paulistano (O)*.
São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, 1831-1837.
53. *Observador Constitucional (O)*.
São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, 1829-1832.
54. *Observador das Galerias (O)*.
São Paulo. Typ. de Costa Silveira, 1838.
55. *Paulista (O)*.
São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, 1831-1832.
56. *Paulista Official (O)*.
São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, 1835-1838.
57. *Phenix (A)*.
São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1838-1841.
58. *Tebyreça (O)*.
São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1842.

Outras províncias

59. *Matutina Meiapontense*.
Meiaponte (atual Pirenópolis, GO): Typographia de Oliveira, 1830.
60. *Recopilador Sergipano*.
Estância, SE: Typographia de Silveira, 1833-1834.

III – Documentos impressos

- ACONTECIMENTOS e costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826 [Correspondência do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, ao Visconde de Caravelas, Tijuco, 11 MAIO 1826]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. p. 111-119.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, 10 vols.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados Sessão de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1857.

- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro Câmara dos Srs. Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 20 ABR. 2011.
- BRASIL. *Código criminal do Império do Brasil*. 3. ed. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1831.
- BRASIL. Constituição (1824). *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barboza, e C., 1924.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Império do Brasil*. (1808-1842). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em: 20 ABR. 2011.
- BRASIL. Lei n. 105 de 12 de maio de 1840 – Lei de interpretação do Ato Adicional. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 256-257.
- BRASIL. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834 - Ato Adicional à Constituição do Império. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 250-255.
- BRASIL. Lei n. 234 de 23 de novembro de 1841 – Criação do Novo Conselho de Estado. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 2 (Império). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 259-260.
- BRASIL. Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 – Reforma do Código de Processo Criminal. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 2 (Império). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 77-94.
- BRASIL. Lei preparatória da reforma da Constituição do Império (12 de outubro de 1832). In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 248-249.
- BRASIL. *Repertório geral ou índice alfabético das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847. 3 vols.
- BREVE descrição do processo formado pelo Dr. Chefe de Polícia da Província de Minas Geraes. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, em virtude de denuncia do Dr. promotor Joaquim Caetano Silva Guimarães, contra... accusados do crime de rebelião, e pronunciados como cabeças do movimento político que houve na cidade de Barbacena aos 10 de junho de 1942. Ouro Preto: Typ. do Universal, 1842.
- CONSTITUIÇÃO de Pouso Alegre (julho de 1832). In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 223-247.
- CORRESPONDÊNCIA entre o Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha e Jeronimo Dias Ribeiro, 19 ABR. 1776. *Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo*. vol. LXXV. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, p. 35.

- DIVERSOS registros da correspondência Oficial da Presidência de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. 1904. Anno IX, fascículos III e IV, p. 689-699.
- FOLHINHA d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.
- FRANCO, Antônio da Rocha, pe. *Contestação às mentiras verdades e fallaces desenganos do Author encoberto das superstições*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barbosa e C., 1824.
- FRANCO, Antônio da Rocha, pe. *Oração gratulatória*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barboza, e C., 1824.
- MINAS GERAIS. Conselho Geral da Província. *Posturas policiaes da Câmara da Leal cidade de Marianna*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1829.
- MINAS GERAIS. Conselho Geral da Província. *Posturas da Câmara Municipal da leal Cidade de Marianna*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1830.
- MINAS GERAIS. Conselho Geral da Província. *Posturas das Câmaras Municipaes da província de Minas Geraes confirmadas pelo Conselho Geral da mesma província*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1830.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Livro da Lei Mineira: 1836*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1836.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Livro da Lei Mineira: 1837*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Livro da Lei Mineira: 1838*. Ouro Preto: Typ. do Correio de Minas, 1838.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Livro da Lei Mineira: 1839*. Ouro Preto: Typ. do Correio de Minas, 1839.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Livro da Lei Mineira: 1856*. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1857.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Livro da Lei Mineira: 1858*. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Repertório geral ou índice alfabético das leis e resoluções da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e dos Regulamentos, Instruções e Portarias da Presidência promulgadas desde o ano de 1835 até o dia 5 de julho de 1855*. Org. Manoel Bernardo Accurcio Nunan. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1855.
- MINAS GERAIS. Antônio da Costa PINTO. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária do anno de 1837*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Bernardo Jacintho da VEIGA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1840. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Herculano Ferreira PENNA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1842. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.

- MINAS GERAIS. Jacinto da GAMA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes no dia 6 de outubro de 1842*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1842. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Bernardo Jacintho da VEIGA. *Exposição feita pelo Exm. Conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga na qualidade de Presidente da Província de Minas Geraes a seu sucessor o Exm. Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa no ato da sua posse*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Villeneuve e C^a., 1843. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Francisco José de Souza Soares D'ANDRÉA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1843. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Francisco José de Souza Soares D'ANDRÉA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Villeneuve e C^a., 1844. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Quintiliano José da SILVA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. De B. X. Pinto de Sousa, 1845. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Quintiliano José da SILVA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. De B. X. Pinto de Sousa, 1846. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Quintiliano José da SILVA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. De B. X. Pinto de Sousa, 1847. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Bernardino José de QUEIROGA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typographia Social, 1848. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. José Ildefonso de Sousa RAMOS. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. Imp. De B. X. Pinto de Sousa, 1849. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Alexandre Joaquim de SEQUEIRA. *Relatórios do Presidente da Província de Minas Geraes (25 de março de 1850)*. Ouro Preto: Typographia Social, 1850. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Herculano Ferreira PENNA. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1856, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- MINAS GERAIS. Herculano Ferreira PENNA. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1857. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 18 SET. 2008.
- PINTO, Caetano Ferraz. *Defesa contra injustas Accusações e Exposição dos pequenos serviços feitos a Administração dos Diamantes, que tantos trabalhos, e sacrificios custarão aos seu Autor*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Plancher – Seignot, 1827.

- REGIMENTO dos emolumentos declarados aos ministros, e officiaes de justiça da Camaras de Minas Geraes, Cuyaba, Matto Grosso, S. Paulo, Goyaz e outras. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1830.
- REVOLUÇÃO Liberal de 1842 (documentos). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Anno XII, p. 727-734.
- SÃO PAULO. Câmara Municipal. *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1822-1826). Vol. XXIII. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.
- SÃO PAULO (Capital). *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1826-1829). Vol. XXIV. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.
- SÃO PAULO (Capital). *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1829-1830). Vol. XXV. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.
- SÃO PAULO (Capital). *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1831-1832). Vol. XXVI. São Paulo: Typographia Piratininga, 1923.
- SÃO PAULO (Capital). *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1832-1834). Vol. XXVII. São Paulo: Typographia Piratininga, 1923.
- SÃO PAULO (Capital). *Actas da Câmara Municipal de São Paulo* (1835). Vol. XXVIII. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.
- SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo* (1837). Vol. XXIX. São Paulo: Departamento de Cultura, 1936.
- SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo* (1837). Vol. XXX. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.
- SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo* (1838). Vol. XXXI. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.
- SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (1839). Vol. XXXII. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.
- SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (1840-1841). Vol. XXXIV. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.
- SÃO PAULO (Capital). *Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo* (1842-1843). Vol. XXXV. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- SÃO PAULO (Província). José Pinto Gavião PEIXOTO. [Discurso do Presidente da Província José Pinto Gavião Peixoto]. São Paulo: s/e, 7 JAN. 1838. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.
- SÃO PAULO (Província). Manoel Machado NUNES. *Discurso que o Presidente da Província de São Paulo Dirigio à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordiária em 7 de janeiro de 1840*. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1840. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.
- SÃO PAULO (Província). Raphael Tobias de AGUIAR. *Discurso recitado pelo exmo. Presidente Raphael Tobias de Aguiar no dia 7 de janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa da Província de S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1841. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.
- SÃO PAULO (Província). Miguel de Souza Mello e ALVIM. *Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Miguel de Souza Mello e Alvim, no dia 7 de janeiro de 1842 por ocasião da*

abertura da Assembléa Legislativa da provincia de S. Paulo. São Paulo: Typ. Imparcial de Silva Sobral, 1842. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.

SÃO PAULO (Província). José Carlos Pereira Almeida TORRES. *Discurso recitado pelo ex.mo preidente, José Carlos Pereira Almeida Torres, no dia 7 de janeiro de 1843 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de S. Paulo.* São Paulo: Typ. Do Governo, 1843. Disponível em: <www.crl.edu> Acesso em 15 SET. 2008.

SOBRE a Sedição de Ouro Preto em 1833 (documentos). *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte. 1906. Anno XI, fascículos I, II, III e IV, p. 341-359.

TERMOS importantes tomados em Junta pelo Governo Provisório de Minas Geraes (1821-1822). *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte. 1904. Anno IX, fascículos III e IV, p. 643-687.

VERSOS históricos da rebelião Liberal em Minas (1842). In: SENNA, Nelson Coelho de. *Anuário de Minas Gerais 1911.* Belo Horizonte: Tipografia Oficial, 1912, p. 405.

IV – Obras raras de acervos específicos

[S.A.]. *Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a tentativa theologica.* Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1832. [Acervo de Obras Raras e Patrimoniais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa].

COSTA, Cláudio Manoel. *Villa Rica.* 1 ed. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1839. [acervo Biblioteca Nacional].

HARPER, Roberto Goodloe. *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França.* Londres: s.n., 1798. [acervo Arquivo Público Mineiro].

NONNOTE, M. L'Abbé. *Les erreurs de Voltaire dans ces ecrits.* [Paris]: [s.n.], 1779. [acervo Arquivo Público Mineiro].

V – Dicionários e obras de referência

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

BAENA, Visconde de Sanches de. *Archivo Heráldico-Genealogico.* Lisboa: Tyographia Universal, 1872.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Editora Saterb, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida; CARVALHO, André. *Dicionário biográfico da Imprensa Mineira.* Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.

- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 2 vols.
- FONSECA, Simões da. *Diccionario Encyclopedico Illustrado da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1926.
- MARQUES, Manuel Eufrásio Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980, 2 tomos.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981, 2 vols.
- MORAES, A. J. de. *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária, e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1839.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. Reedição literal. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1923.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario tecnico e histórico de pintura, esculptura, architectura e gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Paris: J. P. Aillaud Editor, 1845, 2 vols.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario do Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922, 2 vols.
- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)*. São Paulo: Martins Editora, 1948. 2 vols.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- VASCONCELOS, Rodolfo Smith de Vasconcelos, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie la Concorde, 1918.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. 2. ed. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.
- VITERBO, Sousa. *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, 3 vols.

VI – Memorialistas e viajantes

- BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1833-1835). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.
- BURTON, Richard Francis, Sir. *The Highlands of the Brazil*. Londres: Tinsley Brothers, 1869, 2 vols.

- DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmim Didot Frères, 1839, 3 vols.
- FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Trad.: Visconde de Taunay. São Paulo: Melhoramentos, 1941.
- FLORENCE, Hercule. Zoophonia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXXIX, parte 2, 1876, p. 321-336.
- MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil*. Londres: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1812.
- OLIVEIRA, Albino José Barbosa. *Memórias de um magistrado do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos srs eleitores de senadores pela Província de Minas-Geraes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil de. M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988.
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Martins, 1976.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil e du Paraguay*. Paris: A. Belin, 1824.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Plantes usuelles des brasiiliens*. Paris: Grambert, 1828; *Flora brasiliae meridionalis*. 3 tomos. Paris: A. Belin, 1825.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Tableau géographique de la végétation primitive dans la province de Minas Geraes*. Paris: A. Pihan de la Forest, 1837.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Martins, 1940.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich von. *Viajem pelo Brasil (1817-1820)*. Tomo I. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- SUZANNET, Comte de. *Souvenirs de voyages. Les provinces du Caucase, L'Empire du Brésil*. Paris : G. -A. Dentu, 1846.
- WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Frederick and A. H. Davis, 1830. 2 vols.

VII – Bibliografia geral

- ABREU, Capistrano de. “Fases do Segundo Império”. In: *Ensaio e Estudos: Crítica e História, 3ª série*. 2. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Civilização Brasileira/ INL, 1976, p. 73-88.
- ABREU, Márcia. “Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial”. In.: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/ ALB, 2000, p. 213-233.
- ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.
- AGULHON, Maurice. *Pénitents et Franc-Maçons de l’ancienne Provence: Essai sur La sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984, p. VIII.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 7(1-2), outubro de 1995, p. 105-110.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.
- ALMEIDA, Francisco de Assis e. Apontamentos sobre a biographia de Baptista Caetano de Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. 1904. Anno X, fascículos I e II, p. 37-40.
- ALMEIDA, Raphael Rocha de. “Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 329-350.
- ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Dissertação, Mestrado em História).
- ALVES, José Augusto dos Santos. “Nos primórdios da opinião pública em Portugal (1780-1820)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 105-151.
- AMENO, Viviane Penha Carvalho Silva. *Implementação do júri no Brasil: debates legislativos e estudo de caso (1823-1841)*. Belo Horizonte: UFMG, 2011 (Dissertação, Mestrado em História), a ser defendida.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1990.
- ANDRADE, Fernanda Costa Carvalho de. *A medida da liberdade: a imprensa da Corte no período regencial (1831-1833)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).
- ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833). Disponível em: <http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html> Acesso em 25 FEV. 2006.

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Revolta de Carrancas”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 635-637.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. O outro 13 de maio. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 2, Agosto de 2005, p. 69-73.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História);
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- ARAÚJO, Paulo Mario Beserra de. *Hum dictionario sem auctor versus hum ‘auctor’ com dictionario*. Rio de Janeiro: NON EDICTANDI, 2009.
- ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad.: Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- ARROYO, Roberto Gamonal. Tipo/Retórica: una aproximación a la Retórica Tipográfica. Icono 14 revista de comunicación y nuevas tecnologías, Madri, ano 3, n. 5, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.icono14.net/index.php/en/revista/historico/ano-3-2005/no-5-retorica>> Acesso em: 03 MAR. 2011.
- AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades Fundadas no Brasil Desde os Tempos Coloniaes até o Começo do Actual Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1885. Tomo XLVIII, parte primeira, p. 265-322.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. Trad.: Manuel Villaverde Cabral. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BAKER, Keith Michael. “Introduction”, In: *The French Revolution and the Modern Political Culture*. Oxford (Grã-Bretanha): Pergamon Press, 1987. v. 1.
- BAKER, Keith Michael. Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 1987, 42e année, n. 1, p. 41-71. Disponível em: <<http://www.persee.fr/web/revues>>. Acesso em 10 JUL. 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, p. 7.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artíficio: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986.
- BARRETO, Lima. *Marginália: artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

- BARTHES, Roland; FLAHAULT, François. Leitura. Trad.: Teresa Coelho. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. pp. 184-206.
- BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-119.
- BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, et. alli (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006, p. 60-93.
- BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 (Tese, Doutorado em História).
- BASSO, Keith H. “To Give up on Words”: Silence in Western Apache Culture. *Southwestern Journal of Anthropology*. Vol. 26, No. 3 (Autumn, 1970), p. 213-230.
- BASTOS, Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- BELLOTO, M. H. L. Economia na política militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus (1765-1775). *Estudos Econômicos*, 13 (especial), 1983, p. 813-824.
- BELLOTO, Maria Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Conselho de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BELO, André. Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, jul./dez. 2004, p. 15-35.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de Bivar. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 78-117.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELECK, Reinhart. *La época de las revoluciones europeas 1780-1848*. Trad.: Francisco Pérez Guitiérrez. Madri: Siglo XXI, 1976.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Trad.: Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- BLAJ, Ilana. A trama das tensões. *O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: USP, 1995 (Tese, Doutorado em História).
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Trad.: Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. 3. ed. Lisboa: Publicações Europa – América, 1975.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BODIN, Jean. *Les six livres de la République*. Paris: Fayard, 1986, 6 v .

- BORGES, Maria Eliza Linhares. “A escravidão em imagens no Brasil oitocentista”. In: FURTADO, Junia Ferreira (org.). *Sons, formas e cores na modernidade Atlântica: Europa, América e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 319-341.
- BOSCHI, Caio César. “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego”. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 495-510.
- BOSSE, Abraham. *Tratado da gravura a água forte, e a buril, e em madeira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce*. Trad.: José Joaquim Viegas de Menezes. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.
- BOTREL, Jean-François. La construcción de una nueva cultura del libro e del impreso en el siglo XIX. Disponível em: < http://bib.cervantesvirtual.com/bib_autor/botrel/ > Acesso em 10 JUL. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe”. In: *Questões de sociologia*. Trad.: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003, p. 233-245.
- BRAGANÇA, Aníbal. “António Isidoro da Fonseca e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores”. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 25-40.
- BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando História: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo 1725-1835*. São Paulo: USP, 1995 (Tese, doutorado em História).
- BRISOLARA, Daniela V.; FONTOURA, Antonio M. Contribuições e lacunas da psicologia cognitiva em pesquisas sobre design informacional textual. In: Anais do 3º Congresso Internacional de Design da Informação. Disponível em: <<http://www.design.ufpr.br/Pesquisa/Publicacoes/Artigos/arquivos/DVBrisolara.pdf>> Acesso em 10 MAR. 2011.
- BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*, vol. 6. Campinas, s.e., 1958.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II Burgo de Estudantes (1828-1872). Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, PPGH-UFMG, 2008, p. 375-385.
- BURKE, Peter e PORTER, Roy. *História Social da Linguagem*. Trad.: Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Trad.: Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- BUTTIGIEG, Joseph A. “Educação e hegemonia”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-49.
- CALÓGERAS, João Pandiá. Transportes Arcaicos do Brasil. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 2 (23): 1670-1677. Fevereiro, 1945.
- CALVINO, Ítalo. *Um general na biblioteca*. Trad.: Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- CAMPOS, Arthur. O jornalismo em Sabará. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, Anno VI, Fasc. I, Jan.-Mar. 1901, p. 107-112.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Publica*, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009, p. 478-509.
- CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes. 1810/1844*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 (Dissertação, Mestrado em História).
- CAMPOS, Sandoval & LOBO, Amyntas. *Imprensa Mineira: Memória histórica*. Belo Horizonte: Oliveira Costa, 1922.
- CÂNDIDO, Antônio. “O escritor e o público”. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968, p. 98-109.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo: Martins, 1959. 2 vols.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 7(1-2), outubro de 1995, p. 53-66.
- CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Márcio Eurélio Rios de. *Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais (1821-1851)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese, Doutorado em História).
- CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Trad.: Álvaro Cabral. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- CASTRO, E. Machado. *Epanaphora histórica e Minas Geraes*. Ouro Preto: Typographia da “Província de Minas”, 1884.
- CASTRO, Paulo Pereira de. “A Experiência Republicana (1831-1840)”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico, vol. 4 dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 19-84.
- CAVALCANTE, Berenice. Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, 8 (1/2), jan./dez.1995, p. 53-66.
- CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. 14 (1), jan./jun. 2006, p. 195-241.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitas, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 12. ed. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

- CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais – 1815/1845*. Belo Horizonte: UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História).
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião pública: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger (org.) *Les usages de l'imprimé (XV^e – XIX^e siècle)*. Paris: Fayard, 1987.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad.: Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CHARTIER, Roger. Diálogos Midiológicos 11: Da história da cultura impressa à história cultural do impresso. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Vol. XXVIII, n. 1, jan./jun. 2005, p. 81-102.
- CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 69, 2010, p. 6-30.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- COMPARATO, Fábio Konder. Nem República, nem Democracia: entrevista a Gilberto Nascimento e Walter Fanganiello Maierovitch. *CartaCapital*. São Paulo, ano XV, n. 578, 13 de janeiro de 2010, p. 54-59.
- COMPARATO, Fábio Konder. O direito e o avesso constitucional. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano 2, n. 14, setembro de 2008, p. 12.
- COMPARATO, Fábio Konder. Soberania de quem? *CartaCapital*. São Paulo, ano XII, n. 364, 19 de outubro de 2005. p. 33.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Trad.: Loura Silveira. *Filosofia Política*, n. 2, Porto Alegre, L&PM, p. 15.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.
- COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, Maio/Ago. 2005, p. 237-248.
- COSER, Ivo. O conceito de federalismo e a idéia de interesse no Brasil do século XIX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 2008, p. 941-981.
- COSTA, Cláudio Manoel da. “Villa Rica” In: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica*. Belo Horizonte: s.n., 1969, p. 111-246.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e ampliada. São Paulo: UNESP, 2007.
- COSTA, Pietro; PASCALE, Carla de; RICCARDI, Mario. Gaetano Filangieri's The Science of Legislation, Edizioni della Laguna, 2003-2004. *Íris*. Firenze, vol. 1, n. 1, abril 2009, p. 253-276. Disponível em <<http://ejour-fup.unifi.it/index.php/iris>>. Acesso em: 01 MAIO 2011.
- COUTO, Soter Ramos. A Imprensa em Diamantina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. v. VII, 1960, p. 497-509.

- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ, FAPESP, 2000, p. 52-53.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Tropa em marcha, mesa farta: Minas Gerais e o abastecimento da corte a partir de 1808. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 28, jan. 2008, p. 64-65.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Estudo biobibliográfico. In: UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA. *O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986. p. 19-41.
- D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, 9 (1989), p. 130-140.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia*. Trad.: Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de *O Farol Paulistano* (1827-1831). *Revista de História Regional*, n. 12, v. 2, 2007, p. 29-50.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DEZAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual; na obra E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Trad.: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 63-96.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “São Paulo na Independência”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 558-568.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 22.
- DORNAS FILHO, João. *Um Pasquineiro do Século XIX*. São Paulo: Departamento de Investigações, 1950.
- DRESCHER, Seymour. *Capitalism and antislavery: British mobilization in comparative perspective*. Nova York: Oxford University Press, 1987.
- DUARTE, André. *O Pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes Editora da UNICAMP, 1991.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*. Belo Horizonte: EINTHOVEN Científica, 2001.
- DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, Vol. XXVIII, N. 1, 2001, p. 101-110.
- DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas: Definições, usos, genealogias. *Varia História*, UFMG, n. 28, dezembro, 2002, p. 13-28.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 19. ed. Trad.: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- EUGENIO, Alisson. Carestia de alimentos em Minas Gerais no início da segunda metade do século XIX. *Revista de Economia Política e História Econômica*, São Paulo, v. 1, 2007, p. 26-49.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Trad.: Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ed. UNESP/ Hucitec, 1992.
- FEIJÓ, Diogo Antonio. *Diogo Antonio Feijó*. Col. Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- FELDMAN, Ariel. “Na arena dos gladiadores periodiqueiros”: o Padre Carapuço e a discussão política em Pernambuco (1831-1833). *História Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, 2008, p. 365-388.
- FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças: espaço público e periodismo político das regências (1832-1842)*. Curitiba: UFPR, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).
- FERGUSON, Adam. *An Essay on the History of Civil Society*. 2. ed. Londres: Millar and Cadell, 1768.
- FERNANDES, Frederico. *A voz e o sentido: a poesia oral em sincronia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 313-423.
- FILANGIERI, Gaetano. *Ciência de la legislación*. Tomo VI. Madri: Imprenta de D. Fermin Villalpando, 1822.
- FLORES, Alberto Vivar. El liberalismo constitucional en la fundación del imperio brasileño. *Revista Electrónica de Historia Constitucional*, n. 6, set./2005, p. 149-180. Disponível em: <<http://hc.rediris.es/06/articulos/pdf/07.pdf>> Acesso em: 20 DEZ. 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 17. ed. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, população, território*. curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- FRIEIRO, Eduardo. *Os livros nossos amigos*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- FRIEIRO, Eduardo. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955.
- FUKS, Mário; NOVAIS, Raquel. “O Referendo e a cobertura da imprensa: uma análise do ambiente informacional”. In: INÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima. *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 180-205.
- FURST, Osvaldo. *Lucta contra o absolutismo, primeira phase jornalística em Minas (1824-1831)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. (primeira edição de 1958). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Niterói: UFF, 2010 (Tese, Doutorado em História).
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. Trad.: Eliane Zagury. 74. ed. São Paulo: Record, 2009.
- GARRETT, Almeida. *Carta de guia para eleitores*. Lisboa: T. de Desidério Marques Leão, 1826.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad.: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. “Lideranças restauradoras e mobilizações na formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1833”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de

- Salles; COSTA, Wilma Peres (org.). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 180-200.
- GOUVEA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- GUIZOT, François. *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe*. Tome I. Paris: Didier, Libraire-Editeur, 1851.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. Trad.: Maria da Penha Vilalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2005.
- HAMILTON, Alexander, MADISON, James, JAY, John. “O Federalista”. In: *Federalistas*. Trad.: A. Della Nina. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 91-184.
- HARTOG, François. “Da liberdade dos antigos à liberdade dos modernos: o momento da Revolução Francesa”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 151-177.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HEINZ, Flávio. *Por outra história as elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.
- HESSE, Carla. “Transformações econômicas da edição”. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: A imprensa na França, 1777-1800*. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 99-133.
- HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril, 1974.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad.: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II (O Brasil Monárquico), V. 4 (Dispersão e unidade). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da População em São Paulo no séc. XVII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: USP, n.1, 1966, p. 55-111.
- HÖRNER, Erik. “A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838/1842)”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 101-113.
- HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. *Almanack braziliense*. [online]. 2007, n.5, p. 67-85.
- HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. São Paulo: USP, 2010 (Tese, Doutorado em História).
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ulissea, s.d.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad.: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 4. p. 416-470.
- IGLÉSIAS, Francisco. “O Cônego Marinho e 1842”. In: MARINHO, José Antonio. *História do movimento político de 1842*. 3. ed. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IMBRUGLIA, Girolamo. “Enlightenment in eighteenth-century Naples”. In: IMBRUGLIA, Girolamo (org.). *Naples in the Eighteenth Century: The Birth and Death of a Nation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 88.
- ISAMBERT, M. *Manuel du publiciste et de L’Homme D’État*. Tome second. Paris: Brissot-Thivars et Cie., 1826.
- JACKSON, H. J. *Marginalia: readers writing in books*. New Heaven: Yale University Press, 2001.
- JEFFERSON, Thomas. Escritos Políticos. In: *Federalistas*. Trad.: Leônidas Gontijo de Carvalho. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973.
- JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Tese, Doutorado em Educação).
- KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’? (‘Aufklärung’)”. In: *Textos seletos*. Trad.: Floriano de Sousa Fernandes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 63-71.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Trad.: João Baptista Machado. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KOSSOY, Boris. *Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2006.
- KURY, Lorelay. Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar. *Intellectus*. Ano II, n. 1, 2003, disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/>> Acesso em: 13 de setembro de 2010.

- LARA, Silvia Hunold. Trabalhadores escravos. *Trabalhadores*. São Paulo, v. 1, 1989, p. 4-19.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.
- LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 1962.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revoluções e liberdade*. Trad.; Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. “Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado)” In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 427-455.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1997.
- LEME, Marisa Saenz. “São Paulo no I Império: poderes locais e governo central”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, et. al. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 59-80.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Trad.: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIBBY, Douglas Cole. “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, Autêntica, 2007, v. 1, p. 407-438.
- LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 237-280.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *O problema da imprensa*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.
- LIMA, Ivana Stolze. “Pasquins e cidadania no período regencial”. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 57-74.
- LISBOA, João Luís. “Gazetas feitas à mão”. In: *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. I (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. Trad.: E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1973.
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LYONS, Martyn. *A palavra impressa: histórias de leitura no século XIX*. Trad.: Cyana Leahy. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.
- MAGALHÃES, José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1836)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.bn.br>> Acesso em: 11 SET. 2004.
- MARICÁ, Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de. *Máximas, Pensamentos e Reflexões*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em <<http://www.bn.br>> Acesso em 11 SET. 2004.
- MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 99-130.
- MARX, Karl. *A Liberdade de Imprensa*. Trad. Claudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império*: Firmino Rodrigues Silva. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961, p. 59.
- MATA-MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MCKENZIE, Donald F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: the extensions of man*. Corte Madera (Califórnia): Gingko Press, 2003.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Campinas: Unicamp, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 11.
- MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

- MELTON, James van Horn. *The rise of the public in Elightenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. Trad.: Maria Elena Ortiz Asumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MIRANDA, Thiago Reis. Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/gazetas%20noticias%20de%20historia.pdf>> Acesso em 14 MAIO 2009.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MONTEAGUDO, Ricardo. *Entre o direito e a história: a concepção do legislador em Rousseau*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O “Ronco da Abelha”. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXVIII. São Paulo, 1977/1978, p. 53-76.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis*. Col. Os Pensadores. Trad.: Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, Autêntica, 2007, v. 1, p. 55-83.
- MORAIS, Christianni Cardoso. *Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002 (Dissertação, Mestrado em Educação).
- MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009 (Tese, Doutorado em História).
- MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História).
- MORAN, James. *Printing presses: history and development from the fifteenth century to modern times*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- MOREIRA, Luciano da Silva. “Imprensa periódica e vida política na Província de Minas Gerais”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Oitocentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo/ Autêntica, 2011 (no prelo).
- MOREIRA, Luciano da Silva. “O Mentor das Brasileiras: gênero, ficção e política em um periódico da província de Minas Gerais (1829-1832)”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008b, p. 45-65.
- MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Ano XLIV, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 24-41.
- MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).

- MOREL, Marco. “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco. O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX. *Almanack Braziliense* (Online), São Paulo, v. 2, n. 2, 2005, p. 76-90.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- MORISON, Stanley. *The English Newspaper: an account of the physical development of journals printed in London (1622-1932)*. Ed. Fac-similar (1ª edição 1932). Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MORSE, Richard McGee. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- MORSE, Richard McGee. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *Viagem Incompleta. 1500-2000; a Experiência Brasileira*. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTT, Luiz. “A Revolução dos negros no Haiti e o Brasil”. In: *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988, p. 11-48;
- MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MOUREAU, François. *La plume et le plomb: espaces de l'imprimerie et du manuscrit au siècle des Lumières*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*. Niterói, v. 4, n. 8, Agosto 1999, p. 41-65.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras Incompletas*. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril, 1974.
- NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Edições Leia, 1950.
- NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de memoire: La Nation*. Tomo 1, vol. 2. Paris: Gallimard, 1986.
- NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de memoire: La Republique*. Tomo 1, vol. 1. Paris: Gallimard, 1986.
- NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Funarte, 1996.

- NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NOVAIS, Fernando (coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- NOVAIS, Fernando (coord.), SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História).
- OLIVEIRA, Albino José Barbosa. *Memórias de um magistrado do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História).
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 2, n. 3, jul. 2010 [online].
- OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte à capital federal (1864 - 1910)*. São Paulo: USP, 2006 (Tese, Doutorado em História).
- OLIVEIRA, Vinícius de Bragança Müller e. Mudanças institucionais e seus impactos na província de São Paulo: a economia paulista ante a centralização política do Império brasileiro (1835-1850). *Almanack Braziliense*. N. 5, maio 2007, p. 101-115. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 15 AGO 2010.
- OZAMIS, Pe. Francisco. *Os Bandeirantes da Imprensa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.
- OZOUF, Mona. Le concept d'opinion publique au XVIIIe siècle. *Sociologie de la communication*, 1997, vol. 1, n. 1, p. 349-365. Disponível em: <<http://www.persee.fr/web/revues/home>>. Acesso em: 01 MAIO 2010.
- PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese, Doutorado em História).
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Assis: UNESP, 2007 (Tese, Doutorado em História).
- PASCOAL, Isaiás. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político: o liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.208-222, Jan/Jun 2007, p. 208-222.
- PAULA, João Antônio de. Lembrar Huizinga: 1872-1945. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 15 (1), jan.-abr. 2005, p. 141-148.
- PENA, Martins. "O Diletante" [1844]. In: *Martins Pena: comédias (1833-1844)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

- PENA, Martins. “O juiz de paz da roça” [1833]. In: *Martins Pena: comédias (1833-1844)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- PERECIN, Marly Therezinha Germano. Os versos “chinfrins” e o crime de ser povo em Piracicaba. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XXVIII, n. 161, abr./jun. 1996, p. 136-164.
- PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1838.
- PÉREZ VEJO, Tomás. *Pintura de história e identidade nacional en España*. Madrid: Universidad Complutense, 2002 (Tese, Doutorado em História).
- PETRONE, Maria Thereza. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1705-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.
- PICARD, Charles. *La vie dans la Grèce classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.
- PINTO, Caetano Ferraz. *Defesa contra injustas Accusações e Exposição dos pequenos serviços feitos a Administração dos Diamantes, que tantos trabalhos, e sacrifícios custarão aos seu Autor*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Plancher – Seignot, 1827.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. Prólogo. In: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Trad.: Fábio Fernandez. São Paulo: EdUSP, 2003.
- POE, Edgar Allan. *The works of Edgar Allan Poe*. v. III. Nova York: W. J. Widdleton, 1849.
- POPKIN, Jeremy. “Jornais: a nova face das notícias”. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 195-223.
- PRADO JÚNIOR, *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRADO JÚNIOR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- PRADO, Maria Emilia. “Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambigüidades do Império do Brasil”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, p. 163-189.
- QUEIROZ, Adolpho. “Pioneiros da publicidade nas cidades de São Paulo e Piracicaba: João Castaldi e Manoel de Oliveira”. In: QUEIROZ, Adolpho; SCHAUN, Ângela (orgs.). *Memória, Espaço e Mídia*. São Paulo: Umesp, Mackenzie, 2010, p. 151-170.
- QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.
- QUESNAY, François. Maximes du gouvernement économique d'un royaume agricole et notes sur ces maximes. In.: *Oeuvres économiques et philosophiques*. Paris: Jules Peelman, 1888.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo 7(1-2), outubro de 1995, p. 67-82.

- RAWLS, John. *O liberalismo político*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos Malês*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho novo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Tese, Doutorado em História).
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *O Brasil e o acaso: um bosquejo da nossa História*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & C., 1890.
- RIBEIRO, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Renato Janine. “O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade”. In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 135-149.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- ROCHA, Justiniano José da. “Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 179.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 15.
- ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria de Cultura Ciência e Tecnologia, 1978.
- SANTOS, Délio Freire dos. “Introdução”. In: AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antonio Manoel Reis. *Cabrião: semanário humorístico*. Ed. fac-similar. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial, 2000, p. i-xxi.
- SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. *Discursos Parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1863.

- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SCANTIMBURGO, João de. *Os Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *A pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. A praça pública e a liturgia política. *Cadernos Cedex*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 81-99, dezembro/2002.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. “Entre os manuscritos e os impressos”. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 13-33.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (Dissertação, Mestrado em História).
- SECRETO, María Verónica. “A Legislação sobre terras no Século XIX. Definindo o conceito de propriedade”. In: LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Org.). *Mundo Rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 39-56.
- SENNA, Nelson Coelho de. Traços biográficos de serranos ilustres. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano X, 1905, p. 167-210.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Entre o lucro e a distinção. Uma aproximação ao significado de “ser elite” nas Minas Gerais oitocentistas. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio de 2008, p. 62-79. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 15 AGO 2010.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario do Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922. 2 vols.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brazil durante a menoridade de D. Pedro IIº 1831-1840*. 2. ed. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, [1888].
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: UNESP, 2009.
- SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas...Por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade intelectual, imprensa e pensamento político na província das Gerais (1823-1831)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (Tese, Doutorado em História).
- SILVA, Wlamir. ‘Amáveis patrícias’: o *Mentor das Brasileiras* e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, jan./jun. de 2008, p. 107-130.
- SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, DP&A Editora, 2006, p. 37-59.

- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1926.
- SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c. 1822-1834). *Lócus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 34-51, 2007.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: USP, 2006 (Tese, Doutorado em História).
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Com., 1860.
- SODRÉ, Nelson, Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 10 vols.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e política no primeiro reinado e regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, nov. 2008, p. 127-137. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 15 AGO 2010.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Discursos impressos de um padre político; análise da breve trajetória d'O Pregoeiro Constitucional. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, maio 2007, p. 86-100. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 15 AGO 2010.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, 2009, p. 557-578.
- STÖCKL, Hartmut. Typography: body and dress of a text - a signing mode between language and image. *Visual Communication.*, n. 4, v. 2, jun. 2005. , p. 76-87
- SUPREMO julga Lei de Imprensa incompatível com a Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>> Acesso em: 21 JAN. 2011.
- TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.
- TEIXEIRA, João Gomes; LANARI, Cássio; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *O primeiro impresso em Minas Gerais*. Ouro Preto: Casa dos Contos, 1976.
- TEIXEIRA, Sávio de Figueiredo. *Compromisso com o Direito e a Justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. A Democracia na América. In: *Federalistas*. Trad.: J.A.G. Albuquerque. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973, p. 185-319.
- TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Lisboa: Europa-América, 1992.

- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada* (Teoria política do Império do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1961.
- TOSCANA, David. *O último leitor*. Trad.: Ana Lúcia Pelegrino e Magali Pedro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- TRINDADE, Francisco. “Apresentação”. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- TRINDADE, Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/IPHAN, 1951.
- TURAZZI, Maria Inez. O ‘homem de invenções’ e as ‘recompensas nacionais’: notas sobre H. Florence e L. J. M. Daguerre. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2008, p. 11-46.
- URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. 2 tomos.
- VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. V. 3 (Vida Cultural) São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.
- VALLADÃO, Alfredo. *Da Acclamação à Maioridade (1822-1840)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: [s.n.], 1953.
- VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Col. Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas-Geraes (1807-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.
- VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século 19*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Trad.: Sônia Saizstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “Liberdades Imaginárias”. In.: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 319-341.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando (coord.). SOUSA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro: Notas sobre as idéias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo (58), jun./jul./ago. 2003, p. 58-91.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar? *Anais de História de Além-mar*. Lisboa, vol. VI, 2005, p. 253-296.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

- VOLTAIRE, François Marie-Arouet, dito. *Conselhos a um jornalista*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- WARDE, Beatrice. *The Crystal Goblet, or Printing Shold Be Invisible* (1955). Disponível em: <<http://gmunch.home.pipeline.com/typo-L/misc/ward.htm>>Acesso em: 10 MAR. 2010.
- WERNET, Augustin. *O período regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global Ed., 1982.
- WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo Brasília: Cultrix; INL, 1978.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cultura e Valor*. Trad.: Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990.

